



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCIO FELIPE ALMEIDA DA SILVA

*IN TERRAM SARRACENORUM:*

A percepção do espaço fronteiriço na documentação castelhana  
(século XIII)

Niterói

2019

MARCIO FELIPE ALMEIDA DA SILVA

*IN TERRAM SARRACENORUM:*

A percepção do espaço fronteiriço na documentação castelhana  
(século XIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social. Linha de pesquisa: Poder e Sociedade.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> RENATA VEREZA

Niterói

2019



Ficha catalográfica automática - SDC/BFF  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586i Silva, Márcio Felipe Almeida  
In terram sarracenorum : A percepção do espaço  
fronteiriço na documentação castelhana (século XIII) /  
Márcio Felipe Almeida Silva ; Renata Vereza, orientador.  
Niterói, 2019.  
241 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPG-CAPS.2019.d.12330501765>

1. Castela. 2. Reconquista. 3. Fronteira. 4. Idade Média.  
5. Produção intelectual. I. Vereza, Renata, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Farmácia. III.  
Título.

CDD -

MARCIO FELIPE ALMEIDA DA SILVA

*IN TERRAM SARRACENORUM:*

A percepção do espaço fronteiriço na documentação castelhana  
(século XIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social. Linha de pesquisa: Poder e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Vereza – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Gabriel de Carvalho Godoy Castanho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Cristina de Sousa Nascimento  
Universidade Federal de Goiás

Niterói

2019

## AGRADECIMENTOS

Em 2013, quando apresentei minha dissertação de mestrado, agradei primeiramente a Deus por ter me permitido chegar tão longe. Hoje, ao término desta nova etapa, é fundamental que o Criador seja o primeiro a ser mencionado dentre as pessoas ao qual dedico este trabalho.

No princípio, escrever uma nota de agradecimentos parece ser uma tarefa extremamente simples. Contudo acredito que todos que passaram por esta etapa certamente tiveram medo de acabar esquecendo o nome de um personagem que tenha sido fundamental para a composição de seu trabalho. Para minha sorte, boa parte daqueles que pretendo agradecer já fazem parte da minha vida há um tempo e seria impossível deixar de mencioná-los. Sendo assim, gostaria de agradecer a Rosângela Souza, que no brilhante desempenho da função materna, apresentou-me ainda muito cedo *A Odisseia* de Homero, um dos grandes responsáveis pela minha escolha do curso de Graduação em História.

Agradeço também a minha filha Sophia Almeida, e aproveito esta ocasião para deixar registrado um pedido de desculpas. Pois, foram muitas as ocasiões em que tive que interromper momentos de agradáveis brincadeiras para poder dedicar-me aos livros.

Do mesmo modo, agradeço a minha noiva Alessandra Almeida. Ainda que tenha chegado após o início do processo de doutoramento, foi em você que encontrei conforto e acalento todas as vezes em que eu disse: “não vou conseguir!”.

Agradeço também aos meus irmãos, Marcus Vinícius e Leonardo Almeida, por toda parceria e amizade que supera de longe nossos laços sanguíneos.

Certamente, este trabalho não teria chegado ao fim sem as orientações da professora Renata Vereza, uma profissional ímpar, gentil e dedicada. Obrigado por ter respondido todas as vezes que precisei de orientações, mesmo quando enviei e-mails e mensagens de texto nos feriados.

Não poderia deixar de agradecer também ao professor Carlos de Ayala Martínez, por ter me recebido para um estágio na Universidad Autónoma de Madrid, liberado o acesso à biblioteca de sua Universidad e cedido alguns exemplares que foram de vital importância para a conclusão deste trabalho.

Por último, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e a CAPES, pelas oportunidades e pelo financiamento desta pesquisa.

*Para Onésimo Gomes (in memoriam).*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal a análise da percepção da fronteira pelos castelhanos durante o século XIII. Basicamente, nossa investigação tem como ponto inicial a vitória cristã em *Las Navas de Tolosa*, em 1212, e se encerra na conquista de Algeciras, realizada no ano de 1344. Através de uma análise minuciosa de um conjunto de crônicas produzidas nos séculos XIII e XIV, tanto no círculo real como no círculo religioso, buscamos entender como estes cronistas castelhanos perceberam e utilizaram o conceito de fronteira em suas obras e quais foram as modificações que a noção de fronteira sofreu ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Reconquista; Castela; crônicas; fronteira; Idade Média.



**ABSTRACT**

This research has as main objective the analysis of the perception of the frontier by the Castilians during the thirteenth century. Basically, our investigation begins with the Christian victory at Las Navas de Tolosa in 1212 and ends with the conquest of Algeciras in 1344. Through an exhaustive analysis of a set of chronicles produced in the thirteenth and fourteenth centuries. In real and religious circles, we seek to understand how these Castilian chroniclers perceived and used the concept of frontier in their works and what changes the notion of frontier that they have experienced over time.

**Keywords:** Reconquest; Castile; chronic; frontier; Middle Ages.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Vista aérea da Ponte Internacional de Tienditas.....	17
<b>Figura 2:</b> Fronteira entre o México e os Estado Unidos.....	19
<b>Figura 3:</b> O muro da Cisjordânia.....	20
<b>Figura 4:</b> As barreiras de Ceuta e Melilla.....	20
<b>Figura 5:</b> Linha fronteira demarcada pela Muralha da China.....	23
<b>Figura 6:</b> O <i>limes</i> romano.....	26
<b>Figura 7:</b> A muralha de Adriano.....	26
<b>Figura 8:</b> A fluidez comercial no <i>limes</i> romano.....	29
<b>Figura 9:</b> A fronteira castelhana em 1212.....	31
<b>Figura 10:</b> A fronteira de Granada entre 1265 e 1481.....	34
<b>Figura 11:</b> A partilha da África.....	37
<b>Figura 12:</b> Marco fronteiro entre a Bélgica e a Holanda.....	42
<b>Figura 13:</b> Fronteiras e oleodutos no Oriente Médio.....	43
<b>Figura 14:</b> Países que fizeram parte da União Soviética.....	43
<b>Figura 15:</b> Expansão da fronteira durante a Reconquista.....	46
<b>Figura 16:</b> O condado de Castela no século X.....	49
<b>Figura 17:</b> O dinar bilíngue de Córdoba.....	50
<b>Figura 18:</b> <i>al-Andalus</i> entre os séculos VIII e IX.....	51
<b>Figura 19:</b> Os reinos taifas no século XII.....	54
<b>Figura 20:</b> As marcas hispânicas.....	76
<b>Figura 21:</b> As campanhas de al-Mansur.....	80
<b>Figura 22:</b> As rotas comerciais em <i>al-Andalus</i> .....	103
<b>Figura 23:</b> Os primeiros reinos taifas no século XI.....	106
<b>Figura 24:</b> Comunidade autônoma de Andaluzia.....	124
<b>Figura 25:</b> Detalhe de um baú de madeira oriundo do século XIV.....	132
<b>Figura 26:</b> Ruínas do castelo de Milagro.....	135
<b>Figura 27:</b> As conquistas territoriais de Afonso X e Sancho IV.....	141
<b>Figura 28:</b> Em destaque a província romana da Mauritânia Tingitana.....	142
<b>Figura 29:</b> A fronteira castelhana nos tempo de Afonso X.....	144
<b>Figura 30:</b> As principais batalhas da Reconquista.....	180
<b>Figura 31:</b> Região disputada durante a guerra do Estreito.....	181
<b>Figura 32:</b> As conquista de Fernando III na Andaluzia.....	210

<b>Figura 33:</b> As rotas comerciais europeias durante o século XIII.....	220
--	-----

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo 1:</b> A fronteira como um objeto de interesse histórico.....	17
1.1 Fronteiras: um território móvel, permeável e simbólico.....	17
1.2 As diversas facetas da fronteira castelhana.....	48
1.3 A fronteira entre cristãos e muçulmanos: uma terra de ninguém?.....	74
<b>Capítulo 2:</b> As crônicas fernandinas e seu relacionamento com a fronteira de <i>andalus</i> .....	89
2.1 O nascimento da fronteira nas crônicas castelhanas.....	89
2.2 A <i>Chronica Latina Regum Castellae</i> e a <i>terram sarracenorun</i> .....	98
2.3 O <i>Chronicon Mundi</i> e a <i>frontera del andaluzia</i> .....	110
2.4 A <i>Historia de Rebus Hispanie</i> e os campos de los agarenos.....	127
<b>Capítulo 3.</b> A ideia da fronteira nas crônicas posteriores à tomada de Sevilha.....	140
3.1 O enraizamento do poder real no solo e sua relação com o alargamento da fronteira .....	140
3.2 A <i>Primera Crónica General de España</i> e a potencialização da palavra fronteira.....	158
3.3 A <i>Crónica de Alfonso X</i> e a ampliação da noção de fronteira.....	178
<b>Conclusão</b> .....	207
<b>Anexo:</b> O deslocamento da fronteira entre 756 e 1265.....	226
<b>Bibliografia e fontes</b> .....	227

## INTRODUÇÃO

Nenhuma investigação cujo tema central é a história de uma fronteira pode ser considerada como uma tarefa fácil. No início, a proposta de analisar um limite territorial mostra-se particularmente sedutora e sugere a abertura de um horizonte de possibilidades. Entretanto, o estudo sobre as fronteiras medievais são relativamente recentes na historiografia brasileira e, ainda que tenha conquistado um espaço sólido entre os pesquisadores europeus, poucos foram os investigadores que preocuparam-se em construir um referencial teórico-metodológico do que foi a fronteira entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média. Existem excelentes textos sobre a chegada dos povos islâmicos na Península Ibérica, o enraizamento do poder Omíada e a guerra de Reconquista liderada pelas monarquias cristãs, mas sentimos falta de publicações que investigassem como ambos os povos se relacionavam com a fronteira e como atravessavam seus limites. Certamente, as sombras lançadas sobre o estudo das fronteiras estão relacionadas ao silêncio das fontes. Quando mergulhamos na documentação castelhana sobre a fronteira, principalmente as crônicas do século XIII, podemos ver que o uso da palavra fronteira foi aumentando gradativamente de acordo com a intensificação do projeto político da Reconquista e com o enraizamento do poder real sobre o solo. Independente do motivo que levou a uma maior utilização deste termo, a presença muçulmana foi um fator determinante para o surgimento e o amadurecimento da concepção de fronteira na Península Ibérica. Afinal, enquanto os reinos cristãos instalados neste espaço compunham a fronteira meridional da Cristandade, os demais reinos latinos da Europa não conheciam, segundo o ponto de vista de Georges Duby, “verdadeiras fronteiras”<sup>1</sup>. Pois: “A cristandade latina estendia-se por uma área imensa que exigia meses a ser percorrida, cortada como era em mil obstáculos pelos acidentes naturais duma natureza indomada e pelos largos vazios abertos no tecido do povoamento humano”<sup>2</sup>.

Certamente, um aprofundamento na perspectiva de Duby, poderia conduzir a pesquisa para um rumo que não desejamos percorrer neste trabalho. Pois, não temos a intenção de entender como verdadeiramente funcionavam as fronteiras em toda a Cristandade europeia, mas sim em apenas uma de suas extremidades, aquela que colocava o reino de Castela em contato direto com os muçulmanos de *al-Andalus*.

---

<sup>1</sup> DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Estampa 1979. p.18.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.16

Entretanto, o questionamento de Georges Duby é particularmente importante para este estudo pelo fato de nos levar a pensar que o aparecimento da expressão fronteira nas demais monarquias europeias é posterior ao seu surgimento na Península Ibérica. Pois bem, a primeira menção da palavra fronteira que se tem registro nas terras ibéricas foi extraída do primeiro testamento de Ramiro I, rei de Aragão, que foi escrito provavelmente em 1059. “*Castros de fronteras de mauros qui sunt pro facere*”<sup>3</sup>. Mais de cem anos depois, a palavra fronteira também surgiu no poema de gesta conhecido como o *Cantar de Mio Cid*, que narrava as façanhas do Cavaleiro Castelhana Rodrigo Díaz de Vivar, um heroico personagem conhecido não só por seu ardor guerreiro, mas pela relativa facilidade com que cruzou a fronteira. Ainda que o aparecimento um tanto tímido desta palavra possa ser visualizado na documentação anterior ao século XIII, em Castela foi somente neste período que se produziu um amadurecimento da concepção de poder real e de soberania sobre um espaço necessário para a formulação de um conceito de fronteira. Sem dúvidas, a conquista e a anexação de importantes territórios que compunham o *al-Andalus* foram importantes fatores para o desenvolvimento de noções originais de fronteira, a medida que estes fatores exigiram do poder real a criação de um processo de ocupação do espaço conquistado e de instituições capazes de garantir sua segurança.

Basicamente, o conceito de fronteira que salta da documentação castelhana, produzida ao longo do século XIII, não pode ser empregado com segurança para os limites territoriais entre Castela e os outros reinos cristãos instalados em suas laterais, tendo em vista que o termo latino *frontarie* foi utilizado na maior parte deste período para descrever não uma linha, mas uma franja territorial que separava Castela das terras habitadas pelos adversários muçulmanos. Entretanto, a existência de documentos como o Tratado de Almisra, firmado em 1243 com o reino de Aragão, e o Tratado de Alcañices, estabelecido em 1297 com os portugueses, provam que a coroa castelhana preocupou-se também com o estabelecimento de limites sólidos com seus vizinhos cristãos, ainda que as fontes tenham preferido empregar o termo fronteira para os

---

<sup>3</sup> SÉNAC, Philippe. <<*Ad castros de fronteras de mauros qui sunt pro facere*>>: note sur le premier testament de Ramire I d'Aragon. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.206.

territórios que ficavam a margem das terras controladas pelos povos islâmicos. Sendo assim, “la frontera acaba donde comienza la tierra de moros”<sup>4</sup>.

Até o amadurecimento deste conceito, que só acontecerá em meados do século XIII “el término frontera era utilizado en un sentido no político sino metafórico para designar aquellas situaciones o grupos humanos situados en los márgenes de lo conocido o lo socialmente admitido”<sup>5</sup>. E foi justamente este espaço localizado entre as margens do território ocupado pelos muçulmanos e a área submetida ao poder real castelhano que procuramos analisar neste trabalho. Entendendo que discutir as transformações espaciais que ocorreram na fronteira entre cristãos e muçulmanos ao longo dos quase oito séculos de presença muçulmana na Península Ibérica seria uma tarefa árdua e que extrapolaria os limites viáveis de uma pesquisa de doutorado, escolhemos o século XIII, por razões que ficarão claras no decorrer do trabalho, como o período temporal onde concentramos nossas investigações. Todavia, isto não significa dizer que as informações importantes sobre os séculos anteriores ou posteriores foram negligenciadas nesta pesquisa. Sempre que necessário comparamos a situação política e social da fronteira do século XIII com outros períodos, principalmente o século XIV.

Os resultados dos quatro anos de investigações na Universidade Federal Fluminense foram divididos em três capítulos, respeitando a ordem cronológica em que as fontes foram compostas e seguindo critérios teórico-metodológicos. No primeiro capítulo, procuramos desenvolver um diálogo sólido sobre a historiografia de fronteira existente na atualidade e a construção da noção de fronteira no espaço castelhano. Para iniciar esta discussão procuramos explorar os conceitos de fronteira empregados pelos autores que se aventuraram a explorar o mundo antigo e a sociedade medieval, tentando compreender os resquícios da cultura militar greco-romana na construção da fronteira castelhana. Mesmo de maneira breve, o mergulho nesta historiografia foi importante para entender a maneira como os romanos formularam a noção de uma fronteira sólida conhecida como *limes*, objeto de estudo de autores renomados como C.R. Whittaker e Edward Gibbon. A descrição da fronteira na antiguidade teve como objetivo clarear a forma como parte da Europa Ocidental se relacionava com o espaço e observar a

---

<sup>4</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.294.

<sup>5</sup> MITRE FERNANDÉZ, Emílio. *Los límites entre estados: la idea de frontera en y el caso de los reinos hispano-cristianos*. Disponível em: [http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mundo/663\\_04\\_06\\_Emilio\\_Mitre.pdf](http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mundo/663_04_06_Emilio_Mitre.pdf). Acesso em: 24/06/2019. p. 100.

permanência das características do *limes* romano na fronteira medieval, introduzindo em nosso trabalho as perspectivas de historiadores militares Doyne Dowson, Edward Luttwak e Jeremy Black. Ainda no primeiro capítulo, abrimos espaço para analisar as obras historiográficas que discutiram o alargamento da fronteira castelhana na Idade Média, tendo como foco principal o século XIII, período em que a expansão levada a cabo por Fernando III alargou o território castelhana em cerca de 400.000 km<sup>2</sup> ao sul dos primitivos núcleos de resistência contra o Islã.

Em nosso segundo capítulo, realizamos uma investigação sobre a maneira como os limites territoriais entre Castela e Granada foram explorados na documentação produzida durante o reinado de Fernando III. As crônicas compostas neste período foram uma importante ferramenta para enxergar as relações de conflito e convivência que marcaram o cotidiano de cristãos e muçulmanos instalados na zona de fronteira. No reinado de Fernando III, três grandes obras foram responsáveis pela construção intelectual da memória castelhana e pela percepção de uma fronteira real, construída à custa dos avanços cristãos entre a batalha de Tolosa (1212) e a conquista de Sevilha (1248), que nada tinha a ver com as fronteiras que separavam os reinos cristãos. Embora um tanto contraditórias, ambas as obras utilizaram-se dos sentimentos de inimizade para reforçar a imagem tradicional da crueldade islâmica e, com isso, inflamar a luta anti-muçulmana levada a cabo pela Reconquista. Para atender aos objetivos propostos neste capítulo utilizamos como corpo documental a *Chronica Latina Regum Castellae*, a *Chronicon Mundi*, e a *Historia de Rebus Hispanie*.

Por último, no terceiro capítulo deste trabalho, procuramos entender como se deu a utilização da palavra fronteira na documentação cronística produzida a partir do reinado de Afonso X. Visando dar continuidade as questões abordadas no capítulo anterior, adotamos como objetivo, nesta parte do nosso trabalho, uma investigação coerente sobre o conceito de fronteira empregado nas crônicas construídas entre o meado do século XIII e o meado do século XIV. Para realizar esta tarefa utilizamos como fontes de pesquisa a *Primera Crónica General de España* e a *Crónica de Alfonso X*. Através destes textos foi possível perceber que o enraizamento do poder real sobre o solo e o desenvolvimento da noção de soberania contribuíram para uma melhor definição do conceito de fronteira e facilitaram seu aparecimento na documentação. De maneira geral, a tese intitulada “*in terram sarracenorum*: a percepção do espaço fronteiro na documentação castelhana (século XIII)” é a culminância de um exaustivo trabalho de investigação sobre uma ampla documentação cronística, cujo resultado



certamente deve ser comemorado como uma dupla vitória. Primeiramente, sobre o silêncio que muitas vezes as fontes produzem com relação ao cotidiano na fronteira castelhana e, em segundo lugar, sobre o excesso de atribuições depositadas sobre os ombros dos professores em nosso país.

## CAPÍTULO 1 – A FRONTEIRA COMO UM OBJETO DE INTERESSE HISTÓRICO.

### 1.1 FRONTEIRAS: UM TERRITÓRIO MÓVEL, PERMEÁVEL E SIMBÓLICO.

Em fevereiro de 2019, uma fotografia exibindo o bloqueio da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela estampou os jornais e os principais sites de comunicação do mundo. Na imagem era possível ver a moderna ponte de Tienditas obstruída por contêineres e um tanque de transporte de combustível (Figura 1). De acordo com as notícias, o ditador Nicolás Maduro ordenou fechamento da ponte, que liga a cidade de Tienditas a Cúcuta, na Colômbia, para impedir a chegada de ajuda humanitária aos grupos de oposição liderados por Juan Guaidó, autodeclarado presidente interino da Venezuela. Desde 2016, a fronteira entre o Brasil e a Venezuela também vem sentindo os efeitos provocados pelos violentos protestos exigindo a renúncia de Maduro. A cidade de Pacaraima, localizada no estado de Rondônia e a apenas 15 km de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, se tornou um destino comum para o grande número de imigrantes venezuelanos que atravessam a fronteira na esperança de fugir da fome e do desemprego gerado pela crise em seu país de origem. O intenso fluxo migratório em Pacaraima pode ser explicado não somente pela crise humanitária, mas também pelos fatores geográficos próprios da região. A divisa entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, pode ser enquadrada no conceito de “fronteira seca” utilizado pelos geógrafos, já que a área limite entre os dois países é marcada pela ausência de obstáculos naturais que dificultariam a travessia de grupos humanos.



**Figura 1:** Vista aérea da Ponte Internacional de Tienditas<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/06/internacional/1549474950\\_762438.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/06/internacional/1549474950_762438.html)  
Acesso em: 09/02/2019.

Em outubro de 2018, uma caravana com cerca de 7200 pessoas marchou da América Central até o México com o objetivo de cruzar a fronteira dos Estados Unidos. Ondas migratórias como estas vêm sendo cada vez mais frequentes entre os habitantes de países do chamado “Triângulo do Norte” (Guatemala, Honduras e El Salvador) que sofrem com os altos índices de violência, desemprego e de pobreza. Ainda que o presidente americano Donald Trump tenha prometido uma reação enérgica na fronteira, o grupo de imigrantes caminhou cerca de 30 km por dia para chegar até a passagem de San Ysidro, que liga Tijuana a San Diego. Em novembro deste mesmo ano, o posto de San Ysidro, considerado a fronteira a mais movimentada do hemisfério ocidental, foi fechado nos dois sentidos devido ao choque entre os imigrantes e os militares americanos que valeram-se do uso da força e de armas não letais, como gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, para impedir o acesso dos estrangeiros ao território americano.

Atualmente, o mundo tem assistido às tentativas do presidente americano Donald Trump de erguer uma barreira física e intransponível na fronteira entre os Estados Unidos e o México, uma das promessas mais polêmicas de sua campanha eleitoral. Para alcançar o êxito, o muro de Trump terá que cobrir cerca de 3.200 quilômetros, uma extensão equivalente à distância entre as cidades de São Paulo e Natal (Figura 2). Um muro entre ambas as nações não é novidade na história americana. Afinal, em 1994, sob o governo de Bill Clinton, uma grade formada por barras de ferro e placas de metal começou a ser erguida nas praias de Tijuana. A construção desta cerca, que hoje se estende por um terço do território fronteiriço americano, fazia parte da chamada “Operação Guardiã” (*Operation Gatekeeper*), cujo objetivo era conter o avanço de imigrantes ilegais pela fronteira. Entretanto o grande número de imigrantes mexicanos que cruza a fronteira (cerca de 260 mil por ano) prova que a barreira de Clinton, ou mesmo a existência de aparatos virtuais, como câmeras e sensores térmicos, foram ineficientes no combate a imigração ilegal. Por esta razão, Trump defende a ampliação do muro e a implantação de outras medidas como a contratação de 5 mil novos patrulheiros, o aumento do poder da polícia de fronteira e o endurecimento nas leis de combate à imigração. Para o presidente americano, foi no ano de 2017 que os

EUA iniciaram a retomada do controle de suas fronteiras. Pois, dentro da concepção de Trump, "uma nação sem fronteiras não é uma nação"<sup>7</sup>.

**Figura 2:** Fronteira entre o México e os Estados Unidos<sup>8</sup>.



Muros construídos com a finalidade de separar nações e controlar o acesso às fronteiras não são uma novidade no mundo contemporâneo. Em 2002, uma parede de concreto com cerca de 8 metros de altura começou a ser construída na fronteira entre Israel e a Cisjordânia, sendo apelidada de “muro da vergonha” em alusão ao muro de Berlin, que entre os anos de 1961 e 1989 dividiu a Alemanha em duas partes (Figura 3). A barreira da Cisjordânia representa a tentativa israelense de conter a entrada de imigrantes pela zona de fronteira. Atualmente o muro se estende por cerca de 515 quilômetros, mas quando estiver concluído poderá demarcar uma linha de até 790 quilômetros. O controle das migrações ilegais na zona de fronteira tem incentivado as nações a construírem barreiras na tentativa de conter a entrada de povos vizinhos. No ano de 2016, o governo britânico anunciou a construção de uma muralha de 4 metros de altura no porto de Calais, na França, para impedir que imigrantes vindos da África e do Oriente Médio atravessassem o Canal da Mancha em direção ao Reino Unido. Antes mesmo da crise migratória provocada pela guerra na Síria, o governo espanhol levantou duas cerca nas cidades de Ceuta e Melilla, no extremo norte do continente africano, que

<sup>7</sup> Discurso realizado para a os funcionários do Departamento de Segurança Interna, no dia 25 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-assina-ordem-para-construcao-de-muro-na-fronteira-dos-eua-com-o-mexico.ghtml>. Acesso em: 11/dezembro/2017.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-assina-ordem-para-construcao-de-muro-na-fronteira-dos-eua-com-o-mexico.ghtml>. Acesso em: 09/02/2019.

juntas se estendem por aproximadamente 20 quilômetros (Figura 4). A construção desta barreira foi incentivada pela União Europeia para conter a travessia de imigrantes africanos pelo Estreito de Gibraltar.

**Figura 3:** O muro da Cisjordânia<sup>9</sup>.



**Figura 4:** As barreiras de Ceuta e Melilla<sup>10</sup>.

A preocupação da União Europeia com o controle das fronteiras externas e o regresso dos imigrantes aos seus países de origem já havia se manifestado em 2004 quando foi criada a Agência Europeia para a Gestão da Cooperação Operacional nas

<sup>9</sup> Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2012/05/13/actualidad/1336925819\\_016030.html](https://elpais.com/internacional/2012/05/13/actualidad/1336925819_016030.html). Acesso em: 10/02/2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.marrocos.com/historia/ceuta-melilla/>. Acesso em: 05/03/2018.

Fronteiras Externas (Frontex), responsável pela investigação, ações de deportação e intervenção militar em território europeu. Embora coordene operações marítimas e terrestres nas fronteiras europeias, a Frontex não possui aeronaves, navios e nem equipes táticas para desempenhar esta função. Sempre que há necessidade de realizar uma incursão nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos espalhados pela Europa, a agência utiliza os aparatos militares e os guardas fornecidos pelas nações que compõem a União Europeia. Todas as despesas com combustível, manutenção dos equipamentos ou mesmo a mobilização dos militares é reembolsada pela sede da Frontex, em Varsóvia.

No mundo de hoje, a construção de muros fronteiriços tem mais a ver com as necessidades de fluidez financeira e mobilidade humana do que necessariamente com os interesses defensivos. As barreiras de concreto erguidas pelas nações modernas são incapazes de conter os avanços de tropas armadas, grupos terroristas, ou mesmo imigrantes ilegais. Conforme destacou Maria Regina Marchueta: “A todo instante, as fronteiras nacionais são ignoradas, esquecidas, violadas, [ou] ultrapassadas pelas inúmeras formas que o homem moderno encontrou para se deslocar, para se afirmar e para se libertar da autoridade cerceadora ou manipuladora do Estado”<sup>11</sup>. Sendo assim, os muros fronteiriços representam uma tentativa de separar grupos humanos, contribuindo para a formação de uma identidade nacional e a promoção de uma falsa ideia de segurança que acaba por reforçar os elementos de exclusão ao outro.

Seja a barreira de Trump ou o muro da Cisjordânia, o levantamento de barreiras na zona limite só é possível quando encaramos a fronteira como uma linha cortante que separa áreas de autoridade de determinadas nações. Quando se trata da antiguidade greco-romana ou do mundo medieval, as investigações levadas a cabo por historiadores como Angus Mackay e José Mattoso revelam que a noção de fronteira linear não existia nestas sociedades. A fronteira, longe de ser uma linha, era um espaço dotado de uma carga simbólica e ao mesmo tempo religiosa.

Os idiomas latinos, em suas designações de fronteira (*frontière* em francês, *frontera* em espanhol e *fronteira* em português), tiveram sua origem no latim *fronteria*, que define um território localizado nas margens, *in fronte*<sup>12</sup>. Seu surgimento deve-se a necessidade dos grupos humanos em estabelecer direitos de propriedade. Dessa forma,

---

<sup>11</sup> MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002. p.35.

<sup>12</sup> *Ibidem*. p.26.

as fronteiras foram imposições territoriais traçadas ao longo da história. Por terem sido criadas pelas mãos humanas, assumiram um papel que distinguia, separava, protegia e ao mesmo tempo relacionava. Segundo Marchueta:

Toda a vida animal se depara com múltiplas fronteiras. Elas existem, também em sentido físico, na própria natureza. Os mares e oceanos, os desertos, os grandes rios, as montanhas, são elementos físicos naturais que, ao longo da história da humanidade, constituíram barreiras, mais ou menos estanques, mais ou menos permeáveis, para os movimentos humanos, que só a técnica, com toda a sua capacidade de dominar a natureza, permitiu vencer<sup>13</sup>.

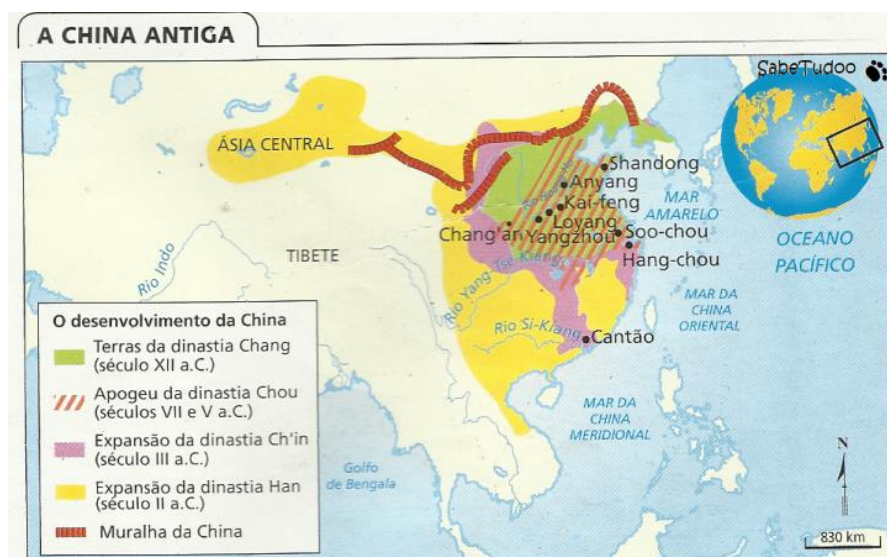
Vale a pena destacar que, embora o controle dos limites naturais tenha sido uma das primeiras formas da humanidade estabelecer suas fronteiras, estas barreiras limítrofes não foram capazes de impedir deslocamento populacional de uma região para outra. As orlas marítimas, que para muitas sociedades representavam o início da fronteira, nem sempre conseguiram evitar o contato entre grupos humanos distintos, a exemplo do Mar Egeu para a sociedade grega e o Mar Báltico para os povos da Era Viking. Em geral, até mesmo os grandes desertos como o Saara e as grandes cadeias montanhosas como os Pirineus não impediram a migração populacional ou o traslado de comerciantes e pastores de uma civilização para outra. Nem mesmo as grandes barreiras erguidas pelo homem, a exemplo da Muralha da China (Figura 5), considerada pelos geógrafos como a maior fronteira artificial do mundo e uma obra de engenharia militar que passaria a ser confundida com a noção de fronteira<sup>14</sup>, conseguiram impedir o deslocamento de grupos humanos pela fronteira. Construída por volta de 221 a.C., a Grande Muralha era formada por centenas de torres, fossos e portões fortificados, erguidos a custo do sacrifício de milhares de trabalhadores. Entretanto sua rigidez não foi capaz de conter o avanço das tribos nômades oriundas das estepes mongóis. Por esta razão, acreditamos que foi a mobilidade e não a estagnação que constitui a principal característica da fronteira antes da ascensão dos Estados modernos.

---

<sup>13</sup> *Ibidem.* p.23.

<sup>14</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.24-25.

**Figura 5:** Linha fronteiriça demarcada pela Muralha da China<sup>15</sup>.



Foram, certamente, as mãos humanas que transformaram as barreiras naturais em fronteiras entre grupos humanos distintos, desenvolvendo assim a noção de identidade e até mesmo de antagonismo, entre estas sociedades. Para Edward W. Said, o estabelecimento de fronteiras tem a ver com uma prática universal da mente humana que tendeu a distinguir entre um espaço familiar que é “nosso” e um espaço desconhecido que pertence ao “outro”. De acordo com o autor, mesmo um grupo pequeno de pessoas que ocupa alguns hectares de terra é capaz de estabelecer fronteiras entre a sua terra e o território além, que comumente será chamado de “terra dos bárbaros”<sup>16</sup>.

Na Antiguidade, o fator religioso muitas vezes ultrapassou o fator geográfico para estabelecimento da noção de fronteira. Através de uma série de proibições aos habitantes de uma mesma cidade “a religião estabelecia entre o cidadão e o estrangeiro uma distinção profunda e indelével”<sup>17</sup>. Enquanto o cidadão era o homem que conservava o direito de honrar os deuses da cidade, se aproximar dos altares e adentrar os recintos sagrados onde ocorriam as assembleias, a presença dos estrangeiros no espaço de culto era considerada um sacrilégio e seu contato com os objetos sagrados uma profanação. Como os limites territoriais estavam cobertos de uma carga simbólica, interpretada como domínio das forças mágicas onde os deuses exerciam sua influência, o estrangeiro era privado não apenas do culto, mas do direito de invocar os deuses

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/a-china-antiga/>. Acesso em: 01/06/2019.

<sup>16</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.64.

<sup>17</sup> FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Edipro, 2001. p.166.



locais, uma vez que na mentalidade popular as divindades locais só se interessavam pelas oferendas e pelo culto praticado pelos cidadãos.

No imaginário greco-romano, a Cidade-Estado era um local sagrado marcado pela forte interferência religiosa, era o espaço onde circulavam os deuses e depositavam-se os ossos dos ancestrais ilustres. Há algum tempo, a historiografia vem destacando que não havia a crença de uma divindade universal enraizada no mundo antigo, já que os deuses eram de caráter regional e não estavam em toda parte. “A cidade representava um conjunto de divindades locais com um culto diário e poderosas crenças atuantes sobre a alma. (...) Os deuses de cada homem eram aqueles que habitavam sua casa, seu cantão, sua *urbe*”<sup>18</sup>. Não é a toa que entre os romanos havia um antigo ritual conhecido como *Terminália*, onde eram depositadas oferendas e sacrifícios sobre a imagem do deus *Términus*, divindade latina protetora dos limites e representada através de um bloco de pedra depositado na fronteira.

As divindades regionais não eram eficazes em proteger os cidadãos que ultrapassavam as fronteiras sagradas do território da *urbe*, pois o espaço além-fronteiras era imaginado como campo de atuação das forças malignas, demônios e deuses estrangeiros. Foi por esta razão que os romanos adotaram o culto a divindades estrangeiras, como Mitra e Osíris, durante seu processo expansionista. Desde que não fossem declarados nocivos ao povo romano pelo senado, alguns deuses estrangeiros poderiam ser considerados de vital importância para a proteção da população romana que habitava fora da região do Lácio. No mundo greco-romano, a fronteira era concebida como um espaço dualista, demarcado pela religiosidade, que separava o campo de atuação das divindades locais e dos deuses estrangeiros. Sendo assim, a fronteira era carregada de uma espécie de conteúdo mágico, utilizado como um meio de exorcizar a sociedade através de rituais e cerimoniais solenes que tinham por objetivo expulsar elementos que eram perniciosos para aquela sociedade, como doentes, criminosos e militantes de outras religiões<sup>19</sup>. Desde o século XIX, Fustel de Coulanges enxergou no exílio uma forma cruel da sociedade antiga privar o indivíduo de sua religião e da noção de pertencimento a *urbe*. Além de ser uma punição contra graves crimes, o exílio garantia não apenas o afastamento da terra dos pais (*terra pátria*), mas a

---

<sup>18</sup> Ibidem. p.170.

<sup>19</sup> MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002. p.27.

impossibilidade de participar dos rituais sagrados realizados dentro da cidade. Para o autor, “o exílio, não parecia um suplício mais suave que a morte”<sup>20</sup>.

Em *O conceito de fronteira na época da mundialização*, Maria Regina Marchueta defendeu que “com o advento do Império Romano e a sua expansão, surge a mais antiga fronteira física da antiguidade, o *limes* romano, situado na Alemanha”<sup>21</sup> (Figura 6). Ao fazer tal afirmação, a autora não levou em consideração que outros povos da antiguidade também produziram fronteiras físicas e, até certo ponto, estáveis antes dos romanos, como os povos da antiguidade oriental ou mesmo os macedônios liderados por Alexandre. Marchueta também não pareceu compreender que as fronteiras romanas foram o resultado de um longo processo de expansão territorial que se estendeu do século VI a.C até o século II da era cristã, envolvendo uma região que abrangia um espaço muito maior que apenas as áreas tocadas pelo rio Reno, entre a França e a Alemanha. O equívoco da autora é compreensível, pois boa parte dos historiadores que investigaram a história militar do mundo antigo enxergaram no *limes* romano-germânico a essência da fronteira, principalmente após a desastrosa derrota de Públio Quintílio Varo frente à emboscada liderada pelo chefe tribal Armínio na floresta de Teutoburgo, em ano 9 d.C. A batalha de Teutoburgo foi um dos maiores desastres militares do governo de Otávio Augusto, cujo resultado foi o massacre e a escravização de três legiões inteiras (cerca de 10% das tropas romanas), além estabelecimento do rio Reno como a fronteira final do Império. Suetônio, em *A vida dos doze césores*, conta que a lembrança da batalha de Teutoburgo era sempre um momento de tristeza e de luto para o imperador Augusto, durante vários meses, ele fora visto batendo com a cabeça contra a porta e exclamando: “Quintílio Varo, devolve-me as minhas Legiões”<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Edipro, 2001. p.72.

<sup>21</sup> MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002. p.27.

<sup>22</sup> SUETÔNIO. *A vida dos doze césores*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p.60.

**Figura 6:** O *limes* romano<sup>23</sup>.



Mesmo com o insucesso de Teutoburgo, foi durante o governo de Otávio Augusto (27 a.C – 14 d.C) que o Império Romano construiu a mais sólida noção de fronteira que a antiguidade Ocidental conheceu, o *limes*. No apogeu do domínio romano, uma tripla linha defensiva separava as zonas controladas pelo império e os territórios que escapavam a sua autoridade. A primeira se estendia ao longo do Reno e do Danúbio, para proteger as províncias europeias; a segunda, correndo pelas montanhas da Armênia até o Mar Vermelho; e uma terceira paralela à borda do Saara, que englobava todas as áreas produtivas ao Norte da África que interessavam a Roma<sup>24</sup>. No século II, período da máxima expansão do Império, as campanhas de Trajano colocaram sobre o controle de Roma zonas limítrofes que necessitavam de fortificação e patrulhamento permanente, assim como na Germânia, cujo mais notável exemplo foi fronteira com a Escócia, demarcada pela Muralha de Adriano, construída pelo sucessor de Trajano (Figura 7).

**Figura 7:** A muralha de Adriano<sup>25</sup>.



<sup>23</sup> MENDES, Norma Musco. Sistema político romano do Ocidente: um modelo de colapso. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.134.

<sup>24</sup> MCEVEDY, Colin. *Atlas de História Medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p.14.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2011/09/muralha-de-adriano.png>. Acesso em: 09/02/2019.

Contudo, as conquistas militares de Trajano não podem ser consideradas mais que êxitos temporários de um império romano que já havia começado seu lento processo de decadência, haja vista que seu sucessor, o imperador Adriano, liderou um movimento de retração da fronteira e de abandono dos territórios com baixo valor estratégico. O historiador Perry Anderson viu na transição do governo de Trajano para Adriano o início do declínio da fronteira romana<sup>26</sup>. Pois, com o recuo das legiões estacionadas no *limes* e conseqüentemente o fim das conquistas estrangeiras, o abastecimento de escravos foi gravemente comprometido, produzindo uma séria crise na economia romana, que contribuiria para o fim do império quase três séculos depois.

A visão de Colin Mcevedy<sup>27</sup>, explorada acima, do *limes* romano como uma tripla linha defensiva marcada por sua estabilidade e delineada desde os tempos de Augusto até o imperador Trajano, contém alguns equívocos. Jeremy Black, já havia destacado em seu trabalho *Frontiers and Military History*<sup>28</sup> que nem todas as partes do Império Romano possuíam uma fronteira sólida e linear, como as terras tocadas pela muralha de Adriano. Para o autor, o *limes* romano deve ser compreendido como zonas permeáveis e em constante deslocamento, opinião também compartilhada por Norma Musco Mendes<sup>29</sup>. Segundo a autora, a ideia de fronteira linear no mundo romano tem a ver com o desenvolvimento de uma política de fixação da fronteira baseada na criação de um perímetro linear guarnecido por legiões estacionadas no *limes*. Rebatendo a tese defendida por Colin Mcevedy, Norma Musco acredita que a fronteira entre romanos e bárbaros era mais uma barreira moral do que uma barreira física. Pois, “as fronteiras não tinham o significado de fins, confins, limite onde Roma permanecia em confronto com os inimigos. (...) Ao invés da noção de linha de fronteira, a qual difere e separa, a noção mais correta é a da existência de uma zona de fronteira”<sup>30</sup>.

Autores como Norma Musco e Michael Kulikowski vêm defendendo a existência de uma faixa de terra de cerca de 200 km localizada entre a fronteira romana e Germânia livre<sup>31</sup>. Esta área funcionava como uma espécie de “Estado tampão”, onde o controle romano era frágil e a sobrevivência das tropas dependia das alianças com as tribos germânicas que desempenhavam uma posição pró-romana, agindo como

<sup>26</sup> ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1992.

<sup>27</sup> MCEVEDY, Colin. *Atlas de História Medieval*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007. p.14.

<sup>28</sup> BLACK, Jeremy. *Frontiers and military history*. SMH Conference, Utah: Keynote Address, 2008.

<sup>29</sup> MENDES, Norma Musco. *Sistema político romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

<sup>30</sup> *Ibidem*. p. 122.

<sup>31</sup> Entendemos como Germânia livre as áreas além do Danúbio que não possuíam contato direto com Roma. Cerca de 400 ou 600 km após a fronteira.

mediadores entre as províncias e a Germânia livre. A romanização das áreas além da fronteira foi o resultado de incursões militares aliadas à presença de comerciantes romanos que promoviam uma espécie de interação entre o império e seu oposto, o *barbaricum*<sup>32</sup>. Como afirmou Norma Musco, “dados arqueológicos demonstram que as mercadorias romanas, principalmente vasilhas de bronze, taças de vidro ou prata, broches, utensílios de cerâmica, armas e moedas de prata, atingiram toda a Germânia Livre”<sup>33</sup>. A autora ainda destaca que a Germânia Livre não exerceu apenas uma posição passiva nas relações comerciais com o mundo romano. Pois, ao que tudo indica, produtos como âmbar, peles e roupas eram exportados da Germânia Livre para a zona de fronteira (Figura 8). Sobre essa questão, Kulikowski destacou que a descoberta de produtos romanos em regiões bem afastadas do centro de poder, como a Lituânia e a Escandinávia, indicam a existência de rotas comerciais bem definidas muito além da fronteira entre Roma e o *barbaricum*<sup>34</sup>. Para o autor, a influência cultural romana irradiou como uma série de círculos concêntricos partindo de Roma para suas fronteiras<sup>35</sup>. Mesmo que o objetivo principal tenha sido o suprimento das necessidades econômicas do Império e a imposição do seu poder sobre as populações nativas, o processo de romanização das províncias instaladas do outro lado da fronteira acabou ajudando a organizar unidades políticas que, no fim da antiguidade, contribuiriam para a desagregação do Império. Essa contraditória relação entre Roma e as tribos germânicas no *limes* nos ajuda a entender a fluidez da fronteira e desmentir sua visão tradicional de uma linha delimitadora, cuja finalidade era impedir o contato entre povos distintos.

---

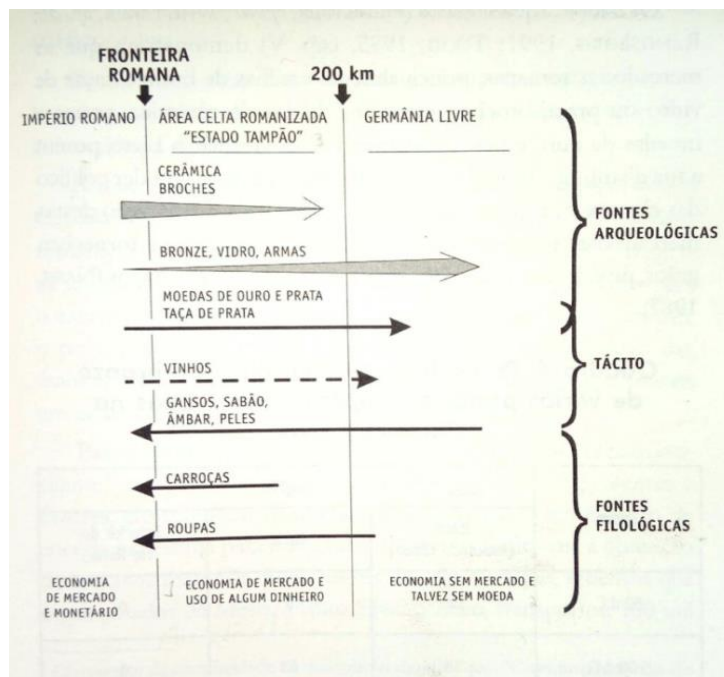
<sup>32</sup> Segundo Kulikowski (2008, p.51), a palavra *barbaricum* aparece pela primeira vez nas fontes no período em que os Antoninos estenderam a cidadania romana a todos os habitantes do império para descrever as terras instaladas fora dele. Assim, dentro da visão romana, *barbaricum* representaria a terra dos bárbaros, uma antítese da civilização.

<sup>33</sup> MENDES, Norma Musco. *Sistema político romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.126.

<sup>34</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras 2008. p.52.

<sup>35</sup> Idem.

**Figura 8:** A fluidez comercial no *limes* romano<sup>36</sup>.



Mesmo na Idade Média, a noção de fronteira linear não representou a realidade das zonas periféricas da Cristandade, ao ponto de Jacques Le Goff afirmar que o homem medieval não a conhecia através do conceito moderno. Para Le Goff, a “Idade Média não ordenou o espaço em volta de pontos e de linhas, mas em torno de lugares, de zonas, de territórios sem fronteiras precisas”<sup>37</sup>, tal como classificou Pierre Toubert:

A fronteira jamais é linear, a não ser por abstração: Ela é uma zona. Ela é estática apenas na aparência. Ela é sempre a resultante de um movimento e apenas materializa no espaço um precário estado de equilíbrio [...] O movimento que cria ou sustenta uma fronteira é constituído pela intervenção de numerosos componentes de diferentes ordens (demográficos, econômicos, linguísticos, religiosos, geopolíticos etc.) [...] A fronteira nunca é um obstáculo ou uma simples barreira, mas uma membrana viva ou [...] um órgão periférico. [...] Ela cria, em todo caso, um estilo de vida cujos caracteres fundamentais são a violência e o desrespeito às normas e aos mecanismos de enquadramento social que prevalecem nas zonas centrais<sup>38</sup>.

Embora as análises de Le Goff sejam positivas para a compreensão da noção de fronteira na Idade Média, é necessário dizer que em sua clássica obra *A civilização do Ocidente Medieval* o autor assumiu uma posição, recorrente também em outros textos de sua autoria, de que no século XIV o conjunto da Cristandade encontrava-se

<sup>36</sup> MENDES, Norma Musco. Sistema político romano do Ocidente: um modelo de colapso. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.125.

<sup>37</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.204.

<sup>38</sup> Toubert *apud* Le Goff. *Ibidem*.p.208.

estabilizado, mesmo fluando em fronteiras incertas<sup>39</sup>. Temos dificuldade em imaginar esta estabilização discutida pelo autor em uma Europa que fora palco do antagonismo entre a França e a Inglaterra na Guerra dos Cem anos, e que ainda opunha cristãos e muçulmanos no cenário da Reconquista. Se tratando do espaço fronteiro europeu, José Mattoso afirma que não havia uma noção clara de fronteira como linha cortante e limitadora de áreas de poder antes da primeira metade do século XIV, quando guerras e tratados estimularam noções de hegemonia política ou de supremacia econômica. Sendo assim:

As lutas, tréguas e tratados até o fim do século XIII estão, sem dúvida, cheias de disputas sobre castelos e terras de fronteiras, área onde tal pluralidade de direitos subjetivos se torna mas conflitual. A razão desta conflitualidade deve-se relacionar também com concepções políticas depois abandonadas, quer dizer, com a convicção de que o poder se exerce fundamentalmente a partir de um centro, sem ser necessário delimitar rigorosamente o perímetro alcançado. A fronteira era, por isso, um espaço e não uma linha<sup>40</sup>.

Diferente do *limes* romano, que colocava o poder imperial em contato com uma variedade de povos culturalmente diferentes, a noção de fronteira para os cristãos que habitavam a Península Ibérica durante a Idade Média era empregada para definir o espaço político disputado, basicamente, com um único grupo cultural distinto, neste caso os muçulmanos. Além disso, a fronteira entre cristãos e muçulmanos atingiu um significado político mais amplo à medida que proporcionou o surgimento de um mito unificador em torno de uma Hispania visigótica<sup>41</sup>. De qualquer maneira, tanto para os romanos como para os cristãos da Península Ibérica, um *limes* ou uma fronteira implicava na necessidade de enfrentar as diferenças culturais que dificultavam a construção de uma fronteira linear e impediam sua estabilidade. Até o ano 1000, a fronteira fora uma zona de contornos imprecisos, localizada do Vale Rio Douro até o Vale do rio Tejo, onde nem mesmo o frágil controle cristão e o pagamento de *parias*<sup>42</sup> foram capazes de inviabilizar as incursões islâmicas. Essa configuração territorial sofreu sensíveis alterações até o limiar do século XIII, quando as conquistas militares de Fernando III possibilitaram o alargamento da zona de fronteira até o vale do rio

<sup>39</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc. 2005. p.99.

<sup>40</sup> MATTOSO, José. *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. p.68.

<sup>41</sup> RUBINSTEIN, Juan Carlos. *Viva el común: la construcción de la protosociedad civil y la estructura política castellana en el bajo medievo*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005. p.102.

<sup>42</sup> Tributos anuais pagos pelos senhores muçulmanos aos reis de Castela. Embora as fontes não permitam calcular o total de tributos recebidos durante a Reconquista, parece evidente que as *parias* representavam uma fonte de renda regular para o reino de Castela.

Guadalquivir, somando cerca de 130.000 km<sup>2</sup> ao território castelhano<sup>43</sup>. No livro *En torno de las orígenes de Andalucía*, o historiador Manuel Gonzalez Jiménez chamou a atenção para alguns fatores que contribuíram para o espetacular avanço castelhano sobre as terras muçulmanas. Em suas análises, Fernando III soube explorar os desentendimentos entre os líderes islâmicos e o esfacelamento do poder almôada desencadeado com a vitória cristã em Las Navas de Tolosa (Figura 9), no ano de 1212. Aproveitando sublevação anti-almôada liderada pelo rei de Murcia e o desejo de alguns governantes muçulmanos de livrarem-se do controle exercido pelo Magreb, o rei de Castela deslocou seu exército para o Vale do Guadalquivir dando início ao projeto expansionista que só terminaria com a Conquista de Sevilha anos mais tarde<sup>44</sup>.

**Figura 9:** A fronteira castelhana em 1212<sup>45</sup>.



Já faz algum tempo que a historiografia espanhola vem se preocupando em definir seguramente o momento exato em que se percebe a Andaluzia como uma fronteira. Para estudiosos como Manuel García Fernández, o nascimento da Andaluzia como uma zona limítrofe se dá a partir do tratado de paz estabelecido em Alcalá de Abenzaide, após o ataque organizado por Afonso X as terras granadinas no ano de

<sup>43</sup> Segundos os cálculos de J. González, em 1217, Fernando III herda o reino de Castela com um território de aproximadamente 153.000 km<sup>2</sup>. Durante seu reinado são anexados ao seu reino cerca de 100.000 km<sup>2</sup>, oriundos do reino de Leão, e mais 130.000 km<sup>2</sup>, referentes às conquistas na Andaluzia (MAÍLO SALGADO, 2003).

<sup>44</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *En torno a los orígenes de Andalucía: La repoblación del siglo XIII*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1980. p.28-29.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/322007442088128612/>. Acesso em: 01/06/2019.



1265<sup>46</sup>. O acordo firmado entre o rei de Castela e Muhammad I contribuiu para uma melhor percepção do espaço fronteiro, determinando a configuração básica que ele manterá até o final do século XV. Entre 1265 e 1481, os grandes avanços territoriais deram lugar a razias fronteiriças para resolução de conflitos internos e as tentativas de contenção dos ataques vindos do norte da África, que provocavam a alteração do equilíbrio na zona de fronteira. Foi preciso manter na zona limítrofe um sistema fixo de defesa, com numerosos castelos, e dispor de uma capacidade contínua para mobilizar a população andaluza (nobreza, hostes municipais e Ordens Militares)<sup>47</sup>. Na prática, o tratado de Alcalá representou o fim do projeto expansionista iniciado por Fernando III e a continuidade de um acordo anterior que foi estabelecido com o soberano de Granada durante a entrega da cidade de Jaén a Fernando III, no ano de 1246. O pacto de Jaén, como ficou conhecido este acordo, teve importantes consequências políticas tanto para os castelhanos como para os granadinos. Do lado muçulmano, a entrega da cidade de Jaén a Fernando III garantiu a estabilidade necessária para assentar o domínio da dinastia nasrida sobre um amplo espaço que havia ficado em seu poder depois da morte de Ibn Hud, incluindo Granada, Málaga e Almería. Já para o lado cristão, o pacto de Jaén abriu caminho para a conquista de Sevilha, uma vez que ao desaparecerem as hostilidades sobre Jaén a coroa castelhana pôde dedicar-se livremente a realização de projetos políticos mais ambiciosos<sup>48</sup>. Além disso, na perspectiva castelhana o tratado de Jaén pode ser entendido como um pacto feudal de vassalagem. Pois, como insistiu Alejandro García Sanjuán, esperava-se do soberano de Granada a prestação de *auxilium* e *consilium* ao rei de Castela<sup>49</sup>.

Certamente, a elaboração de tratados de paz não foi fruto de uma casualidade, mas sim de um trabalho prévio de intensas negociações entre embaixadores das partes envolvidas que combinavam os termos do acordo e escolhiam, com frequência, uma localidade fronteira a céu aberto e com uma forte presença militar para o

---

<sup>46</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Arcos y el surgimiento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p.144.

<sup>47</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014 p.310.

<sup>48</sup> GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Consideraciones sobre el pacto de Jaén de 1246*. In: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.). *Sevilla 1248. Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León*. Madrid, 2000, p.717.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p.716.

estabelecimento do tratado<sup>50</sup>. Ainda que o século XIII estivesse aberto a inúmeras oportunidades de conflitos entre cristãos e muçulmanos, o estabelecimento de acordos foi, em muitos casos, economicamente mais vantajoso do que o prosseguimento das operações militares que eram altamente custosas para os cofres da monarquia castelhana. Por esta razão, procedimentos de cerco ou de combate campal foram algumas vezes interrompidos temporariamente em virtude do surgimento de acordo com os muçulmanos como o pacto de Jaén e pacto de Alcalá de Abenzaide. Na fronteira luso-castelhana importantes acordos também foram firmados para garantir as relações diplomáticas com os vizinhos. Em 1297, Fernando IV de Castela e dom Dinís, rei de Portugal, visando encontrar uma solução pacífica para as disputas territoriais na fronteira luso-castelhana, assinaram o tratado de Alcañices. Basicamente, o acordo procurava um equilíbrio político entre Castela e Portugal, assegurando a delimitação da fronteira entre as duas monarquias cristãs e ratificando seu controle senhorial sobre um conjunto de praças fronteiriças que há muito tempo vinham sendo objeto de disputa.

Partindo do ponto de vista político, o estabelecimento de acordos de paz no século XIII, seja com os muçulmanos ou com os vizinhos cristãos, são testemunhos da formação do conceito de soberania em Castela e demonstram a tentativa de consolidar a autoridade real sobre o território. Para Margarida Cantera Montenegro, trata-se da primeira mostra de um conceito de soberania que tentava definir as fronteiras como um espaço de manifestação do poder real<sup>51</sup>. Sendo assim, quando se trata especificamente do avanço castelhano sobre o *al-Andalus*, os acordos firmados em Jaén e em Alcalá de Abenzaide, representam não apenas o estabelecimento dos limites básicos que Castela terá pelos próximos três séculos, mas também seu esforço para integrar o espaço recém-conquistado ao poder monárquico. Com o pacto de Jaén, salvo algumas anexações esporádicas realizadas pelos castelhanos, aquela fronteira de vaivéns alargada pelas operações militares de Afonso VIII e Fernando III terá seus contornos ligeiramente definidos, sem se tornar, é claro, uma barreira física e impermeável entre dois reinos distintos (Figura 10). A fronteira andaluza permaneceu, até 1481, como um marco espacial aberto para relações heterogêneas entre Castela e o islã peninsular. Afinal, foi somente neste ano que a coroa castelhana assumiu o compromisso de liderar uma guerra em grande escala e sem descanso até o completo desaparecimento do reino de Granada.

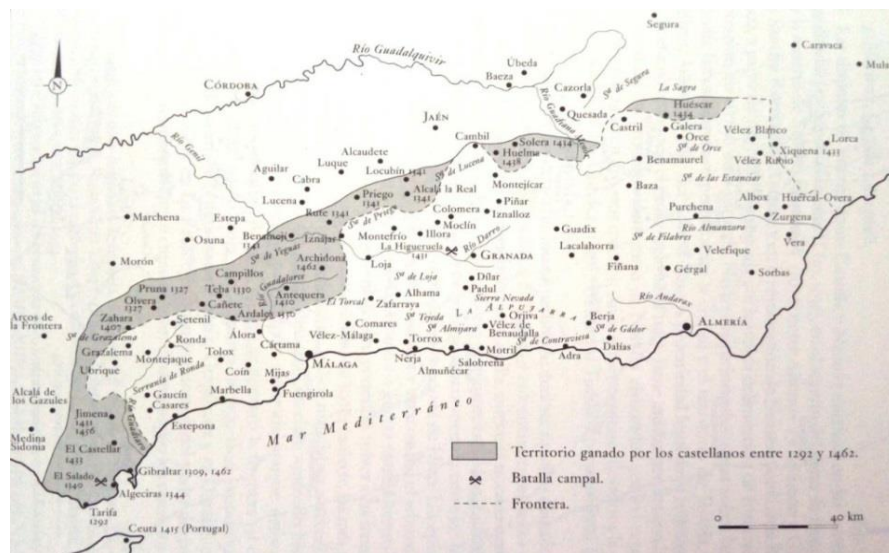
---

<sup>50</sup> CANTERA MONTENEGRO, Margarida. *Los tratados de paz y la delimitación de las fronteras en la corona de Castilla (siglos XII-XIII)*. In: ARRANS GUSMÁN, Ana. & RÁBADE OBRADÓ, María del. & Pilar VILLARROEL GONZÁLEZ, Oscar. *Guerra y paz en la Edad Media*. Madrid: Sílex, 2013. p.403.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.402.

Entre 1265 e 1481, o que se observou nos limites territoriais da Andaluzia foi a redução dos grandes eventos militares que resultavam na conquista de cidades islamizadas em favor da multiplicação de pequenas incursões fronteiriças, com o objetivo de capturar produtos de alto valor econômico ou locais de importância estratégica. Com o fim das grandes conquistas, as cavalgadas na zona de fronteira eram uma alternativa para impedir o relaxamento dos combatentes e uma garantia regular de recursos financeiros para abastecer a tropa.

**Figura 10:** A fronteira de Granada entre 1265 e 1481<sup>52</sup>.



Para José Rodríguez Molina<sup>53</sup>, a fronteira ibérica foi uma ponte entre duas sociedades, e seu espaço, mais que uma linha divisória fixa, foi um local caracterizado pela permeabilidade e pelo traslado de grupos humanos, cujo fluxo permanente não fora interrompido nem mesmo nos tempos de guerra. Na interpretação de Francisco García-Serrano<sup>54</sup>, a consolidação da noção de linha é uma construção posterior ao século XIII, quando o desenvolvimento da cartografia ajudará a criar imagens mais claras dos espaços conquistados e seus contornos. Certamente, os mapas não foram uma ferramenta comum antes do advento das grandes navegações e do Estado absolutista. A ausência de produção de mapas em larga escala na Europa medieval ajuda a entender o quanto as fronteiras eram imprecisas neste período. Vale a pena ressaltar, tal como

<sup>52</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.13.

<sup>53</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007.

<sup>54</sup> GARCÍA-SERRANO, Francisco. *La creación de identidad en la frontera medieval hispana y la visión del outro: mudéjar y judíos*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009.

propôs Le Goff<sup>55</sup>, que os mapas medievais não possuíam as necessidades cartográficas típicas dos mapas de hoje, não sendo seguro falar da existência de uma cartografia, segundo critérios atuais, antes do surgimento do Estado Moderno. Nesse período, onde as fronteiras apareceram como molduras dos Estados-nações<sup>56</sup>, a noção de linearidade começa a ser rascunhada a partir da necessidade de demarcar as áreas onde se manifestava o poder absoluto de um monarca. Através deste processo, o conceito de fronteira natural, delimitada por elementos como rios e montanhas, não será mais suficiente para representar áreas que estavam sobre o controle do poder real. Dentro das perspectivas de André Roberto Martim, a linearização da fronteira esta ligada ao contexto político da passagem da Idade Média para a Moderna, onde as guerras de sucessão haviam criado um emaranhado de casamentos entre as famílias reais, facilitando a intervenção de um Estado no outro; os conflitos provocados pela Reforma Protestante contribuíram para a emergência de nacionalidades; e os progressos alcançados pelo Renascimento provocaram uma extraordinária representação cartográfica que permitiu não apenas representar a fronteira linear, mas projetá-la até mesmo sobre territórios longínquos, a exemplo do que foi feito na América colonial durante o Tratado de Tordesilhas<sup>57</sup>. Portanto, coube ao Estado Moderno a tentativa de estabelecer limites precisos baseando-se na existência de obstáculos naturais e no desenvolvimento da cartografia para impulsionar a apropriação privada do espaço. Neste sentido, o já citado André Roberto Martim chama a atenção para o impacto que as divisões estabelecidas pelas nações europeias deixaram nos limites atuais entre os países que compõem a América Latina. Ainda que os espanhóis não tenham demarcado suas fronteiras coloniais com exatidão, devido ao acesso difícil pela floresta Amazônica e pelos picos da cordilheira andina, as linhas estabelecidas pelos vice-reinos coloniais serviram de ponto de partida para estabelecimento da maioria das 25 fronteiras internacionais estabelecidas na América Latina após o processo emancipatório<sup>58</sup>. Mesmo no Brasil, seus cerca de 15.719 km de fronteiras terrestres, estabelecidos com 10 países, são o resultado de um passado colonial, onde a unificação das coroas de Portugal e da Espanha em 1580, durante o período da União Ibérica, tornou sem efeito o Tratado de Tordesilhas e garantiu a penetração de exploradores portugueses na Bacia

---

<sup>55</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

<sup>56</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.46.

<sup>57</sup> *Ibidem*. p.36.

<sup>58</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.82.

Amazônica. Com o fim da União Ibérica, foi necessário o estabelecimento de novo documento demarcando as áreas de exploração portuguesa e espanhola. Foi assim, que em 1750, foi estabelecido o Tratado de Madri, determinando que as fronteiras internacionais da América do Sul seguissem rios e montanhas numa extensão maior do que em outros continentes<sup>59</sup>, garantindo basicamente a configuração atual do território brasileiro.

Ao explorar a historiografia da fronteira, Jeremy Black<sup>60</sup>, supôs que a ideia de fronteira linear adquiriu um significado mais claro em finais do século XVIII, quando a Revolução Francesa garantiu uma melhor definição dos conceitos de Estado e soberania. Seguindo esta linha de pensamento, C. R. Whittaker<sup>61</sup> viu na expansão da França napoleônica e no seu projeto colonial uma importante ferramenta para compreender como o mundo europeu concretiza a ideia de fronteira linear que permanecerá até os dias de hoje. Certamente, foi a partir do século XIX que a submissão do poder espiritual ao poder temporal, a formação de exércitos nacionais e a extensão da administração do Estado a todo território nacional fizeram a fronteira adquirir um papel preponderante como elemento estruturante da nação. Segundo Maria Regina Marchueta, é possível enxergar no século XIX a construção de um “Euromundo”<sup>62</sup>, desenhado não mais a partir de fronteiras abstratas e sem contornos específicos, mas sim através de uma dinâmica de um Estado sempre em movimento que busca expandir suas fronteiras para áreas que não necessariamente são vizinhas ao território ocupado pela nação. O retalhamento de quase todo o continente africano pelas potências coloniais na conferência de Berlim (Figura 11), em 1884, reflete esta ideia de que os interesses políticos nacionais foram capazes de alterar a configuração da fronteira para englobar regiões de vital interesse para o fortalecimento econômico do Euromundo, ignorando, é claro, a existência das fronteiras étnicas e culturais que já existiam na África antes da partilha.

---

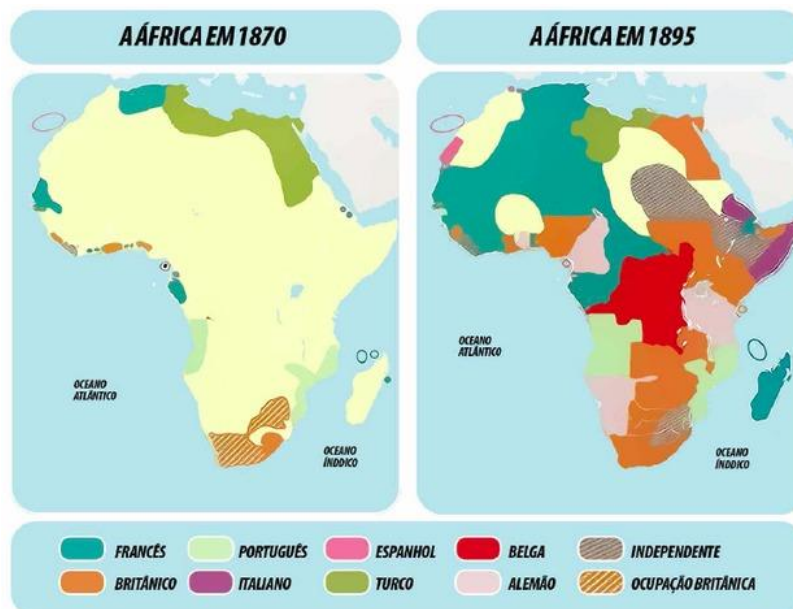
<sup>59</sup> Ibidem. p.83.

<sup>60</sup> BLACK, Jeremy. *Frontiers and military history*. SMH Conference, Utah: Keynote Address, 2008.

<sup>61</sup> WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire: a social and economic study*. London: The Johns Hopkins Press Ltd, 1997.

<sup>62</sup> MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002. p.31.

**Figura 11:** A partilha da África<sup>63</sup>.



A redefinição das fronteiras no século XIX foi o resultado de uma “ação civilizadora”<sup>64</sup> imposta pelas potências europeias sobre os grupos étnicos considerados selvagens ou exóticos a partir de uma visão etnocêntrica. A historiografia americana tem discutido muito sobre o avanço dos colonos no território nativo, um longo processo de reivindicação de terras que envolveram relações de cooperação e ações militares capazes de identificar a delimitação territorial criada com a expansão para o Oeste pelo termo *a fronteira*. De fato, os americanos foram os primeiros a se interessarem pelo estudo das fronteiras como objeto de pesquisa historiográfica. O apreço por esta temática foi despertado após a publicação, em 1893, do texto *The significance of the frontier in American History*. Nele, Frederick Jackson Turner traz à tona a discussão não apenas sobre o espaço geográfico ocupado pelas fronteiras, mas sobre a sociedade que foi responsável pela marcha para o Oeste e que conviveu nos limites entre a selvageria e a civilização. Em seus estudos, Turner afirma que a fronteira foi para a história americana o que o Mar Mediterrâneo foi para os antigos gregos, uma ferramenta responsável por romper “com as amarras da tradição, oferecendo novas experiências, fazendo surgir novas instituições e atividades”<sup>65</sup>.

A visão de Turner não esconde, é claro, uma parcela de etnocentrismo, a medida que excluía a população nativa da identidade americana forjada na fronteira. Para o

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/partilha-da-africa/>. Acesso em: 20/08/2019.

<sup>64</sup> MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002. p.31.

<sup>65</sup> KNAUSS, Paulo (Ed.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed Uff, 2004. p.54.

autor, a resistência indígena foi muito importante para a história americana, pois permitiu que uma coletânea de Estados isolados construísse uma nação.

Os Estados Unidos são como uma enorme página na história das sociedades. Linha por linha, ao lermos esta página continental de leste a oeste, encontramos registros da evolução social. Ela começa com o índio e o caçador; continua falando-nos da desintegração do estado selvagem com a chegada do mercador, o desbravador da civilização; podemos ler os anais da era pastoril na vida dos ranchos; a exploração do solo no plantio, sem rodízios, de milho e trigo em comunidades de lavradores assentados esparsamente; na cultura intensa das povoações rurais mais densas; e finalmente na organização manufatureira com a cidade e o sistema fabril<sup>66</sup>.

Para C. R. Whittaker, o repúdio pelos povos nativos foi uma das falhas básicas na descrição de Turner, que interpretou a cristalização da fronteira com o avanço dos colonos brancos sobre as populações nativas. É possível ainda ver a permanência das ideias de Turner na historiografia atual americana. Edward Luttwak, em seu livro *Estratégia: a lógica da Guerra e da Paz*<sup>67</sup>, defendeu a expansão para o Oeste como um processo militar e não um projeto político, excluindo o indígena da equação da fronteira. Embora Turner não tenha sido nem um pouco imparcial, podemos considerar seus escritos como a gênese do estudo das fronteiras. Seu texto, composto no final do século XIX, demonstrou que era possível assumir a fronteira como um objeto de pesquisa histórica.

Nesse mesmo período, o pesquisador alemão Friedrich Ratzel também criticou a pouca atenção que o ambiente físico recebia dentro do estudo dos acontecimentos históricos. Considerado por muitos como o fundador da geografia moderna, Ratzel desenvolveu suas teses paralelo ao processo de unificação do território Alemão, um contexto propício para o enraizamento de sólidos conceitos sobre território, nação e fronteira. Para o pesquisador, a maior parte das teorias sociológicas considerava, equivocadamente, o povo como algo separado do espaço, quando, na verdade, só é possível entender uma sociedade quando se observa o território ocupado por ela. Segundo Ratzel, “o solo é a base mais real da atividade política do homem (...). Uma concepção que não levasse em conta o território se voltava à consideração dos sintomas e não das suas causas<sup>68</sup>”. Sendo assim, partindo das perspectivas levantadas pelo autor, só é possível investigar o conceito de fronteira quando refletimos sobre as relações entre o povo e o espaço físico que ele desfruta, já que a noção de território é importantíssima

---

<sup>66</sup> Ibidem. p.31.

<sup>67</sup> LUTTWAK, Edward. *Estratégia: A lógica da Guerra e da Paz*. Rio de Janeiro: Editora Bibliex, 2009.

<sup>68</sup> MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Atica, 1990. p.80.

para analisar a formação de identidades e o sentimento de pertencimento a um grupo humano. Pois, “Para a geografia política, cada povo, localizado na sua área essencialmente delimitada, representa um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte da Terra e se diferenciou de outros corpos, que igualmente se expandiram por fronteiras ou espaços vazios”<sup>69</sup>.

Diferente de Turner, que observou apenas a ampliação da fronteira dentro do território ocupado pelo seu próprio povo, Ratzel se preocupou em analisar a forma como outras civilizações se relacionaram com seus limites territoriais. Em seus estudos, o pesquisador formulou argumentos comparativos entre diferentes sociedades como a China, o Império Inca e até mesmo os povos instalados nas ilhas da Oceania. Como era de se esperar, Ratzel manteve o olhar etnocêntrico compartilhado por Turner. Dentro de sua compreensão, todos os Estados que atingiram grandes proporções no passado pertenciam a classe dos povos “civilizados” que faziam parte da esfera cultural europeia ou que integrava suas áreas coloniais<sup>70</sup>. Para o autor, países que haviam sido ocupados por povos “primitivos” como a Austrália, os EUA e o Brasil, isto é, dentro de sua visão eurocêntrica e equivocada, não conseguiriam alcançar grandes proporções territoriais sem a intervenção dos europeus.

De fato, quanto mais descemos nos níveis de civilização, menores se tornam os Estados. Logo, o tamanho de um Estado também se torna um dos parâmetros de seu nível cultural. Nenhum estado primitivo produziu um grande Estado, nem mesmo do tamanho de um Estado alemão secundário. (...) Quando dizemos que o Império Inca, no auge de sua expansão militar – que foi atingida na época da chegada de Pizarro –, Compreendia aproximadamente a área do Império Romano na época de Augusto, devemos também acrescentar: não era mais do que um frouxo conjunto de Estados tributários conquistados, (...) e já em desagregação antes mesmo de os espanhóis derrubarem-no como um castelo de cartas. Antes de os europeus e árabes terem cultivado, pela conquista e colonização, os grandes Estados na América, Austrália, norte da Ásia e interior da África, estas vastas áreas não eram politicamente utilizadas. O valor político de suas terras permanecia não cultivado<sup>71</sup>.

Mesmo que os escritos de Ratzel e Turner tenham despertado um crescente interesse pelo estudo das fronteiras entre os pesquisadores atuais, quando se assume a fronteira como objeto de investigação é bom que ambos os autores sejam analisados com certa cautela, respeitando o espaço temporal em que escreveram seus textos e tomando consciência de que suas linhas estão carregadas de um juízo de valor oriundo

---

<sup>69</sup> Ibidem. p.176.

<sup>70</sup> Ibidem. p.177.

<sup>71</sup> Ibidem. p.178-179.



de uma mentalidade etnocêntrica, que, às vezes, se confunde com uma aparente antipatia pelos grupos humanos enquadrados fora da esfera cultural a que pertenceram os autores. Embora Ratzel desenvolva amplo discurso sobre o relacionamento entre o território e a população assentada nele, um estudo apurado sobre sua perspectiva não traria grandes contribuições para nossa pesquisa. Quanto a Frederick Jackson Turner, ainda que seus textos sobre a fronteira americana sejam esclarecedores, seu modelo de conquista do Oeste, baseado no atropelamento e na devastação dos grupos nativos assentados em regiões que despertavam o interesse econômico de um Estado em pleno desenvolvimento de sua malha ferroviária, dificilmente pode ser empregado para a compreensão de outros fenômenos de alargamento territorial além da expansão dos Estados Unidos da América em direção ao Oceano Pacífico.

O impulso dado por Jackson Turner e Friedrich Ratzel nos estudos de fronteiras não foi o suficiente para popularizar esta temática entre os historiadores do século XX. Ainda que os grandes eventos militares ocorridos neste período tenham despertado o interesse público pelas questões políticas e econômicas que acirraram as rivalidades entre as nações vizinhas, a produção teórico-metodológica sobre as características do espaço fronteiro, desenvolvida pelos historiadores, permaneceu deficiente. Por sorte, geógrafos como Karl Haushofer e Jacques Ancel estiveram mais atentos a outras problemáticas suscitadas pela fronteira e durante as primeiras décadas do século XX desenvolveram sólidos trabalhos que acabariam contribuindo para as bases do estudo contemporâneo sobre as fronteiras. O general alemão Karl Haushofer, foi o primeiro em seu país a publicar uma obra sobre fronteiras em língua alemã e, a partir de 1920, dedicou-se ao aprimoramento da tese do “espaço vital” (atribuída a Friedrich Ratzel), cujas ideias acabariam sendo aplicadas durante a expansão do Estado Nazista<sup>72</sup>. Baseando-se em princípios herdados da Revolução Francesa, como a inviolabilidade das fronteiras, o geógrafo francês Jacques Ancel contestou parte dos estudos de Haushofer. Segundo as análises de Ancel, a noção de fronteira deveria ser procurada menos na existência de fronteiras naturais e mais nos fenômenos históricos, aproveitando sua capacidade de produzir um sentimento de fronteira e de gerar um significado coletivo de pertencimento a um espaço comum<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em 17/07/2018. p.14-15.

<sup>73</sup> *Ibidem*. p. 16.

Algumas décadas mais tarde, o geógrafo suíço Claude Raffestin também procurou entender como a História influenciou o conceito de fronteira que vigorou no século XX. Para o autor, a fronteira permaneceu durante muito tempo como um espaço mal definido e raramente delimitado até que o aparecimento do Estado Moderno, apoiando-se na vulgarização dos instrumentos cartográficos, inaugurou uma tendência de linearizar suas fronteiras. Segundo as hipóteses levantadas por Raffestin<sup>74</sup>, o surgimento de linhas rígidas e contornadas por muros defensivos, durante o século XX, é a culminância de um processo de estabelecimento de traçados lineares iniciado desde o século XV, quando o Estado Moderno passou a entender a fronteira como um instrumento de comunicação de uma ideologia. O mais curioso de sua perspectiva, é que Raffestin, diferente de muitos estudiosos do seu tempo, foi um tanto crítico quanto ao conceito de fronteira linear na sociedade contemporânea, chegando a acreditar que:

A linha materializada é uma ‘perversão’ política que dissimula um estado latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar relações de poder das quais a violência seja excluída (...). Isto é, de fato, um paradoxo político e geográfico, pois a cada demarcação linear extremamente precisa corresponde uma zona geográfica tanto mais impermeável. Trata-se, enfim, de uma zona camuflada em linha<sup>75</sup>.

Na obra *Fronteiras e Nações*, o geógrafo brasileiro André Roberto Martin defendeu uma posição parecida com a de Raffestin. Para o autor, é fácil imaginar uma certa semelhança entre as fronteiras e os semáforos, a medida que ambos procuram evitar colisões<sup>76</sup>. Contudo, a existência de uma dualidade entre os povos que se expandem e os grupos que retraem conduz a uma movimentação de área fronteira, colocando em contradição o caráter relativamente fixo e estático que estamos acostumados a depositar sobre as fronteiras atuais. Para resolver este impasse e evitar algumas confusões muito frequentes, Martin propôs a separação entre os conceitos de fronteira e limite. Em suas análises, a fronteira constitui uma faixa de terra, muitas vezes ocupada por grupos humanos que, em muitos casos, estão acostumados ao intenso intercâmbio produzido pelo contato com o grupo vizinho. O limite, ao contrário da fronteira, é reconhecido como uma linha, e não pode portanto ser habitado<sup>77</sup>. Levando em consideração que, excluindo as barreiras naturais, boa parte dos limites são linhas

<sup>74</sup> RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. p.166-167.

<sup>75</sup> Ibidem. p.167.

<sup>76</sup> MARTIM, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1998. MARTIM, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1998. p.13.

<sup>77</sup> Ibidem. p.47.

imaginárias, as nações procuraram tornar seus limites cada vez mais precisos através da utilização de marcos instalados pelo homem na divisa onde, tecnicamente, a jurisdição daquele estado termina e a do seu vizinho se inicia (Figura 12).

**Figura 12:** Marco fronteiroço entre a Bélgica e a Holanda<sup>78</sup>.



Embora seja difícil situar o momento exato em que os intelectuais da atualidade começaram a encarar a fronteira como um objeto de estudo, é possível notar que cada vez mais os trabalhos acadêmicos que envolvem esta temática vêm ganhando espaço, ainda que em um ritmo muito lento, entre os assuntos discutidos nas universidades. No fim da década de 1980, André Roberto Martim constatou que o interesse público pelas questões de fronteira cresceu após a inauguração de um período de turbulências políticas, envolvendo os conflitos no Oriente Médio e a desagregação da União Soviética<sup>79</sup>. Embora saibamos que a instabilidade política no Golfo Pérsico possa ser explicada através de choques religiosos e diferenças étnicas que remontam um período bem mais antigo, o que se faz importante observar neste ponto é justamente a maneira como as potências europeias se lançaram sobre o Oriente Médio a fim de obter concessões na exploração do petróleo e acabaram acirrando ainda mais as hostilidades existentes nesta região ao ponto de sermos capazes de notar, através da observação dos mapas, como a instalação de oleodutos contribuiu para a formação das fronteiras entre os Estados do Oriente Médio (Figura 13). Com relação à dissolução da antiga União Soviética, não é de estranhar que ela tenha suscitado diversas reflexões a cerca dos questionamentos políticos que permeavam seus contornos. Afinal, a União Soviética

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/historia-e-geografia/42749-conheca-15-fronteiras-interessantes-espalhadas-pelo-mundo.htm>. Acesso em: 11/07/2018.

<sup>79</sup> MARTIM, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1998. p.61-62.

ocupou um espaço bicontinental que, além de controlar o território mais extenso do planeta, possuiu o maior número de vizinhos, abrangendo dentro de suas fronteiras mais de 100 povos culturalmente distintos<sup>80</sup> (Figura 14).

**Figura 13:**  
Fronteiras e oleodutos no Oriente Médio<sup>81</sup>.

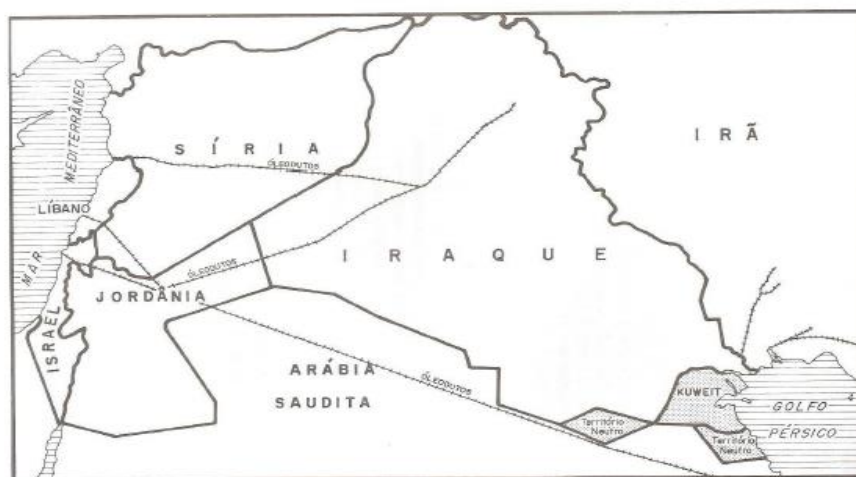


Figura 12 – Nota-se como os oleodutos contribuíram para a definição dos limites entre os Estados árabes da região. O deslocamento sazonal dos beduínos também interferiu na distinção dos “Territórios Neutros”.



**Figura 14:** Países que fizeram parte da União Soviética<sup>82</sup>.

Embora tenha aumentado o interesse público com relação aos questionamentos levantados pelos limites territoriais entre as nações, as fronteiras ainda não integram o quadro dos temas mais populares entre os historiadores. Geralmente, quando emergia do

<sup>80</sup> Ibidem. p.76.

<sup>81</sup> Ibidem. p.75.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/urss/> <https://www.todamateria.com.br/urss/>. Acesso em: 02/06/2019.

esquecimento, o debate acerca desta temática aparecia impregnado de tendências etnocêntricas e até mesmo xenofóbicas, fazendo com que a fronteira assumia, para a maioria das pessoas, um significado pejorativo, sempre associado a guerra ou a criminalidade. Por esta razão, uma investigação coerente sobre uma fronteira deve estar atenta as tentativas anteriores de classificação deste espaço. Sem dúvidas, as maiores contribuições conceituais sobre a fronteira foram elaboradas pelos geógrafos americanos. Em 1940, Whitemore Boggs apresentou ao Departamento de Estado Americano uma síntese que incluía quatro tipos básicos de fronteiras:

Assim, as *fronteiras físicas* seriam aquelas que seguem algum acidente geográfico, tal como montanhas, desertos, lagos, baías e estreitos, rios e canais, pântanos e linhas de contorno de um rio ou lago. Já os *tipos geométricos* correspondem vários tipos de linhas, tais como linhas retas (meridianos e outros círculos máximos), paralelos de latitude, linhas de rumo ou curvas loxodrômicas. (...) Entre as *fronteiras antropológicas*, se encontrariam as tribais, linguísticas, religiosas, econômicas, históricas e culturais, bem como as linhas de propriedade privada e as linhas cadastrais. Por fim, as *fronteiras complexas ou compostas* seriam aquelas estabelecidas por adaptação a uma multiplicidade de fatores<sup>83</sup>.

Pouco tempo depois, uma equipe de geógrafos da mesma nacionalidade, composta por Richard Hartshorne, Derwent Whittlesey e Stephen B. Jones, estabeleceu uma outra subdivisão baseada, também, em quatro tipos de fronteiras:

a) *fronteiras antecedentes* – quando antecedem o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones. É o caso da América e da África e caracterizam-se pelas grandes linhas retas; b) *fronteiras subsequentes* – posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio. Por exemplo, a fronteira germano polonesa na Alta Silésia (...). c) *fronteiras superimposta* – quando cortam áreas em que há unidade cultural. Aparecem na Europa Central e Oriente Médio sobretudo, chegando a dividir cidades e até propriedades privadas rurais e urbanas; d) *fronteiras consequentes* – estabelecidas em regiões escassamente povoadas, ou até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um ‘efeito de barreira’ às comunicações, mantendo as populações isoladas<sup>84</sup>.

Talvez, por fatores que ficarão claros no decorrer deste trabalho, os limites territoriais entre cristãos e muçulmanos, na Península Ibérica, possam ser enquadrados dentro da perspectiva das *fronteiras antecedentes*, uma vez que a conquista e o povoamento estiveram ligados ao projeto político da Reconquista e a concessão dos territórios islâmicos instalados na fronteira, que em muitos casos, precedeu a própria

<sup>83</sup> MARTIM, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1998. MARTIM, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1998. p.59.

<sup>84</sup> Idem.

ocupação do espaço. A perspectiva das *fronteiras consequentes* também é particularmente sedutora, já que a historiografia sugere que a escassez populacional e a ameaça constante de insegurança foram uma das principais características da fronteira castelhana durante o processo de avanço sobre os territórios muçulmanos.

Não acreditamos que o conceito de fronteira que vigorou durante o século XIII em Castela possa ser classificado no modelo de fronteiras subsequentes. Ainda que a possibilidade de enriquecimento e ascensão social motivasse os combatentes da Reconquista, seu objetivo final era a conquista e a anexação das zonas fronteiriças ao território castelhano. Mesmo existindo a possibilidade de intercâmbio comercial na fronteira do Alto Guadalquivir, até o início do século XIV, foram os procedimentos político-religiosos e não os econômicos que concederam o maior impulso para o alargamento dos limites territoriais a favor dos castelhanos. Tampouco, a falta de uma unidade cultural na Península Ibérica impede seu enquadramento no modelo de *fronteiras superimpostas*. Pois, mesmo que experimentos de convivência tenham existido antes das invasões almorávidas e almôadas, a fronteira sul castelhana estava inserida em um espaço multicultural.

Quando analisamos as definições estabelecidas por Whitmore Boggs, duas de suas perspectivas são particularmente interessantes para nosso estudo. Ainda que o medievo tenha sido caracterizado pela fase da fronteira zonal, isto é, sem a existência de um traçado linear preciso, é possível perceber que alguns fatores geográficos foram utilizados para o assentamento de uma *fronteira física* entre cristãos e muçulmanos, a exemplo do que propunha Boggs. Até a formação do reino de Granada, como consequência da ocupação do Vale do Guadalquivir por Fernando III, os cursos d'água foram utilizados como parâmetros para estabelecer os limites entre Castela e os territórios islâmicos. Efetivamente, os grandes rios como o Douro, Tejo, Guadiana e Guadalquivir, foram transformados em marcos privilegiados da ocupação cristã sob o território conquistado e, à medida que o projeto político da Reconquista era ampliado tornaram-se um objetivo para novas conquistas. De fato, como insistiu Renata Vereza<sup>85</sup>, a Reconquista foi capaz de gerar diferentes fronteiras ao longo dos séculos. A fronteira do Douro não é a mesma fronteira do Tejo e, muito menos, a fronteira que existiu ao longo do Vale do Guadalquivir. Através de um processo não linear e não homogêneo o

---

<sup>85</sup> VEREZA, Renata. Na fronteira com Santa Maria: aproximação dos conflitos na fronteira andaluza a partir das *Cantigas de Santa Maria* (Século XIII). Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18\\_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf). Acesso em: 17/07/2018. p.54.



consolidada, já que, na verdade, tratava-se de uma estrutura de concessão marcada por um desequilíbrio de poder entre a maioria e as minorias<sup>87</sup>.

Por fim, seguimos acreditando que as fronteiras não representam construções perpétuas, mas sim, zonas móveis que são alteradas de acordo com os grupos humanos que se estabeleceram nela e que lutam por sua sobrevivência ou por sua prosperidade. A este respeito, André Roberto Martim, acrescentou que todas as fronteiras foram construções humanas, uma vez que foram os homens que atribuíram aos acidentes geográficos a condição de divisão de espaços conquistados e pertencente a um grupo<sup>88</sup>.

Criadas antes para proteger do que isolar, elas (as fronteiras) se ligam à necessidade primitiva do homem em encontrar abrigo para suas manifestações coletivas, entre as quais pode-se incluir, certamente, o desejo de saber o que se passa e o que existe do outro lado da fronteira<sup>89</sup>.

Ainda que Martim tenha afirmado que a tarefa de construir uma tradição acadêmica sobre as fronteiras tenha sido responsabilidade, principalmente de geógrafos e juristas<sup>90</sup>, acreditamos que cada vez mais as transformações políticas e sociais dentro de um território têm aberto grandes oportunidades de investigação para os historiadores. Afinal, como destacou Jacques Le Goff, “não há ponto de encontro do homem biológico e do homem social mais importante que o espaço”<sup>91</sup>. Quando o historiador assume conscientemente o espaço castelhano como objeto de pesquisa é preciso compreender que a história de suas fronteiras esteve diretamente ligada a um lento processo de conquista e ocupação dos territórios submetidos as autoridades islâmicas. Não é a toa que André Bazzana afirmou que a história da fronteira se une estreitamente a própria história da Península Ibérica<sup>92</sup>, ao ponto de tornar incorreta qualquer investigação sobre a fronteira que não leve em consideração o contexto da Reconquista.

---

<sup>87</sup> WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis: O conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004p. 107.

<sup>88</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.40.

<sup>89</sup> *Ibidem*. p.88.

<sup>90</sup> *Ibidem*. p.12.

<sup>91</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p.147.

<sup>92</sup> BAZZANA, André. *El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/993825.pdf>. Acesso em: 16/04/2018.p.38.



## 1.2. AS DIVERSAS FACETAS DA FRONTEIRA CASTELHANA

Buscando uma melhor definição do que foi a fronteira nos tempos medievais, Jacques Le Goff indagou seus leitores com a seguinte pergunta: “Há um lugar que mais faça sonhar que um limite, uma frente, um horizonte, uma fronteira?”<sup>93</sup> Diferente do discurso apaixonado de Le Goff, as investigações a cerca da fronteira e das sociedades que ela teoricamente separava é um trabalho árduo que começa com a definição de qual tipo de fronteira o historiador pretende analisar. Sempre que adotamos um espaço como objeto de pesquisa, é preciso iniciar as análises com determinada cautela. Pois, cada grupo humano deposita sobre seu território marcas próprias de sua história e do relacionamento entre a sociedade e a paisagem habitada. Por esta razão, o espaço também é uma importante ferramenta para a compreensão do passado. Segundo Emílio Martín Gutiérrez: “Los paisajes contienen información histórica. El patrimonio cultural forma parte de nuestra memoria y constituye un signo de nuestra identidad. Los paisajes que contemplamos a través de la mirada de los conquistadores transmiten las huellas de su propio pasado”<sup>94</sup>.

Nos últimos anos, o estudo dos conceitos de fronteira na Península Ibérica ganhou destaque e tornou-se um tema historiográfico particularmente atraente para aqueles que se aventuram a compreender o imaginário da Reconquista. Mesmo que não seja de maneira aprofundada, os investigadores sempre acabam passando pelo tema das fronteiras quando descrevem qualquer relação de contato entre o mundo cristão e os muçulmanos instalados na Península Ibérica, o que não significa que exista uma vastidão de trabalhos sólidos a cerca do conceito de fronteira. Embora o arcabouço teórico sobre as questões do espaço como ferramenta histórica seja mais extenso na Europa que na América latina, a fronteira ainda necessita de uma base conceitual que nos permita entender seu contexto nos tempos medievais. Em *Etnicidade, governo e fronteiras medievais primitivas*, Michael Kulikowski, vem criticando a utilização de conceitos modernos para descrever a realidade fronteiriça nos tempos medievais. Para o autor:

---

<sup>93</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.201.

<sup>94</sup> MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. *Los paisajes de la frontera de arcos a fines del siglo XIII*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p. 199.

O fato de que as fronteiras existem não é, por si só, uma observação histórica útil. Em vez disso, os estudos de fronteira partem da premissa de que certas regiões, em certos momentos, são melhor compreendidas através da ideia abstrata da própria fronteira. Contudo, não é evidente que as fronteiras tenham uma utilidade heurística para o historiador; elas são um objeto de estudo útil somente na medida em que proporcionam uma visão interpretativa do passado que não poderia ser alcançada a partir de outras perspectivas<sup>95</sup>.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Jeremy Black<sup>96</sup>, afirma que o estudo das fronteiras é a chave para uma melhor compressão da História Militar. Pois, se levarmos em consideração que elas foram áreas de transição de uma autoridade para outra, o estudo sobre as relações de poder ou mesmo sobre a sobrevivência na zona de fronteira, pode nos ajudar a entender os conflitos na Europa feudal e na Reconquista. Sendo assim, “a fronteira é uma maneira útil de explicar o passado medieval”<sup>97</sup>.

A sobrevivência na fronteira foi uma característica dos povos ibéricos na Idade Média. O reaproveitamento das cidades e das fortificações instaladas nos limites territoriais foi comum entre romanos, visigodos, islâmicos e castelhanos. A oscilação entre conflito e convivência, frequente entre os povos fronteiriços, também esteve presente na história ibérica, principalmente em Castela. Segundo Richard Fletcher, a menção mais antiga ao reino de Castela foi encontrada em um documento do século IX, onde é mencionado um local que ficava *in territorio Castelle*, uma referência a uma região marcada por castelos ou vilas fortificadas. Para o autor, “não é de surpreender que o caráter armado e defensivo dessa região tenha impressionado a tal ponto seus contemporâneos, que deram esse nome àquele território”<sup>98</sup>. Desde seu surgimento, Castela assumiu um papel preponderante na guerra de Reconquista, permanecendo como zona de contato entre a cristandade e os territórios islâmicos de *al-Andalus* (Figura 16).

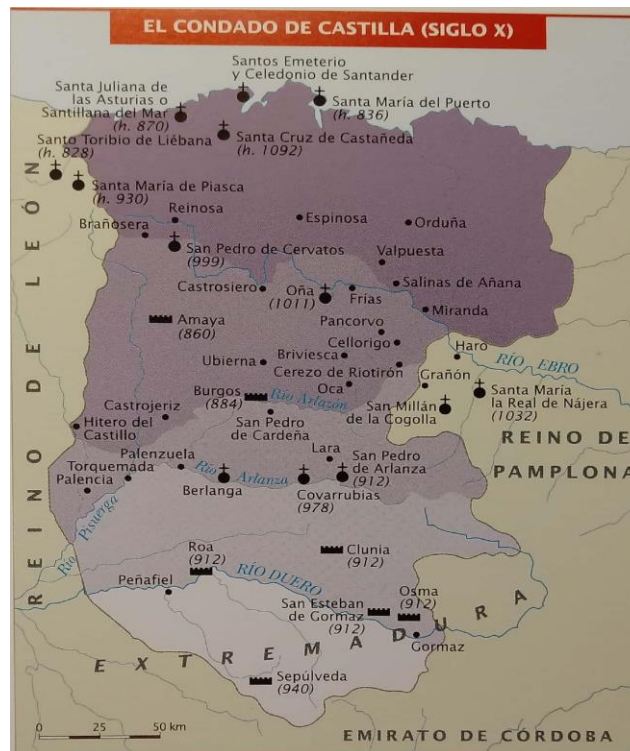
<sup>95</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Etnicidade, governo e fronteiras medievais primitivas*. Disponível em: <http://omarenostrum.blogspot.com.br/2017/02/etnia-governo-e-fronteiras-medievais.html>. Acesso em: 22/05/2017. Tradução publicada no blog *Mare Nostrum* em fevereiro de 2017. Os tradutores não incluíram os números de página e nem o ano de publicação do texto original, dificultando o uso correto das citações. O artigo original, em língua inglesa, foi publicado em 2005 pela editora Brepols com o título *Ethnicity, Rulership, and Early Medieval Frontiers*. Este e outros artigos do autor compunham a obra de nome *Borders, Barriers, and Ethnogenesis: Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*.

<sup>96</sup> BLACK, Jeremy. *Frontiers and military history*. SMH Conference, Utah: Keynote Address, 2008.

<sup>97</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Etnicidade, governo e fronteiras medievais primitivas*. Disponível em: <http://omarenostrum.blogspot.com.br/2017/02/etnia-governo-e-fronteiras-medievais.html>. Acesso em: 22/05/2017.

<sup>98</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002. p.81.

**Figura 16:** O condado de Castela no século X<sup>99</sup>.



Embora o real significado do termo *al-Andalus* ainda seja um tema largamente discutido entre os estudiosos, é certo que, desde os tempos de Américo Castro, a historiografia formulou um consenso que vem sendo seguido por diversos historiadores a exemplo de Adeline Rucquoi e Manuel González Jiménez. Em geral, o que se entende por *al-Andalus* nos trabalhos acadêmicos é o território peninsular dominado pelos muçulmanos durante a Idade Média, um espaço extremamente original que abrigou uma civilização mesclada entre os invasores de origem árabe, suas tropas compostas de berberes e os grupos hispano-cristão que permaneceram na Península Ibérica após a derrubada do último rei visigodo na batalha de Guadalete, em 711<sup>100</sup>. Longe de ser um território estático, o espaço ocupado pelos muçulmanos sofreu sensíveis alterações após a formação do reino de Castela e a difusão dos ideais da Reconquista. Em meados do século XIII, quando Afonso X assumiu o trono de Castela, a expressão *al-Andalus* não representa mais que o frágil reino de Granada, um significado totalmente diferente daquele que possuía no século VIII, quando os muçulmanos empregavam este termo para fazer referência aos territórios ocupados pelo islã em quase toda a Península

<sup>99</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2007. p.161.

<sup>100</sup>RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 65.

Ibérica. De acordo com os questionamentos levantados por Juan Abellán Pérez<sup>101</sup>, um novo tipo de moeda cunhada em Córdoba no ano de 716 é prova suficiente de que os muçulmanos utilizaram o termo *al-Andalus* já no início de sua conquista para nomear o espaço geográfico conquistado após a queda dos visigodos. No chamado dinar bilíngue de Córdoba (Figura 17) é possível ler em um dos lados da moeda a frase: “*Dúriba haḏāal-dīnar bi-al-Andalus sanat tamān wa tis ‘īn*” (Grifo nosso)<sup>102</sup>, que em uma livre tradução do árabe pode ser entendida como, “Este dinar foi cunhado em *al-Andalus* no ano de 98”<sup>103</sup>. Mesmo que as explicações sobre a origem do termo *al-Andalus* sejam insatisfatórias, é importante perceber que ele representou não somente uma nomenclatura dada a área ocupada pelo islã na Península ibérica, mas sim uma tomada de consciência de sua realidade geográfica e humana que, mesmo sofrendo um processo de contração após a expansão dos reinos cristãos, foi construída por intermédio da força<sup>104</sup> (Figura 18).



**Figura 17:** O dinar bilíngue de Córdoba<sup>105</sup>.

<sup>101</sup> ABELLÁN PÉREZ, Juan. *La perdida de hispania y la formación de al-Andalus*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

<sup>102</sup> ARIZA ARMADA, Almudena. *Los dinares bilíngues de al-Andalus e el Magreb*. Revista Numismática Hécate, Nº 3, 2016. p. 145. Disponível em: [https://www.academia.edu/30621186/LOS\\_DINARES\\_BILING%20C3%9CES\\_DE\\_AL-ANDALUS\\_Y\\_EL\\_MAGREB](https://www.academia.edu/30621186/LOS_DINARES_BILING%20C3%9CES_DE_AL-ANDALUS_Y_EL_MAGREB). Acesso em: 09/04/2018.

<sup>103</sup> O ano de 98, destacado na moeda, segue a contagem estabelecida pelo calendário islâmico, iniciado com fuga de Maomé para a cidade de Medina no ano de 622. Diferente dos cristãos, os muçulmanos controlam a passagem do tempo através de um calendário lunar composto por doze meses de cerca 29 ou 30 dias.

<sup>104</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial. 1988.

<sup>105</sup> ARIZA ARMADA, Almudena. *Los dinares bilíngues de al-Andalus e el Magreb*. Revista Numismática Hécate, Nº 3, 2016. p. 145. Disponível em: [https://www.academia.edu/30621186/LOS\\_DINARES\\_BILING%20C3%9CES\\_DE\\_AL-ANDALUS\\_Y\\_EL\\_MAGREB](https://www.academia.edu/30621186/LOS_DINARES_BILING%20C3%9CES_DE_AL-ANDALUS_Y_EL_MAGREB). Acesso em: 09/04/2018

**Figura 18:** *al-Andalus* entre os séculos VIII e IX<sup>106</sup>.



Segundo Alejandro García Sanjuán, o forte predomínio de uma ideia muito generalizada a qual entende-se o termo *al-Andalus* como a parte da Península Ibérica dominada pelos muçulmanos, conta com o amplo e sólido respaldo dos testemunhos encontrados nas fontes árabes, já que o único topónimo utilizado pelos autores muçulmanos para denominar esta região foi *al-Andalus*<sup>107</sup>. De acordo com suas análises, não estamos diante de um termo exclusivamente geográfico que se apresenta como um território definido em função de critérios naturais baseados em limites físicos<sup>108</sup>, mas sim de um topónimo de carácter administrativo que designava um território delimitado por fronteiras estritamente políticas que abrigava uma comunidade que através de seus laços religiosos e culturais, se integrava a uma estrutura espacial bem maior que o mundo islâmico chamava de *Umma*. “*Al-Andalus* no era el nombre de un país determinado por barreras naturales, sino de una entidad política, establecida obviamente en un espacio territorial pero cuyas fronteras no eran físicas, sino administrativas”<sup>109</sup>. Para García Sanjuán, os geógrafos árabes foram conscientes de que os reinos cristãos eram entidades políticas alheias ao islã e que, graças a existência do

<sup>106</sup> MONSALVO ANTÓN, José Maria. *Atlas histórico de la España medieval*. Madri: Editorial Síntesis, 2010. p.26.

<sup>107</sup> GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. El significado geográfico del topónimo al-Andalus en las fuentes árabes. Disponível em: [http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/5554/Significado\\_geografico\\_del\\_toponimo\\_Al-Andalus.pdf?sequence=2](http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/5554/Significado_geografico_del_toponimo_Al-Andalus.pdf?sequence=2). Acesso em: 13/02/2019. p.5.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p.5.

território fronteiriço designado de *tagr* (*tugur* no plural), não integravam a noção de *al-Andalus*<sup>110</sup>.

Quando pensamos nos limites territoriais entre Castela e as terras islâmicas não basta afirmar, tal como fez Jacques Le Goff, que este espaço “permaneceu uma periferia de um tipo especial”<sup>111</sup>, faz-se necessário justificar quais fatores fizeram de *al-Andalus* uma fronteira diferente das outras existentes na Europa medieval. Primeiramente, acreditamos que o caráter permanentemente móvel desta fronteira possibilitou uma percepção de limite diferente daquela que vigorava entre as demais monarquias europeias, como a França e a Inglaterra. Em segundo lugar, podemos destacar que esta região esteve de certa maneira demarcada pela religião, a medida que colocava em contato a Cristandade e a comunidade universal dos fies islâmicos, a *Umma*, característica que não era encontrada nas demais fronteiras mediterrâneas com exceção de Jerusalém. Paralelamente a isso, enquanto as cidades castelhanas careciam de autonomia e organização municipal, os povos de *al-Andalus* já desfrutavam de um mundo urbano organizado e de uma vasta rede comercial tendo Córdoba como centro de um comércio internacional. É de se estranhar que uma sociedade que durante os séculos X ao XIII atingiu um nível de urbanização, sofisticação e riqueza sem precedentes no Ocidente medieval tenha sucumbido as investidas castelhanas nos tempos de Fernando III. De acordo com as investigações de Felipe Maílo Salgado, a explicação para a ampliação da fronteira castelhana está na perda de um sentimento de identidade “nacional” gerado pela ineficácia militar dos líderes islâmicos e pela fragmentação do território em *taifas* (Figura 19)<sup>112</sup>. Segundo o autor, havia uma discordância de interesses entre as elites, que estavam dispostas a recorrer ao auxílio das sociedades do Magreb para não perder seus privilégios e o povo comum, que preferia submeter-se a domínio cristão na condição de *mudéjar*<sup>113</sup>. Para Maílo Salgado:

<sup>110</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>111</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.201.

<sup>112</sup> Taifas: Pequenos reinos islâmicos surgidos na Península Ibérica após a fragmentação do Califado de Córdoba no século XI. A origem do termo vem do árabe *ta'ifa*, que significa “facção” ou “partido”. Segundo Richard Fletcher, “era característico dos reinos taifa ter como base a cidade que, anteriormente, havia sido a capital da província ou da fronteira, como Sevilha ou Saragoça, onde já existia um aparato de administração local e um certo grau de solidariedade regional, passível de ser explorado por um oportunista”(2000, p.44).

<sup>113</sup> *Mudéjar*: Palavra derivada do árabe *al-mudejjar*. Seu significado, seguindo os estudos de Fletcher (2000, p.158), pode ser interpretado como “pessoa a que se permite permanecer”. Em geral, o termo *mudéjar* era atribuído aos muçulmanos que viviam sob o controle cristão na Espanha medieval.



Los andalusíes nunca estuvieron dispuestos a sacrificarse con sus cuerpos por la defensa de su país. La ambigüedad de la noción del deber colectivo de esfuerzo en la vía de Dios(yihad) llevó a los individuos a reclamar la guerra santa para verse protegidos, pero dejando su práctica al prójimo<sup>114</sup>.

**Figura 19:** Os reinos taifas no século XII<sup>115</sup>.



Até bem pouco tempo a carência de informações disponíveis sobre a *jihad*<sup>116</sup> nas fontes islâmicas levou os historiadores a interpretarem que ela foi pouco difundida entre os povos de *al-Andalus*. Felipe Maílo Salgado, citado acima, acredita que o fato da sociedade islâmica possuir um sistema tributário impediu a formação de um estamento militar coeso, fator que acabou contribuindo para a debilidade endêmica do *al-Andalus* frente ao avanço cristão e teria impactado a prática de uma guerra santa entre os povos islâmicos<sup>117</sup>. Outros pesquisadores como Francisco García Fitz e Pierre Guichard também manifestaram opiniões sobre a debilidade do conceito de *jihad* no sul da Península Ibérica. Quando comparou os distintos níveis de militarização entre a sociedade cristã e os muçulmanos de *al-Andalus*, García Fitz concluiu que o modo de vida guerreiro não fora considerado um ideal entre os muçulmanos, já que a figura de heroísmo não era ocupada pelo guerreiro, mas sim pelo ulemá<sup>118</sup>. Além disso, Garcia

<sup>114</sup> MAÍLO SALGADO, Felipe. *Al-Andalus en la primera mitad del siglo XIII (desde las Navas de Tolosa a la conquista de Sevilla)*. In: *Fernando III y su tempo (1201-1252)*, VIII Congreso de Estudios Medievales. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 2003.

<sup>115</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2007. p.179.

<sup>116</sup> Embora a grosso modo costuma-se traduzir a palavra *jihad* como guerra santa, dentro da perspectiva corânica faz mais sentido entendê-la como um “esforço” espiritual exigido do fiél para colaborar com a expansão e a defesa do islã.

<sup>117</sup> MAÍLO SALGADO, Felipe. *De la desaparición de al-andalus*, Madrid: Abada, 2011. p.50.

<sup>118</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2005. p.267-270.

Fitz também fundamentou sua opinião na escassa relevância que o exército possuiu dentro da organização estatal e na ausência de princípios ideológicos que poderiam atuar como mobilizadores para uma guerra santa frente aos cristãos. Do mesmo modo, Pierre Guichard<sup>119</sup> considerou que entre os séculos XI e XIII a *jihad* fora um assunto do Estado e não um compromisso pessoal esperado daqueles que professavam a fé islâmica, tendo em vista que a religiosidade popular não incluía a necessidade de uma guerra santa contra os cristãos e não fora capaz de mobilizar de maneira individual os guerreiros muçulmanos. Para muitos historiadores, foi justamente a falta de um ardor guerreiro, ou simplesmente a falta de interesse pelas questões militares que contribuíram para o desmoronamento da sociedade de *al-Andalus* frente ao avanço das monarquias cristãs.

Nos últimos anos Alejandro García Sanjúan vem construindo uma opinião diferente da historiografia tradicional quando se trata da noção de *jihad* na Península Ibérica. Para o autor, os investigadores que se pronunciaram sobre esta questão chegaram à conclusão de que o *al-Andalus* possuiu um débil conceito de *jihad* através da adoção de um ponto de vista comparativo com a sociedade cristã peninsular<sup>120</sup>. Como até o presente momento não existe um balanço global sobre a literatura de *jihad* produzida no *al-Andalus* e sobre as transformações do seu conceito nas distintas etapas de evolução da sociedade que ocupou este espaço, García Sanjúan acredita que qualquer conclusão elaborada pelos estudiosos será meramente provisória<sup>121</sup>. Pois, a própria lógica da doutrina islâmica, juntamente com a natureza fronteiriça do território peninsular e a intensa disputa pelo seu controle, por si só, são fatores que a priori justificam o desenvolvimento de uma ideia de *jihad* na sociedade de *al-Andalus*<sup>122</sup>. Como entre os muçulmanos a participação na *jihad* poderia ser tanto maneira pessoal como maneira econômica ou material, García Sanjúan defendeu que os muçulmanos de *al-Andalus* se fizeram presentes na *jihad* através da doação de bens móveis e imóveis

---

<sup>119</sup> GUICHARD, Pierre. *Al-Andalus frente a conquista Cristiana*. Valencia: Biblioteca Nueva y Universitat de València, 2001. p.153-154.

<sup>120</sup> GARCÍA SANJÚAN, Alejandro. *La noción de yihad en época nazarí: el tratado de Ibn Hudayl*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madri: Sílex, 2016. p.371.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.374.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p.370.



em forma de legados piedosos que eram utilizados para a consolidação da defesa fronteiriça, o resgate de cativos e a compra de equipamentos militares<sup>123</sup>.

Em *Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas*, Miguel Ángel Ladero Quesada<sup>124</sup> insistiu que em meados do século XIII, com a diminuição do ardor da Reconquista, era possível classificar as fronteiras ibéricas em dois tipos: As fronteiras *com letra minúscula*, que foram limites estabelecidos entre os reinos cristãos da Península Ibérica ao longo de um processo de diferenciação política ocorrido entre os séculos XI e XIII; e a fronteira *com letra maiúscula*, referindo-se aos limites entre Castela e o reino de Granada, que manteve seu poder quase intacto até o fim do século XV, quando o reino foi entregue aos Reis Católicos. Do mesmo modo que Ladero Quesada, Angus Mackay também propõe o entendimento das fronteiras medievais através da separação em dois grupos de análises distintas.

Pero si las fronteras medievales gozaban de unas características en común, también había diferencias importantes. Por un lado había, por así decirlo, fronteras “de menos intensidad”. Las fronteras entre Castilla y Portugal, Castilla y Aragón (...), eran al fin y al cabo fronteras entre “parientes”, frontera entre culturas más o menos semejantes. En cambio las fronteras entre Castilla y Granada (...) eran muy diferentes, por lo menos en teoría si no siempre en la práctica<sup>125</sup>.

Para o autor, a fundamental diferença entre esses dois tipos de fronteira seria a impossibilidade de existir um período de paz permanente entre Castela e Granada em seus limites territoriais. Embora tenha havido tréguas de curta duração, a paz definitiva na zona de fronteira era inconcebível. Pois, em sua visão, “tanto cristianos como musulmanes concebían la frontera en términos de una guerra religiosa y santa que iba a perpetuarse hasta una victoria definitiva”<sup>126</sup>. Do mesmo modo, Manuel González Jiménez<sup>127</sup>, acredita que a fronteira de Granada não era, de forma alguma, similar às extremidades que separavam os reinos cristãos na Península Ibérica. Afinal, se entre os reinos cristãos, uma série de tratados poderiam definir o traçado da fronteira e torná-la

<sup>123</sup> GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Frontera, yihad y legados piadosos en Al-Andalus (Siglos X-XV)*. III Estudios de Frontera. Disponível em: [https://www.academia.edu/462422/Frontera\\_yihad\\_y\\_legados\\_piadosos\\_en\\_al-Andalus\\_siglos\\_X-XV\\_](https://www.academia.edu/462422/Frontera_yihad_y_legados_piadosos_en_al-Andalus_siglos_X-XV_). Acesso em: 09/02/2018. p.329.

<sup>124</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014.

<sup>125</sup> MACKAY, Angus. *Sociedades fronterizas. Almería entre culturas: (siglos XIII-XVI)*, Vol. 1, 1990, ISBN 84-86862-43-4. p.6.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *La frontera de Granada: Três siglos de paz y de guerra*. MVRGETANA. ISSN:0213-0939. Nº130, 2014.

permanente, entre Castela e Granada a fronteira não era um espaço legalmente reconhecido e seus contornos poderiam ser alterados a qualquer momento. Para González Jiménez, as expansões ou do século XIII nos permitem classificar em dois setores distintos o que hoje chamamos de Andaluzia: O Vale do Guadalquivir, conquistado pelos reis castelhanos e o reino de Granada, que permaneceu sobre o controle islâmico até o fim da Idade Média. Em suas análises, o que a documentação classificava como “a fronteira” era uma região que se estendia desde Lorca até Tarifa e separava Castela de um mundo radicalmente distinto, destinado ao desaparecimento e marcado por uma cultura islâmica e pela influência oriental.

Muitos historiadores que investigaram a Andaluzia dos tempos medievais não procuraram conhecer outras características da fronteira além da guerra e da insegurança. Adeline Rucquoi<sup>128</sup>, por exemplo, se contentou em classificar aos limites territoriais entre Castela e Granada apenas como uma fronteira militar, sinalizada por batalhas, escaramuças, roubo e pilhagem. Como pesquisadores de fronteira, não negamos, é claro, a existência dos conflitos ao longo de sua extensão. Contudo, acreditamos que a guerra não pode ser o único valor invocado para se conceituar a fronteira, tendo em vista que o contato entre cristãos e muçulmanos a transformou num espaço permeável e sujeito a intercâmbios.

Ao estudar a guerra de Reconquista e a expansão castelhana, Francisco García Fitz rebateu esta representação da fronteira como um local de conflitos permanentes. Segundo o autor, a ideia de uma “*frontera caliente*”<sup>129</sup>, tão comum entre parte dos historiadores, foi forjada à custa do relacionamento entre as conquistas castelhanas no vale do Guadalquivir e o comportamento militar de Fernando III. Sem dúvidas, o conceito de *frontera caliente*, que chegou até os nossos dias graças aos esforços dos poetas e juristas de Afonso X, era uma metáfora bem construída que fundia o imaginário da guerra de fronteira com as representações de índole climática próprias da Andaluzia. Para os contemporâneos de Afonso X, a sobrevivência na fronteira dependia da adaptação ao forte calor e ao clima seco característico do sul da Península Ibérica, como é possível perceber neste relato do cerco de Sevilha extraído da *Primera Crónica General de España*: “Ca las calenturas eran tan fuertes et de tan grant (...) que se morien los omnes de grant destenpramiento corrompido del ayre que semeiaua llama de fuego;

---

<sup>128</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 273.

<sup>129</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. *Una Frontera Caliente*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.160.

et corrie aturadamente sienpre vn viento tan escalfado, como sy de los enfiernos saliese»<sup>130</sup>.

Além de expressar ideias de índole climática, o conceito de *frontera caliente* metaforicamente sugere a forma pela qual os cronistas medievais entendiam a vida na fronteira andaluza, como um espaço marcado pela ferocidade, hostilidade e permanente atividade bélica. Em contrapartida, a historiografia atual vem se posicionando em desacordo com esta visão de guerra ininterrupta e sem expectativa de término na região de Andaluzia. Longe de ser um espaço exclusivamente bélico, a fronteira fora um ponto de contato entre grupos distintos. O próprio Garcia Fitz acredita que o conceito de *Frontera Caliente* é incompatível com a realidade da fronteira andaluza. Pois, os eventos bélicos levados a cabo contra os muçulmanos podem ser caracterizados como:

Una guerra de baja intensidad pero que generaba una sensación de desasosiego permanente, de inseguridad obsesionante, de *frontera caliente*, perfiles que sin duda contrastan agudamente con las imágenes de tolerancia y convivencia que a veces se ofrece de ella<sup>131</sup>.

De acordo com as pesquisas de Garcia Fitz, se tentarmos calcular matematicamente as relações entre cristãos e muçulmanos na Baixa Idade Média, é possível estimar que, em apenas em 15% deste tempo, os castelhanos estiveram em guerra aberta contra tropas islâmicas<sup>132</sup>. As cavalgadas na zona de fronteira, frequentes mesmo nos tempos de paz, geralmente eram motivadas pela defesa dos interesses da nobreza e das milícias urbanas, sem que isso representasse uma ação unificada sob liderança da coroa castelhana. Embora concordemos que a comunidade ibérica foi uma sociedade de fronteiras, acostumada aos riscos e imposições próprios da guerra, não estamos de acordo com as conclusões de Adeline Rucquoi quando a autora se debruça sobre uma teoria já um tanto antiquada como a da sociedade organizada para a guerra, ou mesmo quando defende a hipótese da guerra como fator dominante nesta

---

<sup>130</sup> Aqui as quenturas/temperaturas são tão fortes e tão grandes que os homens morrem pelo grande desmantelamento causado pelo ar que se assemelha a uma chama de fogo; e corre sempre atordoadamente um vento tão quente, como se tivesse saído dos infernos (Livre tradução). AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap.1126. p.768.

<sup>131</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. *Una Frontera Caliente*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.179.

<sup>132</sup> Segundo Francisco García Fitz: “en estas fronteras la conflictividad bélica nunca habría revestido los alarmantes caracteres de intensidad, generalización y exclusividad con que se le suele presentar en la historiografía ao uso, sencillamente por el <<tiempo de la guerra>> sólo abarcaría – los cálculos se há hecho para la frontera castellana de los siglos bajomedievales – en el 15% de las relaciones entre cristianos y musulmanes, mientras que el <<tiempo de la convivencia>> representaría el 85% restante”(2001,p.161).

sociedade<sup>133</sup>. Afinal, estudos recentes criticam uma corrente de historiadores que habilmente se aproveitam da concepção guerreira e violenta da fronteira para promover este conceito de sociedade organizada para a guerra. Richard Fletcher, autor que também analisa a expansão castelhana, reconhece que a fronteira era, de fato, um “mundo duro, em que a posição social era importante, a justiça era complicada e a guerra nunca estava longe”<sup>134</sup>. Entretanto, dentro de suas análises, a imagem de cristãos e muçulmanos engalfinhados em combates permanentes é no mínimo equivocada.

Buscando o entendimento desta questão, José Rodriguez Molina<sup>135</sup>, acredita que a necessidade de sobrevivência nos limites territoriais do reino intensificou a busca por entendimentos entre os reinos cristãos e as autoridades muçulmanas. A realidade fronteiriça, marcada por amplos períodos de paz e de instituições capazes de mantê-la, nos permite falar também de uma sociedade organizada para paz, tal como propôs Rodrigues Molina:

Tampoco podemos aceptar la opinión monolítica de que en esos pueblos sólo se asentaba una sociedad articulada para la guerra, como se ha dicho por prestigiosos historiadores. A uno y otro lado también se asentaban sociedades organizadas para la paz, como apuntan nuevas investigaciones<sup>136</sup>.

Ao propor nas fronteiras uma sociedade organizada para paz e não para a guerra, Rodriguez Molina baseou-se na ideia de que a necessidade de intercâmbios e o desejo de sobrevivência formou uma sociedade mais tolerante. Seguindo esta visão, Rodriguez Molina, criticou a corrente historiográfica que tendeu a enxergar na fronteira um cenário exclusivamente de conflitos. Para o autor: “No parece que la frontera fuese escenario unicamente de conflictos, ni éstos se protagonizaron siempre entre la facción Cristiana y musulmana ineluctablemente enfrentadas”<sup>137</sup>.

Todavia, o fato de propormos neste trabalho uma sociedade castelhana organizada para a paz, como fizeram Angus Mackay e Rodríguez Molina, não significa exatamente que pretendemos ignorar que a fronteira produziu diversas incursões militares ou mesmo que ela contribuiu para a criação de grupos humanos que fizeram da violência um meio de enriquecimento e ascensão social. Seria um erro acreditar que a

---

<sup>133</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 216.

<sup>134</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.85.

<sup>135</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial, 2007.

<sup>136</sup> *Ibidem*. p.13.

<sup>137</sup> *Ibidem*. 144.

convivência entre cristãos e muçulmanos era como uma entidade fixa e consolidada, já que a experiência de viver tão próximo a um grupo humano distinto deveria ser inquietante para ambos<sup>138</sup>. Por esta razão, convém destacar que esta convivência que temos insistido aqui não era, de forma alguma, uma situação permanente, mas uma condição que só poderia existir enquanto as fronteiras políticas não fossem ultrapassadas. Sendo assim, o que procuramos evitar neste ponto é a transformação da zona de fronteira em um cenário de conflitos permanentes, onde cristãos e muçulmanos manifestavam suas hostilidade através de uma luta cega e desenfreada que só terminaria com o completo extermínio do outro. O enorme aparato defensivo erguido nas extremidades de Castela para prevenir as razias inimigas são uma prova de que sempre havia a possibilidade de conflito. Em geral, o cotidiano na zona de fronteira oscilava entre um estado de guerra e de paz atenuada, cujo equilíbrio era facilmente alterado de acordo com os interesses dos grupos sociais que habitavam nos pontos de contato. Sendo assim, a violência na fronteira tinha mais a ver com os anseios dos homens da fronteira, que acabavam provocando conflitos de pequenas proporções, sejam eles nobres em busca de terras ou arruaceiros em busca de riquezas, do que com os assuntos de interesse exclusivo do reino ou do monarca.

A historiografia atual tem buscado enxergar uma mescla de tolerância e perseguição na fronteira castelhana com os povos islâmicos, principalmente nos séculos XII e XIII, onde a necessidade de garantir o povoamento das terras conquistadas colaborou para a permanência dos grupos islâmicos na Andaluzia. Em sua obra *La España Mora*, o historiador inglês Richard Fletcher<sup>139</sup> diferiu duras críticas a historiografia ibérica no que tange a temática da convivência na Andaluzia. Para o autor, muito potencial intelectual foi desperdiçado em argumentações opostas em prol de uma Andaluzia tolerante, ou intolerante, quando o mais importante para o historiador deveria ser a compreensão dos motivos que levaram a esta mescla entre cristãos e muçulmanos na zona de fronteira. Além disso, Fletcher critica uma atual corrente de historiadores que sugerem que a convivência foi algo inédito na história medieval europeia, esquecendo-se que experimentos de convivência entre cristãos e muçulmanos ocorreram também na Sicília normanda e nos reinos cruzados estabelecidos na Síria e na Palestina.

---

<sup>138</sup> WHEATCROFT, Andrew. *Infieis: O conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004p. 102.

<sup>139</sup> FLETCHER, Richard. *La España Mora*. Editorial Nerea, 2000.

Ao tratar das relações multiculturais entre cristãos e muçulmanos, Thomas F. Glick<sup>140</sup> também salientou que alguns historiadores perdem sua imparcialidade ao minimizar os fatores positivos do contato e observar o intercâmbio apenas nos tempos de paz. O fato de pesquisarmos uma sociedade em pleno conflito não quer dizer que não havia tolerância, ou que mesmo dentro desta esfera de tolerância não poderia também haver enfrentamentos. Afinal, hostilidade e complacência são fatores que andavam de mãos dadas nas zonas fronteiriças castelhanas. Em sua busca pelos aspectos interculturais que ligavam os povos cristãos e muçulmanos na Andaluzia, Glick notou que os limites territoriais entre os distintos grupos eram marcados por ramificações ecológicas perceptíveis, alteradas sempre que a fronteira era deslocada em favor da conquista ou da imposição de assentamentos permanentes. Para formular esta teoria, o autor baseou sua análise na observação da economia agrícola e na utilização dos recursos naturais tanto por cristãos como por muçulmanos.

Por sorte, a historiografia recente tem tentado ultrapassar o estigma da fronteira como um espaço exclusivamente bélico, abrindo os olhos para observar os tipos de relações econômicas que ela conseguiu produzir, ou mesmo a maneira como os grupos humanos instalados nela foram capazes de aproveitar os recursos naturais necessários para sua sobrevivência. Embora a carência de investigações nos impeça de conhecer melhor as atividades econômicas desenvolvidas pelos castelhanos durante a ocupação do vale do Guadalquivir, sabe-se que a escassez de mão de obra e a existência de amplos espaços com um baixo número de habitantes favoreceram a criação de gado, principalmente ovino, nas extremidades de Castela. Para Enrique Rodríguez-Picavea<sup>141</sup>, a fronteira entre Castela e *al-Andalus* foi um espaço privilegiado para o crescimento da atividade pecuarista devido a existência de três fatores. Primeiramente, o largo tempo em que a fronteira permaneceu como uma zona de população escassa (fator histórico). Em seguida, a existência de condições naturais adequadas para a criação de gado (fator geográfico) e, por fim, o desenvolvimento da atividade bélica nas extremidades de Castela (fator militar). Com relação a este último ponto, Rodríguez-Picavea ainda ressaltou que o caráter semimóvel do pastoreio se adequou melhor a fronteira e, ao

---

<sup>140</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993.

<sup>141</sup> RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique. *La ganadería en la economía de frontera*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.182.

ritmo militar existente nela, do que o caráter estático da agricultura<sup>142</sup>. A instabilidade, causada pela intensa atividade bélica própria da fronteira fez do gado um bem mais seguro para se transportar do que os gêneros agrícolas. Pois, enquanto as plantações eram vulneráveis aos ataques inimigos, o gado poderia ser abrigado nas estruturas defensivas.

Embora as análises de Rodríguez-Picavea sejam extremamente positivas para a compreensão da atividade pecuarista na fronteira de Castela, acreditamos que além das razões históricas, geográficas e militares, o desenvolvimento da criação de gado na zona de fronteira também atendeu a fatores econômicos. No texto *La frontera de Granada: el comercio con los infieles*, José Enrique Coca Castañer destaca que as cabeças de gado, tanto bovino quanto ovino, ocupavam o primeiro lugar no índice de exportações de Castela para Granada<sup>143</sup>. Além disso, sabe-se que a lã castelhana era um produto com alto valor comercial, uma vez que abastecia os centros de produção têxteis.

Também é possível que a busca por novas áreas de pastagens tenha sido uma das motivações para a conquista e a colonização das terras de *al-Andalus*, já que o avanço da fronteira contribuiu para a concentração de povoadores próximo aos recintos fortificados e produziu uma nova orientação econômica baseada na criação de gado para atender, principalmente, as exportações para os mercados consumidores nas terras islâmicas. A este respeito, Thomas F. Glick sinalizou que a alteração da balança de poder em favor dos cristãos, ainda no século XII, favoreceu a lenta movimentação de rebanhos ao longo da fronteira<sup>144</sup>. Pois, a medida que o território conquistado era modificado, para a implantação de áreas de cultivo de cereais e vinhas principalmente, uma quantidade menor de terras ficava disponível para o pastoreio, estimulando indiretamente os criadores de gado a penetrarem na zona de fronteira em busca de áreas de pastagem.

No que tange ao aproveitamento dos recursos naturais, tem crescido o interesse dos historiadores ibéricos pelo emprego dos sistemas hídricos na região de Andaluzia. O já citado Emilio Martín Gutiérrez, ao tentar ressaltar a importância da cidade de Arcos no contexto expansionista, mostrou-se muito interessado no relacionamento entre os cursos d'água e o estabelecimento de povoadores após a conquista das regiões

---

<sup>142</sup> *Ibidem*. p.183.

<sup>143</sup> COCA CASTAÑER, José Enrique López de. *La frontera de Granada (Siglos XIII-XV): El comercio con los infieles*. In: *Cristianos y musulmanes en la península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivencia*. XI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 2009. p.369.

<sup>144</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.137.

fronteiriças. Em 2004, Francisco Veas Arteseros<sup>145</sup> dedicou todo um estudo a exploração dos recursos hídricos na fronteira entre Murcia e Granada. Para o autor, os cursos d'água foram um recurso tão importante que várias civilizações os utilizaram para marcar seus limites territoriais ou mesmo para definir novas metas de expansão. Durante a Reconquista, rios como o Douro, o Tejo e o Guadalquivir, tornaram-se fronteiras propriamente ditas, demarcando o avanço cristão sobre o território islâmico. Embora cristãos e muçulmanos reconhecessem o valor inapreciável e o caráter público das águas de um rio, o seu compartilhamento poderia provocar o desentendimento entre ambos os lados. A redução do fluxo de água dos rios, seja por causas naturais ou pela construção de moinhos e represas, era sempre um motivo justificável para a adoção de medidas protetivas e incursões militares sempre que um grupo se sentia prejudicado pelo outro. Embora a questão da exploração dos rios e seu relacionamento com a guerra de fronteira tenha sido abordado superficialmente por Martín Gutiérrez e Veas Arteseros, seus estudos demonstram a crescente preocupação dos historiadores com o aproveitamento dos recursos naturais no espaço fronteiriço.

Muitos autores também enxergaram nas fronteiras entre os cristãos e os muçulmanos uma espécie de barreira demarcada pela essência religiosa. Adeline Rucquoi, por exemplo, insistiu que embora a fronteira tenha sido uma área eminente móvel e permeável, ela foi um espaço de separação entre a Cristandade e a *Umma*, demarcando o *al-Andalus* e os territórios que estavam sujeitos à autoridades cristãs. Ainda que a autora tenha levantado algumas questões sobre o estudo da fronteira castelhana, a obra intitulada de *História Medieval da Península Ibérica* não aparou algumas arestas importantes para a compreensão deste fenômeno, reconhecendo, por fim, que o estudo da fronteira ainda esta longe de suscitar as investigações que merece<sup>146</sup>. Em sua curta abordagem sobre a zona limite com os mouros, Adeline Rucquoi contentou-se basicamente em explorar a imagem depreciativa e os estigmas religiosos que foram atribuídos aos muçulmanos durante a Reconquista. Para a autora:

Os muçulmanos, sob a influência conjugada do ensino da Igreja e das intervenções armadas vindas do Norte da África, foram apresentados como os *sequazes* de uma *seita infame*, heresia difundida pelo *filho de Satã*, Maomé, os *inimigos da fé*, seres depravados e impuros, de sangue negro, infiéis e desleais, que Deus tinha enviado para punir os Espanhóis pelos seus

---

<sup>145</sup> VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís. *El agua en la frontera Murcio-Granadina*. In: RODRÍGUES MOLINA, José & TORO CEBALLOS, Francisco (coord). *V Estudios de frontera: Funciones de la red castral fronteriza*. Jaen: Diputación Provincial de Jaén, 2004.

<sup>146</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 273.



pecados. Era preciso, pois, combatê-los, assim como repetiam a porfia aos cronistas, os teólogos e os canonistas dos séculos XIV e XV<sup>147</sup>.

O conceito de fronteira religiosa foi construído através da expectativa de um confronto desenfreado entre os reis castelhanos, que se julgavam herdeiros de um passado visigótico, e os reinos islâmicos. A imagem de guerreiros sacralizados patrulhando as fronteiras não é uma invenção dos séculos XI e XII. Christopher Tyerman<sup>148</sup>, ao investigar o choque entre cristãos e muçulmanos, constatou que a defesa da cristandade já circundava a retórica cristã desde as guerras de Carlos Magno, no século VIII. Esse mundo utópico do bem contra o mal, encenado pela Reconquista, obteve grande popularidade entre os historiadores que discutem a expansão castelhana sobre as áreas de controle islâmico após o século X. Muitos autores enxergaram a fronteira como um muro ideológico marcado pela intolerância, cuja principal característica era o combate em nome da fé entre dois lados antagônicos. Segundo Rodriguez Molina:

La frontera há constituído desde siempre un ámbito de notable interés para los historiadores, por lo que significa de zona de separación y encuentro entre dos estados, dos sociedades, dos culturas, dos mundos diferentes e ideologicamente bien definidos<sup>149</sup>.

Analisando os escritos de Richard Fletcher<sup>150</sup>, somos levados a pensar que atribuir aos limites entre Castela e o mundo islâmico o conceito de fronteira religiosa, sem submetê-los a uma reflexão, seria arriscar-se a entender essa fronteira de maneira equivocada. Certamente, não seremos capazes de compreender o cotidiano dos homens de fronteira enquanto pensarmos que ela foi capaz impedir intercâmbios político-religiosos, ou acreditarmos que foi exclusivamente a filiação religiosa dos habitantes de *al-Andalus*, e não a competição pelo domínio territorial e o controle dos recursos materiais, que fizeram dos muçulmanos uma ameaça para os reinos que integravam a cristandade ibérica. É importante destacar que as bordas entre *al-Andalus* e os reinos cristãos não foram uma barreira religiosa, mas sim uma zona penetrável e eminentemente móvel sujeita a incursões militares, ao traslado de mercadores e a migração de cristãos, sejam moçárabes que fugiram das terras islâmicas ou peregrinos a

<sup>147</sup> Ibidem, p.275.

<sup>148</sup> TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

<sup>149</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007. p.9.

<sup>150</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002. p.68.

caminho de Santiago de Compostela. Todavia, desmentir o conceito de barreira religiosa não significa excluir a importância da religião para compreender a noção de fronteira entre os castelhanos, já que a palavra fronteira surgiu para definir o espaço que tocava o limite da Cristandade ibérica e as terras ocupadas pelos grupos islâmicos (*Terram maurorum*), do mesmo modo que os muçulmanos utilizavam as expressões *Dar al-Harb* (casa da guerra) e *Daral-Islam* (casa do islã) para nomear dois territórios distintos que possuíam diferenças tanto políticas como religiosas. Para Manuel González Jiménez<sup>151</sup>, a fronteira se definia não somente pela existência de uma série de fatores geopolíticos, mas, sobretudo, pela sensação de enfrentamento entre o mundo cristão e o muçulmano.

O contato entre cristãos e muçulmanos não foi marcado exclusivamente pela ação guerreira ou pela demonização do adversário. Na fronteira, houve espaço para alguns intercâmbios culturais e até mesmo a simbiose de tradições religiosas. A permanência dos povos mudéjar nas regiões conquistadas por Castela, no século XIII, dão mostras da permeabilidade da fronteira e de sua incapacidade de impedir o relacionamento entre ambas as religiões. Embora fosse uma minoria religiosa que se movia entre as luzes positivas e negativas, conforme destacou Francisco Garcia-Serrano<sup>152</sup>, os mudéjares compunham a maior parte da população fronteiriça de Castela. Sua incorporação na zona de fronteira garantiu o povoamento das regiões conquistadas durante o reinado de Fernando III, evitando que o território retornasse ao controle islâmico, ou mesmo que fosse povoado com criminosos e arruaceiros. Para Richard Fletcher, ao que tudo indica a população mudéjar era formada por pessoas de condição social bastante simples, que trabalhavam no campo como pequenos camponeses ou pastores, e nas cidades como carpinteiros, ceramistas ou ferreiros. Segundo o autor:

En las ciudades entre em Duero y el Tajo, como Ávila, Ségovia, Toledo y Talavera, existía una presencia mudéjar pequeña pero apreciable. Más al sur, entre el Tajo y el Guadalquivir (...), se extendía un país poco colonizado, grand parte de él en forma de vastas fincas y dehesas propiedad de las órdenes militares: las ciudades eram escasas y pequeñas. Los múdejas sobrevivían acá y acullá como campesinato rural empobrecido o em forma de grupos de esclavos em latifundios. Todavía más al sur, em Andalucía propiamente dicha, hallamos un escenario diferente. Allí había ciudades

<sup>151</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.297.

<sup>152</sup> GARCÍA-SERRANO, Francisco. *La creación de identidad en la frontera medieval hispana y la visión del outro: mudéjas y judíos*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009.

prósperas, la mayor parte de ellas con comunidades mudéjas, algunas modestas y considerables<sup>153</sup>.

Além dos mudéjares, a existência de uma múltipla lealdade entre os senhores, que habitam a região da Andaluzia, nos impede de conceber a fronteira como uma barreira religiosa. Ao invés de separar, as fronteiras castelhanas facilitaram o contato entre os grupos políticos e religiosos distintos. Nas zonas periféricas, as leis eram mais flexíveis e os indivíduos instalados nelas disfrutaram de maior liberdade política e fluidez social, estabelecendo a múltipla lealdade como uma característica da região. Sendo assim, a nobreza castelhana, muito ligada à extraterritorialidade, dava-nos mostras de estar capacitada a negociar com o melhor partido fronteiriço que pudesse lhe oferecer vantagens militares ou econômicas. Para Adeline Rucquoi:

Quando, nos séculos XII, XIII ou XIV, um grande senhor queria marcar oposição à política régia, <<desnaturalizava-se>>, rompendo assim, mas do que com qualquer relação de vassalagem pessoal, com aquela que o ligava a terra, não reconhecendo mais o rei como seu senhor natural<sup>154</sup>.

No século XI, uma situação análoga aconteceu com um dos personagens mais famosos da história militar espanhola, Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido popularmente como *El Cid*. Exilado em 1081, pelo rei de Castela, dom Rodrigo atravessou a fronteira e colocou-se a serviço do emir de Saragoça durante cinco anos. Entre os muçulmanos, *El cid* conquistou fortuna e prestígio até sua reconciliação com Castela, em 1087. No mesmo período, quando Sevilha ainda pertencia aos mouros, o rei Al-Mutamid incentivou o desembarque das tropas almorávidas vindas do norte da África na tentativa de conter o avanço castelhano. Tempos depois, com a submissão de Granada e Córdoba ao poder dos invasores, Al-Mutamid reconheceu que os almorávidas não mais atendiam aos seus interesses e recorreu ao auxílio dos cristãos para combater seus antigos aliados. Foi a disputa pelo poder e pelo controle econômico que incentivou cristãos e muçulmanos a avançarem sobre a fronteira e estabelecerem acordos cuja vantagem ultrapassava as desavenças religiosas. Para evitar a evasão dos senhores fronteiriços, os reis castelhanos procuraram exercer nas zonas periféricas o mesmo tipo de controle que possuíam sobre as regiões centrais do reino. Através do uso da força, ou mesmo da influência, a realeza procurou captar a vassalagem dos senhores instalados na fronteira, temendo que seus interesses privados se tornassem um obstáculo para o assentamento

<sup>153</sup> FLETCHER, Richard. *La España Mora*. Editorial Nerea, 2000. p.164.

<sup>154</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 273.

do poder real nas zonas recém-conquistadas. Desta forma, estaremos cometendo um grave equívoco se acreditarmos que a fronteira foi capaz de impedir qualquer tipo de interação sobre um pretexto religioso.

A realidade da fronteira castelhana é mais complexa do que podemos imaginar. A Reconquista, em seu processo de alargamento do território, permitiu profundas transformações no espaço castelhana, e após o fim do século XII uma quase ininterrupta expansão contribuiu para o aparecimento de uma noção original de fronteira e para o fortalecimento da autoridade real sobre o território. Quando se trata da utilização da fronteira como instrumento de implantação do poder real, Carlos de Ayala Martínez chama a atenção para a atuação das Ordens Militares no contexto Fronteiriço, destacando que “la frontera fue, sin duda, un medio instrumental de los reyes para incrementar a su poder, y las órdenes militares coadyuvaron en este sentido a los objetivos de la monarquía”<sup>155</sup>. Em seu trabalho, *Las Ordenes Militares Castellano-Leonesas*, Ayala Martínez formulou a hipótese de que as Ordens Militares teriam encontrado no cotidiano fronteiriço seu principal campo de atuação, pois acreditavam que neste local estariam exercendo melhor seu papel a serviço da Cristandade. Por esta razão, é bem provável que a participação das Ordens Militares no contexto fronteiriço, além de reforçar os mecanismos de poder do trono castelhana, contribuiu decisivamente para forjar a ideia de uma luta ininterrupta entre cristãos e mulçumanos na fronteira, como bem destacou Ayala Martínez:

Los freies se hallaban en la vanguardia de la lucha armada, pero su vocación religiosa les hacía además eficaces instrumentos de conversión. Contar con ellos, por consiguiente, era tanto como disponer de un cauce útil para la extensión de la fé. (...) Em definitiva, la presencia de las órdenes militares en la hueste real era factor de legitimación de la guerra y automática justificación para su conversión en cruzada<sup>156</sup>.

Discutindo sobre o universo da fronteira violenta e inquieta, tão estimado pelos historiadores, Antônio García Flores<sup>157</sup> acredita que além das Ordens Militares, a atuação da igreja foi fundamental para forjar a ideia de uma guerra santa, e por

---

<sup>155</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares Castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.126.

<sup>156</sup> *Ibidem*. p.152.

<sup>157</sup> GARCÍA FLORES, Antonio. *Fazer Batallas a los Moros por las Vecindades del Reyno*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid, 2001.

consequência, de uma fronteira religiosa, que opunha duas realidades distintas, o cristianismo versus o paganismo, e assim o bem contra o mal. A Igreja, como força legitimadora dos combates frente aos inimigos do cristianismo, soube retirar proveito do imaginário medieval, incentivando as aparições de personagens celestiais que se tornaram comuns nos textos cronísticos, como São Tiago. Na historiografia ibérica, o marco inicial na transformação de São Tiago em um ícone militar foi a Batalha de Clavijo. Embora não conste em nenhum documento além das crônicas, o combate em Clavijo serviu para a conversão do apóstolo em um elemento fundamental da ideologia cristã. O confronto, ocorrido em 844, aconteceu devido à negação do rei Ramiro I de Astúrias ao pagamento de tributos para os muçulmanos. Na crônica de Jiménez de Rada, a Batalha de Clavijo representou um dos primeiros grandes êxitos dos núcleos de resistência ao Islã, marcando o início da expansão cristã sobre o território ocupado pelos muçulmanos. No século XIII, o embate entre as ideologias cristãs e islâmicas colaboram para dar rédeas soltas à imaginação e a busca por intervenções milagrosas que acabam contribuindo para o enraizamento do mito de São Tiago como um *Miles Christi*.

Com la primera luz del día (...) se aprestaron en común para la lucha confortados por la promesa del apóstol. (...) Los sarracenos, sacudidos por el desconcierto, dieron la espalda a las espadas de los cristianos, de modo que perecieron casi setenta mil de ellos. Se cuenta que en esta batalla apareció Santiago sobre un caballo blanco haciendo tremolar un estandarte blanco<sup>158</sup>.

Por fim, o debate a cerca de um sólido conceito que nos permita entender toda a complexibilidade da fronteira, dificilmente, chegará ao fim. Embora a historiografia tenha progredido nas análises sobre o espaço castelhano, ainda há muito para ser explorado. Afinal, como insistiu Manuel González Jiménez:

El tema de la<<frontera>> [...] es un de esos viejos temas históricos que, sin desaparecer del todo, reaparece en el panorama historiográfico al impulso, no diría yo de modas, sino del interés y de las circunstancias de las que el historiador forma inevitablemente parte. Hoy vivimos, sin duda, en un mundo cambiante, de fronteras inestables, y no es, por tanto sorprendente que la vieja temática fronteriza nos ocupe y preocupe<sup>159</sup>.

Assim, ao longo deste capítulo, tentamos observar a maneira como a historiografia procurou conceituar a fronteira entre cristãos e muçulmanos nas

<sup>158</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro IV, Capítulo XIII, p.177.

<sup>159</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación general. La frontera Nazarí*. In: SEGURA ARTERO, Pedro (Coord.). *La frontera orienta nazarí como sujeto histórico (ss.XIII-XVI)*. Actas del Congreso. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1997. p.673.

extremidades de Castela, dando atenção a um conjunto de textos produzidos recentemente e que ainda não haviam sido confrontados dentro de um mesmo trabalho. Sem deixar de prestar reverência aos clássicos como Cláudio Sánchez Albornoz, Julio González e J.A.Maraval, procuramos desmentir algumas ideias há muito tempo enraizadas na historiografia. Temos insistido aqui que a fronteira, longe de ser uma linha delimitadora que separava duas autoridades politicamente definidas, foi um amplo espaço marcado pela mobilidade e por uma grande transição cultural, onde o controle hegemônico era disputado pelas autoridades islâmicas e pelo poder real castelhano.

De fato, a permeabilidade parece ter sido a principal característica da fronteira castelhana, tendo em vista que as barreiras políticas não foram capazes de obstaculizar o trânsito de viajantes e de mercadores que aproveitavam a intensificação das relações comerciais durante os períodos de trégua. Tampouco, os símbolos defensivos como as fortalezas e as torres de vigilância, utilizados para assinalar a divisão política do território, foram eficazes em impedir a travessia de grupos hostis ao longo da fronteira nos tempos de guerra. Certamente, a associação do termo fronteira ao nome de lugares que um dia fizeram parte dela, como Arcos, Aquilar e Jerez de la frontera, além de sinalizar o avanço castelhano sobre o território islâmico dão provas de sua mobilidade. Logo, nos parece justo aceitar a definição formulada por André Bazzana da fronteira entre mouros e cristãos como uma membrana viva<sup>160</sup>, demarcada pelos contornos imprecisos e pela diluição progressiva da ocupação humana.

Embora González Jiménez pareça ter uma completa aversão pela hipótese da fronteira com um perfil menos violento e mais aberto a coexistência, não estamos de acordo com sua proposta de que a fronteira atuou como uma barreira de separação entre dois mundos<sup>161</sup>, o que não significa exatamente que a convivência entre cristãos e muçulmanos era harmoniosa. Thomas F. Glick, em suas investigações, criticou um grupo de pesquisadores que costumam minimizar os aspectos positivos do contato cultural entre os povos fronteiriços para defender o panorama de uma Península Ibérica sempre conflitiva. Em suas análises, um dos erros básicos da historiografia espanhola é acreditar que conflito étnico e a difusão cultural são fatores mutuamente excludentes<sup>162</sup>. Até o meado do século XIII, quando as crônicas cristãs passaram a incentivar a

<sup>160</sup> BAZZANA, André. *El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media*.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/993825.pdf>. Acesso em: 16/04/2018.

<sup>161</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *La frontera de Granada: Três siglos de paz y de guerra*. MVRGETANA. ISSN:0213-0939. N°130, 2014. p.23.

<sup>162</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.218.

demonização dos mouros e a Revolta Mudéjar dificultou a coexistência entre os dois grupos humanos, a fronteira andaluza foi um espaço diverso, cuja competição pelo território foi capaz de gerar períodos de hostilidade e de convivência.

Como temos insistido até aqui, a fronteira funcionou como uma espécie de zona tampão entre o reino de Castela e o território de *al-Andalus*, cuja soberania e o controle do espaço eram incertos graças ao progressivo distanciamento dos centros de poder. Ainda que a sociedade de fronteira estivesse afastada do poder central, ou melhor, da corte real, a presença dos adversários muçulmanos naquele espaço impedia que o rei se descuidasse das regiões periféricas e da tarefa de proteger seus súditos instalados nelas. Sendo assim, mais do que um espaço marcado pela possibilidade de relacionamento com o outro, a fronteira foi um local importante para a sustentação da imagem real, uma vez que as constantes progressões territoriais durante a Reconquista fizeram do rei o grande responsável pelo alargamento ou pela amputação do espaço fronteiriço. A esse respeito, Angus Mackay já havia argumentado que:

El rey se convirtió en la figura central, alrededor del cual se organizó la Reconquista: él coordinaba las grandes campañas y dirigía el trabajo de la colonización. Además, puesto que todas las tierras sin señor pertenecían al rey, la Reconquista aumentaba los recursos reales y todos los que recibían tierras dependían en último término del favor real<sup>163</sup>.

Através do estudo da documentação castelhana é possível especular que o avanço da fronteira gerou o abandono de algumas concepções políticas enraizadas na mentalidade castelhana, como a convicção de que o poder real se manifesta apenas sobre o conjunto de súditos e não sobre a extensão de um território. Historiadores como José Mattoso e Carlos de Ayala Martínez têm se esforçado para romper com a noção de que o poder real é exercido a partir de um centro sem necessariamente preocupar-se com a delimitação do espaço ocupado<sup>164</sup>. Em geral, as conquistas do século XIII favoreceram a institucionalização do poder régio nas fronteiras e contribuíram para o amadurecimento da concepção política de território, “entendido éste como soporte

---

<sup>163</sup> MACKAY, Angus. *Castilla feudal: La guerra como oficio*. Disponível em: <http://www.bibliotecagonzalodeberceo.com/berceo/mackay/laguerracomoficio.htm>. Acesso em: 14/04/2018.

<sup>164</sup> MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. p.68.

necesariamente asociado a una comunidad humana, social y políticamente organizada, y que vive y siente una especial adhesión por él”<sup>165</sup>.

Por esta razão, a entrega de propriedades nas regiões conquistadas por Fernando III para a alta nobreza e as Ordens Militares, ou mesmo a instalação dos *adelantados*<sup>166</sup> próximo a zona de fronteira durante o reinado de Afonso X, foram reflexos do programa centralizador da monarquia que, a partir do século XIII, tentou homogeneizar todo o espaço castelhano e colocá-lo sobre o controle do poder real. Para Ayala Martínez, os reinados de Fernando III e Afonso X representam a elaboração de um autêntico programa político capaz de criar expectativas de soberania para a monarquia:

Dicho programa lo constituye un conjunto heterogéneo de iniciativas y líneas de actuación armonizadas por el común denominador del reforzamiento del poder real, un poder secularizante y romanista, que aspira a la integración corporativa del conjunto del reino desde una adecuada diferenciación fronteriza de su realidad territorial, fundamentada en una compleja pero coherente y unitaria base histórico-cultural. Imponer dicho programa no fue, sin embargo, una tarea fácil. Incluso sería legítimo hablar para el final del reinado de Alfonso X, si no de fracaso, sí de significativos retrocesos en las directrices de actuación, unas directrices que, no obstante, acabarían imponiéndose con claridad a partir de las décadas centrales del siglo XIV<sup>167</sup>.

Mesmo que as conquistas ao longo do Vale do Guadalquivir tenham acelerado as transformações no exercício de poder da monarquia, é importante frisar que a colonização deste espaço seguiu uma lógica feudal. Ainda que se tenha reconhecido a superioridade régia na condução das campanhas militares, o hierarquizado sistema político e social castelhano exigia o repartimento das terras ocupadas como forma de recompensar a participação das diferentes camadas sociais no processo expansionista. Além disso, a concessão de propriedades em *al-Andalus* foi, em algumas ocasiões, uma alternativa para compensar a incapacidade da coroa em garantir a defesa das terras conquistadas. Todavia, o que está em jogo aqui não são os motivos que levaram as concessões de terras dentro da escala hierárquica castelhana, mas sim, a inserção do espaço fronteiriço em um modelo de colonização feudal que, dentro das análises de

<sup>165</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.500.

<sup>166</sup> A figura do *Adelantado mayor de la frontera* ou de *Andalucía* surgiu por volta de 1253, durante o governo de Afonso X. Dentre suas atribuições destacam-se a aplicação da justiça, a defesa da fronteira e o repovoamento do espaço tomado dos muçulmanos. Segundo Júlio Valdeón (1994), a decisão de colocar os territórios das extremidades sobre o comando dos adelantados foi uma das principais inovações de Afonso X.

<sup>167</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.498.



Julio Valdeón<sup>168</sup>, pode ser comparado com o processo de ocupação territorial utilizado pelos demais reinos europeus para a consolidação do feudalismo nas terras conquistadas.

De fato, herdamos uma argumentação confusa de que as relações feudais nos reinos peninsulares estavam bem estruturadas na Catalunha, imperfeitamente articuladas em Castela e escassamente desenroladas em *al-Andalus*<sup>169</sup>. Obviamente muitos historiadores insistiram na tese de um feudalismo incompleto na Cristandade ibérica por não encontrarem evidências da concessão de uma propriedade em troca do serviço militar e de um juramento de fidelidade<sup>170</sup> semelhante ao modelo feudal vivenciado pela França durante a Idade Média. Todavia, o tipo de monarquia que se desenvolveu em Castela foi plenamente feudal<sup>171</sup>, uma vez que o rei esteve cercado de pessoas vinculadas a ele diretamente por laços de vassalagem que eram mantidos através da concessão de privilégios que deveriam ser utilizados pelos grupos dominantes para auxiliar no exercício das funções públicas. Se levarmos em consideração que o feudalismo foi uma organização política e social responsável por distribuir o poder sobre o solo<sup>172</sup>, é possível notar que o processo de avanço da fronteira e a posterior distribuição das propriedades instaladas nela, contribuíram para a gradiente feudalização dos territórios anexados a Castela no século XIII.

Ao analisar a ligação entre centro e periferia, Jacques Le Goff já havia discutido que o relacionamento entre ambos exprime-se, durante a maior parte da Idade Média, por movimentos centrífugos que partem das regiões centrais, há mais tempo romanizadas e cristianizadas em direção aos extremos<sup>173</sup>.

O espaço produz a história tanto quanto é modificado por ela. Entre os elementos espaciais que estruturam a evolução dos conjuntos históricos, nada há de mais revelador desta interação e dessas transformações que a relação entre centro(s) e periferia(s), e a observação de sua evolução dentro de seus limites. Uma sociedade, uma civilização tem seus limites, é um todo. Uma

<sup>168</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>a</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.11.

<sup>169</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.227.

<sup>170</sup> *Ibidem*. p.278.

<sup>171</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>a</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.60.

<sup>172</sup> GLICK, Thomas F. *Paisajes de conquista: cambio cultural y geográfico en la España Medieval*. Valencia: Universidad de Valencia, 2007. p.133.

<sup>173</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.201.

periferia na Idade Média é uma história de ocupação e exploração do solo, portanto de demografia e de economia, de urbanização, de sistema social e político: em situações-limite, feudalismo e Estado<sup>174</sup>.

Especificamente no caso castelhano, a colonização feudal do território conquistado, bem como o processo de alargamento da fronteira levado a cabo no século XIII, contribuiu para a integração de parte da desarticulada e despovoada zona limítrofe com os mouros a estrutura territorial controlada pelo poder real. Tanto é que Braulio Vazquez Campos<sup>175</sup> enxergou na fronteira com o reino de Granada a existência de um descontínuo colchão defensivo formado pelos senhorios concedidos pela monarquia a nobreza, a Igreja e as Ordens Militares. Para o autor:

La nueva Andalucía castellana se configuraba, de este modo, como un mosaico demográfico, cultural e institucional, su calidad de tierra recién conquistada, y con una estructura social aún no consolidada, tenía una importante consecuencia: estaba libre de muchos de los intereses y tradiciones seculares que dificultaban en el Norte las reformas de la monarquía, que se hallava inmersa en un acelerado desarrollo de su estructura burocrática. Esta relativa libertad de acción hizo posible, por ejemplo, avanzar en la línea del “nuevo” derecho que quería extender el poder real: sin resistencias se pudo imponer una casi total uniformidad jurídica en el valle del Guadalquivir, por medio de la concesión a las villas andaluzas de fueros inspirados en el de Toledo. En el mismo contexto, la tierra andaluza fue, sospecho, campo de experimentación para el espíritu renovador del equipo de gobierno de Alfonso X<sup>176</sup>.

---

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2006. p. 72.

<sup>176</sup> Ibidem. p.73.

### 1.3 A FRONTEIRA ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS: UMA TERRA DE NINGUÉM?

Já faz algum tempo que a historiografia tem se preocupado em responder se a fronteira da Andaluzia foi ou não uma linha de separação física. Como temos insistido neste trabalho, a documentação produzida ao longo do século XIII nos impede de enxergar os limites entre cristãos e muçulmanos como qualquer coisa que não seja um conjunto de franjas territoriais frequentemente atravessadas por comerciantes, aventureiros e cavaleiros interessados em devastar o território inimigo ou que rompiam seus laços de fidelidade com as monarquias feudais. Mesmo se a documentação cronística deixasse alguma dúvida sobre o caráter espacial da fronteira, os pesquisadores estão cada vez mais certos de que ela foi uma zona ampla, permeável e transitável. O próprio conceito de espaço, amplamente utilizado pela historiografia, se enquadra melhor a área colonizada pelos castelhanos em *al-Andalus* do que a uma noção de linha fixa e imutável aplicada as fronteiras de hoje. Diferente do mundo atual onde os Estados modernos necessitam de fronteiras precisas e estabelecem linhas de demarcação tão estreitas que é impossível habitar sobre elas, a fronteira castelhana foi, durante o medievo, uma faixa de terra larga o suficiente para ser compreendida como um território cuja autoridade não estava completamente definida, um espaço sujeito a investidas tanto de cristãos como muçulmanos. Logo, como propôs Philippe Sénac, a fronteira era neste período a negação da própria ideia de limite<sup>177</sup>.

Embora estejamos certos de que ela foi um espaço impreciso, afirmar somente que a fronteira foi uma membrana permeável e dinâmica não contribui para o entendimento das questões históricas levantadas por ela. Tanto é que Renata Vereza, adotando a perspectiva de que a fronteira em si não existe, defendeu ser “necessário que a aproximação ao fenômeno supere a mera descrição formal das suas características”<sup>178</sup>. Partindo desta posição, a autora entende que a adoção da fronteira como um objeto histórico só é possível se levarmos em consideração que ela foi o resultado de um movimento, ou uma transformação, realizada pela sociedade responsável por sua

<sup>177</sup> SÉNAC, PHILIPPE. *Apud*: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.294.

<sup>178</sup> VEREZA, Renata. *Na fronteira com Santa Maria: aproximação dos conflitos na fronteira andaluza a partir das Cantigas de Santa Maria* (Século XIII). Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18\\_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf). Acesso em: 17/07/2018. p.52.

construção. Dessa forma, “a fronteira em si não determina a realidade e sim a evolução das formações sociais que a produzem<sup>179</sup>”. Por razões como esta, Thomas F. Glick<sup>180</sup> concluiu que a fronteira não foi somente uma entidade real, mas um conjunto de percepções que influenciaram nas atitudes e nas ações de cristãos e muçulmanos, sendo capazes de modelar o enfrentamento político e cultural entre os dois lados.

Se no mundo atual um país pode tocar o outro, na Antiguidade e sobre tudo no medievo a fronteira tende a ser imaginada como uma zona tampão de soberanias incertas, caracterizada pela escassez populacional e pela alta probabilidade de conflitos militares, que a partir da ação dos Estados nacionais foi recuando lentamente até o seu completo desaparecimento. Na Grécia Clássica, por exemplo, quando um rei espartano se dirigia para a guerra ele era acompanhado de um portador do fogo que o escoltava até a fronteira e ali fazia um sacrifício para garantir as bênçãos dos deuses em sua passagem pela zona limíte<sup>181</sup>. No mundo romano, a existência de uma série de círculos concêntricos que irradiavam a cultura romana para além de suas fronteiras contribuiu para a formação de uma zona tampão entre o *limes* e a Germânia Livre. Segundo Michael Kulikowski, enquanto a diferença entre romanos e bárbaros era mais contrastante longe da fronteira, era difícil distinguir a cultura dos povos nativos e de seus vizinhos dentro da faixa fronteiriça<sup>182</sup>.

Nos primeiros séculos da ocupação islâmica, o Império Omíada impôs sobre o território peninsular uma divisão baseada em três marcas fronteiriças: uma superior, com capital em Saragoça; outra média, cuja sede se localizava em Toledo; e uma inferior, com capital em Mérida (Figura 20). Com a desintegração da administração omíada as marcas fronteiriças foram ultrapassadas pelos movimentos de expansão das monarquias cristãs ou tiveram seu território reconfigurado às custas das relações políticas entre os reinos do norte e as taifas islâmicas. No início do século XII, o sistema de marcas utilizado pelos omíadas acabou sendo desarticulado, uma vez que elas não pareceram compatíveis com a maneira centralizada como o recém chegado Império Almorávida administrava seu território. A partir deste período, o *al-Andalus* passou a contar não com um sistema de marcas centralizadas como o que foi estabelecido pelos omíadas, mas com a existência de uma série de regiões defensivas que modelavam o

---

<sup>179</sup> Ibidem, p.53.

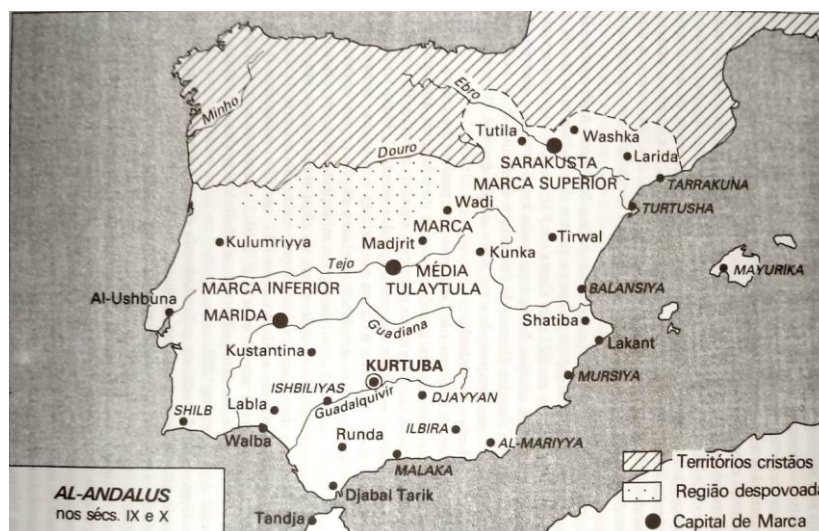
<sup>180</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.83.

<sup>181</sup> GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p.35.

<sup>182</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras 2008. p.52.

espaço fronteiro controlado pelos muçulmanos e eram mantidos graças a proximidade das estruturas urbanas instaladas perto da fronteira ou das fortificações erguidas neste espaço.

**Figura 20:** As marcas hispanicas<sup>183</sup>.



Ainda que a historiografia tenha se inclinado a encher a fronteira como uma zona neutra, não estamos certos de que as marcas que separaram cristãos e muçulmanos durante a Alta Idade Média ou mesmo a fronteira entre Castela e Granada no século XIII, possam ser classificadas como um território neutro. Embora o afastamento do centro, o declínio populacional e a redução do número de assentamentos sugiram que as extremidades possuíam um controle mais frouxo por parte do poder real, é necessário levar em consideração que os castelhanos possuíam um consciência de fronteira muito viva frente aos adversários muçulmanos e, portanto, uma análise historiográfica sobre o espaço que se sustente frente as críticas deve ultrapassar alguns conceitos de ordem meramente alegórica como zona neutra. José Angel García de Cortázar<sup>184</sup>, discutindo sobre o estreito relacionamento entre a sociedade e o território, afirmou que o espaço físico é sempre um espaço social. Logo, o território, que a princípio não passa de um fenômeno da natureza, pode ser entendido como um produto histórico construído pela sociedade que se instalou nele para alimentar uma estrutura de poder baseada em laços territoriais e em relações de produção alojadas no solo. Ainda nesta questão, nos parece um tanto inadequado qualificar o território fronteiro como uma zona neutra, já que a existencia de toda uma arquitetura militar, como castelos, muros e torres de vigilância,

<sup>183</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 78.

<sup>184</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004. p.138.

parecem representar a tentativa do poder real, ou mesmo dos senhores locais, de controlar o espaço fronteiro e reunir grupos humanos em torno de um símbolo de poder. Sendo assim, as fortificações instaladas na fronteira, mais do que estruturas militares planejadas para conter o avanço adversário, foram elementos de enraizamento do poder no solo e sobre os habitantes do entorno que dependiam de sua proteção. Como bem destacou Jean-Marie Pesez:

O castelo é primeiramente uma casa, uma residência aristocrática que abriga um homem que é um senhor, um dominus, (...) o poder e até a segurança do senhor residem no controle que ele exerce sobre um território mais ou menos vasto, sobre homens mais ou menos numerosos. O castelo é assim, também, a cabeça de um domínio cujas muralhas abrigam as colheitas e a sede do poder de comantar outros homens<sup>185</sup>.

Em seu livro *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval*, Thomas F. Glick constatou que a sensação de insegurança e violência na Andaluzia, forjada à custa de incursões e razias inimigas, gerou uma imagem dominante da fronteira como um local desabitado, o “*locus desertus*”. Para o autor, “el elemento de la percepción de la frontera por los castellanos y leoneses de los siglos IX y X era la conciencia de la escasez de su propia población en comparación con el gran número de adversarios musulmanes”<sup>186</sup>. Richard Fletcher, ao tentar compreender o reino de Castela nos tempos de *El Cid*, também optou por seguir a linha de pensamento de Thomas F. Glick. Em suas análises, Fletcher acredita que em um mundo rude e duro, onde a guerra estava sempre por perto, é bem provável que uma das características das zonas periféricas de Castela fosse a escassez de população. Para solidificar sua hipótese, o autor cita um trecho de um poema de Fernán González que descreve o cenário castelhano do século X como um local com “poucos homens reunidos numa terra pequena”<sup>187</sup>.

Segundo André Bazzana, a debilidade demográfica, tanto do lado cristão quanto do lado islâmico, transformou a fronteira em uma espécie de zona pouco ocupada, flutuante e imprecisa, sendo considerada durante muito tempo como um espaço aberto a todo tipo de aventuras<sup>188</sup>. Do mesmo modo, Glick destacou que a historiografia recente tendeu a construir uma imagem da fronteira escassamente povoada baseada em

<sup>185</sup> PESEZ, Jean-Marie. *Castelo*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.153.

<sup>186</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.81.

<sup>187</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002. p.84.

<sup>188</sup> BAZZANA, André. *El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/993825.pdf>. Acesso em: 16/04/2018.p.40.

expressões extraídas da documentação que, na verdade, poderiam possuir um valor retórico<sup>189</sup>. Pois, a consciência de um espaço pouco habitado nasce da comparação entre a baixa densidade de assentamentos cristãos e o progressivo aumento das habitações islâmicas quando se cruzava a fronteira. Para Glick, a ideia de um território desabitado, ou de uma terra de ninguém, pode significar também uma terra que carecia de uma organização política ou administrativa e que, portanto, necessitava de uma colonização dentro da lógica de organização feudal do espaço<sup>190</sup>.

Acreditamos ser perfeitamente compreensível uma classificação inicial do espaço fronteiriço como uma terra de ninguém, já que a existência de um povo com concepções político-religiosas tão distintas dos castelhanos, como foram os muçulmanos, aumentava constantemente a expectativa de confronto e a sensação de insegurança que poderia facilmente levar os grupos humanos instalados na fronteira a perceberem este espaço como um local que escapava do controle exercido pelo poder real. Todavia, ainda que exista um vácuo entre as terras controladas pelos cristãos e o território ocupado pelos muçulmanos, o espaço fronteiriço foi durante a Reconquista um local disputado principalmente após o desenvolvimento da noção de soberania, no século XIII, e com ela a concepção de que o poder real se manifesta não mais sobre um conjunto de súditos, mas sobre um espaço físico determinado por fronteiras específicas.

Muitos autores, a exemplo de José Rodriguez Molina e Richard Fletcher, caracterizaram a fronteira como um espaço deserto e solitário, onde se encontravam homens maus, aventureiros, criminosos, e escravos fugitivos. Na região de fronteira, segundo as investigações de Fletcher, “vastas extensões de terra ainda se encontravam em estado agreste (...), elas eram habitadas também por gente voluntária ou involuntariamente marginalizada da sociedade humana”<sup>191</sup>. Explorar uma fronteira como um espaço marginal não é uma novidade da historiografia atual. No fim do século XIX, através da observação da expansão americana para o Oeste, Frederick Jackson Turner revelou a fronteira como um amplo campo de estudo para os historiadores, defendendo-a como “o pico da crista de uma onda – o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização”<sup>192</sup>. Este ponto de contato, ou seja, a zona de fronteira, recebeu

---

<sup>189</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.81.

<sup>190</sup> *Ibidem*. p.114.

<sup>191</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002. p.85.

<sup>192</sup> KNAUSS, Paulo (Ed.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed Uff, 2004. p.24.

nos estudos de Turner o nome de *wilderness*<sup>193</sup>. Por representar uma natureza inóspita e remota da paisagem fronteiriça, o termo *wilderness* é o equivalente a expressão *tierras de nadie* (terras de ninguém) utilizada na historiografia espanhola. A região inóspita de *wilderness*, quase sempre em contato hostil com os povos indígenas, foi responsável pela promoção da nacionalidade americana, uma vez que, enquanto o litoral permanecia preponderantemente inglês a fronteira oeste atuou como uma espécie de “escola de treinamento militar, mantendo viva a força de resistência à agressão, desenvolvendo as qualidades vigorosas e rudes do homem da fronteira”<sup>194</sup>.

No caso do medievo, Jacques Le Goff também insistiu que a violência e o desrespeito aos mecanismos de enquadramento social permitem propor a fronteira como um mundo, caracteristicamente, fora da lei. O desejo de aventura e de promoção social existente nas zonas periféricas do mundo medieval tornaram-nas um terreno amplo de conquistas, penetráveis por indivíduos com interesses econômicos e religiosos. Para o autor, “o mundo da fronteira é assim, por excelência, o do *aut law*”<sup>195</sup>. Curiosamente, um recente estudo de Emílio Martín Gutiérrez a cerca da fronteira de Arcos no século XIII, levantou algumas dúvidas sobre o conceito de terras de ninguém. Mesmo entendendo que o território fronteiriço estava sujeito a constantes cavalgadas, com objetivo de interromper o trabalho agrícola e a exportação da produção, Martín Gutiérrez deixa claro que não está totalmente convencido de que a expressão terras de ninguém refletia a verdadeira realidade da fronteira entre Castela e *al-Andalus*:

Sin embargo tengo mis dudas en relación con la equiparación de esta zona fronteriza con una zona de nadie o un espacio vacío. A pesar de que la Frontera fuese un lugar inseguro, el aprovechamiento de los recursos en esos espacios continuó durante los siglos bajomedievales<sup>196</sup>.

Certamente, os achados arqueológicos encontrados na zona de fronteira, como pontas de lanças, punhais e flechas, que evidenciam sua função bélica e o clima de insegurança que pairava na região, sugerem que travessia da fronteira era mais frequente do se imagina.

<sup>193</sup> *Wilderness*: Em uma tradução literal significa terra inculca, deserto ou selva. Deriva da palavra inglesa *wild*, cuja tradução seria selvagem, no que se refere à paisagem (Livre tradução).

<sup>194</sup> KNAUSS, Paulo (Ed.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed Uff, 2004. p.35.

<sup>195</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.208.

<sup>196</sup> MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. *Los paisajes de la frontera de arcas a fines del siglo XIII*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p.183.



Para os castelhanos, a área que tocava a borda das terras islâmicas e o extremo de seu território era considerada completamente hostil. Sem dúvidas, os principais fatores que acentuavam esta percepção negativa sobre o espaço fronteiriço foram a sensação de insegurança que dominava o ambiente e a presença de um grupo humano considerado de baixa ídole em virtude de um relacionamento mais estreito com os muçulmanos do outro lado da fronteira. Dentro das análises de Thomas F. Glick, a consciência da escassez de sua própria população, em comparação com o grande número de muçulmanos, foi o elemento básico de percepção da fronteira pelos castelhanos, pelo menos entre os séculos IX e X<sup>197</sup>. Para o autor, foi somente com a morte de al-Mansur, em 1002, e o deslocamento da balança de poder em favor dos cristãos que o sentimento de percepção da fronteira começou a mudar, os reis castelhanos aumentaram constantemente sua força e iniciaram a concessão de foros ou cartas de titularidade para terras que ainda estavam sob o domínio islâmico<sup>198</sup> (Figura 21).



**Figura 21:** As campanhas de al-Mansur<sup>199</sup>.

Cronologicamente, a ocupação do espaço em *al-Andalus* pode ser compreendida, se a perspectiva de García de Cortázar estiver correta, através de algumas etapas distintas:

<sup>197</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.81.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A., 2007. p.153.

Seguimos aceptando, por ello, cinco fechas clave: 912, llegada de los castellanos al Duero; 1085, llegada al Tajo y consolidación del espacio entre Duero e Tajo; 1212, llegada a Sierra Morena y consolidación del territorio entre el Tajo y aquélla; 1264, control de la Andalucía bética; 1492 dominio de la Andalucía penibética. Las diferencias de tirmos entre las distintas etapas de ocupación del espacio permiten plantear la hipótesis de la incidencia que una mayor o menor duración de cada una de ellas pudo tener en la configuración social y económica de los distintos espacios como amplias unidades regionales<sup>200</sup>.

Neste fenômeno, em que uma necessária alteridade positiva se espalhou pela Andaluzia semelhante a uma mancha de azeite<sup>201</sup>, os castelhanos iniciaram uma lentíssima marcha em direção ao Estreito de Gibraltar, empurrando a faixa fronteiriça para o sul da Península Ibérica. Contribuindo, assim, para transformar um espaço sócio-político que praticamente não existia, e que diga-se de passagem era atravessado majoritariamente pelos muçulmanos, em uma extensa área de mobilidade territorial e sociocultural que não pertencia, inteiramente, nem as autoridades islâmicas e nem aos reis cristãos. O arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada, descrevendo a tomada do castelo de Ferral, que ficava na região fronteiriça de Jaén, conseguiu preservar em sua crônica parte deste ambiente hostil que fugia do controle dos líderes cristãos. Na *Historia de Rebus Hispanie*, Rodrigo de Toledo narrou que depois da ocupação do castelo de Ferral:

Un destacamento de moros vigilaba el passo de los cristianos durante ese día y parte del siguiente, y allí se produjeron aquel día bastantes escaramuzas entre los nuestros y ellos, de manera que hubo algunas bajas, pero no muchas, por ambos os bandos<sup>202</sup>.

Os cronistas reponsáveis pela composição da *Primera Crónica General de España*, talvez inspirados pelo texto do Toledano, também deixaram transparecer que além de existir uma certa noção dos limites por onde se estendia o poder real castelhano, havia inclusive uma clara consciência de que ultrapassar este limite impreciso significava adentrar em um território desfavorável e submeter todo o grupo humano que realizou esta transposição a uma possível pressão militar contínua, a exemplo do que suportaram as tropas comandadas pelo mestre da Ordem de Santiago fora do território castelhano:

<sup>200</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004. p.19.

<sup>201</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Arcos y el surgimiento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p.144.

<sup>202</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VIII, Capítulo VII, p.317.

Don Pelay Correa maestro de la orden de Vcles, con su caualleria, que eran entre freyres et seglares dozientos et ochenta caualleros, fue pasar el rio, et paso allende de la outra parte so Eznalfarax, a gran peligro de si et de los que con el eran, ca mayor era el peligro desa parte que de la outra; ca abenmafot, que a esa ssazon era rey de Niebla, les estaua desa parte punaua de los enbargar quanto mas podia, et toda la outra tierra desa parte era estonçes aun de moros<sup>203</sup>.

Através da análise das fontes, fica claro que a expressão terras de ninguém é uma construção própria da historiografia a partir das características da fronteira que a documentação permitiu encher. Portanto, esta expressão não poderá ser encontrada literalmente nas crônicas latinas ou mesmo na *Crónica General*, ainda que a maneira como seus autores descreveram o imaginário fronteiriço, como acabamos de evidenciar pelas citações acima, nos permita entender as razões que levaram os pesquisadores a formular este conceito. De maneira geral, as crônicas do século XIII nem sempre utilizaram a palavra fronteira para indicar a transposição de um espaço para o outro. Para os cronistas castelhanos, o mais importante era descrever os resultados de um confronto militar e não a maneira como os cristãos chegaram a um determinado ponto estratégico, tanto é que a infiltração no território adversário foi frequentemente generalizada por expressões como “*intrauit in terram Maurorum*”<sup>204</sup>.

José Rodriguez Molina analisando a convivência entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, assumiu que existe uma tendência em considerar a zona de fronteira como um deserto estratégico (*Terra nullius*)<sup>205</sup> onde criminosos e renegados de ambas as religiões viviam e conviviam. Mas para além desse mundo de excluídos<sup>206</sup>, o autor salienta que neste espaço também viveram numerosos pastores com seus rebanhos, lavradores que trabalharam em terras arrendadas do outro lado da fronteira, caçadores que procuravam suas presas nos limites de um povoado vizinho e mercadores que exploravam as rotas comerciais cortadas pela fronteira. Assim como fez Rodriguez Molina, o historiador Jacques Le Goff<sup>207</sup> também defendeu que as transformações nas

<sup>203</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1081. p. 750-751.

<sup>204</sup> “Entrou nas terras dos mouros” (livre tradução). BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.79.

<sup>205</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *Convivencia de cristianos y musulmanes en la frontera de Granada*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/17206321/Convivencia-Entre-Cristianos-y-Musulmanes-en-La-Frontera-de-Granada>. Acesso em: 20/02/2019. p.206.

<sup>206</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007. p.35.

<sup>207</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc. 2006. p.209.

zonas periféricas não possuíram um sentido único, dentro de seus múltiplos objetivos, tais como a demografia, a economia ou a religião, houve espaço para trocas e simbioses. Analisar a convivência entre mouros e cristãos dentro da Península Ibérica, certamente, não é uma tarefa tão simples quanto aparenta. A princípio, a suposta convivência entre cristão e muçulmanos na Península Ibérica, uma temática muito influenciada por Américo Castro, foi construída a partir das atitudes tomadas pelos califados islâmicos frente a população hispano-goda submetida após as conquistas do século VIII. No início da ocupação muçulmana a vida política em *al-Andalus* esteve condicionada ao equilíbrio de forças entre duas minorias não muçulmanas e três grupos islâmicos culturalmente distintos. Quando se trata da temática da convivência em *al-Andalus* os cristãos moçárabes e os judeus são sempre mencionados como exemplos de minorias não muçulmanas que habitaram as terras islâmizadas na Península Ibérica. Com relação a população islâmica que fixou-se no *al-Andalus* durante o início de sua colonização, acredita-se que estava subdividida entre três camadas sociais: “Los árabes, que, aunque pocos en número, constituían la élite dominante políticamente muy poderosa; los bereberes, muy superiores en número a los árabes y una gran potencia militar; y los neomusulmanes, *muwalladun*, que con el tiempo constituirían la mayoría de la población”<sup>208</sup>.

Ao contrário do que se pensa, a imagem que podemos construir da sociedade califal que dominou o *al-Andalus* nos primeiros séculos de ocupação não é de uma sociedade integradora, mas sim de uma sociedade excludente. Pois, como insistiu García Fitz, as relações entre estas comunidades distintas tanto por laços religiosos como por laços culturais nunca se desenvolveram em pé de igualdade, sendo marcadas por uma clara e insquestionável superioridade de um grupo sobre o outro<sup>209</sup>. Embora os argumentos construídos por Christopher Tyerman sobre a interação na Península Ibérica mereçam um certo reconhecimento, principalmente quando o autor afirma que a sociedade de *al-Andalus* “não produziu nem um apartheid cultural nem um Éden de harmonia multicultural<sup>210</sup>”, a demasiada insistência em um califado omíada como uma

---

<sup>208</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.217.

<sup>209</sup> GRACÍA FITZ, Francisco. *Las minorias religiosas y la tolerancia en la Edad Media Hispánica*. In: GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica. Universidad de Huelva, 2003. p.23.

<sup>210</sup> TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p.801.

terra de diversidade e de convivência, onde cristãos viviam lado a lado com os vizinhos árabes requer uma revisão.

Se cristãos e muçulmanos permaneceram tolerados no *al-Andalus* foi certamente devido as necessidades políticas e econômicas dos conquistadores árabes e bérberes, que reconheceram a impossibilidade de impor seu domínio e submeter a população local com um efetivo militar tão baixo como o que havia atravessado o Estreito de Gibraltar durante a invasão da Península. Para Garcia Fitz, ainda que cristãos e judeus tenham conseguido viver sob domínio muçulmano sem ter que renunciar as suas crenças e seu modo de vida, isso não significa que estamos diante de uma sociedade que procurou integrar culturas distintas. Afinal, “el statu político, social y económico de los cristianos e de los judíos de *al-Andalus* esta caracterizado por el signo de la exclusión y de la inferioridad”<sup>211</sup>.

De qualquer maneira, a chegada de novas hostes vindas do Magreb nos séculos XI e XII reduziu drasticamente a possibilidade de sobrevivência de grupos cristãos dentro de *al-Andalus*, uma vez que tanto o império almorávida quanto o império almôada trataram de acentuar o caráter sagrado da guerra contra os reinos cristãos. Durante a dominação de ambos impérios sobre o *al-Andalus*, a mais simples possibilidade de coexistência tornou-se impossível<sup>212</sup>. No século XIII, quando Castela avançou para o sul a convivência nas terras islâmicas já havia cessado por completo ou encontrava-se moribunda<sup>213</sup>. Para Francisco Garcia Fitz, essa relação entre dominadores cristãos e dominados islâmicos foram frequentemente interpretadas como sintomas de tolerância e convivência entre comunidades distintas<sup>214</sup>. Contudo, a sociedades cristã reproduziu o mesmo fenômeno de coexistência em um plano indiscutivelmente desigual, para não dizer de segregação ou de exclusão social, que a sociedade muçulmana tinha praticado séculos antes<sup>215</sup>. Pois, partindo das análises do autor, muitos muçulmanos permaneceram vivendo nas cidades conquistadas pelos cristãos e puderam continuar praticando sua religião, a exemplo do fenomeno mudéjar, mas quando se observa o

---

<sup>211</sup> GRACÍA FITZ, Francisco. *Las minorias religiosas y la tolerancia en la Edad Media Hispánica*. In: GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica. Universidad de Huelva, 2003. p.24.

<sup>212</sup> Ibidem, p.27.

<sup>213</sup> WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis: O conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p.102.

<sup>214</sup> GRACÍA FITZ, Francisco. *Las minorias religiosas y la tolerancia en la Edad Media Hispánica*. In: GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica. Universidad de Huelva, 2003. p.19.

<sup>215</sup> Ibidem, p.30.

cerne das relações produzidas neste período devemos evitar deixar-nos conduzir para o engano. Ainda que os grupos islâmicos tenham conservado parte de sua estrutura social e religiosa eles continuaram em uma situação de submetimento político e militar com os castelhanos, que exigiam o vínculo vassalático, o pagamento de tributos e a implatação de guarnições cristãs nas fortalezas muçulmanas<sup>216</sup>.

Infelizmente, o silêncio das fontes com relação a coexistência nas cidades próximas a fronteira ou mesmo a carência de investigações sobre as relações comerciais com o mundo islâmico, nos impedem de entender com clareza como se deu o processo de interação entre mouros e cristãos na fronteira durante o século XIII. O próprio Rodrigo Jiménez de Rada, na condição de autor da *Historia de Rebus Hispanie*, não mencionou em sua crônica que no ano de 1234 o papa Gregório IX respondeu a uma petição sua autorizando os habitantes de Quesada a comercializar bens de subsistência com os muçulmanos<sup>217</sup>. Se por um lado as crônicas castelhanas deixaram de apresentar as possibilidades de interação pacífica entre os grupos humanos que habitaram na fronteira, por outro lado elas não pouparam esforços para destacar que o cotidiano nos limites da Cristandade tendeu a ser um tanto desafortunado. Na *Chronica Latina Regum Castellae*, por exemplo, a transposição pela zona de fronteira foi marcada pela necessidade de abrir caminho entre as fortificações vigiadas pelos muçulmanos e a travessia por lugares de difícil acesso entre as florestas ou as montanhas desertas<sup>218</sup>. O próprio rei Fernando III, segundo este documento, cavalgou de Mérida a Córdoba através de uma terra inviável e deserta, entre a ameaça de ataque das tropas islâmicas e os caminhos cobertos por lodo e por rios que haviam transbordado em função do grande volume de chuvas<sup>219</sup>.

---

<sup>216</sup> *Ibidem*, p.30.

<sup>217</sup> COCA CASTAÑER. José Enrique López de. *La frontera de Granada (Siglos XIII-XV): El comercio com los infieles*. In: *Cristianos y musulmanes en la península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivencia*. XI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 2009. p.370.

<sup>218</sup> “El noble vassalo del glorioso rey (Fernando III), viendo la inconstancia y pusilanimidade del rey de León, oyendo también que su señor el rey glorioso había assediado Baeza, que había sido reedificada y los muros reparados, no quiso volver sin señor a su tierra, sino que por desierto de los montes y por los lugares fragosos de las selvas, abriéndose passo entre los castillos de los moros, aunque ellos se opusieron y em contra su voluntad, llegó a su señor, el rey glorioso, junto a la citada villa cuando el asedio ya había sido afirmado”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Sevicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.38.

<sup>219</sup> “Después, no concediéndose descanso ni de día ni de noche, a través de una tierra inviable y desierta, no obstante los rios que se habían salido de madre y sobrepasado sus orillas ni los caminos llenos de lodo que impedían avanzar, lleno del celo de lo alto casi todo envuelto en lluvias, entre castillos de moros, cumplidor del voto, llegó a Córdoba en el día 7 del mes de febrero” BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Sevicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.95.

No final do século XIX, Miguel Mancheño y Olivares, tentando valorizar o papel de Arcos da Fronteira no contexto da Reconquista concluiu que a vida naquele período devia ter sido sobretudo azarada. Em sua obra intitulada *Apuntes para una historia de Arcos de la Frontera*, o historiador procurou imaginar o cotidiano dos homens de Arcos através das características que as crônicas indicavam:

Siempre alerta y vigilantes los que guarnecían los diversos castillos y atalayas que avanzados en las alturas distantes servían de centinela perpetuo a la ciudad, hacían señales con hogueras y ahumadas desde el momento que divisaban fuerzas con moros por los campos. A aquel signo temeroso, los pastores y ganaderos recogían inmediatamente sus ganados acercándose a la más próxima fortaleza, bajo cuya protección se ponían, mientras que la mesnada de la ciudad, armándose a toda prisa salía siguiendo su bandera a acometer los infieles y hacerlos huir despavoridos, en tanto que las madres y las esposas corrían a las iglesias a pedir a Dios por la vida de sus hijos y esposo. Cerrábanse todas las noches las puertas de la villa, que quedaba con segura custodia, y hasta el amanecer elaban sobre torres y murallas los vecinos armados, a cuya hora abriéndose las puertas, salían por ella destacamentos de jinetes que verificaban una cuidadosa descubierta por todos las inmediaciones a fin de evitar una sorpresa del enemigo<sup>220</sup>.

Embora a historiografia tenha enxergado no despovoamento um dos principais aspectos da fronteira, classificá-la como uma terra de ninguém ou um espaço desértico, sem submeter seu conceito as reflexões necessárias, é arriscar-se a compreender sua realidade de forma equivocada. Alguns autores, como García de Cortázar e André Bazzana, tem optado por considerar a fronteira como uma “terra de quase ninguém” ou um espaço “semivazio” entre dois mundos rivais, uma vez que os limites ente *al-Andalus* e os reinos cristãos não foram simplesmente uma terra vazia, embora seu frágil equilíbrio tenha contribuído para uma permanente debilidade demográfica. Para Thomas F. Glick<sup>221</sup>, a imagem dominante da fronteira como um local deserto ou inabitável, dadas as usuais condições de insegurança e as ameaças de incursões, possui um valor retórico. Em suas análises, a baixa densidade de assentamentos cristãos e a consciência da escassez de sua própria população em relação ao grande número de adversários muçulmanos interferiram na forma como os castelhanos observaram o espaço fronteiriço<sup>222</sup>. Sendo assim, a noção de terras de ninguém é uma perspectiva que só pode

<sup>220</sup> MANCHEÑO Y OLIVARES, Miguel. Apud: CARRIAZO RUBIO, Luis Juan. La frontera en la historiografía de Arcos. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330). Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p. 229.

<sup>221</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.75.

<sup>222</sup> *Ibidem* p.81.

ser levada em consideração se tertarmos observá-la do ponto de vista dos castelhanos que se deslocavam para sul, tendo em vista que os próprios cronistas do século XIII sugerem que a população islâmica dentro da franja fronteira era relativamente maior do que o contingente cristão. Os clérigos responsáveis pela composição das crônicas latinas, através do uso de metáforas e do provável desejo de inflamar a luta contra os mouros, categorizaram as tropas inimigas como um enxame de abelhas<sup>223</sup> ou uma multidão comparável a areia do mar, que em sua passagem pela fronteira era capaz de destruir os pastos com os cascos dos cavalos e fazer os rios secarem<sup>224</sup>. O chanceler Juan de Osma, dono de uma escrita menos alegórica do que Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo, optou por uma descrição pouco romantizada das hostes muçulmanas, mas que, de maneira geral, contribuiria para a super valorização do número de adversários: “Terribiles quidem erant castrorum acies ordinate; nunquam tot et talia arma ferrea in Hispaniis uisa fuerunt”<sup>225</sup>.

A super valorização do efetivo adversário não é uma novidade das crônicas castelhanas. Desde a antiguidade, tem sido comum a estratégia de fazer o número de inimigos parecer infinito para destacar que a valentia e as bênçãos de Deus pairavam sobre os vencedores. Embora seja difícil oferecer dados demográficos confiáveis para o período medieval, devido a inexistência de recenseamentos regulares ou registros de nascimentos e mortes<sup>226</sup>, é bem provável que as cidades muçulmanas fossem mais populosas do que as cidades castelhanas em virtude das constantes ondas migratórias vindas do Magreb e por sua inserção nas grandes rotas comerciais islâmicas desde o período omíada. A este respeito, Richard Fletcher notou que quando comparadas, as cidades cristãs que ficavam entre o Tejo e o Guadalquivir pareciam pequenas e escassas frente as cidades prósperas e maiores que existiam em *al-Andalus*<sup>227</sup>. É possível também que a percepção do cronista com relação ao exército islâmico estivesse relacionada as inovações táticas introduzidas pelos almorávidas e almôadas na guerra de fronteira. Segundo Ricardo da Costa, os impérios marroquinos acrescentaram às tropas regulares três fileiras de arqueiros, garantindo a superioridade da infantaria e da arqueria sobre a

<sup>223</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.XCVII. p.434.

<sup>224</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro VII, Capítulo XXVIII, p.299.

<sup>225</sup> Em verdade, terríveis pareciam as filas ordenadas dos acampamentos; nunca tantas e tais armas de ferro se haviam visto nas terras hispânica (Livre tradução). BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.30.

<sup>226</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. p.100.

<sup>227</sup> FLETCHER, Richard. *La España Mora*. Editorial Nerea, 2000. p.164.



cavalaria cristã<sup>228</sup>. Além disso, renovaram a arte da guerra através da utilização dos “sons escatológicos”<sup>229</sup>, geralmente grandes tambores cuja função era amendontrar o inimigo. Esta nova forma de fazer a guerra deve ter causado o pavor esperado em um grupo de cristãos que até o limiar do século XIV ainda não dispunha de um exército permanente. Reunir um grande número de homens foi uma constante preocupação do poder central castelhano, uma vez que a utilização de exércitos sazonais e de números variados o colocava em certa desvantagem quando comparado ao mundo de *al-Andalus*.

Em última análise, o despovoamento da zona limítrofe e o abandono das áreas de cultivo, que levaram os historiadores a classificá-la como uma terra de ninguém, possui uma tênue relação com o modelo de ocupação do espaço utilizado pelos castelhanos durante a Idade Média Central. Tanto é que García de Cortázar chamou atenção para as características da ocupação territorial que formou entre os cristãos uma imagem do espaço fronteiriço<sup>230</sup>. Para o autor, a maneira como os muçulmanos ordenaram o espaço através de grandes aglomerados urbanos levou os castelhanos a aplicar um modelo de ocupação que começava pelas incursões de devastação, para privar a população dos bens necessários para seu sustento, seguía pela captura das fortificações que constituíam sua defesa avançada e concluía com o assédio da cidade<sup>231</sup>. Certamente, o processo de ocupação do *al-Andalus* e a reação militar que a invasão cristã produziu na sociedade islâmica acabaram contribuindo para o abandono da região de fronteira, tendo em vista que a população inerme, por sua vulnerabilidade, era geralmente a mais afetada pelas incursões de saque no território inimigo. Manuel Alejandro Rodríguez de la Peña defendeu uma posição particularmente interessante para nosso estudo. Dentro de suas análises, a população civil do Ocidente latino que habitou os territórios limítres com outras civilizações, durante a Idade Média, esteve imersa em uma contínua espiral de violência, uma vez que as expedições de saque, realizadas com o intuito de amedrontar e desmoralizar a população civil, eram uma forma característica de fazer a guerra pelos grupos que viviam de ambos os lados da fronteira<sup>232</sup>.

---

<sup>228</sup> DA COSTA, Ricardo. *A guerra na Idade Média, um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições para todos, 1998. p.91.

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004. p.20.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. *Añadiendo muertos a los muertos: el destino de los vencidos em la frontera de Al Andalus en cronística latina plenomedieval*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p.32.

## CAPÍTULO 2 – AS CRÔNICAS FERNANDINAS E SEU RELACIONAMENTO COM A FRONTEIRA DE *AL-ANDALUS*.

### 2.1 O NASCIMENTO DA FRONTEIRA NAS CRÔNICAS CASTELHANAS

Desce o início da Idade Média as crônicas têm atuado como um modelo de registro dos fatos históricos em ordem cronológica<sup>233</sup>, construídos em torno de um reinado ou de figuras individuais que tenham servido como modelos comportamentais, positivos ou negativos, para a sociedade. Segundo o *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, as crônicas foram gêneros literários enraizados durante a Idade Média, que tinham por objetivo forjar a perspectivação do passado e a memória de um reino<sup>234</sup>. Embora Jacques Le Goff tenha insistido que na Idade Média havia mais confiança no testemunho de um mensageiro do que nas palavras contidas em uma pele de carneiro manchada de tinta<sup>235</sup>, as crônicas desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da literatura no Ocidente Medieval. As primeiras crônicas escritas neste período eram chamadas de “crônicas do mundo” ou “crônicas universais”. Nelas, os cronistas buscavam ligar as raízes de seu povo aos patriarcas bíblicos e até mesmo aos ancestrais míticos na tentativa de forjar sua memória através de um passado glorioso. Parafraseando Peter Burke, podemos dizer que lembrar do passado e escrever sobre ele não mais pareciam atividades tão inocentes como outrora alguns pesquisadores julgavam que fosse<sup>236</sup>. As crônicas medievais assumiram intencionalmente o objetivo de registrar a memória e construir a história de um determinado grupo humano tendo consciência, como enfatizou Le Goff, de que a História era:

Um relato simples e verdadeiro, visando transmitir à posterioridade a memória do que passou. (...) Naturalmente, a história não podia conservar a memória de tudo o que havia passado. Só devia fixar o que era digno de lembrança e relatar coisas memoráveis. Isto é, os prodígios, as guerras, os atos de príncipes e santos<sup>237</sup>.

<sup>233</sup> *Chronicus*: no latim representa aquilo que é relativo à cronologia (FARIA, 1956, p.170).

<sup>234</sup> LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (Coord.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p.173-175.

<sup>235</sup> BATANY, Jean. *Escrito/oral*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.390.

<sup>236</sup> BURKE, Peter. *História como memória social*. In: *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 69-70.

<sup>237</sup> GUENÉE, Bernard. *História*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.526.

Para Pierre Bonnassie, o gênero cronístico se desenvolveu a partir dos séculos XI e XII com a afirmação das monarquias européias<sup>238</sup>, influenciado pela tradição hagiográfica e pelas obras biográficas que destacavam o heroísmo de grandes personagens da Alta Idade Média como Carlos Magno e Luís, o piedoso. Mesmo que a oralidade e os gestos rituais continuassem a dominar a vida social, Jerome Baschet afirma que:

A partir dos séculos XI e XII, os usos da escrita transformaram-se e diversificaram-se. A produção de manuscritos aumenta de modo considerável: Na França do Norte ela é quadruplicada entre o século XI e o século XII. E ainda dobra durante o século XIII, época em que essa atividade é partilhada por ateliês laicos urbanos, que utilizam métodos de cópia em série aumentando o ritmo de produção e diminuindo sensivelmente o preço dos livros. Os mosteiros redigem atos (*chartes*) cada vez mais numerosos, logo copiados e reunidos nos cartulários, ao passo que se multiplicam as cartas e decisões emitidas pelas chancelarias – episcopais e pontifícias, mas também principescas e reais – onde, são os clérigos que manuseiam a pena e ocupam o cargo de chanceler<sup>239</sup>.

A valer, desde a História dos Francos, escrita entre 576 e 594 por Gregório de Tours, até a formação das chancelarias afonsinas, bispos e monges foram os mais característicos historiadores do período medieval. O predomínio da escrita nas mãos dos clérigos pode ser explicado pela transformação do latim em língua oficial da Igreja e veículo exclusivo do texto bíblico. O latim, aliado a consolidação da teologia e a prática dos sacramentos, foi um dos principais meios de dominação utilizados pela Igreja para manter sua situação privilegiada entre Deus e o fiel. A sacralização do latim reforçou a dualidade entre letrados e iletrados (*litterati/illitterati*), contribuindo para transformar os clérigos em grandes especialistas da escrita, a medida que possuíam acesso quase ilimitado as sagradas escrituras e todos os livros copiados nos *scriptoria* dos mosteiros. Posto isso, as crônicas foram produzidas por membros de uma elite letrada, dividida entre a fidelidade eclesiástica e a vinculação as cortes reais, principalmente, no caso dos castelhanos. Segundo Ron Barkai, os cronistas são uma espécie de narradores parciais, que selecionam os fatos e lhes dão forma através de expressões e vocabulários próprios do seu cotidiano, valendo-se da inflexibilidade e do emprego de um juízo de valor para expressar a mentalidade da classe que

<sup>238</sup> BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. p.64.

<sup>239</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. p.181.

representavam<sup>240</sup>. Sempre observando a história através de um olhar parcial, os eruditos medievais deixavam transparecer sobre o documento a forma de pensar da sociedade em que viviam. Em razão disso, já dizia Marc Bloch em seu tempo: “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”<sup>241</sup>.

Por esta razão, é esperado que o historiador tenha um olhar cuidadoso ao realizar qualquer investigação nas crônicas medievais, evitando a simples reprodução dos fatos narrados nela sem a elaboração de uma coerente análise crítica. Quando se trata de uma investigação em crônicas medievais, devemos levar em consideração que o texto muitas vezes contém uma intencionalidade não declarada, reproduzindo os vínculos políticos e religiosos aos quais estavam presos seus autores. Como já havia assinalado Edward H. Carr, os fatos nunca chegam até o historiador de forma pura, eles são um produto oriundo da mente de quem os registrou. Por isso, a preocupação do pesquisador não consiste apenas em descrever os fatos narrados no documento, mas, também investigar quem foi o responsável pela composição da obra. Pois:

Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava (...). Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles<sup>242</sup>.

Embora tenha crescido a curiosidade dos estudiosos com relação à expansão fronteiriça no século XIII, a historiografia ainda insiste em negligenciar as contribuições que as crônicas poderiam trazer para os estudos do alargamento da fronteira antes do reinado de Afonso X. Mesmo que as relações estabelecidas entre cristãos e muçulmanos tenham ocorrido com maior frequência do que relatam as crônicas medievais, os episódios contidos nelas são importantíssimos para compreender as campanhas militares de Fernando III, bem como a administração dos territórios recém-incorporados a Castela por seu sucessor. Segundo Ron Barkai, depois da Batalha de *Las Navas de Tolosa* a imagem do adversário muçulmano e da guerra de fronteira adquirem uma nova

---

<sup>240</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madri: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.15.

<sup>241</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.60.

<sup>242</sup> CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.52.

dimensão<sup>243</sup>. De forma direta e consciente, os autores das crônicas passaram a relacionar o conteúdo dos seus textos aos ideais da Reconquista, destacando as finalidades político-religiosas da expansão para garantir um relato, por escrito, do triunfo e da hegemonia castelhana. No reinado de Fernando III, três grandes obras foram responsáveis pela construção intelectual da memória castelhana e pela percepção de uma fronteira real, forjada à custa dos avanços cristãos entre a batalha de *Las Navas de Tolosa* e a conquista de Sevilha, que nada tinha a ver com as fronteiras que separavam os reinos cristãos. Diferente do reinado de Afonso X, que procurou explicitar parte de seu projeto expansionista em única crônica, o reinado de Fernando III ficou marcado pela criação de múltiplas histórias oficiais. Provavelmente, a proliferação das histórias fernandinas deve estar relacionada a uma tentativa de reafirmação da autoridade real após a reconfiguração territorial, que possibilitou o alargamento das fronteiras não apenas com a conquista das cidades andaluzas, mas com anexação do reino de Leão em 1230. Mesmo patrocinadas pela monarquia, as crônicas fernandinas ofereciam uma reconstrução do passado muito diferente, mas sem deixar de conservar características semelhantes como a redação do texto em latim e o período de composição das obras quase que simultâneo. De maneira geral, as crônicas fernandinas expressaram o pensamento de um grupo de religiosos que compunham a elite intelectual do reino de Castela. Sem se preocupar com o cotidiano do homem comum, as crônicas castelhanas seguiram o padrão textual do Ocidente medieval. Como dizia Pierre Bonnassie, “em toda esta historiografia medieval fica um grande ausente: o povo miúdo das cidades e do campo. Mas que desprezado ele é ignorado por todos os autores com raríssimas exceções”<sup>244</sup>.

Nenhuma crônica contemporânea a Fernando III narrou por completo todos os episódios marcantes de seu governo. Curiosamente, as três grandes crônicas do período escolheram a conquista de Córdoba, no ano de 1236, como ponto de encerramento de seus trabalhos<sup>245</sup>. Segundo Inés Fernán-de-Ordóñez, o fato dos cronistas não terem prolongado seus relatos para além desta data é uma estranha coincidência se levarmos em consideração que todos faleceram acerca de dez anos após a tomada de Córdoba

---

<sup>243</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.212.

<sup>244</sup> BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. p.65.

<sup>245</sup> Após a conquista de Córdoba Rodrigo de Toledo ainda escreveu dois capítulos, um sobre a devolução dos sinos da catedral de São Tiago, que haviam sido roubados por al-Mansur no século XI, e outro sobre o casamento de Fernando III com Juana de Ponthieu.

pelas tropas cristãs<sup>246</sup>. Talvez, a explicação para um dos mais chamativos enigmas da cronística hispânica, tenha sido o fato de que cada autor possuía conhecimento da obra de seu antecessor e buscou utilizá-la como parâmetro para seu texto. Em nossa opinião, o fato dos autores terminarem com a conquista de Córdoba era uma escolha óbvia, já que a anexação desta cidade permaneceu como o grande marco da Reconquista até a captura de Sevilha no ano de 1248, data em que Rodrigo de Toledo e Juan de Soria já haviam falecido<sup>247</sup>. O cerco a Sevilha, bem como seu processo de povoamento, só podem ser reconstruídos pelo historiador através de um mergulho nas obras tardias como a *Primera Crónica General de España* ou a *Crónica de Alfonso X*.

Pois bem, ao longo deste capítulo buscamos destacar como a documentação régia produzida na época de Fernando III enxergou uma fronteira móvel e permeável forjada às custas dos avanços cristãos sobre as terras islâmicas entre *Las Navas de Tolosa* e a conquista de Córdoba. Levando em consideração que os cronistas fundamentaram suas obras em preciosos relatos orais e em documentos que hoje são desconhecidos, procuramos entender quais as contribuições de Juan de Soria, Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo para o entendimento do que foi a fronteira durante a primeira metade do século XIII. Mesmo que o estudo das crônicas ibéricas tenha saído da marginalidade, o papel destes cronistas, com exceção de Rodrigo de Toledo, ainda é pouco destacado. Parte dos historiadores da atualidade produziram inúmeros textos sobre os impactos da *Primera Crónica General* sem sequer mencionar que Afonso X foi o herdeiro de uma produção historiográfica sem precedentes na história cultural da Península Ibérica. Afinal, “cuando en 1252 Alfonso X recibe en Sevilla el reino de Castilla y de León a la muerte de su padre, el rey Sabio heredaba no sólo el señorío sobre un territorio. También recibía en herencia la construcción simbólica e ideológica sobre la que se apoyaba su construcción política”<sup>248</sup>. Sem dúvidas os principais títulos desta importante produção historiográfica herdada por Afonso X foram a *Chronica Latina Regum Castellae*, o *Chronicon Mundi* e a *Historia de Rebus Hispanie*, obras que em virtude de seu impacto político resolvemos antecipar sua apresentação.

---

<sup>246</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria*. e-Spania, 2, 2006. p.2.

<sup>247</sup> Lucas de Tuy morreu no ano seguinte, provavelmente em idade avançada.

<sup>248</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, Alcanate, 3 (2002-2003). p.1.

a) A *Chronica Latina Regum Castellae* (CLRC), composta em etapas durante os anos de 1223 e 1237<sup>249</sup>, é considerada o primeiro relato cronístico escrito durante o reinado de Fernando III. Ainda que o documento não tenha sua autoria claramente identificada, a historiografia atribuiu a composição da obra a Juan de Soria, bispo de Osma e chanceler real de Castela até sua morte em 1246. A opção pelo bispo Juan de Soria não foi uma decisão unânime entre os pesquisadores. Na década de 1990, Luis Charlo Brea considerou a possibilidade da obra possuir mais de um autor<sup>250</sup>. A redatora de uma das versões da crônica, Cabanes Pecourt<sup>251</sup>, chegou a sugerir o nome de Rodrigo Jiménez de Rada como autor do texto. Mesmo que não se possa garantir com segurança a autoria da CLRC, sabe-se que a escrita de Rodrigo Jiménez de Rada era muito diferente daquela encontrada nesta obra. Além disso, Juan de Osma reúne todos os requisitos necessários para ser indicado como provável autor da *Chronica Latina*. Pois, foi um eclesiástico castelhano de alta posição, com acesso as sagradas escrituras e conhecedor dos clássicos latinos como Virgílio e Horácio. A obra do bispo de Osma não apresenta nenhuma divisão formal, seu relato transcorre do início ao fim sem interrupções. Diferente de outras crônicas, a CLRC não descreve a história dos godos e nem a formação do reino de Astúrias, optando por iniciar o texto com a morte do conde Fernán González, em 970, e finalizá-lo com a conquista de Córdoba no ano de 1236. Ao que tudo indica, o cronista pareceu estar mais interessado em ressaltar a liderança de Afonso VIII e Fernando III do que construir o mito do reino visigótico perdido para os mouros devido aos pecados dos sacerdotes e o relaxamento militar dos reis visigodos.

b) O *Chronicon Mundi* (CM), segundo a opinião de boa parte dos especialistas, teve sua redação finalizada por volta de 1238, ainda que a historiografia desconheça quando teve início a composição do texto. Durante as primeiras décadas do século XX, Julio Puyol suspeitou que Lucas de Tuy tivesse começado a escrever o CM entre 1197 e 1204 quando ainda era diácono no monastério de Santo Isidoro de Leão<sup>252</sup>. Se Puyol estivesse

---

<sup>249</sup> BRONISCH, Alexander Pierre. *La ideología asturiana y la historiografía en época de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.450.

<sup>250</sup> PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.216.

<sup>251</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.212.

<sup>252</sup> LINEHAN, Peter. *Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy*. Anuario de estudios medievales, ISSN 0066-5061, N° 32, 1, 2002. p.8.

correto a redação do texto completo teria levado pelo menos 40 anos. Trabalhos mais recentes como os de Peter Linehan, da Universidade de Cambridge, têm insistido que a composição do CM não pode ser anterior ao ano de 1230. Afinal, dedicar-se durante quarenta anos a composição de um único livro é um tanto improvável se levarmos em consideração que este período representava cerca de dois terços de uma vida tendo em conta a expectativa de vida de um eclesiástico no início do século XIII. Além do mais, seria um tempo demasiadamente alto para um autor que teve tantos outros trabalhos historiográficos sobre sua mesa para concluir<sup>253</sup>.

Embora Peter Linehan classifique o autor do CM como uma figura enigmática<sup>254</sup>, ele não é, de forma alguma, um desconhecido. Lucas de Tuy foi durante vinte e oito anos cônego do Monastério de Santo Isidoro de Leão e foi nomeado para o bispado de Tuy em 1239, por ninguém menos que o rei Fernando III. Mesmo sendo natural do reino de leão e buscando promovê-lo, Lucas não adotou em seu texto uma postura anti-castelhana. Pelo contrário, foi um eclesiástico pró-monarquista<sup>255</sup>, submisso a burocracia de Castela e defensor de um reinado forte e religioso, sem deixar de exaltar personagens oriundos do reino de leão, como Afonso IX.

O CM foi uma obra muito ambiciosa que procurou construir uma história ibérica em sequência que se iniciava na origem do mundo e terminava com a tomada de Córdoba em 1236. Tradicionalmente, o trabalho de Lucas se divide em quatro partes: Livro I – Da criação do mundo até o imperador Heráclio; Livros II – Historia dos godos, vândalos e suevos até Suíntila; Livro III – Reis godos de Sisenando até Rodrigo; e Livro IV – Reis de Leão e Castela desde Pelágio até Fernando III. Por tratar especificamente da expansão da fronteira no século XIII, o Livro IV foi particularmente importante para o desenvolvimento desta pesquisa, fazendo-se necessário mencionar que existe uma suspeita de que esta separação em quatro livros não corresponde a divisão original estabelecida por Lucas de Tuy. Ao que tudo indica a versão medieval possuía apenas três capítulos, sendo o quarto parte do terceiro. Para Inés Fernández-Ordóñez, as versões modernas do CM seguiram o modelo em quatro capítulos estabelecido em 1608 pela tradução do padre Mariana<sup>256</sup>.

---

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> Ibidem. p.2.

<sup>255</sup> PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.229.

<sup>256</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, Alcanate, 3 (2002-2003). p.15.



c) A *Historia de Rebus Hispanie* (HRH), escrita entre 1243 e 1246, foi considerada por Inés Fernández-Ordóñez como o tronco sobre o qual se sustenta uma grande parte da historiografia medieval hispânica<sup>257</sup>. Segundo a autora, somente no século XIII esta obra foi traduzida pelo menos três vezes e teve grande penetração nos textos produzidos pela chancelaria real de Afonso X. Todavia, o interesse pelo HRH não ficou restrito à Idade Média, sabe-se que a obra continuou sendo traduzida durante os séculos seguintes e hoje permanece como um texto fundamental para aqueles que procuram compreender a expansão castelhana nos tempos de Fernando III. O texto original foi escrito em latim pelo arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada, considerado por Ron Barkai como o homem mais culto de seu tempo e o responsável por deixar seus antecessores nas sombras<sup>258</sup>. Rodrigo de Toledo, autodenominado o *Toledano*<sup>259</sup>, estudou direito em Bolonha e Teologia em Paris. Devido ao seu conhecimento de múltiplas línguas e sua influência política foi nomeado arcebispo em 1209 pelo papa Inocêncio III. Como representante do clero castelhano esteve presente em grandes eventos como o IV Concílio de Latrão e o Concílio de Lyon<sup>260</sup>, atuando como peça fundamental na aproximação da realeza castelhana com o papado.

Em sua obra, o Toledano procurou construir um relato unificado que ligasse os grandes dias da Reconquista aos primórdios da história Ibérica. Através de um projeto ambicioso, desenvolvido ao longo de nove livros, a HRH inicia sua narrativa com o estabelecimento dos descendentes de Noé na Península Ibérica e encerra com a conquista de Córdoba no ano de 1236. Segundo Derek Lomax, o que torna a crônica do Toledano diferente das outras foram as novas condições políticas e sociais do período em que ela foi composta. Após ter herdado o reino de Leão e avançado sobre antigos domínios islâmicos na Andaluzia, Fernando III necessitava de uma ideologia capaz de unificar os territórios recém-incorporados a Castela. Para Lomax, mais do que formular uma ideologia, Rodrigo de Toledo foi o historiador que procurou dar um passado e um destino comum aos castelhanos<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> *Ibidem*. p.11.

<sup>258</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.204.

<sup>259</sup> Em sua crônica, Rodrigo Jiménez de Rada se denomina o *Toledano* por sua condição de arcebispo de Toledo. Nas versões em latim o cronista se refere a si mesmo como *Rodericus Toletanus* ou apenas *Toletanus* (FERNÁNDEZ VALVERDE, 1989. p.13).

<sup>260</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.212.

<sup>261</sup> LOMAX, Derek W. *Rodrigo Jiménez de Rada como historiador*. In: *Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas / coord. por François Lopez (et.al)*, Vol. 2, 1977. p. 588.

Ainda hoje, Rodrigo Jiménez de Rada permanece como mais destacado historiador do século XIII, pelo menos no que tange a expansão castelhana. Enquanto Juan de Sória e Lucas de Tuy construíram seus trabalhos através da junção de testemunhos, sejam eles orais ou escritos, o toledano edificou sua obra sobre experiências visuais testemunhadas por um autentico arcebispo guerreiro que se fez presente nas principais campanhas militares de Afonso VIII e Fernando III. Ainda que os fatos narrados por Rodrigo de Toledo sejam contestáveis e, em alguns pontos anacrônicos, se escreveu muito mais sobre suas atividades historiográficas do que sobre as de outros cronistas por considerar que seus relatos fossem mais confiáveis.

## 2.2 A *CHRONICA LATINA REGUM CASTELLAE* E A *TERRAM SARRACENORUM*.

Ainda que tenha servido de inspiração para os trabalhos de Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo, o texto de Juan de Soria foi o que teve menos repercussão na tradição historiográfica posterior. A rejeição aos escritos de Juan de Sória pôde ser observada ainda nos tempos medievais, tendo em vista que até o fim do século XV somente um pergaminho conservava o texto original<sup>262</sup>. Aparentemente, o silêncio da historiografia com relação a CLRC também tem a ver com o fato desta obra não ter sido utilizada como fonte para *Crónica General* de Afonso X. Pois, na tentativa de imortalizar os grandes feitos de Fernando III, os cronistas afonsinos acabaram por garantir a sobrevivência e a popularização dos escritos do Tudense e do Toledano ao ponto dos pesquisadores modernos os classificarem como predecessores da história afonsina. Mesmo que as informações acima estejam corretas, Fernández-Ordóñez atribui a impopularidade da CLRC ao seu afastamento dos padrões tradicionais das crônicas ibéricas e a utilização de uma narrativa monótona, repleta de anedotas, opiniões pessoais e relatos prolixos<sup>263</sup>. Todavia, o trabalho do bispo de Osma é uma obra fundamental para entendimento da expansão fronteiriça, uma vez que preservou os eventos mais marcantes dos reinados de Afonso VIII e Fernando III. Além disso, podemos considerar a *Chronica Latina* como um texto inusual devido ao fato do autor debruçar boa parte da narrativa sobre sua experiência pessoal como chanceler e sobre os fatos preservados em sua memória, diferente dos cronistas posteriores que buscaram embasar seu discurso em documentos eclesiásticos e outros testemunhos escritos.

Antes de analisarmos a relação entre o texto e a fronteira, se faz importante descrever como a imagem de Fernando III, responsável pelo maior alargamento fronteiriço da história de Castela, foi construída por Juan de Soria. Na CLRC, o monarca é sempre tratado com respeito e admiração, tendo o autor todo o cuidado de relacionar suas atitudes a inspiração divina e a convicção religiosa. Para o bispo de Osma, o monarca castelhano é, antes de tudo, um homem fortemente comprometido com a causa de Deus, cujos feitos eram sempre direcionados por Deus<sup>264</sup> e o coração

<sup>262</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria*. e-Spania, 2, 2006. p.4.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.70.

invadido pelo espírito do Senhor<sup>265</sup>. Esta intensa conexão entre as atitudes de Fernando III e a vontade de Deus levou Inés Fernández-Ordóñez a afirmar que o Espírito Santo foi um dos “personagens” que mais se fizeram presentes na obra, podendo ser considerados um personagem concreto ao invés de uma simples invocação<sup>266</sup>. Longe de seguir pela exagerada metáfora de Fernández-Ordóñez, o historiador Carlos de Ayala Martínez preferiu manter a convicção de que seria possível enxergar traços messiânicos nesta obra<sup>267</sup>, como comprova um trecho da declaração de guerra aos mouros realizada após a festa de pentecostes:

Certo día, sim que nadie lo esperaba, humilde y devotamente como hijo de obediencia, como **irrupiera en el Espíritu del Señor**, delante de su nobilíssima madre, estando presente todos los principares, habló de esta manera: <<(…) He aquí por Deus omnipotente se revela un tiempo, en el que, a no ser que como pusilámine y desidioso quisierame disimular, puedo servir contra los enemigos de la fe cristiana ao Señor Jesucristo, por quien los reyes reinan, para honor y gloria de su nombre. La puerta está abierta y el camino expedito. La paz nos há sido devuelta en nuestro reino; discordia y profundas enemistades entre los moros sembradas y riñas de nuevo originadas. Cristo, Dios y hombre, de nuestra parte; de parte de los moros, el infiel y condenado do apóstata Mahoma (...)>>. Dichas estas cosas, el rey, **cuyo corazón había encendido e inflamado la esperanza del señor**, guardo silencio. Todos los barones que estaban presente se quedaron boquiabiertos a causa del excesivo gozo y casi todos lloraron viendo la animosidade y propósito glorioso del rey (Grifo nosso)<sup>268</sup>.

Certamente, a crônica procurou edificar a imagem de um monarca comprometido com a causa de Deus, cujo exemplo não seria digno de comparação com qualquer outro líder da Cristandade ibérica ou mesmo com seus lendários antecessores. Através do texto romanceado de Juan de Soria, é possível enxergar o rápido processo de construção da figura de Fernando III observando como o jovem animoso e pertinaz<sup>269</sup>,

<sup>265</sup> Ibidem. p.69.

<sup>266</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria*. e-Spania, 2, 2006. p.26.

<sup>267</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La realeza en la crónica castellano-leonesa del siglo XIII: la imagen de Fernando III*. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/34/08/08deayala.pdf>. Acesso em: 01/11/2017. p.261.

<sup>268</sup> “Quadam uero rex ex insperato humiliter et deuote tanquam filius obediencie, cum irruisset in eum Spiritus Domini, coram nobilíssima genitrice sua, magnatibus cunctis astantibus uerbum proposuit in hunc modum: <<(…) Ecce tempus reuelatur ab omnipotente Deo in quo, nisi tanquam pusillanimitas et deses dissimulare uelim, domino Iesu Christo, per quem reges regnant, seruire possum contra inimicus fidei christiane ad honorem et gloriam nominis eius. Porta siquidem aperta est et uia manifesta. Pax nobis reddita est in regno nostro; discordia et capitales inimicicie inter Mauros, secte et rixe de nouo exhorte. Christus Deus et homo ex parte nostra; ex parte uero Maurorum infidelis et dampnatus apostata Mahometus(...)>>. His dictus rex, cuius cor Spiritus Domini accenderat et inflamauerat, tacuit. Barones omnes, qui adherent, obstupuerunt et preminio guadio fere omnes lancinati sunt, uidentes regis animositatem et propositum gloriosum”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Sevicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.62.

<sup>269</sup> Ibidem. p.72.

que havia sido no início do seu reinado, chega ao fim da crônica como um autêntico *Miles Christi*<sup>270</sup>. Para o já citado Ayala Martínez, estamos diante de um novo ideário de monarca, aquele que é chamado a defender seu povo por iniciativa de Deus e, com isso, torna-se responsável pela defesa da Igreja frente a um dos mais temidos inimigos da Cristandade, os mouros de *al-Andalus*<sup>271</sup>.

La idea matriz de toda la extensa segunda parte de la crónica que empieza en este momento la constituye la proyección de la imagen de Fernando III como la del perfecto rey cruzado. Los atisbos de debilidad y los reflejos pactistas que habíamos visto hasta entonces, desaparecen, y de la mano de un modelo de monarquía caudillista, sacralizado en la forja de la cruzada, se nos descubre el perfil autoritario de un monarca que, si por un lado busca el control efectivo de su reino, por otro persigue un proyecto de hegemonía que le hace aparecer como el indiscutible líder para el conjunto de los demás reinos cristianos de la Península<sup>272</sup>.

Ainda que a região de fronteira estivesse distante do centro de poder, a presença dos muçulmanos mantinha os reis castelhanos em alerta. Cuidar dos problemas gerados pela fronteira e da defesa dos povos instalados nela era um dos principais deveres do monarca. Afinal, como defendeu Angus Mackay, “la frontera era una de las pruebas que determinaba se un rey era ‘bueno’ o ‘malo’<sup>273</sup>. Como chefe militar, esperava-se que o monarca fosse um rei itinerante, que saísse frequentemente para conquistar ou mesmo mostrar-se ao seu povo nas regiões mais afastadas de sua sede habitual<sup>274</sup>. Esse modelo de rei ao mesmo tempo itinerante e peregrino que tomava, sempre que possível, o caminho da expedição militar, tornou-se o objeto privilegiado de estudo dos cronistas castelhanos. Juan de Soria, ao fazer dos reis de Castela homens gloriosos que não conheciam o descanso<sup>275</sup>, tentou enquadrá-los como fiéis soldados de Cristo, justificando ação violenta contra os inimigos da Igreja e a conquista dos territórios ocupados por eles. Não é a toa que a CLRC é o documento que inclui o maior número de alusões a fronteira durante o reinado de Fernando III.

<sup>270</sup> Ibidem. p.94.

<sup>271</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La realeza en la crónica castellano-leonesa del siglo XIII: la imagen de Fernando III*. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/34/08/08deayala.pdf>. Acesso em: 01/11/2017. p.257.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> MACKAY, Angus. *Sociedades fronterizas. Almería entre culturas: (siglos XIII-XVI)*, Vol. 1, 1990, ISBN 84-86862-43-4. p.5.

<sup>274</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc. 2006. p.404.

<sup>275</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.20.

A palavra latina *frontarie* é utilizada quatro vezes em toda a obra do bispo de Osma. Todas as menções a fronteira estão diretamente relacionadas com as áreas limites entre o reino de Castela e as terras islâmicas, durante o governo de Fernando III. As três primeiras citações estão ligadas a dois episódios quase simultâneos, o ataque realizado pelas Ordens de Calatrava e Santiago na fronteira de Jaén, e o assédio liderado por Alfonso Téllez a uma fortaleza instalada nas terras de Murcia<sup>276</sup>. A última citação da palavra fronteira refere-se à pacificação do reino de Castela graças à intervenção das rainhas dona Berenguela e dona Beatriz (respectivamente, mãe e esposa do rei Fernando III), que juntas impediram a união do nobre Alvar Pérez com o rei de Granada.

Al comienzo de la inminente próxima cuaresma, estando el rey en Valladolid, Alvar Pérez, licenciado por él, dirigía su marcha hacia **tierra de sarracenos**; pero las reinas, my prudentes señoras, presintiendo los males, que podrían acontecer en nuestra **frontera** de la unión de Alvar Pérez con Aben-Hut, rey cismarino de los moros, actuando eficazmente para que Alvar Pérez fuera restituido al favor real (Grifo nosso)<sup>277</sup>.

Por certo, só foi possível utilizar seguramente o termo fronteira quando Castela iniciou um processo de alargamento do espaço político capaz de permitir a tomada de consciência dos seus próprios limites, uma vez que a definição e o entendimento da realidade fronteiriça são frutos do processo de colonização do território islâmico<sup>278</sup>. Ao observar esta dicotomia entre colonizador e colonizado, muito bem explorada por Francisco García-Serrano<sup>279</sup>, procuramos entender como o avanço castelhano e o enraizamento da Reconquista, que dificultaram parte do processo de interação que havia entre cristãos e muçulmanos desde a conquista islâmica no século VIII, contribuíram para o aparecimento cada vez mais frequente do conceito de fronteira nas crônicas castelhanas. Embora o termo fronteira tenha sido discretamente utilizado nos textos do século XII, a generalização do seu conceito como um espaço oposto a Castela só pode

<sup>276</sup> Ibidem. p.68.

<sup>277</sup> “Instante uero initio quasagesime proxime, cum rex esset apud Vallem Oleti, Aluarus Petri licenciatus ab eo iter suum uersus **terram Sarracenorum** dirigebat. Regine uero, ualde prudentes domine, preintelligentes mala, que possent accidere **frontarie** nostre de confederatione Aluari Petri cum Abebut, rege Maurorm cismarino, dederunt opera efficaciter, ut Aluarus Petri gratie regis restitueretur, quod et factum est”. Ibidem, p.90.

<sup>278</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares Castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.123-124.

<sup>279</sup> GARCÍA-SERRANO, Francisco. *La creación de identidad en la frontera medieval hispana y la visión del outro: mudéjas y judíos*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p.174

ser percebido com clareza através dos documentos compostos a partir do século seguinte, quando os reis castelhanos passaram a conduzir um potencial avanço militar sobre as áreas de controle islâmico.

Até o começo do século XIII os cronistas castelhanos designavam o território sob controle islâmico com expressões nada ambíguas como *terram maurorum*, e outras variantes que estimulavam o desprezo étnico-religioso: *ismaelitae*, *agareni*, *moabites*<sup>280</sup>. Na CLRC as expressões *terram mourorum* ou *terram sarracenorum*<sup>281</sup>, como foram descritos em alguns trechos do documento, simbolizavam o traslado da área tecnicamente segura para uma zona hostil marcada pela sensação de enfrentamento constante. Mesmo que Juan de Soria não tenha inventado tais expressões, já que ambas podem ser encontradas em documentos do século anterior<sup>282</sup>, seu trabalho se esforçou para deixar clara a oposição entre a *terram maurorum* e sua antítese, a *terram christianorum*<sup>283</sup>. Tal dualismo também esteve presente na concepção geográfica dos juristas islâmicos que empregavam, entre os séculos X e XV, expressões ambíguas como *Dar al-Harb* (a casa da guerra) e *Dar al-Islam* (a casa do islã), para expressar a hostilidade da zona fronteiriça. Em geral, a existência destas expressões nos ajuda a confrontar a ideia de que a fronteira foi uma linha de demarcação estável. Pois, a fronteira entre mouros e cristãos não pode ser definida apenas por seus fatores geopolíticos, tendo em vista que elas foram marcas, franjas ou membranas permeáveis que separavam mundos distintos<sup>284</sup>.

Estudos recentes têm mostrado que as relações de fronteira foram mais dinâmicas do que expuseram as crônicas. Através da construção de um universo inquieto e violento, clérigos como o bispo de Osma contribuíram para a generalização do termo fronteira, ou mesmo do espaço de dominação islâmica conhecido como *terram maurorum*, naquilo que representaria o oposto a Castela. Todavia, hoje sabemos que

<sup>280</sup> SIRANTOINE, Hélène. Sobre las primeras fuentes de los términos “andaluz” y “Andalucía”: cum aliis multis indelucis y Alandaluf, unas ocurrencias documentales y cronísticas a mediados del siglo XII. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ANQE/article/viewFile/ANQE0404110185A/3705>. Acesso em: 05/01/2018. p.2.

<sup>281</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.89.

<sup>282</sup> A expressão *in frontera maurorum prope Toletum* foi utilizado em 1183 no documento onde Afonso VIII concedeu o castelo de Consuegra a Ordem dos Hospitalários. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (Ed). *Libro de Privilégios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y Leon siglos (XII-XV)*, Madrid, 1995.

<sup>283</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.67.

<sup>284</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.293.

sozinhos os limites territoriais hispânicos não foram capazes de impedir o sincretismo de tradições e nem a penetração, na sociedade castelhana, de gestos e cerimônias herdados dos muçulmanos. As relações comerciais entre ambos os lados da fronteira, também não deixaram de existir por conta do desenvolvimento do processo expansionista. Até o século XI, a economia da Espanha cristã era dependente de matéria-prima e produtos manufaturados como o linho e a seda oriundos das terras islâmicas. Inegavelmente, os reinos cristãos da Península Ibérica estavam incluídos no vasto roteiro comercial percorrido pelos mercadores islâmicos, que passava pelo Oriente Médio, atravessando a Pérsia e Índia (Figura 22). Thomas F. Glick, em um dos seus trabalhos, afirmou que *al-Andalus* foi capaz de absorver os grandes centros comerciais do norte da África, a exemplo de Marrakesh e Fez, beneficiando-se de sua posição geográfica para obter controle da matéria-prima extraída no Marrocos e o acesso as minas de ouro do Sudão<sup>285</sup>, recursos que, certamente, fortaleceram sua economia, garantiram o acúmulo de recursos para que mais tarde os reinos islâmicos pudessem financiar parte da expansão castelhana através do pagamento de tributos.

**Figura 22:** As rotas comerciais em *al-Andalus*<sup>286</sup>.



A partir das perspectivas de Glick, entendemos que os transtornos políticos dentro do território islâmico e o aumento das peregrinações a Santiago de Compostela,

<sup>285</sup> Ibidem. p.167.

<sup>286</sup> LUIS MARTÍN, José. *História de España 3. Alta Edad Media: La España visigoda y musulmana (Siglos V-XIII)*. Madrid: Espasa, 1999. p.81.



no século XI, aceleraram o desenvolvimento econômico e garantiram aos reinos cristãos um poder aquisitivo suficientemente forte para produzir um maior aparato comercial. Dois séculos depois, o deslocamento da fronteira castelhana para o sul e a conquista de novos territórios, diferente do que pensam alguns pesquisadores, acabaram por incentivar o desenvolvimento comercial. Pois, o processo de conquista e ocupação das terras islâmicas instaladas no sul da Península favoreceu a penetração de produtos vindos de *al-Andalus*, a medida em que a guerra de fronteira destruía os centros de cultivo e freava a produção de manufaturas e a coleta de matéria prima. A destruição das zonas produtivas nas terras islâmicas tinha por objetivo debilitar a população local e incentivar seu afastamento das áreas que seriam conquistadas.

Ao que tudo indica, os intercâmbios mercantis permaneceram intensos durante todo o século XIII na fronteira do rio Guadalquivir. Produtos como gado, tecido, azeite e mel circularam de Castela para Granada, e no sentido contrário, pescado, frutos secos e açúcar eram levados ao norte por mercadores islâmicos<sup>287</sup>. A atividade econômica, classificada por Rodríguez Molina como uma empreitada de grande profusão<sup>288</sup>, parece ter sido mais importante para Granada do que para Castela, já que a produção de cereais e de carne bovina no reino islâmico era um tanto deficiente. Mesmo assim, o comércio foi responsável por uma excepcional mobilidade e pela ampliação do relacionamento entre ambos os lados da fronteira. Afinal de contas, independente da competição por recursos ou das disputas territoriais, a fronteira foi capaz de resistir ao traslado dos grupos humanos. Na avaliação de Fredrik Barth, “exemplos de fronteiras étnicas estáveis e persistentes, que, todavia, são atravessadas por fluxos de pessoas são bem mais comuns do que a literatura etnográfica nos levaria a acreditar”<sup>289</sup>.

Em geral, a documentação produzida durante o reinado de Fernando III concentrou sua atenção no desenvolvimento das campanhas militares, negligenciando o relacionamento entre os grupos humanos que habitaram as extremidades do reino. Os pactos estabelecidos entre a coroa castelhana e as autoridades islâmicas, provas da permeabilidade da fronteira, foram ignorados por cronistas como Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada. Felizmente, uma melhor compreensão da maneira como

---

<sup>287</sup> COCA CASTAÑER, José Enrique López de. *La frontera de Granada (Siglos XIII-XV): El comercio con los infieles*. In: *Cristianos y musulmanes en la península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivencia*. XI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 2009. p.375.

<sup>288</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007. p.236.

<sup>289</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra capa editora, 2000. p.43.

funcionaram os pactos e as cobranças de tributos na zona de fronteira, são possíveis graças às referências extraídas da CLRC. No texto do bispo de Osma, podemos enxergar três ocasiões distintas em que os muçulmanos são submetidos a acordos que incluem a entrega de tributos ao rei de Castela. Na primeira delas, o cronista afirma que em 1229 o rei de Sevilha firmou uma trégua com Fernando III após a conquista do castelo de Capila pela coroa castelhana. Tal acordo previa o pagamento de uma grande quantia em dinheiro (*multam pecuniam*<sup>290</sup>) que seria quitada dentro de um prazo não estabelecido no documento. De acordo com a obra, outros dois pactos foram firmados entre Fernando III e Ibn Hud<sup>291</sup> no ano de 1235. Diferente do acordo anterior, estabelecido entre Castela e o rei de Sevilha, estes dois últimos trazem detalhes expressivos com relação ao valor pago por Ibn Hud. No verão de 1235, o soberano islâmico se comprometeu ao pagamento de 430.000 *maravedís* em três prazos bem estabelecidos que juntos não ultrapassavam um ano. Meses depois, já próximo à tomada de Córdoba, Ibn Hud foi submetido a um novo acordo de paz que previa a entrega de uma quantia pré-estabelecida quadrimestralmente durante seis anos<sup>292</sup>.

Desde o século XI, quando o califado islâmico se fragmentou em diversos reinos-taifas (Figura 23), os tributos pagos pelos muçulmanos haviam se convertido em uma importante fonte de renda para a monarquia castelhana. Aos poucos o ouro islâmico contribuiu para o fortalecimento do poder real e, indiretamente, acabou financiando parte das campanhas expansionistas que tinham como objetivo o alargamento da fronteira. Dizemos indiretamente, porque boa parte dos recursos obtidos com as *parias* não eram destinados aos empreendimentos militares, como o pagamento de soldados e a manutenção de fortificações.

---

<sup>290</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.75.

<sup>291</sup> Muhammad Ibn Hud foi rei de Murcia no período de 1228 a 1238. Segundo as crônicas cristãs chegou ao poder pela força das armas. Aproveitando a decadência do Império Almôada, Ibn Hud expandiu seus domínios por boa parte dos territórios de al-Andalus. Sua sublevação contra os almôadas foi descrita por alguns estudiosos como o último suspiro de al-andalus. Embora o êxito de Ibn Hud seja digno de destaque, ele não foi capaz de conter a expansão castelhana liderada por Fernando III. Após o enfraquecimento de seu poder, Ibn Hud terminou seus dias assassinado em um banquete realizado por um dos seus aliados no castelo de Almería. Dentre as causas que motivaram seu assassinato, Manuel González Jiménez (2006, p.177) destaca o desejo do governador de Almería por uma concubina cristã que pertencia a Ibn Hud. Para Jiménez de Rada (1989, p.346), a morte de Ibn Hud foi vantajosa para os castelhanos a medida que proporcionou o fracionamento da Andaluzia peninsular e seu afastamento do poder almôada.

<sup>292</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.90.



**Figura 23:** Os primeiros reinos taifas no século XI<sup>293</sup>.

Através da leitura dos escritos de Thomas F. Glick, podemos observar que os reis castelhanos aplicaram boa parte dos recursos oriundos do pagamento de *parias* nas instituições eclesiásticas, como o monastério de Cluny. Para o autor, os tributos recolhidos dos muçulmanos ajudaram a financiar a construção de grandes obras de arquitetura românica em Castela e em outras partes da Europa<sup>294</sup>. Mesmo que não existam cálculos oficiais sobre o montante arrecadado por Fernando III, sabe-se que o recolhimento das *parias* influiu a economia castelhana e revelou para outros reinos da cristandade europeia o quão lucrativo a guerra contra os mouros havia se tornado. Por esta razão, Christopher Tyerman afirma que:

A maior circulação de grandes quantidades de ouro, no restante da Europa Ocidental uma mercadoria muito escassa, serviu de lastro para a consolidação do poder real, para a formação de estados estáveis e para a expansão das fronteiras cristãs. Ao mesmo tempo em que enriquecia os que trabalhavam a serviço dos reis – militares, religiosos, civis ou comerciantes –, o influxo de ouro nos reinos cristãos atraiu o interesse do outro lado dos Pirineus, tanto de aventureiros militares quanto de aliados diplomáticos. Dessa forma indireta, o sistema de *parias* contribuiu para abrir a Espanha para as ideias de guerra santa cada vez mais em moda ao norte dos Pirineus<sup>295</sup>.

<sup>293</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2007. p.89.

<sup>294</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.165.

<sup>295</sup> TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p. 806.

Acreditamos que este não é o momento para adentrar em uma profunda reflexão sobre o conceito de guerra santa ou a penetração dos ideais de Cruzada no fenômeno da Reconquista. Neste ponto, a transformação da cordilheira pirenaica não só em uma fronteira política, mas em uma linha divisória de identidades distintas tem mais a ver com os objetivos propostos aqui. Em sua *Chronica Latina*, o bispo de Osma atacou com grande ferocidade os cavaleiros estrangeiros que vieram à Península Ibérica para ajudar nas campanhas militares de 1212. Chamados pelo cronista de ultramontanos, os guerreiros estrangeiros, em sua maioria cavaleiros francos, são descritos pelo cronista como personagens desinteressados e que nada contribuem para a expulsão dos muçulmanos do solo ibérico, diferente dos castelhanos que confortados pelo Senhor se preparavam para a batalha confiantes e sem temor<sup>296</sup>. A rápida passagem dos ultramontanos pela guerra de fronteira, nas vésperas da batalha de *Las Navas de Tolosa*, foi o resultado de um árduo trabalho de convencimento iniciado por Rodrigo de Toledo. Embora o Toledano não mencione este episódio em seu texto, a CLRC afirma que os estrangeiros foram motivados a vir para o sul devido as recompensas oferecidas por Afonso VIII, rei de Castela<sup>297</sup>.

Decidido a fazer dos ultramontanos combatentes desnecessários para a Reconquista, Juan de Soria apresentou os estrangeiros como personagens despreparados<sup>298</sup> e incapazes de resistir às altas temperaturas que castigavam a fronteira. De acordo com o cronista, quase mil cavaleiros e sessenta mil soldados a pé abandonaram os campos de batalha quando o exército muçulmano se encontrava a apenas dois dias de marcha. A retirada dos ultramontanos foi tratada pelo cronista como um ato de covardia e ingratidão, já que o monarca castelhano havia proporcionado algumas regalias e os mantimentos necessários para assegurar sua sobrevivência. Provavelmente, ao depreciar a imagem dos ultramontanos o cronista desejava exaltar o vigor dos guerreiros castelhanos e enaltecer a riqueza do rei de Castela que aparece no texto como o grande benfeitor e distribuidor de ouro para os combatentes ultramontanos<sup>299</sup>. Nos parece que a atitude de Juan de Soria tinha por objetivo

---

<sup>296</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.27.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> No texto de Juan de Soria os ultramontanos chegaram a Andaluzia sem cavalos aptos para a batalha ou mesmo jumentos para carregar seu equipamento durante a expedição (BREA, 1984, p.28).

<sup>299</sup> O documento menciona que os contadores tinham dificuldade de contar a grande quantidade de denários que eram gastos pelo rei. Também destaca que Afonso VIII proporcionava tudo que era necessário para a sobrevivência dos estrangeiros e que distribuía ouro como se fosse água (BREA, 1984, p.28).

transformar a vitória cristã de *Las Navas de Tolosa* em uma proeza exclusiva dos povos hispânicos, sem o auxílio de guerreiros estrangeiros. Longe de ser uma prova do forte sentimento espanhol, como suspeitou Ron Barkai<sup>300</sup>, o texto do bispo de Osma procurou fortalecer a identidade castelhana à medida que enaltecia a figura do rei de Castela como líder de uma grande empreitada e colocava sobre os ombros dos combatentes castelhanos a responsabilidade de impedir o avanço islâmico.

Mais do que escrever uma *Historia de Hispania*, como fizeram Lucas e Rodrigo, o bispo de Osma construiu uma inédita *História castelhana* que pouco tem a ver com os textos que serão utilizados para a composição das obras afonsinas anos mais tarde. Valendo-se de seu conhecimento literário, de sua proximidade com os documentos que circulavam pela corte e do fato de ter sido testemunha de muitos acontecimentos que marcaram a passagem do século XII para o XIII, Juan de Sória buscou colocar Castela em uma perspectiva internacional. Enquanto os outros cronistas contemporâneos a Fernando III concentravam-se basicamente na guerra de Reconquista, a CLRC criou um paralelo entre a expansão castelhana e as transformações político-religiosas ocorridas na Cristandade. Essa mescla entre os acontecimentos não servia simplesmente para colocar o rei de Castela em pé de igualdade com os demais monarcas europeus. Na verdade, Juan de Soria utilizou seu bom conhecimento da geografia mediterrânea para posicionar o reino na vanguarda da luta contra os infiéis, fazendo a ofensiva castelhana parecer magnífica frente às tentativas frustradas dos reis cristãos em recuperar a Terra Santa das mãos de Saladino. Além disso, a trágica morte de personalidades como o rei Frederico Barba Ruiva, que se afogou na Anatólia, e Ricardo Coração de Leão, ferido mortalmente por uma flecha durante o cerco de uma pequena fortaleza, foram utilizadas na obra como uma espécie de contraste ao sólido governo exercido por Afonso VIII durante mais de cinquenta anos. Mesmo sem empregar o termo fronteira para outra realidade além do espaço compartilhado entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, a CLRC preocupou-se com a disputa por territórios entre ambos os grupos em outras partes do Mediterrâneo. Ao mesmo tempo em que descreveu os avanços militares sobre a *al-Andalus* e o deslocamento de tropas marroquinas pelo Estreito de Gibraltar, Juan de Soria esteve atento a conquista de Acre e a permanência dos exércitos ingleses

---

<sup>300</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.210.

na Terra Santa<sup>301</sup>, destacando também o deslocamento das tropas germânicas até os limites de Antioquia, onde obtiveram uma grande vitória contra os muçulmanos<sup>302</sup>. Certamente, todos estes relatos internacionais não foram inseridos na obra de maneira inocente. É possível que o bispo de Osma tenha procurado aproximar a realeza castelhana da Igreja romana com o intuito de construir um suporte ideológico para a guerra de Reconquista. Também é possível que o cronista conscientemente tenha criado um contraste entre o sucesso da ofensiva castelhana e a desordem política que vigorava nos demais reinos cristãos da Europa para demonstrar que a expulsão dos muçulmanos e o alargamento da fronteira eram uma necessidade de toda a Cristandade e não apenas do reino de Castela.

---

<sup>301</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.44.

<sup>302</sup> *Ibidem*. p.43.

### 2.3 CHRONICON MUNDI E A FRONTERA DEL ANDALUZIA.

Atualmente, os historiadores estão cada vez mais convencidos de que o CM foi composto como um espelho de príncipe (*speculum principis*), destinado à formação política, moral e intelectual do rei Fernando III. Na Idade Média os espelhos de príncipe foram um gênero literário que, de maneira quase pedagógica, procuravam ressaltar as virtudes do rei ideal. Como se desconhece a data de início da redação do texto de Lucas de Tuy, especula-se que o cronista tenha começado a escrever quando Fernando III ainda era um jovem monarca que precisava ser lembrado das principais responsabilidades de um rei cristão. O pesquisador Peter Linehan, buscando contribuir para o entendimento desta questão, optou por classificar o texto de Lucas como uma espécie de *vade-mécum*<sup>303</sup>, capaz de ressaltar as qualidades necessárias ao exercício do poder e enumerar os vícios incompatíveis com a figura real. Tanto Peter Linehan como David Porrinas<sup>304</sup> concordam que é possível enxergar já no prólogo da obra uma forte carga política e moral que pode facilmente ser identificada com um espelho de príncipe: *Semper solicitatur Princeps sapiens, ne suis excessibus in temporalibus aut spiritualibus patiatur populus sibi subditus detrimentum*<sup>305</sup>.

Com relação à imagem de Fernando III, nos parece que Lucas de Tuy pretendia fazer dele aquilo que o Ocidente medieval convencionou chamar de rei *christianissimus*, um incansável defensor da fé e da Igreja. Particularmente, a crença no rei como imagem de Deus (*rex imago Dei*) fez do caráter cristão uma das principais características da monarquia medieval. Pois, dentro do que Le Goff classificou como “realeza trifuncional”<sup>306</sup>, esperava-se do monarca o compromisso com expansão da fé, a proteção da Igreja e principalmente o exercício da justiça, próprio de um personagem que em teoria havia sido escolhido pelo próprio Deus. Antes de iniciar os relatos sobre a expansão militar liderada por Fernando III, o cronista optou por fazer um capítulo ressaltando suas virtudes. Nele, o monarca é descrito como um homem:

<sup>303</sup> LINEHAN, Peter. Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). Alfonso X el Sabio y las crónicas de España. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.23.

<sup>304</sup> PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.216.

<sup>305</sup> Sempre se solicita o sábio príncipe, para que o povo subjogado não sofra pelas ausências temporárias ou espirituais dele em detrimento de si (Livre tradução). *Chronicon Mundi*. Apud: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, Alcanate, 3 (2002-2003). p.7.

<sup>306</sup>LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p.103.

Encedido con fuego de la verdade catholica(...), que los enemigos de la fee christiana perseguia com todas [sus] fuerças, e qualesquiera hereges que hallaua, quemaua con fuego, y el fuego y las brasas y la llama aparejaua para quemar. Tenia tanta humildad y derecha crueldad contra los malos, que los fería, y en la justa crueldade tenia humildad misericordiosa y clemente, por la qual perdonaua a los enemigos vencidos; y su real coraçon nunca se pudo ynflamar de auariçia, assi que fue visto que folgó [el] spiritu de sabiduria que fue en Alfonso rey de Castilla, su abuelo<sup>307</sup>.

O notável esforço do cronista para edificar a imagem de Fernando III como um rei justo e piedoso fica claro ao longo de sua obra. Para o bispo de Tuy, o monarca foi um modelo de cristão bem-aventurado que não era seduzido pelos prazeres mundanos e mantinha-se fiel as obrigações religiosas<sup>308</sup>. Em um dos pontos altos da crônica, Lucas de Tuy narra a visita do rei ao monastério de Santo Isidoro em Leão, onde Fernando III teria se ajoelhado diante do túmulo do santo e suplicado seu auxílio na luta contra os infiéis:

En esse tiempo el muy deuoto rey Fernando oró ante el cuerpo de Santo Ysidoro fincada las rodillas, e haziendo voto, dixo a biua voz: ‘Ayuda-me, bienauenturado confessor, contra los moros, y de las cosas que ganare yo dare a esta yglesia honrrada parte’<sup>309</sup>.

Mesmo simples, é possível enxergar neste curto trecho os traços da mente calculista por trás do texto. Ao apresentar um suposto juramento do monarca ante o túmulo do santo, o cronista procurou alavancar o Monastério de Santo Isidoro e enaltecer a igreja leonina frente à diocese toledana. Antes da sua promoção ao bispado de Tuy, em 1239, Lucas havia sido cônego do Monastério de Santo Isidoro e dedicado grande parte do seu tempo a composição do *Miracula Sancti Isidoro*, fatores que certamente o influenciaram a utilizar uma perspectiva isidoriana na composição do CM, a exemplo da aproximação entre os povos hispânicos e os godos. Fora isso, ao descrever a prostração de Fernando III frente ao túmulo de santo Isidoro o cronista habilmente se aproveitou de uma crença amplamente enraizada no Ocidente Medieval, o culto das relíquias.

Na mentalidade popular o corpo de um santo, ou qualquer fragmento dele, continha uma emanção benéfica responsável pela produção dos milagres, chamada de *virtus*<sup>310</sup>. Logo, um túmulo sagrado “garante a dupla presença do santo no Céu e na terra, e é por esta razão o lugar privilegiado da mediação entre os féis e Deus, a garantia

<sup>307</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.LXXXV. p.418.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Ibidem. p.429.

<sup>310</sup> *Virtus*: Em latim significa energia, força ou virtude. Qualidades de alguém ou de alguma coisa (FARIA, 1956, p.1033).



de uma proteção sempre ‘disponível’ contra as calamidades, as doenças, [e] os perigos que podem ameaçar os indivíduos ou a coletividade<sup>311</sup>”. No CM, o tudense construiu um capítulo sequencial que vai da visita ao túmulo de santo Isidoro a tomada de Córdoba, evento que acabou sendo escolhido para concluir sua obra. Como uma espécie de companheiro invisível, nos moldes propostos por Peter Brown em seu livro *The cult of the Saints*<sup>312</sup>, Lucas de Tuy tentou conectar discretamente o sucesso da conquista de Córdoba à milagrosa mediação de Santo Isidoro. Por esta razão, podemos nos arriscar a dizer que na visão do cronista o alargamento da fronteira em direção a Córdoba não se deve apenas ao êxito militar de Fernando III, mas também ao seu gesto frente à tumba do Santo.

Assim como na *Chronica Latina*, a expressão terra dos mouros (*tierra de moros*) aparece em algumas ocasiões no texto de Lucas para representar uma espécie de antítese ao território castelhano. Sempre retratado como um espaço hostil, a terra dos mouros é na crônica do Tudense um local de batalhas e oportunidades de enriquecimento, onde nobres e cavaleiros são frequentemente representados praticando saques em nome do rei. A pilhagem na região de fronteira, é bom que se diga isso, foi uma atividade extremamente lucrativa durante a expansão castelhana e, embora o cronista tenha optado por não ligar diretamente o rei aos episódios onde os cristãos aparecem “robando tierra de los moros”<sup>313</sup>, é certo que o monarca foi um grande beneficiário do processo de enriquecimento gerado pela invasão da fronteira. No CM, a entrada nas terras dos mouros era geralmente um episódio violento que nem sempre resultava em conquista, mas na devastação das áreas economicamente ativas sobre o controle dos muçulmanos, tal como o cronista destacou em um dos capítulos de sua obra:

Fernando el rey de Castilla, entró a tierra de morros con grand hueste fazendo muchos estragos: gasto arbores e mieses y viñas com fierro e fuego, que eran em derredor de Jahen. Mas el año siguiente, Alfonso, rey de Leon, çercó la çibdad de Merida y tomola. Era en este tiempo vn noble barbaro, que auia nombre Abenfut, que echó los almofades de España y fue fecho rey de los bárbaros<sup>314</sup>.

Esse trecho é relativamente importante não apenas por revelar características de ordem econômica, mas porque ressalta o comprometimento de Afonso IX de Leão com

---

<sup>311</sup> GAJANO, Sofia. *Santidade*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.452.

<sup>312</sup> BROWN, Peter. *The cult of the Saints*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

<sup>313</sup> TUY, Lucas de. *Crônica de Espanha*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap. LXXXIX. p.422.

<sup>314</sup> *Ibidem*. Cap.XCI. p.424.

as campanhas de alargamento da fronteira e também porque deixa transparecer a imagem dos adversários muçulmanos que o cronista procurou construir. Primeiramente, a postura elogiosa adotada com Afonso IX tem a ver com o comprometimento institucional do cronista com a monarquia leonesa e sua fidelidade ao monastério de Santo Isidoro instalado no reino de Leão. Diferente de Juan de Soria e Jiménez de Rada, que adotaram uma postura crítica e até depreciativa com o rei de Leão, Lucas de Tuy fez dele um arquétipo de rei cavaleiro e um modelo para Fernando III, procurando ressaltar sua coragem frente aos inimigos e buscando transformar as conquistas de Cáceres, Mérida e Badajoz em grandes êxitos da Cristandade. No artigo *Caballeros y caballería en tiempo de Fernando III*, David Porrinas defendeu que o fato de Lucas de Tuy ser o único cronista de seu tempo a destacar a valentia e os feitos militares de Afonso IX revela traços de uma mentalidade pró-monarquista e leonista<sup>315</sup>, o que não significa que o cronista tenha optado por um posicionamento anti-castelhano. Afinal, mesmo assumindo um compromisso de fidelidade com o monastério de Santo Isidoro de Leão, o tudense foi um defensor de uma monarquia forte e sacralizada que conseguisse manter unidade territorial frente à ofensiva islâmica.

Com relação à imagem dos muçulmanos além da fronteira, é certo que Lucas de Tuy reforçou os estigmas pejorativos que já circulavam nos documentos do século XII, sem necessariamente empregar uma descrição física dos muçulmanos. Adjetivos como pagãos, sarracenos e mouros podem ser encontrados com facilidade no texto do tudense dando uma mostra de que o elemento de percepção do outro estava baseado principalmente na filiação religiosa e não nos traços físicos. Lucas de Tuy, assim como Juan de Soria, não se preocupou em estabelecer diferenças corporais ou mesmo étnicas entre os árabes ou berberes, contentando-se apenas em classifica-los como bárbaros, um termo pejorativo empregado pelo mundo greco-romano para rotular os povos considerados incultos e de costumes grosseiros que viviam fora de suas fronteiras.

Sempre atento, o cronista procurou advertir seus leitores de que muçulmanos eram falsos, mentirosos, e por esta razão, incapazes de cumprir os pactos estabelecidos com os cristãos. Evidentemente, o processo de afirmação do poder real sobre o território conquistado no século XIII, e com ele o enraizamento do conceito de fronteira, produziram não somente o rompimento da autoridade islâmica sobre aquele espaço, mas

---

<sup>315</sup> PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.228.

aceleraram as noções de diferenciação religiosa e cultural entre Castela e os reinos islâmicos. Na documentação castelhana em geral, a intimidação provocada por um povo classificado como bárbaro teve tanta importância na definição do um conceito de fronteira quanto os fatores geográficos. Como bem destacou Carlos de Ayala Martínez, “La frontera es el amplio espacio en que se perde la esencia de la hispanidad cristiana y comienza el difuso y antagónico mundo del paganismo invasor”<sup>316</sup>. Embora não apresente uma clara justificativa para a guerra contra os povos islâmicos, Lucas de Tuy procurou inserir a expansão territorial castelhana no contexto de uma guerra santa, estimulando a crença na restauração política do antigo reino visigótico e alimentando um ódio aparente com os usurpadores muçulmanos, temas que há décadas vem gerando acaloradas discussões entre distintas correntes de historiadores, que em nosso ver, acabam perdendo tempo ao se interessarem mais pela incansável busca de um passado visigótico do que pelo processo de alargamento da fronteira e suas consequências para os grupos humanos instalados nela.

Ao descrever os assédios fronteiriços realizados em conjunto por Fernando III e Afonso XI de Leão, o bispo de Tuy conseguiu preservar em sua obra um dos traços mais característicos do processo de ocupação do território islâmico no século XIII, as incursões de pilhagem e devastação do território inimigo. Levando em consideração que o modelo de ocupação do espaço pelos povos islâmicos era baseado em cidades densamente povoadas e no acúmulo de estruturas defensivas ao longo da zona de fronteira, os cristãos valeram-se de saques e razias para enfraquecer o poder político-econômico de *al-Andalus* e adiar o confronto direto com as fortificações alojadas na franja fronteiriça. Afinal, uma fortaleza não era apenas um local de proteção, mas sim um local de defesa ativa capaz de impor um controle sobre o espaço e proteger seus ocupantes de ataques surpresa ou da superioridade numérica, já que antes do advento da pólvora todos os ataques as estruturas defensivas tinham que ser realizados de perto<sup>317</sup>. Dessa forma, como os castelos ou mesmo as cidades fortificadas constituíam um sério obstáculo a crescente expansão, os castelhanos procuraram realizar rápidas incursões na terra dos mouros com o intuito de privá-los de recursos necessários para o seu sustento e

---

<sup>316</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares Castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.124.

<sup>317</sup> KEEGAN, Jonh. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia da Lestras. 1995. p.155-156.

assim facilitar a captura das estruturas defensivas e das cidades que eram vigiadas por elas.

Mesmo que as expedições de pilhagem e devastação do território inimigo não tenham recebido na documentação o destaque que foi concedido aos grandes cercos e as batalhas, sabe-se que elas foram um traço característico do cotidiano fronteiriço entre cristãos e muçulmanos durante todo o medievo peninsular. Até o século XI, quando a dissolução do Califado de Córdoba em diversos reinos-taifas concedeu o impulso necessário para a recuperação política e territorial dos reinos cristãos, eram os muçulmanos quem mais praticavam as razias em território inimigo. Seguindo a linha de pensamento de Cristina Segura Graiño<sup>318</sup>, podemos afirmar que as incursões fronteiriças foram armas políticas utilizadas com grande frequência para demonstrar a superioridade militar do exército invasor e enfraquecer a moral do soberano adversário, na medida em que a transposição da fronteira por uma tropa invasora incutia o medo na população e demonstrava a incapacidade do soberano não só em conter o avanço do inimigo, mas em defender os ocupantes do seu próprio território. Sendo assim, as consequências das expedições de pilhagem e devastação do espaço fronteiriço foram mais duradouras do que os efeitos de uma grande conquista ou um triunfo no campo de batalha, já que as rápidas incursões para além da fronteira destruíam os recursos econômicos e naturais de toda uma região, afetando mais a população civil do que os militares. Lucas de Tuy, mesmo preferindo não exaltar episódios tão pouco honrados, como as expedições de devastação e razias nas terras dos mouros, não conseguiu escapar destes fenômenos tão comuns na zona de fronteira. Após a tomada de Úbeda, por exemplo, um grupo de cavaleiros seguindo ordens de Fernando III apareceu na crônica “robando tierra de moros hasta el mar Mediterraneo”<sup>319</sup>.

Francisco García Fitz, buscando compreender as estratégias de expansão e os procedimentos militares utilizados pelos castelhanos durante a Reconquista, afirmou que o emprego de táticas próprias de uma guerra de desgaste se converteu em uma estratégia de aproximação indireta que, utilizada de forma sistemática e recorrente, servia para compensar a inferioridade dos ataques diretos frente a solidez das estruturas defensivas<sup>320</sup>. Levando em consideração que antes do surgimento da pirobalística o

---

<sup>318</sup> SEGURA GRAIÑO, Cristina. *La tala como arma de guerra en la Frontera*. In: *VI Estudios de Frontera. Población y poblamiento*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2007. p.718.

<sup>319</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.XCII p.427.

<sup>320</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al islam: Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998. p.62.

assédio as fortificações era realizado por meio de um potente e altamente custoso ataque frontal, nos parece um tanto claro que, em um primeiro momento, a aproximação indireta tenha parecido uma estratégia mais adequada do que o choque direto com qualquer componente defensivo. Sobre essa questão, John Keegan já havia ressaltado que:

Até a chegada da pólvora, todos os ataques a fortalezas tinham que ser feitos de perto. (...) O lançamento de projéteis, é bom que se diga logo, raramente valia o esforço; um muro sólido pode absorver facilmente a energia dirigida contra ele por máquinas que dependem de contrapesos ou molas de torção para lançar seus mísseis. Ademais por sua própria natureza, essas engenhocas atiram seus projéteis em um ângulo ineficaz de ataque<sup>321</sup>.

Por razões como esta, é importante perceber que os castelhanos utilizaram a guerra de desgaste como um mecanismo de corrosão das forças defensivas islâmicas, visando o enfraquecimento do adversário e a consolidação do projeto expansionista idealizado pela monarquia. Certamente, a apropriação violenta dos bens do adversário durante as incursões de devastação no território inimigo foi uma arma formidável para impedir que os muçulmanos suportassem um cerco muito longo. Além disso, a subtração de matéria-prima e produtos agrícolas, durante as cavalgadas, provocavam um enfraquecimento nas estruturas econômicas dos adversários e colaboravam para o aparecimento de períodos de fome que colaboravam para debilitar a população frente aos conquistadores. Como muitas cavalgadas realizadas nas terras muçulmanas tiveram como objetivo a obtenção de lucros para os participantes dela, alguns pesquisadores consideraram que estas expedições bélicas se converteram em uma verdadeira operação militar cuidadosamente planejada, chegando ao ponto de entender que esta maneira de fazer a guerra transformou-se em uma indústria<sup>322</sup>. Em alguns casos, o processo de devastação das áreas ocupadas pelos muçulmanos na região de fronteira procurava mais a drenagem dos recursos do adversário que a obtenção de lucros. Ao que tudo indica, a destruição de uma série de estruturas produtivas tinha como interesse imediato o enfraquecimento econômico dos adversários sem que isso necessariamente resultasse no enriquecimento dos atacantes. Pois, o que se buscava era um castigo prévio de uma zona produtiva ou de habitação inimiga para facilitar sua conquista. Evidências desta prática podem ser encontradas em alguns trechos do CM onde Lucas de Tuy descreve que as

<sup>321</sup> KEEGAN, Jonh. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia da Lestras. 1995.p.156.

<sup>322</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al islam: Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998. p.69.

tropas castelhanas entraram nas terras dos mouros com ferro e fogo para destruir árvores, vinhas e colheitas<sup>323</sup>.

Primeiramente, é preciso dizer que, nessas regiões, a madeira era uma matéria-prima de suma importância. Pois, servia tanto para a comercialização como para o desenvolvimento de ferramentas e estruturas utilizadas na agricultura ou no armazenamento da colheita. A desflorestação, bem como o ataque às áreas de cultivo e o saque das habitações dos camponeses, era uma estratégia utilizada para incentivar a população local a abandonar as zonas hostis em busca de proteção, facilitando a conquista e ocupação das praças fronteiriças. Thomas F. Glick, ao estudar a agricultura na zona de fronteira, constatou que como a regeneração dos bosques devastados nesse processo era sempre muito lenta, os locais devastados eram frequentemente transformados em áreas de pastagem ou de cultivos secundários<sup>324</sup>. Pode ser que a desflorestação na franja fronteiriça, mencionada pelo cronista, não se referia apenas a derrubada de bosques que forneciam matéria-prima para a carpintaria e outras manufaturas, mas a destruição de um conjunto de terras que cultivavam frutos silvestres e outros gêneros agrícolas como figos e oliveiras. Através dos escritos de Glick<sup>325</sup>, sabemos que os muçulmanos possuíam um alto lucro com o comércio de azeite de oliva produzido na região de fronteira e que os figos, mesmo proporcionando um lucro menor do que o do azeite, foram cultivados em larga escala para abastecer mercados longínquos de Bagdá até a China. Logo, se pensarmos que os muçulmanos eram dependentes desta ampla rede comercial e que os figos e outros frutos faziam parte da alimentação diária de uma sociedade que possuía uma dieta pouco variada, faz sentido que as tropas castelhanas procurassem destruir arboricultura islâmica com o intuito de provocar um declínio na produção de alimentos e no comércio internacional.

Graças às investigações realizadas por historiadores como Glick e Júlio Valdeón, hoje podemos conhecer melhor as atividades agrícolas e pecuaristas que constituíam a essência das relações econômicas na Península Ibérica durante os tempos medievais. Com relação à produção agrícola, sabe-se que durante a expansão castelhana ela esteve fundamentada em dois tipos de cultivos básicos: os cereais e os vinhedos<sup>326</sup>.

---

<sup>323</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. p.422-424.

<sup>324</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.139.

<sup>325</sup> *Ibidem*. p. 102-103.

<sup>326</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>o</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.36.

Embora seja difícil estabelecer quais tipos de cereais foram produzidos tanto no *al-Andalus* quando no sul de Castela, estima-se que o centeio e a cevada constituíam a principal fonte de alimentação das classes inferiores. Se o trigo era um luxo dedicado à população mais abastada, cereais como o centeio e a cevada pareciam ser um substituto adequado para o trigo na fabricação de pães<sup>327</sup>. Afinal, ainda que nos séculos finais da Idade Média a alimentação não estivesse reduzida a legumes, frutas e papas de farinha feitas a base de cereais, o pão permaneceu como um elemento essencial das refeições realizadas pelos homens medievais<sup>328</sup>. Sendo assim, a destruição das colheitas descrita pelo tudense nos leva a pensar que as incursões castelhanas representavam não somente uma grande ameaça ao controle islâmico sobre as regiões fronteiriças, mas, sim, uma forma de debilitar sua economia e sua sobrevivência a medida que os centros de produção de alimentos eram arrasados.

Já a destruição dos vinhedos, que aconteceu paralelamente à pilhagem dos centros cerealíferos, tem a ver com toda uma lógica comercial na qual a Andaluzia islâmica estava inserida. Curiosamente, a proibição de ingerir álcool expressa no Alcorão não foi capaz de frear o consumo de vinho entre os muçulmanos e muito menos impedir sua fabricação. Segundo Glick, os árabes aumentaram o cultivo e a variedade das vinhas para atender uma enorme demanda de uvas, passas e vinho exigidos pelos próprios muçulmanos, e para abastecer os mercados externos instalados nas comunidades judias e cristãs<sup>329</sup>. Dentro desta perspectiva, o reino de Castela havia se tornado um potencial consumidor dos vinhos islâmicos uma vez que a produção em sua terra estava intimamente ligada aos mosteiros beneditinos que fabricavam para consumo próprio e aos pequenos proprietários, que geralmente evitavam o cultivo na zona de fronteira devido à insegurança e estavam presos a obrigações feudais que garantiam a entrega de parte do produto ao seu senhor<sup>330</sup>. Sendo assim, a devastação das vinhas durante as incursões fronteiriças eram um duro golpe na economia muçulmana, já que as razias, além de destruir o produto final que estava pronto para ser comercializado e as estruturas utilizadas para sua fabricação, interrompiam por tempo indeterminado todo o processo de plantio e de colheita. Independente se o alvo das incursões eram as

---

<sup>327</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.122.

<sup>328</sup> ANTONETTI, Guy. *A economia medieval*. São Paulo: Editora Atlas, 1977. p.37.

<sup>329</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.122. GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.104.

<sup>330</sup> *Ibidem*. p. 124.

colheitas ou as vinhas, o que podemos perceber é que a terra manteve-se como a base da produção e das relações sociais naquele período, tal como insistiu Júlio Valdeón ao explorar os processos de Reconquista e repovoamento durante a expansão cristã. Para o autor, as atividades econômicas desenvolvidas entre os séculos XI e XIII eram essencialmente rurais, e a progressiva incorporação das terras islâmicas ao reino de Castela não alterou o protagonismo do mundo rural<sup>331</sup>, o que não significa que o indiscutível protagonismo da esfera rural, com todas as suas regras sobre a posse de terra e o controle dos homens que vivem nela, nos permita afirmar que o espaço, tanto para a sociedade muçulmana quanto para os cristãos, era encarado como um local imóvel e impermeável, conceitos que temos nos empenhado para desmistificar neste trabalho.

No texto de Lucas de Tuy, pelo menos nos capítulos que narram sobre o reinado de Fernando III, existem apenas três claras alusões a palavra fronteira. Curiosamente, todas elas foram empregadas no último capítulo da obra e para o mesmo propósito, descrever a entrada dos cristãos nas terras de Córdoba:

En este tiempo, vnos varones catholicos nobles, de la **frontera**, que auian nombre **almogauares**, apañada grand muchedunbre de los suyos, entraram de noche a furto a la **frontera** de los morros e tierra dellos; los quales, como viniesem a Cordoua e los barbaros guardadores de los muros de essa çibdade velasen mal, entraron la gran çibdad de Cordoua por escalas y cuerdas y ganaron grand parte de las torres y muros; y como peleasen fuertemente contra los moros y matasen dellos muchos, [a] queixosamente enbieron mensajeros al rey Fernando que viniese em socorro. Era en ese tiempo en aquellas parte vn señor muy poderoso, Aluaro de Castilla, y viniendo al socorro aquexoso en ayuda de los christianos, fincó las tendas fuera de Cordoua. Eran my poco los christianos, auido respecto a los moros mas cadaldia, con la ayuda de Dios auian vençimiento. Mas de quanta grandeza de coraçon aya seyde el rey Fernando, de aqui se puede conoçer que en ese tiempo y punto dixo a los de Benauente y Çamora y los otros de alderredor: “Si alguno me es amigo y fiel vassalo, sigame”. Era entonçer ynuierno muy llouioso, y [como] no touiesse consigo çient caualleros, entró osadamente por la **frontera** del reyno de Leon, y con pocos vino a Cordoua (Grifo nosso)<sup>332</sup>.

Como podemos observar na citação acima, a palavra fronteira apareceu pela primeira vez no texto para denominar um local próximo às terras islâmicas, onde estavam assentados um grupo de cristãos chamados de *almogávares*. Decerto, a menção deste grupo em um documento histórico não pode passar despercebida pelo olhar dos

<sup>331</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>a</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.31.

<sup>332</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap. XCIV. p.429.



historiadores interessados em investigar a expansão territorial castelhana. Os guerreiros almogávares, cuja origem do termo remete ao árabe *al-mugawir* (Incursor)<sup>333</sup>, eram depredadores que formavam grupos para realizar expedições de pilhagens ao longo da fronteira. Como o serviço mercenário foi minoritário em Castela, graças a organização política que permitia canalizar o esforço bélico da sociedade sob controle do poder real, os *almogávares* são o mais próximo exemplo de um grupo de mercenário e oportunista que a documentação cronística permitiu enxergar na zona de fronteira. Atuando geralmente por conta própria, sem uma prévia autorização do poder central, eles permaneceram ligados as extremidades dos reinos cristãos, procurando sobreviver através da guerra e do saque aos territórios islâmicos, contribuindo para acelerar o clima de hostilidade existente na fronteira. Para Rodríguez Molina, a prática da *almogavaria* possuía um duplo objetivo: o combate aos muçulmanos, acentuado por razões religiosas, e a obtenção de riquezas através dos saques fronteiriços<sup>334</sup>. Levando em consideração que estes guerreiros eram oriundos dos estamentos mais baixos da sociedade peninsular e que suas fileiras foram formadas por homens de péssima reputação, como ladrões, malfeitores e arruaceiros, é bem provável que eles estivessem mais interessados na captura de prisioneiros e no roubo de gado do que no combate aos infiéis. Afinal, as incursões para além da fronteira haviam se tornado uma atividade extremamente lucrativa para os povos instalados nela. Dentro da concepção de Felipe Maílo Salgado<sup>335</sup>, a pilhagem permanente na zona de fronteira contribuiu para o desenvolvimento econômico e demográfico das cidades localizadas nas extremidades do reino de Castela, já que fazia do mercado urbano um distribuidor dos saques obtidos no território islâmico. Desse modo, as riquezas extraídas da zona de fronteira acabaram também beneficiando cidades mais ao norte como Ávila, Segóvia e Toledo, que empregaram tais recursos na construção de Catedrais, igrejas e muralhas.

Uma outra menção ao termo fronteira pode ser extraída de um dos nove capítulos romanceados que foram incluídos no CM após a morte de Lucas de Tuy. Desde o século XV, os manuscritos que traduziram a obra do bispo de Tuy trouxeram, além do texto original, uma versão prolongada que tinha por objetivo narrar os

---

<sup>333</sup> Na linguagem árabe *Al-mugawir* significa aquele que realiza uma expedição ou incursão (RODRÍGUEZ MOLINA, 2007, p.50)

<sup>334</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007. p.52.

<sup>335</sup> MAÍLO SALGADO, Felipe. *Al-Andalus en la primera mitad del siglo XIII (desde las Navas de Tolosa a la conquista de Sevilla)*. In: *Fernando III y su tempo (1201-1252)*, VIII Congreso de Estudios Medievales. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 2003.

acontecimentos importantes que envolviam a monarquia castelhana entre 1236 e 1252. Estima-se que esta versão, denominada por Enrique Jerez como *Tudense continuado*<sup>336</sup>, tenha sido produzida no final do século XIII ou nas primeiras décadas do século XIV. Todavia, se as especulações de Julio Puyol<sup>337</sup> sobre o interesse de Afonso X em traduzir o texto de Lucas de Tuy para o castelhano estiverem certas, pode ser que a chancelaria real afonsina tenha construído os nove capítulos romanceados antes do término do século XIII para mostrar uma continuidade entre o reinado de Fernando III e seu próprio governo. Talvez esta seja a razão pela qual Afonso X tenha garantido a sobrevivência do CM, ordenando sua tradução para a língua vernácula e sua utilização como uma fonte secundária para a *Estória de España*, junto com a *Historia de Rebus Hispanie* de Rodrigo de Toledo. Certamente, o fechamento “novelesco” do *Tudense Continuado*, destacando a aclamação de Afonso X como “rey y príncipe de todo el pueblo de los españoles”<sup>338</sup> no altar da igreja de Santa Maria, onde fora depositado o corpo de seu pai, atendia melhor aos interesses do monarca do que o frio encerramento que Lucas de Tuy havia dado ao texto original.

Como pouquíssimos historiadores se interessaram em estudar o *Tudense Continuado*, as conclusões a cerca da época em que foi escrito ou de sua verdadeira autoria permanecem um mistério. Para Enrique Jerez, pesquisador que em 2006 desenvolveu interessantes investigações a cerca dos escritos de Lucas de Tuy, a análise textual sugere que a versão romanceada, onde estão contidos os nove capítulos complementares, tenha sido elaborada por algum clérigo regular do mosteiro de Santo Isidoro de Leão<sup>339</sup>. Independente de uma autoria precisa, a continuação da obra de Lucas de Tuy é particularmente importante para o estudo do alargamento territorial castelhano devido à aparição cada vez mais frequente do topônimo Andaluzia no lugar da indefinida expressão terra dos mouros (*terram maurorum*), como é possível observar no primeiro capítulo anexado após o término do texto original de Lucas de Tuy:

Este rey (Fernando III) era ardiente en el amor de Dios, y de la siempre Virgen su madre, y del bienaventurado Jacobo Apostol, patrono y defensor de todos los pueblos christianos, y ensanchador de la fee y nonbre de Christo por toda la tierra de España y del **Andaluzia, que era ocupada de los moros**

<sup>336</sup> JEREZ CABRERO, Enrique. *El Chronicon Mundi de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas* (Tese de Doutorado). Madri: Universidad Autónoma de Madrid, 2006. p.416.

<sup>337</sup> PUYOL Y ALONSO, Júlio. *Antecedentes para una nueva edición de la crónica de Don Lucas de Tuy*. Madri: Boletín de la real academia de la historia, 1916. p.12.

<sup>338</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap. CIII. p.450.

<sup>339</sup> JEREZ CABRERO, Enrique. *El Chronicon Mundi de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas* (Tese de Doutorado). Madri: Universidad Autónoma de Madrid, 2006. p.426.

**porfiados.** Y dioles muchos castillos e villas a los frayles de la caualleria de Sanctiago, porque les vio tener aparejados coraçones para perseguir a los moros que morauan en **tierra del Andaluzia y dauan grand daño a los Christianos** (Grifo nosso)<sup>340</sup>.

Certamente, o primeiro pesquisador a chamar atenção para o surgimento da palavra Andaluzia foi J.A.Maravall<sup>341</sup>. Em meados do século XIII, a Andaluzia começou a aparecer na documentação para identificar os territórios ao sul da Península Ibérica submetidos à autoridade dos líderes islâmicos, dando a entender que se tratava de uma tradução direta de *al-Andalus*. Antes do *Tudense Continuado*, tanto o termo Andaluzia como andaluz já haviam sido utilizados discretamente na *Chronica Latina* como um sinônimo da *terram maurorum* e como uma forma de classificar os povos instalados nela. Segundo o texto de Juan de Sória, por volta de 1229 Ibn Hud iniciou um levante contra o domínio almôada baseando-se na crença de que “él era libertador del Pueblo de Andalucía, pues así se llama la tierra de los moros del mar acá, de donde también los pueblos, que algunos creen que son vândalos, se llaman andaluces”<sup>342</sup>.

Para o historiador Manuel González Jiménez, que há um bom tempo vem se dedicando ao estudo desta região, não há dúvidas de que o conceito de Andaluzia foi forjado e difundido no século XIII, como resultado de um processo militar, político, demográfico e cultural experimentado durante o reinado de Afonso X<sup>343</sup>, quando tanto a linguagem vulgar como a da chancelaria real passaram a entender como Andaluzia, basicamente, as cidades conquistadas por Fernando III no Vale do Guadalquivir, depositando sobre elas um peso análogo ao da palavra fronteira<sup>344</sup>. A primeira evidência da utilização deste conceito na documentação afonsina pode ser encontrada no prólogo do *Repartimiento de Sevilla*, concluído em 1253, onde o monarca demonstra o interesse de distribuir bens e propriedades na cidade “a todos aquellos que les ayudaron a ganhar la muy noble çiudad de Sevilla, el servicio e el auida que ficieron al rey don Fernando

<sup>340</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.XCIV. p.431.

<sup>341</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *¿Qué és Andalucía? Una revisión histórica desde el medievalismo*. Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae baeticae, ISSN 0214-4395, Nº 38, 2010. p.15.

<sup>342</sup>“...se uero asserebat liberatorem populi Handalucia. Sic enim uocatur cismarina terra Maurorum, unde et popoli Handaluces uocantur, quos quidam credunt Vandalos esse”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Sevicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.75.

<sup>343</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *¿Qué és Andalucía? Una revisión histórica desde el medievalismo*. Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae baeticae, ISSN 0214-4395, Nº 38, 2010. p.21.

<sup>344</sup> *Ibidem*. p.17

su padre e a él en ganarla e conquistar la Andalucia”<sup>345</sup>. De fato, a palavra Andaluzia, que parece ter sido importada da documentação produzida durante o governo de Fernando III, passou a representar, nos tempos de Afonso X, todo um conjunto de territórios recém-incorporados a Castela.

Sem dúvidas, quando o tudense continuado faz menção a “frontera del Andaluzia”<sup>346</sup>, o cronista estava se referindo a uma verdadeira marca fronteira formada por cidades agrupadas no Vale do Guadalquivir, que até o fim do texto serão anexadas ao território castelhano e sofrerão um processo de colonização. Hoje o que se convencionou a chamar de Andaluzia engloba tanto o reino de Granada, incorporado a Castela somente em 1492, quando as cidades de Córdoba, Jaén e Sevilha conquistadas durante o auge da política expansionista de Fernando III (Figura 24). Esta generalização fez surgir na historiografia termos como Andaluzia dos três reinos ou mesmo coração da Andaluzia, como propuseram Gonzalez Jiménez<sup>347</sup> e Thomas F. Glick<sup>348</sup>, respectivamente, para compreender os processos de conquista e ocupação destas zonas urbanas. É importante frisar que após serem integradas a estrutura política castelhana cidades de Córdoba, Jaén e Sevilha conservaram seu caráter fronteiro até o fim da Idade Média, já que passaram a compor seu cinturão defensivo contra o reino de Granada até sua conquista em 1492. Por esta razão, Gonzalez Jiménez insiste que desde seu nascimento, através de uma ruptura histórica no século XIII, até a expulsão definitiva dos muçulmanos a Andaluzia foi uma fronteira por excelência<sup>349</sup>, e:

Fue durante más de dos siglos la última gran ampliación peninsular del reino castellano y acabó convirtiéndose en uno de los sectores más dinámicos e inovadores del mismo, dotado de una personalidad propia muy destacada que derivaba tanto de su carácter de última frontera con el Islam como la pujanza de su demografía y su economía. Su carácter europeo y castellano era evidente aunque estuviera teñido de un cierto orientalismo<sup>350</sup>.

<sup>345</sup> GONZÁLEZ, Júlio. *Repartimiento de Sevilla*. Vol II. Madrid, 1951. p.13.

<sup>346</sup>“E mientras que estodiese el rey con grand folgança y todo su reyno se governasse pacificamente, vino aquel Pelayo Correa sobredicho (Mestre da Ordem de Santiago) por que le contasse nueuas de **la frontera del Andaluzia**; el qual resçibio el rey y plugole con su venida. Mas, entre las otras cosas que dixo al rey, aconsejole que con su hueste cercas ela çibdad de Seuilla, que era cabeça de España y en outro tiempo fuera morada de christianos”. TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.XCVII. p.433.

<sup>347</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *¿Qué és Andalucía? Una revisión histórica desde el medievalismo*. Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae baeticae, ISSN 0214-4395, Nº 38, 2010. p.14.

<sup>348</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.133.

<sup>349</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *¿Qué és Andalucía? Una revisión histórica desde el medievalismo*. Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae baeticae, ISSN 0214-4395, Nº 38, 2010. p.25.

<sup>350</sup> Ibidem. p.32.

**Figura 24:** Comunidade autónoma de Andaluzia<sup>351</sup>.



Mesmo que o tudense continuado não tenha sido composto por uma testemunha dos fatos narrados, já que o tipo de escrita sugere que o texto não foi finalizado antes da passagem do século XIII para o século XIV, parece que o autor conseguiu sentir as transformações políticas e sociais que foram capazes de converter o antigo termo islâmico *al-Andalus* em uma espécie de zona tampão que, abraçando as cidades incorporadas ao domínio cristão, estava muito longe de se tornar uma fronteira linear ou uma barreira fixa e impermeável. Além disso, a conquista do Vale do Guadalquivir foi o início de uma série de transformações que vão além de um simples alargamento da franja fronteiriça.

Por fim, mesmo que a obra de Lucas de Tuy tenha servido de objeto de estudo para pesquisadores muito conhecidos na historiografia ibérica como Emma Falque e Peter Linehan, pouco se avançou na compreensão do fenômeno expansivo do século XIII a partir das leituras do tudense. Basicamente, as preocupações dos estudiosos têm girado em torno do estabelecimento de uma data precisa para a redação do CM e quais as fontes foram utilizadas pelo cronista para compor o texto. De fato, nada indica que Lucas de Tuy tenha sido testemunha ocular dos grandes êxitos de Fernando III, como foi Rodrigo de Toledo. De onde o tudense obteve as fontes para compor o seu CM ainda é um mistério que desafia os estudiosos. Peter Linehan<sup>352</sup> acredita que como um cronista leonês, Lucas deve ter recorrido a fontes leonesas que hoje são desconhecidas

<sup>351</sup> Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Andaluzia>. Acesso em: 11/06/2019.

<sup>352</sup> LINEHAN, Peter. Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). Alfonso X el Sabio y las crónicas de España. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001.

ou que se perderam no tempo. Mesmo com certa dificuldade ainda é possível reconhecer algumas destas fontes. Outras, no entanto, não são facilmente identificadas porque é bem provável que Lucas as tenha inventado.

Para Emma Falque, o bispo de Tuy foi um falsificador<sup>353</sup>. Livre da carga pejorativa que esta palavra tem nos dias de hoje, a cultura medieval não considerava a falsificação textual uma atividade ilícita. Os acréscimos nos textos, sendo verdadeiros ou não, serviam para reafirmar a confiança em um escritor ou em uma instituição representada por ele. Umberto Eco, preocupado em esclarecer esta questão, afirmou que se na Idade Média houve falsificações, faltou aos homens do período a consciência disso. Pois, a noção de falso e de falsificação que existiu nos tempos medievais era muito diferente da nossa. Segundo o autor, nenhum leitor decidia checar a natureza ou a existência das fontes utilizadas pelos cronistas, já que:

Excetuando-se a notícia tradicional, apenas um documento é reconhecido, ou seja, o texto (traduzido) das Escrituras Sagradas. Os outros documentos não são diferenciados entre originais e não originais: ou foram transmitidos ou não são transmitidos, são verdadeiros apenas na medida em que concordam ou fazem concordar com a verdade das escrituras<sup>354</sup>.

Logo, a noção de plágio só pode existir em uma época que privilegiava a originalidade de um discurso<sup>355</sup>, o que a Idade Média, por suas composições onde os copistas conscientemente alteravam um texto antigo ou ignoravam sua autoria, certamente não foi. Quando buscamos compreender a noção de falsificação na Idade Média ou mesmo na Antiguidade, é bom que se tenha em mente algumas indagações levantadas por Paul Veyne:

Um historiador antigo não cita suas fontes, ou melhor, cita-as raramente, irregularmente e não pelas mesmas razões que nos fazem citá-las. (...) O historiador antigo não insere “notas em pé de página”. Quer faça pesquisas originais, quer trabalhe de segunda mão, ele quer que acreditem em sua palavra; a menos que se orgulhe de ter descoberto um autor pouco conhecido ou que queira divulgar um texto raro e precioso, que para ele é mais uma espécie de monumento do que de fonte<sup>356</sup>.

Retornando a problemática envolvendo Lucas de Tuy e sua documentação, o historiador inglês Peter Linehan, mesmo adotando um discurso parecido com o de

---

<sup>353</sup> FALQUE REY, Emma. *Lucas de Tuy, falsificador*. In: *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, ISSN 0214-7165, Nº 29, 2012. p.196.

<sup>354</sup> ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto*. São Paulo: Editora Record, 2013. p. 232.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 234.

<sup>356</sup> VEYNE, Paul. *Os gregos acreditavam em seus mitos?* São Paulo: Unesp, 2014. p. 19-20.

Emma Falque, procurou enxergar a necessidade do cronista ter inventado suas fontes. Para Linhehan, longe de ser o personagem inocente como pensavam alguns historiadores, o tudense utilizou sua escrita para atacar, do mesmo modo como fazem os terroristas modernos em territórios ocupados por adversários, a primazia que a diocese toledana exercia sobre o clero de Leão após sua unificação com o reino de Castela<sup>357</sup>. Em 1230, quando já se especulava sobre a possível conquista de Sevilha, as repercussões sobre esta possível restauração afetavam diretamente a sede toledana, já que há muito tempo se questionava que Santo Isidoro havia sido bispo de Sevilha e não de Toledo<sup>358</sup>. Nesse sentido, é bem provável que a antipatia por Toledo e a disputa pela primazia eclesiástica tenham incentivado Lucas de Tuy a forjar parte de suas fontes, uma vez que:

La cuestión de la primacía eclesiástica era importante en el siglo XIII por las mismas razones que importa hoy obtener la sede del Mundial de fútbol o de los juegos Olímpicos: por el prestigio y los beneficios económicos. En la década de 1230 otras partes de la Iglesia de Occidente habían superado ya esta fase. El retraso de España se debía a la existencia de áreas de la Península por reconquistar. (...) Entre otras cosas, el *Chronicon Mundi* de Lucas era una crónica en contra Toledo<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> LINEHAN, Peter. *Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.28.

<sup>358</sup> *Ibidem*. p.27-28.

<sup>359</sup> *Idem*.

## 2.4 A HISTORIA DE REBUS HISPANIE E OS CAMPOS DE LOS AGARENOS.

Inegavelmente, os escritos de Rodrigo Jiménez de Rada e Lucas de Tuy não só imortalizaram as ações militares encabeçadas por Fernando III como lançaram as bases da historiografia castelhana. Embora ambos autores sejam herdeiros de uma pobre tradição textual, seus escritos foram responsáveis por impulsionar a eclosão historiográfica que o gênero cronístico alcançou nos tempos de Afonso X. Diferente do bispo de Tuy, Rodrigo de Toledo foi testemunha ocular de boa parte dos fatos narrados e um autêntico homem de fronteira. Desde 1212, quando esteve na batalha de *Las Navas de Tolosa*, comandada por Afonso VIII, o toledano participou da cúpula estratégica das principais ações militares castelhanas executadas na primeira metade do século XIII. Durante o reinado de Fernando III, acompanhou o monarca na conquista das principais praças fronteiriças, a exemplo de Quesada, Andújar, Martos e Priego, tomadas nos anos de 1224 e 1225. A frente do *adelantamento* de Cazorla, instalado na zona de fronteira, ordenou a construção de estruturas defensivas e o reparo de fortificações, além de participar das incursões que integraram as cidades de Sabiote, Jodar e Graciez ao controle do *adelantamento*. Segundo Carlos de Ayala Martínez, estamos diante não apenas de um mero predicador de uma cruzada peninsular, mas sim ante um estrategista chamado a dirigi-la<sup>360</sup>.

Embora Rodrigo tenha finalizado sua obra quase dez anos após o bispo de Tuy ter concluído o seu CM, é perceptível que os dois cronistas realizaram um tipo de pesquisa muito semelhante, baseada em uma combinação de fontes épicas, testemunhos pessoais e um corpo documental que hoje se considera desconhecido<sup>361</sup>. Mesmo que o historiador israelense Ron Barkai tenha suspeitado que Rodrigo de Toledo não conheceu a obra do tudense<sup>362</sup>, boa parte dos pesquisadores contemporâneos, a exemplo de Peter Linehan e Inés Fernandez-Ordóñez, têm afirmado categoricamente que a HRH esteve baseada em grande parte na obra de Lucas de Tuy, uma questão que tem ficado cada vez mais clara desde a publicação da versão editada por Juan Fernández Valverde, em 1987 :

<sup>360</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Fernando III: Figura, significado y contexto en tiempo de cruzada*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.32.

<sup>361</sup> LINEHAN, Peter. Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.19.

<sup>362</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.208.



El tudense viene a ser como el telón de fondo por el que van desfilando las otras crónicas, la mayoría ya conocidas por éste, pero que el Toledano vuelve a considerar y a tomar de ellas datos desechados por aquél. Por ello, a veces es muy difícil determinar se don Rodrigo conoce una crónica directamente o a través del Tudense (...). La crítica há ignorado a veces esta dependencia del Toledano respecto del Tudense, y eso trae grandes motivos de errores<sup>363</sup>.

Longe de encarar a dependência de Rodrigo de Toledo com o CM como uma demonstração de estreita amizade entre os cronistas, a exemplo do que fez Fernández Valverde<sup>364</sup>, Peter Linehan acredita que o Toledano conheceu a obra de Lucas de Tuy quando um de seus seguidores, o arcepreste Mateo, visitou o monastério de Santo Isidoro de Leão no ano de 1239 em busca de textos visigóticos que pudessem ser utilizados em seu litígio com o arcebispo de Terragona pelo controle da jurisdição da igreja de Valência<sup>365</sup>. Segundo as suspeitas do autor, existe uma clara possibilidade de que o arcepreste Mateo tenha se deparado nesta visita não apenas com o texto de Lucas de Tuy, mas com o próprio Tudense que neste ano ainda poderia estar realizando os ajustes finais em sua obra<sup>366</sup>. Se esta foi a verdadeira forma como o Toledano conheceu o CM jamais saberemos. O que não se pode negar, quando as duas obras são colocadas lado a lado, é que Rodrigo seguiu o estilo de Lucas.

O aproveitamento dos escritos de Lucas de Tuy, ou mesmo da *Chronica Latina*, durante a composição da HRH não nos causa tanto espanto, já que o Rodrigo de Toledo terminou seu texto um bom tempo depois da conclusão do Tudense. Deste modo, não pretendemos neste ponto alongar as argumentações a cerca das fontes utilizadas pelo arcebispo de Toledo, um assunto tão complexo que levou Peter Linehan a classificá-lo como plagiário<sup>367</sup>. Para nós, esta discussão, longe de resolver o problema das fontes, só contribui para aumentar o desinteresse pelo estudo das crônicas fernandinas. Além disso, como procurou observar Jean Batany, “Fazer reviver um texto na Idade Média

<sup>363</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. *Introducción*. In: JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p.34-36.

<sup>364</sup> LINEHAN, Peter. *Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.29.

<sup>365</sup> LINEHAN, Peter. *Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy*. Anuario de estudios medievales, ISSN 0066-5061, Nº 32, 1, 2002. p.33.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> LINEHAN, Peter. *Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.21.

não é, portanto, perguntar-se quais são suas ‘fontes’(...). Trata-se antes de tentar colocar-se no momento em que o texto era lido, narrado ou recriado”<sup>368</sup>.

Embora Rodrigo de Toledo tenha afirmado que concluiu sua obra no ano de 1243 da era cristã<sup>369</sup>, os historiadores têm especulado cada vez mais sobre a possibilidade do cronista ter continuado a redigir a HRH até bem próximo ao fim de sua vida. Se as investigações de Inés Fernández-Ordóñez estiverem corretas, é bem provável que o toledano só tenha concluído seu texto no ano e 1246 ou 1247<sup>370</sup>. De qualquer forma, a crônica de Dom Rodrigo se insere em todo um delicado contexto fronteiriço vivenciado por Castela ao longo dos primeiros anos da década de 1240. Diferente de seus antecessores, que tiveram suas obras finalizadas entre 1237 e 1239, a HRB acompanhou uma série de transformações que ocorreram nas extremidades castelhanas entre a tomada de Córdoba e a conquista de Sevilha. Seguindo as considerações estabelecidas por Manuel González Jiménez em sua obra intitulada de *Fernando III el santo*<sup>371</sup>, podemos compreender que a situação na região da Andaluzia neste momento era preocupante. Inicialmente, o estabelecimento definitivo do poder real após a conquista de Córdoba esbarrou em um grave problema, a ausência de povoadores. Foi necessário o regresso do rei para Córdoba, a fim de organizar o concelho, e um intenso trabalho de concessões de *donadíos* e *heredamientos*, entre os anos de 1237 e 1242, a fim de garantir que as dificuldades no abastecimento de viveres e o afastamento de Castela não impedissem o deslocamento de novos povoadores para a região. Na sequência, o infante Dom Afonso, aproveitando descompasso gerado pela morte de Ibn Hud anos antes, estabeleceu um verdadeiro protetorado castelhano em Murcia no ano de 1243, firmando um acordo onde se estabeleceu o pagamento de tributos, o assentamento de povoadores cristãos e a instalação de guarnições castelhanas nas fortalezas da cidade<sup>372</sup>.

Em 1246, depois de sete meses de cerco e uma série de incursões levadas a cabo para sufocar o poder granadino, que já vinha sentindo-se ameaçado desde a rendição de

<sup>368</sup> BATANY, Jean. *Escrito/oral*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. p.390.

<sup>369</sup> “Concluí esta obrira, como supe y pude, en el año 1243 de la Encarnación del Señor” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p.353)

<sup>370</sup> Sobre essa questão Inés Fernández-Ordóñez apresenta suas especulações a cerca das datas de composição da *Historia de Rebus Hispanie* em dois textos incluídos na bibliografia no final deste trabalho. Em nossa opinião, acreditar que o bispo de Toledo esteve trabalhando na redação de seu texto até 1247 é um tanto arriscado, já que o cronista morreu em junho deste mesmo ano a bordo de um barco no rio Ródano enquanto regressava de concílio ecumênico em Lyon.

<sup>371</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Fernando III, el santo*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara. 2006.

<sup>372</sup> *Ibidem*. p.186.

Murcia, os castelhanos tomaram o controle de Jaén, uma praça fronteiriça importantíssima para a defesa da fronteira e um dos principais pontos de acesso ao território de Granada. Mais importante do que a conquista, foi o estabelecimento do Pacto de Jaén e junto com ele um conjunto de obrigações vassaláticas que estabeleciam o pagamento de um tributo anual de 150.000 maravedís a Castela. Para Manuel González Jiménez, além de uma grande injeção financeira em um fisco empobrecido devido ao alto número de campanhas militares, o Pacto de Jaén deixou os castelhanos de mãos livres para direcionarem seus esforços para a conquista de Sevilha<sup>373</sup>.

Ainda que Dom Rodrigo tenha sido testemunha destes fatos, ele optou por seguir seus antecessores e finalizar a HRH na conquista de Córdoba. Juan Fernández Valverde especulou que um final tão pouco brilhante pode ter a ver com uma aparente crise depressiva vivida pelo cronista em 1238 ou mesmo pela falta de afeto que tinha por Fernando III<sup>374</sup>. Mesmo com final tão abrupto, sua obra foi inserida em um importante cenário fronteiriço na medida em que foi concluída a luz das transformações políticas e sociais que propiciaram um novo alargamento do território castelhano após a tomada de Córdoba. Mais que um simples escritor, Rodrigo Jiménez de Rada foi um personagem histórico que trabalhou em prol do avanço da fronteira e da formulação de uma identidade geográfica que justificasse a conquista dos territórios dominados pelos adversários muçulmanos. O conceito de Espanha, formulado pelo cronista, envolvia realidade “supranacional”<sup>375</sup> que impulsionava a Reconquista através de uma ideia de restauração da unidade territorial gótica, abalada pelas invasões islâmicas. Assim, para Rodrigo de Toledo:

(A Espanha) está limitada por los montes Pirineos, que se extienden de mar a mar, por el océano y por el Mediterráneo. También pertenían al poderio de los godos la Galia Gótica, es decir, la provincia Narbonense (...) y además una provincia en Africa con diez ciudades, que se llamaba Tingitania. España en verdade, como si fuera el paraíso del Señor, esta regada por cinco ríos principales, a saber, Ebro, Duero, Tajo, Guadiana y Betis. (...) este reino tan noble, tan distinguido, blandida contra sí mismo la propia espada, como se los enemigos no hubieran puesto sus manos en él, se derumbó en los prolegómenos de un solo ataque. Y fueron conquistadas todas las ciudades de España y son arrasadas por obra de los destructores<sup>376</sup>.

---

<sup>373</sup> Ibidem. p.197

<sup>374</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. *Introducción*. In: JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p.50.

<sup>375</sup> Ibidem. p.43.

<sup>376</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro III, Cap.XXI. p.149-150.

Ao mesmo tempo em que apresentou as fronteiras naturais que integravam sua concepção de Espanha, Jiménez de Rada conscientemente reforçou a imagem tradicional da crueldade islâmica para inflamar a ideia de uma guerra político-religiosa contra os mouros e justificar a conquista dos territórios dominados por eles. Descrevendo a ruína da Espanha, após a chegada dos árabes, o bispo de Toledo disse o seguinte:

Por tanto, concluda la batalla de forma lamentable (...) quedó la tierra vacía de gente, cubierta de sangre, empapada de llanto, atronada de lamentos, abierta a los de fuera, extrañada a los suyos, despojada de habitantes, privada de sus hijos, confundida por los barbaros, podrida po la sangre, menoscabada por la herida, desasistida de defensa y desprovista del consuelo de los suyos (...). España llora a sus hijos y no puede ser consolado porque no hay quien lo haga. Sus hogares ya están deshabitados, su honra ya está trastornada, sus hijos ya murieron a espada y los mejores ya están prisioneros. Sus jefes cayeron en el deshonor, y los guerreiros, en el aniquilamiento. Los que eran libres están esclavizados (...). ¿Qué calamidades no recayeron sobre España? Los niños son massacrados, a la muerte los adolescentes son lanzados, con espadas los jóvenes son aniquilados, en los combates los hombres son destrozados, en la derrota los ancioanos son exterminados, y a los que la vejez y la senectude había hecho dignos de respeto, a ésos la crueldade de los africanos lo derriba para eliminarlos; las mujeres son destinadas al deshonor, y las más belas, al ultraje<sup>377</sup>.

Nas três crônicas fernandinas a forma como os autores descreveram imagem dos adversários muçulmanos são basicamente semelhantes. Em geral, são tratados como falsos, pecaminosos e extremamente violentos. A diferença da HRH para as demais crônicas produzidas no mesmo período é que Rodrigo de Toledo foi mais do que um clérigo enclausurado ou um simples espectador do processo expansionista vivido naquele tempo. Como foi um participante assíduo da guerra de fronteira, é possível que, enquanto narrava a invasão islâmica do século VIII, o cronista tenha incorporado ao seu texto parte dos horrores e da crueldade que ele mesmo havia presenciado enquanto combatente dos principais enfrentamentos entre mouros e cristãos da primeira metade do século XIII, procurando fazer de sua crônica um argumento vivo para inflamar os sentimentos de inimizade e repulsa pelos muçulmanos. Talvez pela mesma razão, o arcebispo de Toledo tenha procurado desenvolver estereótipos que fossem além da confusa mescla de adjetivos negativos, como bárbaros, infiéis e sarracenos, empregados pelos cronistas anteriores. Seguindo o raciocínio do historiador Ron Barkai, a obra do

---

<sup>377</sup> Ibidem. CapXXII. p.150-151.

toledano foi a primeira das crônicas cristãs a conferir importância aos traços físicos dos muçulmanos<sup>378</sup>.

Los soldados visten de rojo y las riendas de sus caballos son de fuego, y sus caras, como el tizón; la galanura de su rostro es como las ollas, y sus ojos, como fuegos; su jinete es más rápido que los leopardos y más cruel que el lobo en la noche<sup>379</sup>.

Na citação acima é possível ver o esforço o cronista para associar a imagem dos muçulmanos a diversos elementos que no senso comum provocavam visões de espanto, como o fogo e os animais de hábitos noturnos. Em nossa opinião, não restam dúvidas de que estas representações simbolizavam a tentativa de Jiménez de Rada em inflamar o avanço fronteiriço através de uma aproximação dos adversários islâmicos com as forças infernais e, indiretamente, o próprio demônio. Ao longo do século XIII a documentação imagética se preocupará cada vez mais em distinguir cristãos e muçulmanos pelos estereótipos estabelecidos pelos cronistas. Os ícones produzidos a partir deste período representaram os árabes quase sempre com olhos arregalados, lábios grossos e gestos selvagens (Figura 25).



**Figura 25:** Detalhe de um baú de madeira oriundo do século XIV<sup>380</sup>.

<sup>378</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.216.

<sup>379</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro III, Cap.XXII. p.150.

<sup>380</sup> GARCÍA FLORES, Antonio. *Fazer Batallas a los Moros por las Vecindades del Reyno*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.201.

De acordo com Antônio García Flores, a caracterização física dos povos islâmicos, longe de atingir o nível caricaturesco que alcançou a imagem coletiva dos judeus, serviu de contraste entre a elegância dos combatentes cristãos e a feiura dos muçulmanos<sup>381</sup>. Os cronistas castelhanos, a exemplo de Jiménez de Rada, exploraram a fisionomia distorcida e sobre tudo a cor negra para propagar o pavor e assim estabelecer uma diferenciação entre os cristãos e seus adversários. Na obra do arcebispo de Toledo, a cor negra aparece em algumas ocasiões para representar a imagem pejorativa dos mouros que o autor tentou construir:

Quando el rey en persona subía a un promontorio para contemplarla (a cidade de Zamora), se dice que uno de la escolta que lo precedía con una jabalina encontró **una vaca negra**, y queriendo apartarla con una voz de las que usan los campesinos, se cuenta que dijo: «Ca, mora», pues **los pastores hispanos llaman «moras» a las vacas de este color**; por lo que el rey dio a la ciudad el nombre Zamora (grifo nosso)<sup>382</sup>.

Como já havia sinalizado Ron Barkai<sup>383</sup>, esta descrição dos muçulmanos possuía um duplo significado: empregar a cor negra para conferir uma afinidade satânica em um sentido coletivo e atribuir à mulher islâmica uma classificação animalesca. Curiosamente, existe uma tênue relação entre a imagem coletiva dos mouros e o avanço fronteiriço testemunhado por Jiménez de Rada. Até o século XII, as crônicas castelhanas não fizeram tanto esforço para apontar os muçulmanos como a encarnação do mal ou descrevê-los como seres diabólicos, já que os experimentos de convivência dentro de um espaço geográfico desenhado por fronteiras mal definidas fazia com que os cristãos enxergassem os mouros como inimigos temporários. Foi somente no século XIII que os combates entre cristãos e muçulmanos deixaram de ter apenas um sentido cristianismo e o paganismo, e assim, a eterna luta do bem contra o mal<sup>384</sup>. A Igreja, enquanto força legitimadora dos conflitos se empenhou para transformar as ações bélicas contra os mouros em uma luta desenfreada a favor da Cristandade. Como um

---

<sup>381</sup> GARCÍA FLORES, Antonio. *Fazer Batallas a los Moros por las Vecindades del Reyno*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid, 2001. p.290.

<sup>382</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IV, Cap.XVI. p.183.

<sup>383</sup> BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A, 2007. p.216.

<sup>384</sup> GARCÍA FLORES, Antonio. *Fazer Batallas a los Moros por las Vecindades del Reyno*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid, 2001. p.268.

clérigo atento a produção textual daquele momento, Jiménez de Rada inseriu sua crônica no contexto de uma guerra permanente, valendo-se da “satanização” do inimigo para justificar sua expulsão.

Nos dois últimos livros da HRH, aqueles que narram as transformações territoriais vividas no século XIII, podemos enxergar a utilização da palavra fronteira em três ocasiões distintas. Nesta documentação, o termo fronteira foi empregado exclusivamente para descrever os limites territoriais entre Castela e os reinos muçulmanos instalados no sul da Península Ibérica. A primeira vez que apareceu no texto, a palavra fronteira surgiu para indicar o acordo firmado entre Afonso VIII e o rei de Leão depois que uma grave crise na produção de alimentos impediu o prosseguimento das campanhas militares em conjunto<sup>385</sup>. Neste pacto, “acordaron los reyes que cada uno guiara sus ejércitos contra los moros por sus fronteras respectivas”<sup>386</sup>. No capítulo seguinte o Toledano narrou que a fome ainda colocou um fim inesperado as incursões de Afonso VIII na cidade de Baeza, obrigando o monarca a estabelecer uma trégua com os mouros depois que a escassez de alimentos forçou seu exército a comer carnes impróprias ao género humano<sup>387</sup>. É justamente neste contexto que a palavra fronteira volta a aparecer nas páginas da HRH. De acordo com o texto de Jiménez de Rada, quando Afonso VIII retornou para Castela o arcebispo de Toledo decidiu compartilhar o sofrimento das tropas que permaneceram na Andaluzia. Assim:

El arzobispo Rodrigo de Toledo, teniendo presentes las palabras del apóstol Juan <<quien viere a su Hermano sufrir necesidad y cerrare su corazón a la misericordia, de qué manera radica en él la caridad de Dios?>> (...) entrego a los frailes toda la plata que pudo tener a su alcance; y para que los castillos de la **frontera** no quedaron vacíos de pobladores decidió él pasar necesidad con los frailes como alivio y socorro de la tierra (Grifo nosso)<sup>388</sup>.

Antes do enraizamento da noção de fronteira linear, que só surgirá na Península Ibérica no fim da Idade Média, os castelos desempenhavam a função de marcos fronteiriços, assinalando a paisagem como representantes de uma organização militar,

---

<sup>385</sup> Segundo a *Historia de Rebus Hispanie*, “no sólo la tierra dejó de producir sus frutos, sino que también afectó a las aves, pjaras y rebaños, que esse año (1213) ni preñaron ni parieron por una esterilidade igual, y los caballos de montar y los de guerra murieron en grand cantidad por falta de paja e cebada”(JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p.326-327).

<sup>386</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VIII, Cap.XIII. p.327.

<sup>387</sup> Idem. A *Chronica Latina Regum Castellae* afirma que o exército castelhano consumiu carnes de burros e de cavalos para sobreviver a fome (BREA, 1984, p.39).

<sup>388</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VIII, Cap.XIV. p.327-328.

social e acima de tudo política. Dentro da linha de pensamento de Edson Cru xen, o castelo é um ícone prático e simbólico cuja mensagem se destina ao exterior e que possuíam um papel fundamental na defesa do espaço e na exploração dos territórios onde estavam inseridos. Embora seja encarado pela historiografia como um elemento isolado ele “esta em íntima conexão com as povoações que defende, com as necessidades táticas da política vigente e com as necessidades econômicas de proteção do espaço campesino e comercial”<sup>389</sup>. Por conseguinte, é possível que a preocupação de Jiménez de Rada com a conservação e com o abastecimento humano das fortificações alojadas na fronteira tenha a ver com sua utilidade prática como refúgio para os habitantes das zonas urbanizadas ou dos aldeamentos próximos dos recintos fortificados. Também se faz importante mencionar que a região de Baeza, para onde se dirigiram as estratégias de povoamento do toledano naquele momento, estava integrada a uma área importantíssima para a guerra de fronteira. Antes da conquista de Córdoba pelos cristãos, em 1236, era através desta franja fronteiraça que os muçulmanos penetravam nos territórios castelhanos para atacar as proximidades de Toledo. Sabendo da importância estratégica deste lugar, o arcebispo Jiménez de Rada procurou criar um sério obstáculo às operações ofensivas islâmicas impedindo o esvaziamento das fortificações e erguendo novos núcleos defensivos na fronteira, a exemplo do Castelo de Milagro (Figura 26), construído entre 1213 e 1214 sobre uma antiga estrutura fortificada islâmica:

Por aquél tiempo el mismo arzobispo repobló el castillo que se llama Milagro en la ruta habitual que utilizaban los árabes para llevar el peligro a Toledo. Aunque se detuvo allí algún tiempo, las obras del castillo no avanzaban al presentarse el impedimento de las lluvias e inundaciones, sin embargo hizo lo que pudo y tras dejar allí caballeros y otros combatientes para que protegieran el recinto de la nueva población, acudió a la iglesia de Toledo<sup>390</sup>.

---

<sup>389</sup> CRUXEN, Edison Bisso. *Castelos e fortificações como documentos históricos-arquitetônicos: Símbolos para o estudo das estruturas de poder na Península Ibérica Medieval*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011. p.11.

<sup>390</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VIII, Cap. XIV, p.328.



**Figura 26:** Ruínas do castelo de Milagro<sup>391</sup>.



Curiosamente, das três menções a palavra fronteira existentes na HRH, apenas a uma foi inserida no contexto da expansão territorial liderada por Fernando III. Segundo o último livro da obra de Jiménez de Rada, após atacarem um arrabal de Córdoba os almogávares “comunicaron lo que había ocurrido a los cristianos que se encontraban en la frontera”<sup>392</sup>. Diferente de seus antecessores, Rodrigo de Toledo foi o cronista que menos associou a palavra fronteira ao monarca Fernando III. Enquanto Juan de Soria e Lucas de Tuy a empregam exclusivamente para descrever as transformações territoriais ocorridas em seu reinado, o toledano se contentou em empregá-la uma única vez em seu frio capítulo sobre a tomada de Córdoba. Se na HRH a conquista de Córdoba é um episódio onde a fronteira e o rei Fernando III tem pouco destaque, na *Chronica Latina* o monarca é uma espécie de *Miles Christi* que sem descanso chega a Córdoba atravessando a terra inviável e deserta vigiada pelos castelos dos mouros<sup>393</sup>. Da mesma forma, o *Chronicon Mundi* também apresentou o rei como um cristão devoto que, através da intercessão de Santo Isidoro e São Tiago, inspirou seus seguidores a entrar ousadamente na fronteira<sup>394</sup>. Pode ser que esta única menção a palavra fronteira signifique que o termo ainda não havia ganhado o significado que terá na documentação afonsina. Pode ser também que ela seja um reflexo da inimizade, ou do afastamento, existente entre Rodrigo de Toledo e o rei de Castela.

<sup>391</sup> Disponível em:

[https://www.google.com.br/search?q=castillo+de+milagro&dcr=0&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjx4aL4q4XZAhXBF5AKHZ3SBUQQ\\_AUICygC&biw=1366&bih=667#imgrc=OP1yAucLXmrynM](https://www.google.com.br/search?q=castillo+de+milagro&dcr=0&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjx4aL4q4XZAhXBF5AKHZ3SBUQQ_AUICygC&biw=1366&bih=667#imgrc=OP1yAucLXmrynM). Acesso em: 05/03/2018.

<sup>392</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IX, Capítulo XVI, p.350.

<sup>393</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.95.

<sup>394</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap.XCIV, p.429.

Embora muitos historiadores tenham insistido nesta questão, é certo que as hipóteses sobre um possível enfrentamento entre estas duas personalidades não renderam muitos frutos. Efetivamente, nenhum pesquisador conseguiu explicar com clareza por que a HRH tece tão poucos elogios a Fernando III. O rei de Castela descrito na crônica do Toledano se parece mais com uma figura monárquica comum do que com um modelo de santidade, a exemplo do que tentaram fazer Juan de Soria e Lucas de Tuy. O próprio editor da crônica do toledano, Juan Fernandez Valverde, assume desconhecer o motivo pelo qual Rodrigo Jiménez de Rada relatou os grandes feitos de Fernando III como os de qualquer outro rei que governou nos anos anteriores<sup>395</sup>. Segundo Valverde, algo deve ter acontecido para Jiménez de Rada nem sequer desejar uma vida longa ao rei, como era comum entre as crônicas produzidas naquele período<sup>396</sup>. Mesmo que o toledano tenha afirmado no prólogo de sua obra que ela foi escrita a pedido do rei<sup>397</sup>, seus grandes heróis foram Afonso VIII e sua filha Berenguela, que ao longo do texto se mostrou a maior incentivadora do reinado de Fernando III. Em toda crônica, o rei castelhano aparece como um instrumento no qual a rainha Berenguela “pone en práctica una sensacional capacidad de gobierno en todos los órdenes de la vida”<sup>398</sup>.

Levando em consideração as investigações de David Porrinas<sup>399</sup>, podemos especular que talvez Rodrigo de Toledo tenha entendido sua nomeação para o *adelantamiento* de Cazorla como uma espécie de exílio na zona de fronteira, imaginando que era desejo do rei mantê-lo afastado do contato direto com Toledo e com as principais esferas de poder do reino, limitando, dessa maneira, sua participação na tomada de decisões importantes para o bom andamento do reino. Também é possível que, além da disputa pelo poder, o que incomodou Jiménez de Rada tenha sido o fato de Fernando III não ser um modelo de rei cavaleiro como foi Afonso VIII. Afinal, o rei Fernando aparece mais como um líder político e militar, que procurava prejudicar o

<sup>395</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. *Introducción. In: JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p.28.

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> “...me he esforzado con honestidad, en la medida de mis posibilidades, para poner en pie la historia de España que con tanto interés me pedisteis, desde los tiempos de Jafet, hijo de Noé, hasta el vuestro, gloriosísimo rey Fernando. (...) pidiendo perdón por haberme atrevido a entregar a la curiosidad de los lectores y a poner al alcance de tan gran rey un presente tan pequeño” (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 57)

<sup>398</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan. *Introducción. In: JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p.28.

<sup>399</sup> PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012. p.221.

adversário através de pactos, alianças e campanhas predatórias para abrir caminho para conquistas territoriais bem maiores, do que como um soldado obcecado pela batalha em campo aberto. Como insistiu David Porrinas, “es posible que Jiménez de Rada, habiendo vivido intensamente la génesis, desarrollo y culminación de la campaña de Las Navas (...), concibiera la realidad político militar ideal de manera diferente a la del conquistador de Córdoba, Sevilla y Jaén”<sup>400</sup>.

Se realmente houve uma inimizade entre rei Fernando III e Jiménez de Rada nunca saberemos. O que fica evidente ao longo da leitura da HRH é que o compromisso institucional do cronista estava mais para a sede toledana do que para a coroa castelhana. Segundo Derek Lomax, a lealdade de Rodrigo de Toledo estava dedicada a sua igreja e todas as coisas que dizem respeito a ela. Pois, sua crônica foi “escrita por un arzobispo de Toledo, desde el punto de vista de su iglesia, y pone en primer lugar la tradición, el honor y los intereses materiales y espirituales de ella”<sup>401</sup>. Embora não sejam mais do que especulações, é muito curioso que Jiménez de Rada tenha lido Lucas de Tuy e também acompanhado os fatos na condição de testemunha ocular, e mesmo assim tenha escolhido delegar a Fernando III uma papel tão secundário em sua obra. Talvez por conta desta possível inimizade, Jiménez de Rada tenha procurado valorizar a expansão territorial como uma atuação coletiva da nobreza, do clero e das Ordens Militares, minimizando a participação do rei e, por consequência, delegando-lhe um papel minoritário. Só assim poderíamos entender porque a palavra fronteira, e tudo que ela representa, teve tão pouco destaque durante as narrativas sobre o reinado de Fernando III.

Mesmo que a utilização da palavra fronteira tenha sido escassa nesta parte do documento, Rodrigo de Toledo muitas vezes empregou termos que sugeriam uma ideia de transposição da área limite entre Castela e o islã. Na HRH a expressão terra dos mouros, muito comum nas crônicas anteriores, deu lugar a um conjunto de terminologias que a primeira vista podem parecer indignas de destaque, mas que contribuíam para acentuar a percepção do deslocamento pela franja fronteira, a exemplo de: “**entrar** en los campos de los agarenos”<sup>402</sup> e “**penetrando** (...) en la tierra

---

<sup>400</sup> Ibidem. p.222.

<sup>401</sup> LOMAX, Derek W. *Rodrigo Jiménez de Rada como historiador*. In: Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas / coord. por François Lopez (et.al), Vol. 2, 1977. p. 589.

<sup>402</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VIII, Capítulo VII, p.317.

de los árabes”(Grifo nosso)<sup>403</sup>. Ademais, mais importante que encontrar a palavra fronteira desfilando pela documentação é enxergar a existência de zonas periféricas marcadas pela vida rude e pela presença real do inimigo. Não é de se espantar que como um homem acostumado aos perigos da fronteira, Jiménez de Rada tenha conseguido registrar, com tamanha lucidez, trechos que preservaram algumas características do relacionamento hostil entre cristãos e muçulmanos nas áreas afastadas do poder central.

Y allí (La Losa, Jaén) un destacamento de moros vigilaba el paso de los cristianos durante ese día y parte del siguiente, y allí se produjeron aquel día bastantes escaramuzas entre los nuestros y ellos, de manera que hubo algunas bajas, pero no muchas, por ambos bandos<sup>404</sup>.

---

<sup>403</sup> Ibidem. p.344.

<sup>404</sup> Ibidem. p.317.

### CAPÍTULO 3 – A IDEIA DA FRONTEIRA NAS CRÔNICAS POSTERIORES À TOMADA DE SEVILHA

#### 3.1 O ENRAIZAMENTO DO PODER REAL NO SOLO E SUA RELAÇÃO COM O ALARGAMENTO DA FRONTEIRA.

Afonso X, conhecido como o Sábio, foi rei de Castela durante os anos de 1252 e 1284. Como primogênito e sucessor de Fernando III, teve grande participação nos assuntos de governo e em importantes campanhas militares a exemplo da incorporação do reino de Murcia ao território castelhano e do assédio a cidade de Sevilha. Com a morte de seu antecessor, Afonso X passou a governar um território bem diferente daquele que seu pai havia assumido no ano de 1217. Em meados do século XIII, as ofensivas militares castelhanas haviam reduzido o território islâmico a uma estreita faixa de terra que estendia suas fronteiras de Murcia até Algeciras e o Estreito de Gibraltar, sob a liderança de Muhammad I, o primeiro governante da dinastia nasrida<sup>405</sup>. Ainda que existissem problemas de ordem econômica e uma grande expectativa entre as classes sociais que aguardavam o repartimento das terras conquistadas em Sevilha, Castela era um reino forte, comparável com as demais monarquias da Cristandade, e que havia ampliado seu território através da anexação de Leão e da conquista das principais cidades do Vale do Guadalquivir. Certamente, foram estes fatores que levaram o historiador Manuel González Jiménez a afirmar que “com razón podía sentirse orgulloso Fernando III de dejar a su hijo una herencia y un prestigio que le convertían en rey más importante de toda la Península Ibérica<sup>406</sup>”.

Mesmo que as conquistas territoriais de Afonso X tenham sido menores que as de Fernando III, a preocupação com o alargamento da fronteira e com a continuação do projeto expansionista, iniciado no reinado anterior, também estiveram presentes na política afonsina (Figura 27). Todavia Afonso X se tornou mais conhecido pela série de reformas que buscavam institucionalizar o exercício do poder régio sobre o território conquistado. Ainda que consideremos um tanto precipitado cogitar a possibilidade do rei sábio ser o verdadeiro precursor do Renascimento<sup>407</sup>, estamos de acordo com César

---

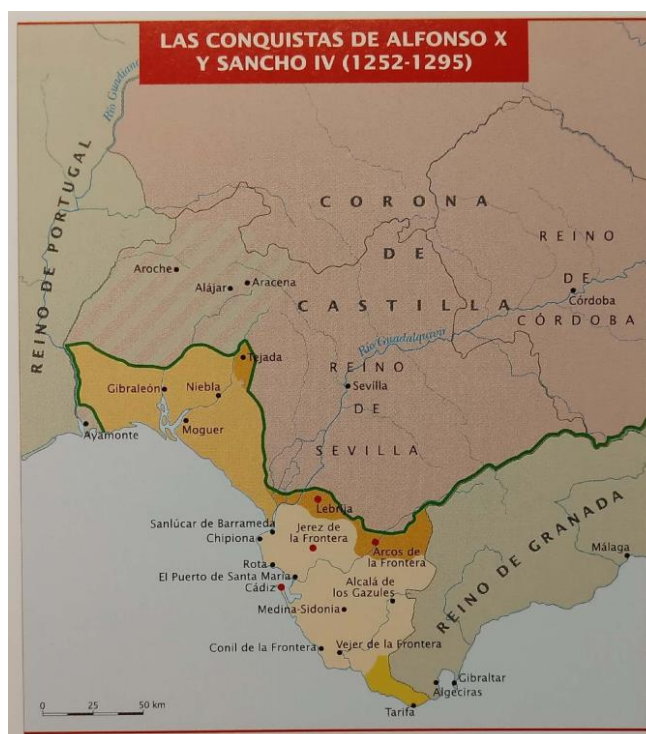
<sup>405</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 1999. p.207.

<sup>406</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.36.

<sup>407</sup> GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. *Poder real y poder nobiliar en la corona de Castilla (1252 – 1369)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2012. p.39.

González Mínguez quando o autor propõe que Afonso X foi o mais letrado dos reis medievais e o que mais compreendeu o valor da escrita para forjar um ideal político e colocá-lo em prática<sup>408</sup>. Através da utilização de todo um conjunto de textos produzidos como fundamentação teórica para o novo governo, Afonso X inaugurou um novo tempo na história política castelhana e foi o primeiro monarca peninsular a desenvolver uma formulação clara e original de um modelo de Estado<sup>409</sup>.

**Figura 27:** As conquistas territoriais de Afonso X e Sancho IV<sup>410</sup>.



Nos primeiros meses de 1253, o rei sábio ordenou uma incursão militar contra Jerez, para reestabelecer o pagamento de parias e recuperar o controle da região que havia sido abalado após os muçulmanos de Jerez verem na transição de governo uma possibilidade para livrarem-se da dominação castelhana. Animado por seus êxitos militares, Afonso X organizou uma incursão ao norte da África em 1260. Ao que tudo indica os 37 navios enviados pelo rei de Castela sob o comando do almirante Pedro Martínez invadiram a cidade de Salé sem grandes dificuldades. González Jiménez comparou a ofensiva cristã a uma expedição pirata<sup>411</sup>, já que ao invés de obter uma

<sup>408</sup> Ibidem, p.37-38.

<sup>409</sup> Ibidem, p.38.

<sup>410</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A., 2007. p.207.

<sup>411</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Las cruzadas de Alfonso X contra el islam occidental, Estudios alfonsíes*. Granada: Universidad de Granada, 2009. p.134.

ocupação estável das terras do Magreb, os castelhanos limitaram-se ao saque das riquezas de Salé e a captura de cativos, abandonando a cidade alguns dias após a conquista para evitar um confronto direto com as tropas emir benimerine Abu Yusuf.

Apesar da *Crónica de Afonso X* realizar uma narrativa clara sobre os resultados obtidos em Salé, ela não explica os reais motivos que levaram o rei de Castela a organizar uma expedição militar ao norte da África. Mesmo que alguns historiadores tenham insistido na tentativa de recuperar a antiga província romana da Mauritania Tingitana<sup>412</sup>(Figura 28), é bem provável que o ataque a Salé tenha sido uma demonstração do poderio militar para os demais reinos europeus ou um experimento para verificar a viabilidade de um projeto de ocupação do litoral do Magreb, impedindo o embarque de tropas islâmicas para a Península Ibérica e dificultando o acesso dos Benimerines ao Estreito de Gibraltar. Todavia, se for esse o caso, o ataque castelhano ao Magreb provocou um efeito contrário ao que Afonso X planejava. Pois, no fim das contas, ele acabou convertendo os benimerines em uma séria ameaça a Castela após Abu Yusuf, estimulado pela invasão em Salé, aniquilar o que sobrou do poder almôada e iniciar a unificação das tropas islâmicas do Marrocos<sup>413</sup>.



**Figura 28:** Em destaque a província romana da Mauritania Tingitana<sup>414</sup>.

<sup>412</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Afonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.34.

<sup>413</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.137.

<sup>414</sup> Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Maurit%C3%A2nia\\_Tingitana#/media/File:Provinciaromana-MauritaniaTingitana-pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maurit%C3%A2nia_Tingitana#/media/File:Provinciaromana-MauritaniaTingitana-pt.svg). Acesso em: 12/06/2019.

Para Carlos de Ayala Martínez, a tentativa de ocupar o norte da África se relaciona diretamente com uma nova consciência de fronteira desenvolvida ao longo do reinado de Afonso X. Dentro de suas análises, a definitiva estabilização dos limites territoriais com Granada fez com que o conceito de fronteira adquirisse uma dimensão elástica, convertendo o Estreito de Gibraltar e o Marrocos em uma zona de intervenção necessária para garantir a segurança dos territórios cristãos da Península Ibérica<sup>415</sup>. Possivelmente, a redução dos conflitos fronteiriços com o reino de Granada e o estabelecimento dos laços de fidelidade assumidos pelos muçulmanos no Pacto de Jaén, ampliaram as expectativas castelhanas no controle do Magreb e alimentaram os ideais de cruzada contra os muçulmanos.

Dentre os vários aspectos importantes do reinado de Afonso X o processo de delimitação territorial da fronteira com o reino de Granada é particularmente interessante para este estudo. A pacificação das vilas no entorno de Sevilha, como Lebrija, Arcos e Jerez, ainda no início do seu reinado, e a incorporação dos reinos de Niebla e Cádiz, no ano de 1262, criaram uma fronteira bem diferente daquela que existiu nos primeiros anos do reinado de Fernando III. Embora ainda não seja possível falar de uma fronteira linear, a historiografia tendeu a enxergá-la como um espaço ligeiramente estável e melhor delimitado do que fora nas décadas anteriores. A partir da segunda metade do século XIII, a renovação das obrigações vassálicas de Granada com o reino de Castela<sup>416</sup> e o processo de repovoamento das terras conquistadas colocaram um fim nas constantes oscilações geográficas que existiam no espaço fronteiriço desde o início da Reconquista. Ainda que a fronteira entre Castela e Granada não tenha se tornado uma barreira linear entre dos estados antagônicos, os contornos estabelecidos pelas conquistas de Fernando III e pelas anexações de Afonso X sobreviveram até o século XV (Figura 29), quando os reis católicos derrubaram o último bastião islâmico na Península Ibérica. Este processo de estabilização da zona de fronteira, que temos insistido até aqui, não representou o fim de sua permeabilidade e nem mesmo a inexistência de conflitos militares ou ocupações de espaços organizados com o

---

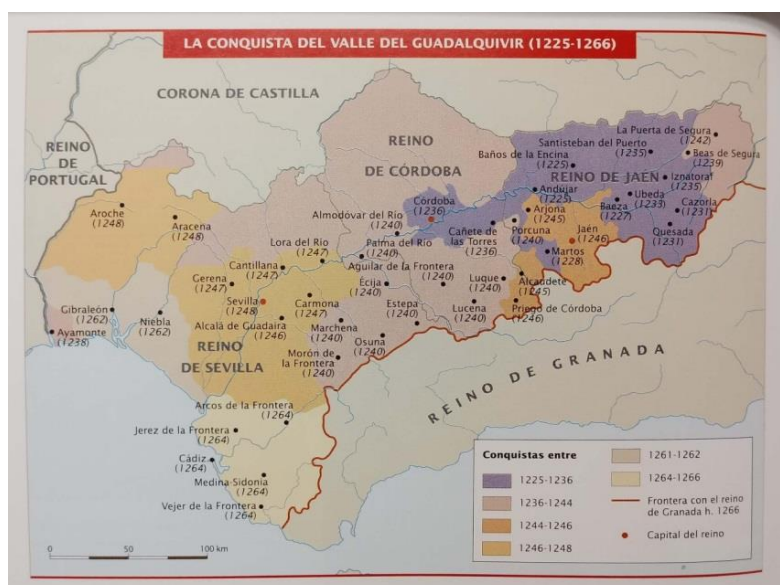
<sup>415</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.137.

<sup>416</sup> Em 1265, Afonso X e Muhammad I de Granada estabeleceram uma trégua em Alcalá de Abenzaide que renovaria os termos estabelecidos no Pacto de Jaén anos antes. Segundo a *Crónica de Alfonso X*, o reino islâmico se comprometeu ao pagamento anual de 250.000 maravedís e o apoiar militarmente ao reino de Castela sempre que fosse solicitado. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. XV. p.42.



consentimento do poder real. Para Manuel García Fernández, “estamos simplemente ante un vasto espacio de enorme movilidad y transición sociocultural, en el que todavía no estaba hegemonicamente definido el dominio ni de una ni de otra entidad política, ni de Castilla ni de Granada”<sup>417</sup>.

**Figura 29:** A fronteira castelhana nos tempo de Afonso X<sup>418</sup>.



A organização política levada a cabo por Afonso X na zona de fronteira também resultou em um amadurecimento da concepção política de território. Através de um programa centralizador, iniciado em meados do século XIII, os reis de Castela passaram a exercer seu poder não apenas sobre um conjunto de súditos, mas sobre um território heterogêneo e multifacetado que fundia os núcleos integrantes de antigos reinos cristãos, a exemplo de Leão e da Galícia, com domínios muçulmanos incorporados ao território castelhano em momentos históricos distintos como Córdoba, Sevilha e Murcia<sup>419</sup>. Por esta razão, a *Crónica de Alfonso X* se preocupou em destacar o rei como o responsável por um conjunto de territórios que, muito embora estivessem integrados a esfera de poder castelhana, ainda conservavam uma identidade geográfica distinta.

Et por esto, el muy alto e muy noble e mucho honrado e muy bien aventurado don Alfonso, por la gracia de Dios rey de Castilla, de Toledo, de

<sup>417</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Arcos y el surgimiento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p.142.

<sup>418</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A., 2007. p.204.

<sup>419</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>o</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.62.

León, de Gallizia, de Seuilla, de Córdoba, de Murcia, de Jahén, del Algarbe, de Algezira e sennor de Molina (...) <sup>420</sup>.

Depois de conquistadas, as grandes cidades da fronteira demoraram um tempo até serem entendidas como um território homogêneo e enquadrado dentro de uma única geografia administrativa, gerenciada pela monarquia castelhana. Haja vista que na *Historia de Rebus Hispaniae*, escrita há, pelos menos, um século antes da *Crónica de Alfonso X*, os reinos anexados a Castela também foram citados separadamente como se as antigas delimitações territoriais estabelecidas com *al-Andalus* ainda não tivessem perdido por completo seu sentido político. “A su señor, el serenísimo, invicto y siempre augusto Fernando, por la gracia de Dios rey de Castilla y Toledo, León y Galicia, Córdoba y Murcia”<sup>421</sup>.

De fato, o que se viu na história castelhana, pelo menos durante o meado do século XIII, foi um processo de reajuste fronteiriço que buscou uma melhor definição do território onde se estendia o poder real. Para Miguel Ángel Ladero Quesada <sup>422</sup>, este reajuste acabou por iniciar o desenvolvimento das noções de soberania e de Estado, ainda que ambos os conceitos só tenham alcançado um sentido concreto em tempos posteriores. Sendo assim, a desaceleração das conquistas militares em *al-Andalus* coincidiu com o começo das mutações de ordem política e do crescimento efetivo do poder da monarquia, não somente sobre um grupo de homens naturais de um reino, mas, sim, sobre um território que necessitava ser reordenado nos mais variados aspectos <sup>423</sup>. Esse reordenamento foi certamente um dos motivos que levaram Afonso X a aumentar suas políticas ligadas à legislação e a administração do espaço ocupado pelos castelhanos, um esforço acentuado que pode ser visto nas *Siete Partidas* e no *Repartimiento de Sevilla*.

Carlos de Ayala Martínez, buscando também compreender a consolidação da monarquia castelhana no século XIII, acredita que os reinados de Fernando III e de Afonso X foram responsáveis pela elaboração de um autêntico programa político que, por meio de um conjunto heterogêneo de iniciativas e linhas de ação harmonizadas,

<sup>420</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Prólogo. p.3.

<sup>421</sup> JIMENEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Trad. Juan Fernandez Valverde, Madrid. 1989. Prólogo. p.55.

<sup>422</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p. 5.

<sup>423</sup> *Ibidem*. p.7.

acabou criando expectativas soberanas para a monarquia através da integração da zona de fronteira ao poder central<sup>424</sup>. Para o autor, o regime de *adelantamentos*, entendidos por Afonso X como marcos territoriais da administração régia, e, principalmente, as medidas de caráter econômico, a exemplo do desenvolvimento da pecuária na zona limite e da implantação de pontos de cobranças de impostos para limitar o poder dos senhores feudais, contribuíram para o amadurecimento da concepção política de território como um espaço no qual se manifesta o poder real<sup>425</sup>. Como bem destacou José Antonio Maravall, estamos ante uma modificação do relacionamento entre os homens e a terra<sup>426</sup>, já que no reinado de Afonso X o território passou a ser considerado como um elemento essencial para a interação entre o rei, a comunidade que ele governa e o espaço que ambos ocupam. Sendo assim, “si antes, en el nexu feudal, se era hombre de otro hombre, ahora se es el hombre de una tierra”<sup>427</sup>. A fusão entre o povo e o território foi identificada por Maravall como um dos pontos mais característicos do pensamento afonsino. Pois, embora tenha sido uma preocupação constante entre as demais monarquias europeias na Baixa Idade Média, o autor duvida que outro rei antes de 1260 tenha dedicado tanta atenção a este aspecto como Afonso X<sup>428</sup>.

Levando em consideração que o rei e o reino são partes diferenciadas, mas intimamente ligadas, de uma mesma realidade<sup>429</sup>, Afonso X procurou dar ao poder real uma autonomia que o permitisse governar sem uma interferência tão determinante de outros grupos sociais. Ao que tudo indica, o rei sábio entendeu que o controle exercido pela monarquia sobre o povo emanava diretamente de Deus e, por esta razão, não poderia estar submisso nem mesmo as autoridades religiosas. Portanto, resistir ao rei era o mesmo que resistir a Deus, já que a unção régia santificava o monarca e lhe conferia um caráter de semi-sacerdote<sup>430</sup>. A defesa de uma absoluta independência do poder real frente às autoridades espirituais pode ser percebida através de uma leitura no tomo II das *Siete Partidas*:

---

<sup>424</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.498.

<sup>425</sup> Ibidem. p.500-501.

<sup>426</sup> MARAVALL CASESNOVES, J.A. *Estado moderno y mentalidad social: Siglos XVI a XVII*. Madrid: Revista de Occidente. 1972. p.126.

<sup>427</sup> Ibidem. p.127.

<sup>428</sup> Ibidem. p101.

<sup>429</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.265.

<sup>430</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>o</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.63.

**Vicarios de dios son los reyes** cada uno en su regno puesto sobre las gentes para mantenerlas en justicia et en verdad quanto en lo temporal, bien asi como emperador em su imperio. Et esto se muestra complidamente en dos maneras: la primera delas es espiritual segunt lo mostraron los profetas et los santos, á quien dió nuestro Señor gracia de saber las cosas ciertamente el de facerlas entender; la otra es segunt natura, asi como mostraron los homes sabios que fueron como conocedores de las cosas naturalmente: et los santos dixeron que el tey es señor puesto en la tierra en lugar de Dios para complir la justicia et dar á cada uno su derecho, et por ende lo llamaron corazon el alma del Pueblo; (...) Et naturalmente dixieron os sabios que **el rey es cabeza del regno**; ca asi como de la cabeza nascen los sentidos por que se mandan todos los miembros del cuerpo, bien asi por el mandameiento que nace del rey, y que es señor et cabeza de todos los del regno, se deben mandar, et guiar et haber un acuerdo com él para obedescerle, el amparar, et guardar et endereszar el regno onde él es alma et cabeza, et ellos los membro (Grifonosso)<sup>431</sup>.

Ao se apresentar como a cabeça de um corpo político, Afonso X procurou inserir a monarquia castelhana em uma concepção de reino, surgida a partir da segunda metade do século XIII, que se caracterizava pela unidade, pela indivisibilidade e por uma noção de vassalagem natural de todos os habitantes do território com o rei. Mesmo que o programa de consolidação da monarquia orquestrado por Afonso X tenha sido algo sem precedentes na história castelhana, suas ideias acerca do conceito de realeza só foram implantadas no século seguinte. Além disso, o projeto de organização social contido nas *Siete Partidas* foi incapaz de conter as grandes tensões políticas que abalaram o final do reinado de Afonso X. A imposição por parte da coroa de um modelo de soberania excludente suscitou resistências em um reino basicamente estruturado sobre os privilégios derivados do pactismo feudal<sup>432</sup>. Além da nobreza, a Igreja, receosa de abrir mão da sua autonomia jurisdicional, e as oligarquias urbanas, determinadas a reproduzir os esquemas senhoriais nas cidades em que dominava, não aceitaram de bom grado um programa tão centralizador e pouco respeitoso com a autonomia estamental<sup>433</sup>. Para Ayala Martínez, o amadurecimento desse autoritarismo monárquico, junto com a diminuição das operações militares da Reconquista e os primeiros sintomas de recessão econômica, sentidos através da má distribuição dos recursos em um território que havia

<sup>431</sup> ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807. Tomo II, Título I, Lei V.

<sup>432</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.502.

<sup>433</sup> Idem.

duplicado sua extensão em menos de trinta anos, criaram as condições necessárias para que diferentes grupos sociais manifestassem uma oposição virulenta ao governo<sup>434</sup>.

Contrariando os grandes êxitos culturais que ocorreram durante o período afonsino, o rei Sábio terminou seus dias encurralado em Sevilha e com poucos seguidores. Embora González Jiménez tenha acreditado que o reinado de Afonso X marcou um momento excepcional da história medieval não apenas em Castela, mas de toda a Europa, o autor se viu obrigado a reconhecer que os anos finais de seu reinado tiveram um sabor amargo:

El período que abarca este capítulo bien pudiera llamarse el ‘decenio trágico’, tantos que fueron los problemas, amarguras y decepciones que se acumularon sobre Alfonso el Sabio. Afrontar la más tremenda sublevación nobiliária de sua reinado, ver hundir se sin remedio sus ilusiones imperiales, experimentar la muerte prematura del infante herdero don Fernando, (...) la perspectiva al fondo de uma guerra civil, y, por si fuera poco, contemplar el saqueo por benimerines y granadinos de la tierras andaluzas conquistadas por su padre y por él repobladas, todo ello debió amargar y llenar de pesimismo a un rey como Alfonso X acostumbrado a mirar más allá de las miserias y contingencias del devenir cotidiano. Essa dolorosa experiencia marcó de melancolias los años finales de su vida y contribuyó a desgastar de forma irremediable su salud<sup>435</sup>.

Tanto a revolta nobiliária de 1271 quanto a guerra civil realizada dez anos mais tarde foram provocadas pelas inovações políticas de Afonso X. A rebelião organizada pela nobreza castelhana reivindicava que o rei abandonasse suas pretensões reais ao trono do Sacro Império, cujas despesas acabavam caindo sobre os ombros da aristocracia. Além disso, exigiam também a anulação das inovações fiscais introduzidas pela monarquia, ao longo do reinado de Afonso X, e solicitavam a criação de um estatuto jurídico-político que garantisse os privilégios da nobreza. No caso da Guerra Civil de 1282, além de encarar a morte de seu primogênito, o rei de Castela teve que lidar com um levante organizado por seu filho, o infante Sancho, reconhecido como herdeiro pelos reis de Portugal e Aragão, pelos concelhos urbanos e pelos mais importantes setores da nobreza. Ainda que Afonso X desejasse que os direitos sucessórios do príncipe falecido passassem automaticamente para seus filhos, como foi

---

<sup>434</sup> Segundo as hipóteses levantadas por Carlos de Ayala Martínez, foi justamente a incessante atividade militar na Reconquista e o fato do projeto de uma monarquia autoritária ser mais uma ideia do que uma realidade que impediram possíveis focos de resistência ao poder real durante o reinado de Fernando III. AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.502.

<sup>435</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.125.

estabelecido nas *Siete Partidas*, muitos historiadores têm considerado que, além da popularidade obtida através da maneira como dom Sancho havia mantido a defesa do reino da ausência de Afonso X, a tradição do direito romano estava a seu favor<sup>436</sup>.

Um pouco antes desta querela, o governo do rei sábio também fora abalado pelo saque da Andaluzia, liderado pelo sultão benimerine Abu Yusuf. A invasão marroquina na Península Ibérica, iniciada em 1275, acirrou as já conturbadas relações entre Castela e os muçulmanos do Magreb. Se estiverem corretos os relatos contidos na *Crónica de Alfonso X*, a incursão de Abu Yusuf, mais do que enfraquecer a autoridade política de Afonso X, causou grandes prejuízos econômicos e sociais ao reino castelhano, à medida que os benimerines retornaram para o Magreb carregando um grande saque formado principalmente pelo gado e pelos cativos capturados na fronteira.

Por todas las partes del regno de Castilla e de León yuan [somando] la nueuas de la muchedunbre de los moros que pasaron con Abén Yuçaf et de los muchos males que fizieron en la tierra de los christianos, e por esto todos se aperçebieron a yr a la Frontera. (...) E los que yuan com él (o arcebispo de toledo) en la delantera fallaron el poder de los moros que yuan con el robo que auían fecho de muchos ganads e muchos omnes e mugeres que leuauan cativos<sup>437</sup>.

Tudo indica que as hostes do Magreb aproveitaram a ausência de Afonso X, que na data da invasão estava fora do reino pleiteando sua candidatura ao trono do Sacro Império, para cruzar o Estreito de Gibraltar e iniciar um ataque à zona fronteira entre Castela e o reino de Granada. Na *Crónica de Alfonso X*, os Benimerines chegaram à Península Ibérica para atender a um pedido de ajuda solicitado por Muhammad II de Granada que, apesar de ter acertado uma trégua com Castela no ano de 1273, aproveitou o afastamento do rei para articular uma aliança com os Benimerines, informando-os que:

La terra de los christianos estaua agora em manera que si Abén Yuçaf acá pasase que podría conquerir grant part della con ayuda que él (o rei de Granada) le faría, ca el rey don Alfonso [era] fuera del regno yendo al Imperio, e las otras gentes todas estauan en segurança. Et asy, que podría en poco tienpo tomar grant parte de la tierra de los christianos<sup>438</sup>.

<sup>436</sup> A este respeito Júlio Valdeón Baruque destaca que autores como Marta López-Ibor tem levantado que “desde un punto de vista estrictamente jurídico y político la razón esta de parte del infante Sancho”. VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.217.

<sup>437</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap.LXIII, p.181.

<sup>438</sup> *Ibidem*. Cap.LXI, p.176.

Certamente, a sobrevivência do reino de Granada no século XIII esteve assegurada através de pactos e alianças temporárias que garantiam o equilíbrio de forças entre Castela e Magreb. Do mesmo modo que não interessava aos granadinos conviver com um reino castelhano demasiadamente forte, também não era conveniente ser engolido pelas pretensões expansionistas dos benimerines.

Cuando el empuje castellano era verdaderamente peligroso, los granadinos recurrían a su aliado natural norteafricano entregándole una serie de prazas flerte en la frontera (...). Por el contrario cuando el fanatismo mariní era ya insostenible, Granada reconocía su vassallaje a Castilla e le pagaba parias<sup>439</sup>.

Para Manuel González Jiménez, a invasão norte africana foi certamente produzida por iniciativa do rei de Granada, que conhecia, por intermédio de seus espiões, o estado de relativo enfraquecimento que vivia a fronteira desde o afastamento de Afonso X<sup>440</sup>. Contudo ainda que o autor tenha imaginado que os benimerines concretizaram a aliança com os granadinos, por se considerarem herdeiros naturais do califado almôada, e junto com ele seus direitos históricos ao território peninsular<sup>441</sup>, a marcha realizada pelos muçulmanos do Magreb se parece mais com uma razia do que com um processo de ocupação.

Apesar dos grandes problemas de ordem política e militar que aconteceram em Castela na segunda metade do século XIII, o reinado de Afonso X também ficou marcado pelos êxitos culturais nos mais variados campos como o direito, a história e a poesia. Certamente, poucos monarcas da Cristandade medieval puderam exibir uma amplitude de realizações culturais tão importantes como as protagonizadas por Afonso de Castela em seu reinado<sup>442</sup>. Mesmo tendo prosseguido a Reconquista muito timidamente, Júlio Vadeón<sup>443</sup> viu em Afonso X um dos monarcas mais surpreendentes de toda a Idade Média não somente por seus feitos, ou mesmo por seus fracassos políticos, mas também pelo impulso que concedeu a empresa cultural castelhana.

Desde sua chegada ao trono até os anos finais de sua vida, Afonso X desenvolveu um trabalho literário sem precedentes na história castelhana. Embora

---

<sup>439</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.26.

<sup>440</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.150.

<sup>441</sup> *Ibidem*. p.151.

<sup>442</sup> *Ibidem*.p.334.

<sup>443</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.75.

muitos historiadores do passado tenham discutido se as obras afonsinas foram um produto pessoal de Afonso X ou o resultado de uma colaboração entre o rei e os sábios de seu tempo, Inés Fernández-Ordóñez<sup>444</sup> aponta que depois da publicação dos clássicos de A.G. Solalinde e G.Menéñez Pidal não restam dúvidas de que muitos colaboradores trabalharam sobre as diretrizes e a supervisão do rei para produzir documentos importantes como a *Primera Crónica General de España*. Júlio Vadeón, seguindo a linha de pensamento de Fernández-Ordóñez, acredita que se interpretarmos literalmente os textos afonsinos chegaremos à conclusão de que o rei não escreveu diretamente as obras, mas interagiu como uma espécie de diretor de uma orquestra composta basicamente pelos intelectuais que trabalhavam na famosa escola de tradutores de Toledo<sup>445</sup>. Mesmo que a tradição atribua a autoria do texto ao rei Sábio, a existência de múltiplos coautores anônimos, cuja identidade é praticamente impossível de descobrir, não desqualifica sua importância como documento histórico. As obras produzidas no reinado de Afonso X são testemunho vivo das transformações espaciais sentidas no século XIII e das ambições políticas do rei de Castela. Afinal, toda a história é verdadeiramente uma história contemporânea<sup>446</sup>.

Com a morte de Afonso X, em 1284, o infante Sancho foi reconhecido como rei e coroado na cidade de Toledo no mesmo ano. Seu reinado foi marcado pela tentativa de subordinar a nobreza ao poder real e pela continuação da luta contra o islã que marcou todo o século XIII. Sobre os enfrentamentos com a nobreza, César González Míguez viu na redução do ardor da Reconquista, a partir da segunda metade do século XIII, e na política legislativa de Afonso X, as razões para um rápido deterioramento do poder da nobreza que, tentando recuperar a riqueza e o prestígio adquirido durante a ocupação da Andaluzia, acabou entrando em choque direto com a coroa castelhana, que, naquele tempo, buscava possibilidades de fortalecer seu poder<sup>447</sup>. Contudo, a completa subordinação da aristocracia e o projeto político que visava controlar a passagem pelo estreito de Gibraltar foram interrompidos pela morte de Dom Sancho, em 1295,

---

<sup>444</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.61.

<sup>445</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.170.

<sup>446</sup> CROCE, Benedetto *apud* LINEHAN, Peter. *De Lucas de Tuy a Alfonso X*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.26.

<sup>447</sup> GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. *La Reacción oligárquica frente al poder de las monarquías (1284-1325)*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.606.



provocada pela tuberculose. No ano seguinte, seu filho, o infante Dom Fernando, foi coroado como novo rei na catedral de Toledo. Apesar de suas medidas para organizar a administração territorial do reino castelhano e fortalecer o poder monárquico, o reinado de Fernando IV não rendeu muitos frutos. Sua morte prematura em 1312, aos vinte seis anos, constituiu uma preciosa oportunidade para a aristocracia recuperar os privilégios que haviam sido abalados pelo processo de fortalecimento da monarquia. Como em 1312 o herdeiro de Fernando VI contava apenas com pouco mais de um ano de idade, foi necessário o estabelecimento de uma tutoria que inevitavelmente provocou uma guerra civil entre as principais figuras da corte castelhana, interessados em obter os benefícios gerados pela custódia do futuro Afonso XI.

Esta situação só se acalmaria, em 1325, quando Afonso XI foi declarado rei de Castela, aos quatorze anos de idade. Desde o início do seu reinado, foi consciente de que a aristocracia havia chegado longe demais em seu desejo pelo poder e que as pretensões deste grupo entrariam em choque direto com o projeto político de fortalecimento da instituição monárquica<sup>448</sup>. Embora a interpretação tradicional tenha julgado Afonso XI como um rei antinobiliário, devido à áspera energia que utilizou para dominar as revoltas provocadas pela aristocracia, os dados com que se pode contar indicam justamente o contrário. Afonso XI reconhecendo que a nobreza constituía o estamento social mais importante de Castela e que sem ela era impossível governar o reino de modo efetivo, procurou um equilíbrio de forças entre a realeza e a aristocracia, enquadrando-a em seu projeto político e exaltando os ideais cavaleirescos<sup>449</sup>. Pois, o poder monárquico e a casta aristocrática necessitavam reciprocamente um do outro. Do mesmo modo que Afonso XI buscou atrair a nobreza para seu serviço:

la aristocracia también era perfectamente consciente de que sin su apoyo y colaboración el rey tenía escassa capacidad para acometer ninguna empresa, sobre todo de carácter bélico y, por tanto, exigía que el monarca contara con ella a la hora de ocupar puestos de gobierno con los que redondear los redondear los sueldos y bienes que aquél le despensaba, insuficientes para haver frente a las continuas subidas de precios<sup>450</sup>.

A tarefa atribuída a Afonso XI no início do seu reinado certamente não foi algo fácil. Além de controlar a nobreza, o rei precisou reduzir a espessa interferência das cidades-Cortes no exercício governativo e colocar ao seu lado os judeus, únicos que

---

<sup>448</sup> *Ibidem*. p.614.

<sup>449</sup> ROJAS GABRIEL, Manuel. *El triunfo de las monarquías*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.629.

<sup>450</sup> *Idem*.

naquela altura poderiam colaborar como credores e gerentes eficazes<sup>451</sup>. Até 1338, as atenções do monarca castelhano estiveram voltadas quase que exclusivamente para a resolução dos problemas internos do reino de Castela. Afonso XI conseguiu por um fim no processo de independência que as cortes e os núcleos urbanos haviam adquirido à custa do apoio a uma série de tutores que colocavam seus objetivos pessoais acima dos interesses do reino. Com a resolução dos conflitos estamentais e a garantia da participação da nobreza nos projetos encabeçados pela realeza, Afonso XI pode direcionar sua atenção para a luta contra os muçulmanos e a tentativa de controlar o acesso ao Estreito de Gibraltar. Por fim, após apontarmos os pontos altos do reinado de Afonso X, bem como sua preocupação com a administração da zona fronteiriça e o desenvolvimento da empresa cultural, se faz importante apresentar, como fizemos no capítulo anterior, as fontes que fizeram parte desta investigação. Basicamente, o arcabouço documental deste capítulo foi composto pela *Primera Crónica General de España* e pela *Crónica de Alfonso X*, duas obras que conservaram uma visão de fronteira que em alguns pontos difere da imagem fronteiriça desenhada pelas crônicas latinas.

a) O texto afonsino que conhecemos como *Primera Crónica General de España* (PCG) foi construído originalmente com o título de *Estoria de España*. Acredita-se que sua composição teve início em 1270, quando o Afonso X solicitou o empréstimo de vários livros de história a Colegiata de Albelda e ao Convento de Santa Maria de Nájera<sup>452</sup>. Embora alguns estudos anteriores tenham especulado que a redação do texto pode ter começado na década anterior, Menéndez Pidal estabeleceu o ano de 1270 como a data mínima para o início dos trabalhos compilatórios originais<sup>453</sup>. As fontes utilizadas para a composição do documento foram muito variadas, embora boa parte do texto tenha seguido cegamente a *Historia de Rebus Hispaniae*, preferindo seu testemunho ao do Tudense, que por tantas vezes foi mais fiel a cronologia do que Rodrigo Jiménez de Rada<sup>454</sup>. González Jiménez, em sua biografia de Afonso X, destacou a utilização de

---

<sup>451</sup> Idem.

<sup>452</sup> DE LA CAMPA, Mariano. *Las versiones alfonsíes de la Estoria de España*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.88.

<sup>453</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Introdução. In: AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. p.XXI.

<sup>454</sup> Ibidem. p.XXXVII.

autores anteriores à conquista muçulmana como Paulo Orosio, Eusébio de Cesaréia e São Jerônimo, além do emprego de autores pagãos, a exemplo de Lucano e Ovidio<sup>455</sup>.

Hoje, sabemos que, durante o reinado de Afonso X, foram redigidas pelo menos duas edições da *Estoria de España*, a “versão primitiva”, escrita entre 1270 e 1274, e a “versão crítica” composta quase dez anos depois, entre 1282 e 1284. Como nenhuma das duas composições contemplava os êxitos políticos de Fernando III, uma terceira versão foi elaborada em 1289, no reinado de Sancho IV.

Ese texto de la Estoria de España fue sistemáticamente transformado con glosas y ampliaciones retóricas y completado con la consulta ocasional a las fuentes latinas, Rodrigo Jiménez de Rada y Lucas de Tuy, y a veces, la *Chronica Adefonsi Imperatoris*, aunque manteniendo la estructura originaria de la primera redacción<sup>456</sup>.

Há muito tempo se discute se a PCG foi terminada durante o reinado de Afonso X, como consta em seu prólogo. Desde o século XVI, as edições mais antigas deste documento advertiam que alguns estudiosos pensavam que parte da crônica poderia ter sido composta no tempo de Sancho VI<sup>457</sup>. Em 1906, Ramon Menéndez Pidal fundiu as versões existentes da *Estoria de España* em um único volume que foi chamado de *Primera Crónica General*, onde na contracapa se lia o subtítulo: “Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba baja Sancho IV en 1289”<sup>458</sup>. Para Menéndez Pidal, embora não existam motivos para duvidar que a primeira metade do documento foi escrita no governo do rei sábio, é possível que a segunda metade do texto tenha sido concluída durante o reinado Sancho VI:

En suma, antes de la muerte de Alfonso, 1284, unicamente se escribió en redacción definitiva el tomo I de la versión regia, que trata desde los Orígenes de España has la invasión sarracena. El tomo II, historia de la reconquista, sólo recibió su última forma cuando ya reinaba Sancho IV, en 1289, o muy poco después; el capítulo 1039, comienzo del reinado de Fernando III, fué sacado del borrador para ese tomo II de la versión regia en vida del mismo Sancho IV (muerto en 1295), lo cual equivale a decir que todo el segundo tomo se concluyó bajo ese rey<sup>459</sup>.

<sup>455</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.352.

<sup>456</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La transmisión textual de la “Estoria de España y de las principales “Cronicas de ella derivadas”*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.234.

<sup>457</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Introdução. In: AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. p.XXXVII.

<sup>458</sup> LA CAMPA, Mariano de. *La versión primitiva de la Estoria de España de Alfonso X: Edición crítica*. Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_1\\_012.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_012.pdf). Acesso em: 04/01/2019. p.60.

<sup>459</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Introdução. In: AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. p.XXXIV.

Mesmo que Inés Fernández-Ordóñez considere PCG como um texto misto e parcialmente afonsino<sup>460</sup>, já que a mescla de edições nos impede de conhecer quais partes foram realmente concebidas pela chancelaria do rei Sábio, ela é a única versão da *Estoria de España* que sobreviveu até os dias de hoje, respeitando, é claro, suas reedições publicadas em 1955 e 1977. Como as crônicas produzidas durante o reinado de Fernando III encerram seus relatos com a conquista de Córdoba, a PCG, editada por Menéndez Pidal, tem um papel fundamental neste trabalho, à medida que nos ajuda a entender as transformações políticas levadas a cabo durante o assédio de Sevilha e os anos finais do reinado de Fernando III.

b) A *Crónica de Alfonso X* (CAX), também conhecida como *Crónica de Tres Reyes*, em virtude de a narrativa passar pelos reinados de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV, foi escrita a mando do rei Afonso XI nos anos finais de seu reinado. Segundo a tradição, este documento começou a ser redigido no ano de 1344 e foi finalizado somente em 1350, ano da conquista de Algeciras e da morte de Afonso XI<sup>461</sup>. Se os historiadores não conseguiram definir com exatidão a data de redação do documento, sua autoria é igualmente confusa. O que se tem certeza é que se trata de alguém próximo ao rei e com livre acesso aos arquivos e a chancelaria real, já que o autor utilizou um conjunto de documentos oriundos da câmara régia, entre eles o testamento de Afonso X e uma série de relatos sobre a sublevação nobiliária<sup>462</sup>. Diego Catalán e Julio Puyol, visando encerrar esta questão, atribuíram a *Crónica de Alfonso X* a Fernán Sánchez de Valladolid, que até 1320 foi alcaide do rei e desempenhou funções importantes na corte, entre elas a de “canciller del sello de la poridad”<sup>463</sup>. Como nosso trabalho procura enxergar no documento a utilização do termo fronteira, estabelecendo uma comparação com as demais fontes que compõem esse estudo, a definição precisa do provável autor da CAX em nada contribui para o estudo da fronteira. Logo, a fim de passar as investigações sobre o alargamento do espaço castelhano, seguiremos associando a

<sup>460</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La transmisión textual de la “Estoria de España y de las principales “Cronicas de ella derivadas”*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.220.

<sup>461</sup> MARTÍNEZ, Purificación. *La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X*. Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_1\\_027.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf). Acesso em 26/11/2018. p.1.

<sup>462</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. (ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Introducción. p. XVII.

<sup>463</sup> Ibidem. p.XIV.

autoria do documento a Fernán Sánchez de Valladolid, conforme adotou a tradição historiográfica. Ao todo, existem seis edições da *Crónica de Alfonso X*:

A primeira publicada por Miguel de Herrera em Valladolid, em 1554; a edição de Cayetano Rosell de 1875, pela Biblioteca de Autores Españoles, reeditada em 1953 pela mesma biblioteca; a quarta, da Real Academia de Alfonso X El Sabio, organizada por Manuel González Jiménez em 1998; a quinta, publicada pela The University Press of Kentucky e organizada por Shelby Tracker e Jose Escobar, em 2002 e a sexta, da Biblioteca Saavedra Fajardo, organizada por José Luis Villacañas Berlanga em 2005.

Desta lista, as edições mais acessíveis são as de Cayetano Rosell e de Manuel González Jiménez. Contudo quando comparadas, a versão de González Jiménez abre melhores possibilidades de investigação, pelo menos sobre o período afonsino, à medida que preenche diversas lacunas, erros de datação dos acontecimentos e algumas imprecisões técnicas deixadas pela versão de Rosell<sup>464</sup>. Tanto é que, Reis e Ribeiro consideram que a edição de Cayetano Rosell, além de certo empobrecimento das informações, “não problematiza e não confronta a documentação, o que o impede de disponibilizar ao pesquisador uma edição crítica”<sup>465</sup>. Devido às razões como estas, optamos por investigar o relacionamento entre a CAX e a fronteira castelhana na edição de González Jiménez publicada em 1998, acreditando que esta versão se manteve fiel aos manuscritos utilizados em sua composição. Na introdução a referida obra, González Jiménez criticou os erros cronológicos e até a parcialidade com que Rosell apresentou o documento, destacando a necessidade de uma edição confiável para atender aos interesses de historiadores e filólogos.

Creo que con lo dicho basta para justificar la necesidad de una nueva edición de la Crónica de Alfonso X. (...) En mi caso, me preocupó no tanto la anotación de las variantes de los distintos manuscritos, cuanto la selección de un buen manuscrito de entre los existentes, su transcripción cuidadosa y su colación, en los pasajes que me parecían problemáticos, con otros manuscritos de la Crónica<sup>466</sup>.

<sup>464</sup> REIS, Jaime Estevão dos & RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. *As crônicas medievais como fonte de pesquisa: uma análise comparada de duas edições da crónica de Alfonso X*. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 226-245, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/11001/pdf>. Acesso em: 19/10/2017. p.15.

<sup>465</sup> Ibidem. p.16.

<sup>466</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. (ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Introducción. p. XI – XII.

A edição de González Jiménez, utilizada neste trabalho, manteve a divisão original por capítulos. Apresentando em cada um deles os principais aspectos do governo de Afonso X, sua relação com a nobreza e os enfrentamentos com as hostes benimerines. De maneira geral, seus capítulos podem ser agrupados em quatro seções distintas: a primeira delas refere-se ao período de 1252 a 1272 (Capítulos I ao XIX), abordando a ascensão de Afonso X ao trono de Castela e a manutenção dos territórios conquistados por Fernando III; a segunda seção, que contempla os anos de 1272 e 1273 (Capítulos XX ao LVIII), trata sobre a revolta nobiliária e os enfrentamentos de Afonso X com a aristocracia; a terceira seção, que basicamente relata sobre os preparativos da viagem de Afonso X à corte imperial, se resume aos anos de 1274 e 1275 (Capítulos LIX ao LXIV); Por último, a quarta seção narra os problemas sucessórios e os feitos de Sancho IV no período entre 1275 e 1284 (Capítulos LXVV ao LXXVII)<sup>467</sup>.

---

<sup>467</sup> REIS, Jaime Estevão dos & RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. *As crônicas medievais como fonte de pesquisa: uma análise comparada de duas edições da crônica de Alfonso X*. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 226-245, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/11001/pdf>. Acesso em: 19/10/2017. p.14.

### 3.2 A PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA E A POTENCIALIZAÇÃO DA PALAVRA FRONTEIRA.

Ainda que os investigadores tenham discutido por muito tempo se a Primera Crónica General de España foi uma obra pessoal de Afonso X ou o resultado de uma cooperação entre o monarca e os intelectuais de Castela, desde os tempos de Menéndez Pidal<sup>468</sup> é perfeitamente compreensível que sobre ela trabalharam múltiplos colaboradores, encarregados de traduzir as crônicas anteriores e modelar o livro idealizado por Afonso X. De fato, a *Primera Crónica General de España*, construída nos tempos do rei Sábio é a principal beneficiária do trabalho historiográfico desempenhado pelos cronistas fernandinos. Com excessão da *Crónica Latina de Reyes de Castilla*, que não sabemos ao certo se a equipe de intelectuais afonsinos desconhecia o texto ou se simplesmente negligenciou sua existência, grande parte dos argumentos contidos na PCG sobre a história castelhana do século XIII foi retirada do *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy, e principalmente da *Historia de Rebus Hispanie*, do arcebispo Rodrigo de Toledo.

Quando são confrontadas, a principal diferença que surge entre as crônicas fernandinas e a PCG se refere à linguagem em que foram produzidas. Enquanto os textos trabalhados por nós no capítulo anterior foram desenvolvidos em latim, a *Crónica General*, provavelmente por iniciativa de Afonso X, foi elaborada diretamente em língua castelhana. Inés Fernández-ordóñez, tentando compreender a transição literária do governo de Fernando III para seu sucessor, acredita que as traduções de textos árabes e da própria bíblia para a linguagem vernácula talvez tenham se iniciado antes do reinado de Afonso X, quando o chanceler Juan de Sória começou a redigir com mais frequência documentos em castelhano e também quando alguns foros da mesma época passaram a receber uma versão em língua comum<sup>469</sup>. Mesmo assim, dentro de suas perspectivas, o reinado de Fernando III só produziu uma incipiente revolução linguística e que não foi capaz de atingir as produções cronísticas, já que, indubitavelmente, a história contida nelas permaneceu destinada aos reis e não as súditos, como uma espécie de *speculum principis*<sup>470</sup>. Todavia, se as obras literárias de intelectuais como Lucas e Rodrigo se dedicavam especificamente aos príncipes, o trabalho historiográfico da

<sup>468</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, Alcanate, 3 (2002-2003), pp. 93-133. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/134720.pdf>. Acesso em: 09/10/2017. p.5.

<sup>469</sup> *Ibidem*. p.1.

<sup>470</sup> *Ibidem*. p.2.

chancelaria afonsina estava destinado a um grupo de pessoas muito maior e que não necessariamente eram letradas.

En efecto, en las producciones alfonsíes es evidente la existencia de una duplicidad de destinatarios constituida no sólo por los príncipes sino también por otros grupos sociales. Y esos grupos no se restringen a los lectores cultos a los que se dirige el Toledano, sino que parecen estar compuestos por gentes no tan letradas<sup>471</sup>.

Assim como Fernández-ordóñez, Júlio valdeon viu na consolidação do castelhano, durante o século XIII, uma tentativa de colocar os textos importantes do reino na língua dominada majoritariamente por seus súditos, supondo que o gradativo abandono do latim contribuiria para canalizar junto ao conjunto de cidadãos o impressionante legado cultural que esta se formando na corte de Afonso X<sup>472</sup>. A utilização da língua castelhana na composição da PCG foi era encarada pelos historiadores como uma novidade dos textos compostos a partir de meados do século XIII. Para o redator da Crónica General, Menéndes Pidal, Afonso X evitou restringir seus textos a um grupo pequeno de latinistas<sup>473</sup>. Por muito tempo, o monopólio da escrita foi uma prerrogativa do clero e serviu para reforçar a dualidade entre os letrados e o iletrados. O latim, utilizado largamente pelos clérigos, possuía o status de língua sagrada e veículo quase exclusivo de difusão dos textos bíblicos, contribuindo para marcar sua oposição com a língua vernácula e intensificar o poder dos homens da Igreja, uma vez que “somente estes últimos têm acesso à Bíblia, fundamento da ordem cristã; eles são especialistas incontestáveis da escrita e todos os livros copiados são feitos nos scriptoria dos monastérios”<sup>474</sup>.

Embora o texto em língua vulgar perdesse a sacralidade depositada sobre o latim, ele estava mais próximo dos súditos do que as frias composições do tempo de Fernando III. Colocando-os no idioma comum, o monarca garantiu que as grandes batalhas da história castelhana e as façanhas de seus ancestrais heroicos circulassem na língua dos jograis<sup>475</sup> e atingissem um público muito maior, compostos não apenas por

<sup>471</sup> Ibidem. p.6.

<sup>472</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.172.

<sup>473</sup> MENENDEZ PIDAL, Ramon. Alfonso X y las leyendas heroicas. Disponível em: file:///C:/Users/Marcio.Marcio-PC/Downloads/alfonso-x-y-las-leyendas-heroicas.pdf. Acesso em: 13/06/2018.

<sup>474</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. p.181.

<sup>475</sup> Segundo a definição de H. R. Loyn, Jogral era o “nome dado aos artistas populares nas comunidades de fala românica da Europa ocidental, e que depois se ampliou para abranger também homens com um repertório de canções e poemas eu andavam de corte em corte ou de cidade em cidade no período central



clérigos letrados, mas também por um grupo de cavaleiros e burgueses que costumavam se deleitar com o tipo de entretenimento oferecido pelos artistas populares. Embora não sejam mais do que suposições, é bem provável que os jograis poderiam incluir em seu repertório de canções e poemas a história castelhana, composta a partir da óptica afonsina, se ela estivesse ao alcance deles. Pois, como insitiu Jérôme Baschet, “apesar da crescente utilização da escrita, a oralidade e os gestos rituais continuam a dominar a vida social. Mesmo se as obras literárias são conservadas por escrito, continuam essencialmente feitas para ser contadas ou cantadas”<sup>476</sup>.

Graças às investigações mais recentes, a historiografia atual rompeu com algumas concepções enraizadas nas primeiras décadas do século XX por Américo Castro. Em suas análises, o autor defendeu que o desejo de Afonso X em vulgarizar a história, ao invés de latinizá-la, estava relacionado com o domínio intelectual que os colaboradores judeus exerciam em Castela e com escasso interesse que eles possuíam pelo idioma dominado pelos clérigos<sup>477</sup>. Mesmo que os judeus, por seu profundo conhecimento de línguas e pela frequência com que cruzavam fronteiras, tenham sido grandes comunicadores em Castela, não nos parece que este tenha sido o motivo pelo qual o castelhano passou a ser empregado na documentação afonsina. Para Júlio Valdeón<sup>478</sup>, a tese elaborada por Castro não é mais do que um equívoco. Afinal, o triunfo do castelhano não estava ligado a atuação dos intelectuais judeus em Castela, mas, sim, ao amadurecimento da própria língua castelhana e sua utilização na chancelaria de Fernando III, ainda que timidamente. Além disso, a difusão do idioma vernáculo foi uma novidade introduzida no reinado de Afonso X para colocar os textos importantes do reino na linguagem majoritariamente dominada por seus integrantes, como temos inistido aqui.

Certamente, a utilização do idioma comum garantiu o triunfo das crônicas castelhanas e a consolidação de Afonso X como o patrono de todo um projeto cultural realizado a partir do começo do seu reinado. No mesmo período, a Europa vivia uma série de transformações políticas geradas pela morte de Frederico II e pela disputa entre o rei de Castela e Ricardo da Cornualha à coroa do império germanico, iniciada em

---

da Idade Média. Estavam especialmente associados à propagação do entretenimento e ao espírito de calaria” (1990. p.224).

<sup>476</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. p.182.

<sup>477</sup> CASTRO, Américo. *Espana En Su Historia: Cristianos, Moros y Judios*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001. p.461-462.

<sup>478</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.172.

1256. Mesmo com a morte do seu adversário, no ano de 1272, o rei castelhano teve suas pretensões frustradas quando Rodolfo de Habsburgo foi eleito no ano seguinte imperador dos romanos e, após o reconhecimento do pontífice católico, passou a ocupar oficialmente o trono germânico. Curiosamente, além da campanha para ser reconhecido como imperador germânico ter prejudicado a economia castelhana e provocado a revolta nobiliária, já que as ambições afonsinas haviam se tornado altamente custosas ao longo de quase vinte anos<sup>479</sup>, ela acabou provocando o relaxamento da defesa na fronteira com Granada. Nos parece que extrema dedicação de Afonso X a política exterior, bem como a confiança nos pactos estabelecidos com os muçulmanos, acabaram criando um cenário propício para a invasão dos territórios castelhanos, liderada pelo sultão benimerine Abu Yusuf, a partir da fronteira de Granada.

Dessa forma, a Crónica General, cuja composição se iniciou em 1270, surge não somente para apresentar Afonso X como um monarca forte e culto frente aos seus adversários pelo domínio do Império Germânico, mas para servir de sustentáculo ideológico ao seu projeto de controle hegemônico sobre toda a Península Ibérica. Por esta razão, Júlio Valdeón destacou que o título original da obra (*Estoria de España*) coloca Castela como legítima sucessora dos reis visigodos e demonstra a maneira como Afonso X percebia a Espanha como um elemento unitário, ainda que a Península Ibérica estivesse formada por um mosaico de reinos cristãos e ainda abrigasse um território subordinado às autoridades islâmicas<sup>480</sup>. Do mesmo modo, Manuel González Jiménez concluiu que:

Estamos ante algo más que una simples crónica castellana. Se trata, por el contrario, de la historia de todo un ámbito cultural – España – , en el que se integran, por encima de las divisiones políticas, todos los reinos cristianos peninsulares, descendientes de un mismo tronco común. De ahí deriva esa especie de sentimiento proto-nacional que recorre toda la obra, expresado en la afirmación rotunda del pasado unitario del país y en la exaltación de la lucha por la recuperación del territorio frente a los moros como la gran tarea común de todos los pueblos hispánicos. Por ello, a pesar de ser una obra que tiene a Castilla y León como eje central del relato, la *Estoria de España* no es una obra localista y provinciana<sup>481</sup>.

<sup>479</sup> O ponto de partida para as pretensões de Afonso X ao título de rei dos romanos foi o ano de 1256, quando embaixadores oriundos de Pisa propuseram ao monarca sua candidatura a coroa do Império Germânico. Em 1275, após se reunir com o papa Gregório X em Beaucaire, no sul da França, Afonso X acabou renunciando ao título imperial.

<sup>480</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003. p.181.

<sup>481</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p.350.

Levando em consideração que a PCG conseguiu absorver parte das transformações na política fronteiriça e da organização territorial desenvolvida por Afonso X nas terras anexadas a Castela, seguiremos nosso discurso tentando capturar a maneira como a sociedade castelhana entendeu o significado da fronteira neste documento.

Como temos discutido até aqui, a utilização da palavra fronteira nas crônicas latinas foi certamente muito discreta. Ainda que escassas, as referências a fronteira e a *terram maurorum* nos permitiram enxergar a existência de uma zona de contornos imprecisos, que separava as áreas de controle cristãos das terras habitadas pelos muçulmanos, e que nada tinha a ver com aquelas fronteiras que separavam os diferentes reinos cristãos existentes na Península Ibérica. Enquanto a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, com suas quatro menções ao termo *frontarie*, é até meados do século XIII o documento cronístico com o maior número de citações à palavra fronteira, a PCG utilizou, apenas nos capítulos que narram o reinado de Fernando III, pelo menos 27 vezes o dito termo.

O amplo aparecimento da palavra fronteira neste documento parece estar ligado a uma mudança no sentimento dos homens com relação a terra. Se até o início do século XIII, o afastamento do centro de poder garantiu a zona fronteiriça um controle mais frouxo por parte do poder real, o processo de alargamento da fronteira realizado durante os reinados de Fernando III e Afonso X acabou impulsionando experimentos de consolidação do poder monárquico sobre o território conquistado. Segundo José Angel García de Cortázar, a progressiva aparição de um sentimento de comunidade de base territorial, no século XIII, fez com que o reino deixasse de ser percebido como um mero espaço físico para ser entendido como uma área politicamente caracterizada e que não podia estar indiferente ao poder central<sup>482</sup>. Em outras palavras, o território passou a representar um conjunto de direitos que visavam a unidade do poder real sobre o espaço ocupado pelos castelhanos e também sobre os homens assentados nele. Por isso, Garcia de Cortázar insiste que esta mudança de mentalidade cria um sentimento natural de pertencimento ao território que ultrapassa a necessidade de um vínculo vassalático, onde cada homem aparece ligado ao rei na posição de súdito ao invés de vassalo. “Si antes, en el nexo feudal, se era hombre de outro hombre, ahora se es hombre de una tierra que, como significativamente precisará Alfonso X, en latin llaman patria”<sup>483</sup>.

---

<sup>482</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p.248.

<sup>483</sup> Idem.

Como bem insistiu Carlos de Ayala Martínez, a generalização do termo fronteira é fruto de um processo de amadurecimento político e institucional que acabou transformando um espaço desarticulado e semi-vazio, ameaçado pela proximidade com os islã, em um território politicamente fundido ao reino<sup>484</sup>. Sendo assim, o aparecimento cada vez mais frequente do termo fronteira na documentação esta relacionado com a consolidação do processo expansionista. Evidentemente, os textos castelhanos só puderam falar com propriedade sobre fronteiras quando se produz um processo de territorialização do espaço suficientemente desenvolvido para permitir a tomada de consciência dos limites ocupados pelos reino. Um processo desta natureza, se tratando do espaço castelhano, não foi anterior ao século XIII, razão pela qual a palavra fronteira aparecerá muito raramente na documentação<sup>485</sup>.

Levando em consideração que a constituição de fronteiras é a primeira tarefa do Estado e que somente o estabelecimento de fronteiras relativamente seguras poderia garantir a tranquilidade necessária para que o aparelho estatal pudesse dedicar sua atenção às questões internas<sup>486</sup>, é possível que a PCG represente, na verdade, um reflexo da nova configuração política do espaço castelhano e da tentativa de controle do território ocupado por parte do poder real. Por esta razão, faz mais sentido que o texto afonsino fosse construído em língua vernácula, uma vez que a escrita comum, diferente do latim, faria circular mais facilmente uma história “nacional” cujo objetivo era apresentar um reino forte, em pleno processo de expansão e capaz de controlar suas fronteiras.

Contrariando o que se tem observado nas crônicas latinas, o maior aparecimento da fronteira neste documento esta ligado não apenas às operações militares lideradas pelos cristãos contra o território islâmicos, mas também aos desentendimentos entre o poder real e a nobreza castelhana nas zonas limítrofes com demais reinos cristão. Das 27 vezes que o documentos fez referência ao termo fronteira, em quatro ocasiões esta palavra apareceu desconectada do contexto da Reconquista e do processo de colonização de *al-Andalus*. Encontramos a primeira destas menções no capítulo 1035 que trata especificamente da rebelião liderada por don Gonzalo Pérez de Lara, o senhor de Molina, frente ao poder real:

---

<sup>484</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares Castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.124.

<sup>485</sup> Idem.

<sup>486</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.51.

Et despues de cabo, pasado un anno, Gonçalo Perez, sennor de Molina, por conseio del conde don Gonçaluo (Gonzalo Núñez de Lara), començo a enfestarse contra el rey don Fernando commo non deuie; et la parte del reyno de Castiella que era vezina et **frontera** de Molina corriegela et robauagela et parauagela mal. (...) E el rey don Fernando saco su hueste sobrel; mas bino la regna donna berenguella, su madre, et porque el rey don Fernando non podie conbater el castiello de Çafra que era muy fuerte, trabaiose ella et metio abenencia entrellos, et por ciertos paramientos que les fizo fazer entre sy, el rey don Fernando solta la hueste et partiose de Molina<sup>487</sup>(Grifo nosso).

O senhorio de Molina, mencionado na citação acima, estava localizado na fronteira oriental entre Castela e Aragão. Desde sua formação, no século XII, os senhores de Molina gozavam de certa autonomia e controlavam uma grande extensão territorial<sup>488</sup>. A revolta de don Gonzalo Pérez contra a Coroa aconteceu, provavelmente, entre 1221 e 1222, já que a documentação sugere que a rebelião teve início pouco tempo após o matrimônio de Fernando III e Beatriz de Suábia, realizado em Burgos no ano de 1219. Ao que tudo indica, don Gonzalo Pérez foi um personagem que teve pouca participação na política castelhana, mesmo estando a frente do senhorio de Molina desde 1202, quando sucedeu seu pai, o conde Pedro Manrique de Lara<sup>489</sup>. Tanto a *Crónica General* como as crônicas latinas, que relataram este episódio sem incluir a palavra fronteira dentro de sua descrição, apresentam alguns pontos incomuns como o assédio a fortaleza de Zafra e a devastação das terras que integravam o senhorio de Molina. Curiosamente, nenhum dos textos apresenta, de maneira clara, a forma como foi finalizada a contenda entre o rei de Castela e don Gonzalo Pérez. Se para Jiménez de Rada o rei dissolveu seu exército e aceitou um acordo após ser convencido por dona Berenguela da impossibilidade de romper a defesa Zafra<sup>490</sup>, na CLRC o autor relata praticamente o contrário:

El rey con su clarísma madre, reunidos sus vasallos, marchó sobre Molina y devastó todo el territorio del señor de Molina. Finalmente asedió el castillo de Zafra y, afianzado el asedio, Gonzalo Pérez, viendo que no podría resistir a la fueza del rey, lo reconoció como tal<sup>491</sup>.

<sup>487</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1035. p. 719

<sup>488</sup> Segundo Ana Rodriguez Lopez, “el señorío de Molina se extendía entre Riba de Saelices, Luzón, Chaorna, Jaraba Cubel, el laguna de Gallocanta, El Poyo, la Sierra Palomera, el alto Cabriel, Salvacañete, Ademuz, Huélamo y Beteta” (1994. p.243).

<sup>489</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Fernando III el santo*. Sevilha: Fundación José Manuel Lara, 2006. p.72.

<sup>490</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro IX, Cap.XI, p.343

<sup>491</sup> “Rex autem cum clarissima genitris sua, congregatis uasallis suis, iuit super Molinam et uastauit totam terram domini de Molina. Tandem obsedit castrum de Zafra et, firmada obsidione, dictus Gonzaluus Petri,

Independente da maneira como terminou o conflito, sabe-se que quando don Gonzalo Pérez morreu, em 1239, o senhorio de Molina não foi transferido para seu primogênito, como era costume naquela época. Após o fim da rebelião contra a coroa, don Gonzalo Pérez se viu obrigado a casar sua filha, Mafalda de Molina, com o infante Afonso, irmão do rei Fernando III. Através deste laço matrimonial, ficou estabelecido o compromisso de entregar a dona Mafalda e seu marido os poderes sobre o senhorio de Molina após a morte do nobre revoltoso, em detrimento do filho mais velho de don Gonzalo Pérez, que acabou entrando para a história como Pedro González, o deserdado.

Mais adiante, a chancelaria afonsina voltou a fazer alusão a fronteira quando relatou a rebelião liderada por Diego López de Haro no senhorio de Vizcaya, alojado ao norte de Castela. A linhagem dos Haro, juntamente com os Cameros e os Molina, exerciam importantes funções políticas e controlavam uma grande extensão territorial que tocava os limites entre Castela, Aragão e Navarra<sup>492</sup>. Durante o reinado de Fernando III, os Haro foram beneficiados com a concessão de tenências pelo poder real, cujo principal interesse era reforçar os laços feudo-vassálicos que vinculavam a nobreza à coroa e garantia a solidez necessária para o exercício do poder patrimonial do rei<sup>493</sup>. Os motivos que levaram don Diego López a se retirar para Vizcaya e atacar as terras do rei não foram claramente detalhados na Crónica General<sup>494</sup>. Tampouco podemos encontrar as causas desta desavença entre as páginas das crónicas latinas, já que ambas encerraram seus relatos com a Conquista de Córdoba e a rebelião liderada pelo senhor de Vizcaya deve ter se iniciado em 1241, quando o rei Fernando, que ainda se encontrava na curia real de Burgos, soube da inimizade de don Diego López e retirou dele o controle sobre suas tenências<sup>495</sup>. Nesta ocasião, a chancelaria afonsina não empregou diretamente a palavra fronteira, mas, sim, a função de *frontero* que foi exercida por Afonso X em Medina del Pomar, quando ainda ocupava a posição de infante do reino de Castela: “El rey don Fernando, desde que ouo derribados estos

---

uidens quod non posset resistere potencie regis recognouit regem dominum” BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.60.

<sup>492</sup> Ana Rodríguez López incluiu sobre o domínio dos Haro as seguintes tenências: Cameros, Rioja, Nájera, Haro, Burena, Castilla la Vieja, Alava, Vizcaya, Calahorra e Baeza (1994, p.204).

<sup>493</sup> RODRÍGUEZ LÓPEZ. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Madrid: Concejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. p.204.

<sup>494</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1058. p. 741.

<sup>495</sup> Idem.

castiellos a Diego Lopez et se ouo a ssalir, dexo y por **frontero** a don Alfonso, su fijo, en Medina” (Grifo nosso)<sup>496</sup>.

A escassez de investigações sobre a atuação do infante Afonso como *frontero* nos impede de conhecer a importância estratégica deste cargo. As biografias mais populares do rei Sábio, escritas por Manuel González Jiménez e Júlio Valdeón, não se preocuparam em construir um discurso muito alongado a cerca da atuação política de Afonso na condição de infante. A breve introdução que ambos autores desenvolveram não parece ser fruto de um equívoco, mas da impossibilidade de tecer longas páginas sobre esta questão, levando em consideração que as referências a Afonso X antes de sua coroação são raras. Por fim, só podemos supor que a atuação do *frontero* era semelhante ao papel desempenhado pelo *adelantado* na Andaluzia. Com relação a don Diego López de Haro, sabe-se que após terminada a rebelião contra coroa teve suas terras devolvidas e voltou a exercer a função de alférez real até, pelo menos, o início do reinado de Afonso X, quando seu nome apareceu como testemunha de algumas cartas de concessão de terras emitidas pela chancelaria afonsina<sup>497</sup>.

Experiências como as de Gonzalo Pérez de Lara e Diego López de Haro nos ajudam a entender como a fidelidade era algo negociável na Andaluzia. Ainda que, à primeira vista, a aliança entre a aristocracia e o poder real pareça ser a base da monarquia feudal, no espaço fronteiriço, os interesses pessoais e o desejo pelo poder foram um forte argumento para a aristocracia dificultar a distribuição do poder real nas extremidades do território castelhano. Longe de propor que o relacionamento entre o monarca e os senhores feudais era baseado na hostilidade, observamos, através das análises de García de Cortázar<sup>498</sup>, que a coexistência entre o rei e os senhores feudais funcionava através de um rigoroso equilíbrio que beneficiava tanto o rei quanto a alta nobreza. A necessidade de contar com o apoio da aristocracia para seus projetos expansionistas levava o rei a estabelecer frágeis alianças com a nobreza, que eram sustentadas através da distribuição de riquezas, de privilégios fiscais e de territórios nas extremidades do reino. Foi certamente a necessidade de contar com o apoio da aristocracia para alavancar o alargamento das fronteiras, aliada a sua capacidade de controlar os recursos naturais e humanos dentro de sua terra, que garantiu que nobres

---

<sup>496</sup> Idem.

<sup>497</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilla: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991. Diploma 70. p.67.

<sup>498</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p.234.

traidores, a exemplo de Diego López de Haro, pudessem ser readmitidos na corte real e reaver seus patrimônios.

Quando se trata especificamente do rompimento de um contrato vassalático entre o monarca e a aristocracia, nenhum dos casos relatados na PCG é mais significativo para o estudo da fronteira andaluza que o caso dom Gonzalo Pérez, abordado nas linhas acima. Embora a *Crónica General* não tenha se preocupado em apresentar uma conclusão para o conflito entre dom Gonzalo e o rei Fernando III, o documento, em um pequeno trecho sobre os anos finais do nobre revoltoso, deixou transparecer relevantes aspectos sobre o cotidiano fronteiriço que merecem ser analisados neste trabalho.

Et pasado algunos dias despues daquello, el conde don Gonçaluo que sse pasara a moros dotra uez; et mientras que moraua en tierra de Cordoua, en la uilla que dizen Baena, enfermo y de grieue enfermedat, tanto que ouo ende morir; et pues que fue muerto, tomaronle de Baena Roy Diaz Galleno, su uassallo, et otros sus vasallos que eran con el, et aduxieronle de Baena a Campos, et a Çafinos que es de los freyres del Tenple, et soterraronle y los freyres en so yglesia<sup>499</sup>.

Primeiramente, é importante lembrar que o traslado de dom Gonzalo para as terras islâmicas não foi uma novidade desta crônica. Algumas décadas antes Rodrigo de Toledo narrou que Gonzalo Perez havia retornado com os agarenos para as terras de Córdoba, que naquela ocasião ainda faziam parte do território de *al-Andalus*<sup>500</sup>. Levando em consideração que o texto do toledano influenciou boa parte das narrativas contidas na *Crónica General*, é provável que a proximidade entre ambos relatos não seja uma mera coincidência. Todavia, a utilização da frase “passar a moros” no documento afonsino deixa transparecer, mesmo discretamente, que uma concepção espacial de separação entre cristãos e muçulmanos começava a ficar em evidência. Além disso, a migração de alguns membros da aristocracia para as terras islâmicas durante o reinado de Fernando III, como elucidada a PCG através do fenômeno “passar a moros” ou “passar ao mar”<sup>501</sup> (utilizado quando os revoltosos buscavam refúgio do outro lado do Estreito

<sup>499</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap.1035. p.719.

<sup>500</sup> “Y unos días más tarde, como el conde Gonzalo Núñez, que e había marcado con los árabes, no podia ganarse el favor del rey de Castilla como pretendia, se volvió de nuevo con los agerenos; y quando se hallaba en tierras de Córdoba, le sobrevino la muerte a causa de una enfermedad muy grave en la villa que se llama Baena, y, trasladado por los suyos, fue enterrado en Cefinis, dondes los frailes del Temple tienen un oratório”. JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro IX, Cap.XI, p.343.

<sup>501</sup> “Et a poco tiempo despues desto, otrossi el conde don Fernando, Hermano deste conde don Aluaro, pues que non uio en regno de Castiella lo que el desseaua, passo la mar et fuesse porá Affrica a



de Gibraltar), aparenta ser um reflexo dos ajustes territoriais realizados pela monarquia. Em outras palavras, foi a insatisfação causada pela tentativa de organização do espaço pelas mãos do poder régio que provocou a desvinculação de alguns membros da alta nobreza e seu posterior afastamento político do território castelhano.

Para o historiador José Mattoso, as condições em que se processou a ocupação visigótica, a invasão islâmica e os primeiros séculos da Reconquista contribuíram para o fortalecimento de poderes locais, verdadeiramente operantes e com uma real força coletiva, a exemplo do que em outras partes da Europa foi chamado de *encelulamento*<sup>502</sup>. Em sua obra intitulada *Fragmentos de uma composição medieval*, o autor defendeu que o processo de transformação de uma relação superficial para uma relação verdadeiramente orgânica entre a coroa e estes poderes locais concide com a mudança da natureza do poder monárquico<sup>503</sup> que, durante o século XIII, abandonou lentamente a convicção de que o poder real se manifestava somente entre um conjunto de súditos, para entendê-lo como uma autoridade sobre o território. Sendo assim, um choque entre a monarquia e alguns membros da alta nobreza seria inevitável se levarmos em consideração que, na tentativa de exercer sobre o território castelhano o mesmo tipo de controle que exercia sobre seus domínios patrimoniais, o rei passou a exigir um maior reconhecimento de sua suserania a um grupo de aristocratas que possuíam grandes propriedades na fronteira e estavam acostumados a negociar com o outro lado em busca de vantagens. Por razões como estas, as crônicas castelhanas estão repletas de situações onde homens, supostamente seduzidos pelo diabo abandonam o exército cristão<sup>504</sup>, sentem-se tentados a aceitar o suborno dos muçulmanos<sup>505</sup>, ou que após desentendimentos em Castela buscavam refúgio entre os reis mouros.

Et el rey don Fernando posando alli do uos ya dixiemos, era entonces Abenhut (Ibn Hud), rey de los moros de aquen mar, en Eçija con muy grant gente de cauallo et de pie; et era y con el rey Llorenço Suarez, el que auie el rey don Fernando echado de tierra por malfetrias que fiziera, et andaua com Abenhut<sup>506</sup>.

---

Marruecos al Miralmomelin". AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1033, p.717.

<sup>502</sup> MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. p.75.

<sup>503</sup> Idem.

<sup>504</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro VIII, Cap.VII, p.316.

<sup>505</sup> Ibidem. Livro VIII, Cap.XII, p.325.

<sup>506</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1046, p.731.

Foi certamente por exemplos como estes que Christopher Tyerman afirmou que “a competição pelos recursos e pelo poder é que jogavam cristão contra cristão e induziam a alianças políticas que se sobrepunham às divisões religiosas”<sup>507</sup>. Além disso, o traslado de membros da aristocracia para as terras de *al-Andalus*, ou mesmo para a região do Magreb, provam que a travessia da fronteira era um caminho praticamente certo para os senhores que possuíam um forte desentendimento político com o poder central e que os pactos de cooperação entre cristãos e muçulmanos, aparentemente, não causavam nenhum espanto aquela sociedade. Pois:

Quando, nos séculos XII, XIII ou XIV, um grande senhor queria marcar oposição à política régia, <<desnaturalizava-se>>, rompendo assim, mas do que com qualquer relação de vassalagem pessoal, com aquela que o ligava a terra, não reconhecendo mais o rei como seu senhor natural<sup>508</sup>.

Curiosamente, mesmo após a morte, os nobres revoltosos continuavam rompendo fronteiras. Tanto na Crónica General como nos textos latinos, o destino destes personagens era muito semelhante. Depois de romperem seus laços territoriais com o poder real castelhano e se abrigarem em *al-Andalus* ou nas terras marroquinas, os desertores terminaram seus dias doentes e seus corpos eram trasladados novamente para o território cristão para ser sepultado junto aos oratórios das Ordens Militares, tal como aconteceu com don Gonzalo Perez, que após contrair um grave enfermidade teve seu corpo enterrado em uma igreja que pertencia a Ordem dos Cavaleiros Templários<sup>509</sup>, e com o conde Fernando, que vestiu o hábito da Ordem Hospitalária e foi enterrado em Palencia após adoecer enquanto aproveitava os prazeres e o luxo da oferecidos pelos muçulmanos no Marrocos<sup>510</sup>. Primeiramente, não é nenhuma novidade que, na mentalidade medieval, as enfermidades eram encaradas como uma maldição contraída através de uma atitude pecaminosa. Logo, a escolha por uma vida cercada de privilégios entre os muçulmanos e a progressiva desvinculação com as autoridades cristãs eram motivos suficientes para os cronistas encararem a morte destes personagens como um castigo divino. É possível também que o enterro junto as Ordens Militares tenha a ver com a necessidade cristã de encontrar um lugar privilegiado, no que diz respeito a aproximação da proteção divina, para depositar seus mortos. Se levarmos em conta que

<sup>507</sup> TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p.805.

<sup>508</sup> RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 273.

<sup>509</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1035. p. 719.

<sup>510</sup> *Ibidem*. Cap. 1033, p.717.

os principais cronistas eram homens da Igreja, é bem provável que eles tenham julgado que a condenação dos nobres revoltosos era praticamente certa e procuraram uma forma de garantir a misericórdia divina explorando uma possível relação entre estes personagens e as Ordens Militares. Afinal, como insistiu Philippe Ariès:

Ao mesmo tempo que a condenação se tornava um risco mais ameaçador, descobriam-se e desenvolviam-se meios de preveni-la, na esperança de comover a misericórdia divina, mesmo depois da morte. É a ideia, se não completamente nova pelo menos anteriormente negligenciada, da intercessão dos vivos pelos mortos<sup>511</sup>.

Se, no norte de Castela, o poder patrimonial da nobreza estava tão estruturado ao ponto da aristocracia conseguir obstacularizar o assentamento do poder real, na Andaluzia a anexação de grandes cidades do mundo islâmico ao território castelhano, a exemplo de Córdoba e Sevilha, favoreceu a implantação dos planos de controle político e soberano do espaço tão desejado pelos monarcas castelhanos. De fato, foi somente através dos êxitos militares do século XIII que a balança de poder entre a nobreza e a monarquia foi deslocada em favor desta última. O avanço da fronteira para o Vale do Guadalquivir como uma unidade estruturada sob a liderança da monarquia contribuiu para restringir, mesmo que sensivelmente, a evolução do poder patrimonial da alta nobreza e fortalecer a institucionalização do controle monárquico sobre os territórios conquistados, para isso era importante apresentar o monarca castelhano como um líder capaz de conduzir o projeto político e territorial da Reconquista.

Certamente, o texto contido na *Crónica General* evidencia não só a maior participação do rei nas campanhas militares como o aumento de sua influência no espaço conquistado. Assim como nas crônicas latinas, a documentação afonsina também procurou colocar o poder real à frente das ofensivas militares e do projeto expansionista elaborado ao longo da primeira metade do século XIII. De certo, não foram raros os exemplos em que o rei apareceu no comando das razias fronteiriças<sup>512</sup> ou, durante sua ausência, autorizou que outros líderes dirigissem em seu nome as operações militares ao longo da fronteira. A novidade nesta crônica está na utilização, cada vez mais frequente, do contexto expansionista, bem como da palavra

---

<sup>511</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.201.

<sup>512</sup> “...el noble rey don Fernando torno a Cordoua outra uez com don Alfonso et con don Fernando sus fijos, que escomeçauan estonçes a ser mançebos et auien sabor de salir et cometer grandes fechos como su padre el rey don Fernando et como fizieron los reys sus auuelos donde vinien; et corrieron tierra de moros a todas partes, et robaron et quebrantaron et fezieron quanto quisieron”. AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1048, p. 735-736.

fronteira, para valorizar o protagonismo da monarquia ante o processo de alargamento territorial. Não foi sem motivo que em um dos capítulos finais da PCG, a chancelaria afonsina fez questão de destacar que o rei Fernando III passou seus últimos anos de vida afastado do centro de poder castelhano:

Ocho annos duro el noble rey don fernando en la frontera que non torno a Castiella desque dalla salio, pasando por muchas lazerias et por muchas afrentas. (...) Tres annos et cinco meses mas fue el tiempo de la su uida despues que Seuilla ouo ganada<sup>513</sup>.

Ainda que o rei Fernando III tenha passado o final de seu reinado na fronteira, dirigindo as operações bélicas que culminaram com a conquista de grandes cidades na Andaluzia, é certo que a tentativa de consolidação do poder real no sul do reino, onde teoricamente a influência da monarquia era maior, não eliminou a dependência da coroa com a aristocracia territorial. Embora a *Crónica General* não seja o documento mais adequado para estudar a maneira como o poder monárquico distribuiu os territórios conquistados na fronteira, este documento permite encher que, mesmo com a afirmação do poder real sobre o território, a coroa permaneceu dependente dos efetivos militares oriundo da alta nobreza, chamado no texto de *Ricos Omnes*. Seguindo as perspectivas levantadas por Ricardo da Costa, na obra intitulada *A guerra na Idade Média*, os ricos homens foram uma minoria composta por grandes fidalgos, infantes e condes, que formavam um grupo privilegiado dentro da própria nobreza e que possuíam o direito ao título de dom (*dominus*)<sup>514</sup>. No texto afonsino, os ricos homens integraram o séquito do rei durante o assédio a importantes praças fronteiriças, sendo mencionados também nas operações militares que desbarataram as tropas islâmicas durante o avanço pela terras de *al-Andalus*. Provavelmente, nenhum personagem é capaz de representar melhor o papel ocupado pelos ricos homens na *Crónica General* que Alvar Pérez de Castro, citado na crônica como possuidor da tenência de Córdoba e responsável pela segurança de sua fronteira:

don Alvaro auie el poder de la tenençia, et el la tenie por el rey desde la primera outra uez quel alla el rey enbiara, et por el fazien en todos los otros logares ary como por el cuerpo del rey. (...) quando el en Cordoua estaua o a qualquier parte desa frontera, seguro estaua el rey de quanto el alla tenie<sup>515</sup>.

<sup>513</sup> Ibidem. Cap. 1131. p.770.

<sup>514</sup> COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Para Todos, 1998. p.100.

<sup>515</sup> Ibidem. Cap. 1055, p.739.

A dependência da coroa com a alta nobreza pode ser explicada pelas próprias particularidades da aristocracia territorial castelhana. Segundo Thomas F. Glick, a genealidade do sistema feudal naquela região residia em uma relação que unia a linhagem, a riqueza e a obrigação de guerrear, formando um variado sistema onde o vínculo básico era, pelo menos até o século XIII, a concessão da terra<sup>516</sup>. Não restam dúvidas de que a possibilidade de obter novas terras e controlar a atividade comercial na zona de fronteira exerceu uma grande atração sobre os membros da nobreza que se aventuravam no traslado para a terra dos mouros, ao ponto de José Rodríguez Molina afirmar que “el enriquecimiento era el motor para que nobles y caballeros participasen en la guerra”<sup>517</sup>. Embora não tenhamos qualquer intenção de discordar de que a guerra oferecia grandes oportunidades de enriquecimento pessoal para a alta nobreza, acreditamos que o seu relacionamento com a coroa era baseado também na maneira como os combates fronteiriços se desenrolavam entre Castela e os muçulmanos. Se levarmos em consideração que no século XIII os castelhanos procuraram obter a rendição das cidades muçulmanas potencializando o ataque frontal e o uso da cavalaria pesada. Para evitar o choque direto com as grossas muralhas, instaladas sobre um posicionamento elevado, é certo que a monarquía contou cada vez mais com os efetivos militares treinados e bem armados que a nobreza dispunha. Segundo Júlio Valdeón, a guerra havia se convertido em uma atividade por excelência deste setor da sociedade, cujo tempo livre e as possibilidades econômicas garantiam sua plena dedicação às atividades bélicas<sup>518</sup>, razão pela qual os ricos homens estiveram presentes em boa parte dos eventos bélicos narrados pela *Crónica General* a exemplo do ataque a Gelves:

El maestre don Palay Correa et los otros ricos omnes don Rodrigo Florez et Alfonso Tellez et Fernant Yuannes, que de la parte allendel rio so Eznalfarag estauan, caualgaron contra Gelues et combatieronla por fuerça et entraronla et mataron quantos moros fallaron dentro, et prendieron muchos dellos que leuaron catiuos, et leuaron ende muy gran algo que y fallaron, et tornaronse para Triana<sup>519</sup>.

---

<sup>516</sup> GLICK, Thomas F. *Cristianos y musulmanes en la España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993. p.215.

<sup>517</sup> RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007. p.278.

<sup>518</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *León y Castilla*. In: VALDEÓN BARUQUE, Júlio & SALRACH, José M<sup>a</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994. p.14.

<sup>519</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1086. p. 753.

Tentando compreender a relação dinâmica entre a aristocracia territorial e o espaço castelhano, o historiador José Angel García de Cortázar foi além das perspectivas levantadas por Thomas F. Glick e Rodríguez Molina. Em seus estudos, García de Cortázar constatou que a insegurança na fronteira, a incapacidade do poder público controlar todo seu território e a debilidade do comércio e da indústria permitiram que a riqueza imobiliária continuasse sendo o primeiro instrumento de poder político da nobreza entre os séculos XII e XIII<sup>520</sup>. Essa riqueza imobiliária, essencialmente territorial e hereditária, foi imprescindível para que a mais alta classe da nobreza, os ricos homens, acumulassem fortunas e gozassem de privilégios obtidos graças à posse de grandes propriedades<sup>521</sup>. Neste contexto, García de Cortázar acredita que a força da alta nobreza castelhana pode ser explicada através de dois elementos utilizados para impedir o relaxamento dos vínculos familiares e evitar a fragmentação do grupo:

El desarrollo de *la noción de mayorazgo*, que se consolidará con la Recepción del Derecho romano, según la cual el individuo puede establecer un orden de sucesión que transmite íntegros sus bienes, y *la aparición de un cognomen*, un nombre común a todos los miembros del grupo nobiliar mediante el cual y el empleo paralelo del blasón, que aparece igualmente en el siglo XII, se expresan explícitamente la solidaridad interna de cada uno de los linajes en proceso de articulación y diferenciación. Pronto, em cognomen, inicialmente derivado del sobrenome de un famoso antepasado, se convierte em cognomen toponímico, indicativo del núcleo inicial de la fortuna familiar: Haro, Lara, Castro e etc<sup>522</sup>.

No século XIII, os ricos homens compunham o grupo político de maior relevância em Castela através da união entre a ascendência, o patrimônio e a *privanza*<sup>523</sup>. A familiaridade com o rei, chamada pelos historiadores de *privanza*, foi um elemento fundamental para o funcionamento das relações entre o rei e a nobreza, já que ela tornou os ricos homens dependentes dos cargos e dos soldos que só eram concedidos graças a sua proximidade com o poder monárquico<sup>524</sup>. Famílias poderosas como os Haro, os Lara e os Castro, frequentemente aparentadas entre si para multiplicar sua influência, possuíram extensos domínios territoriais e foram grandes colaboradores do poder monárquico, o que não impediu a existência de enfrentamentos entre os grupos

<sup>520</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial. 1988. p.222.

<sup>521</sup> Quando se trata do conceito de Grandes propriedades é bom que se tenha em mente que a noção de latifúndio utilizada para compreender as terras controladas pela alta nobreza era muito diferente da noção que possuímos hoje. Levando em conta os sistemas de cultivo e a tecnologia agrícola da época, Manuel González Jiménez (1980. p.115) acredita que somente as terras que ocupavam uma área mínima de 15 jugadas (40 ha) mereciam ser chamadas de grande propriedade ou de latifúndio.

<sup>522</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial. 1988. p.217.

<sup>523</sup> VALDEÓN BARUQUE, J. J. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy. 2003. p.89.

<sup>524</sup> RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p.218.

familiares, ou mesmo que a autoridade do rei de Castela fosse contestada. Em uma de suas obras, Júlio Valdeón afirma que, no início do reinado de Afonso X, Diego Lopéz de Haro decidiu refugiar-se na corte aragonesa devido ao apoio que o rei prestava ao seu rival, Nuño González de Lara, que alguns anos mais tarde passaria a ser um dos principais agitadores entre os ricos homens que estavam descontentes com o panorama econômico castelhano e com o projeto imperial de Afonso X<sup>525</sup>.

Inegavelmente, grande parte dos recursos e dos privilégios acumulados pelos ricos homens foram concedidos pela coroa durante o projeto expansionista, quando esta camada social passou a ser beneficiada pela doação de terras recém incorporadas ao reino de Castela. Seguindo a linha de raciocínio de Rafael Sánchez Saus<sup>526</sup>, estamos tentados a acreditar que a concessão de propriedades próximo na zona de fronteira supunha uma forte ligação entre a tenência e a própria sorte de seu titular que, ao receber este território, arriscaria sua fortuna e a honra de sua linhagem para defendê-la de possíveis ataques realizados pelo reino de Granada ou pelas hostes do Magreb. Para Sánchez Saus:

La frontera alimentaba el liderazgo nobiliario y le daba seguridad en sus propios presupuestos y en lo necesario de su función. Junto con estos elementos claramente positivos que la existencia de la frontera granadina proporcionó a la nobleza andaluza, hay que señalar una serie de factores negativos, un precio que la nobleza y el conjunto de la sociedad hubieron de pagar. En primero lugar, el precio de sangre que la frontera exigía, algo que en la época de los grande numeros y de las estadísticas tendemos a olvidar o minusvalorar pero muy patente para los contemporáneos. La nobleza fronteriza es una guerrera que capitanea personalmente la hueste y que muy a menudo entra en combate<sup>527</sup>.

Outro ponto interessante levantado por Sánchez Saus é que talvez a presença da nobreza ainda tenha colaborado para reduzir o caráter marginal da zona de fronteira<sup>528</sup>. Se originalmente as terras fronteiriças eram marginalizadas devido ao seu afastamento do centro de poder, as concessões de propriedades ao longo do século XII e do início do século XIII colocaram não apenas uma série de territórios sob controle da aristocracia, mas também contribuíram para integrá-los a um conjunto de interesses políticos e

<sup>525</sup> VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy. 2003. p.92.

<sup>526</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael. *Nobleza y frontera en la Andalucía medieval*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p.127.

<sup>527</sup> Idem.

<sup>528</sup> Ibidem, p.123.

econômicos dos personagens que as controlavam<sup>529</sup>. Isto significa que o controle de fortalezas e das tropas na fronteira, além de oferecer um interessante ponto de contato com o mundo islâmico para um grupo acostumado a tirar proveito do melhor partido fronteiriço, garantia a alta nobreza a força necessária para desequilibrar a balança de poder entre Castela e Granada. Entendendo que o controle das terras da Andaluzia eram uma excelente oportunidade para a alta nobreza, a Igreja e as Ordens Militares aumentarem sua fortuna e marcarem sua oposição ao poder real, Afonso X procurou evitar a formação de vastos senhorios na região próxima da fronteira, colaborando para o surgimento de pequenas e médias propriedades no Vale do Guadalquivir. Partindo das contribuições levantadas por González Jiménez, podemos destacar que a distribuição territorial na região da Andaluzia foi realizada através de dois modelos de concessão: os *donadíos* e os *heredamientos*<sup>530</sup>. O primeiro modelo de concessão se estabeleceu basicamente através de uma relação direta entre o rei e os beneficiários, podendo ser dividido em duas categorias, os *donadíos mayores* e os *donadíos menores*. Entende-se por *donadíos mayores* uma grande propriedade ou um conjunto amplo de propriedades entregues preferencialmente aos parentes do monarca, a alta nobreza, ao alto clero e as Ordens Militares. Já por *donadíos menores* entende-se uma doação de menor proporção concedida basicamente aos mosteiros, aos bispos, a média nobreza e outros grupos. Em contrapartida os *heredamientos* foram os bens entregues aos povoadores das regiões conquistadas através do estabelecimento de um compromisso de residir na localidade concedida e do impedimento de vender a propriedade durante um tempo determinado. Os principais beneficiados pela concessão dos *heredamientos* foram os cavaleiros fidalgos, os cavaleiros vilões e os peões (ou povoadores comuns)<sup>531</sup>.

Por conta disso, é possível que a ocupação do Vale do Guadalquivir não tenha rendido a nobreza os resultados esperados. Pois: “Um estudo recente mostra que, no principio do século XIV, as senhorias nobiliárias constituíram apenas 14,1% do território do antigo reino de Sevilha, 8,8% do de Córdoba e 4,2% do de Jaén (...). Nos começos do século XVI, metade do território e dos habitantes da Andaluzia dependia ainda directamente da coroa”<sup>532</sup>. Certamente, o grande responsável por estes números foi o período de crise iniciado no século XIII com a diminuição do projeto

---

<sup>529</sup> Idem.

<sup>530</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *En torno a los orígenes de Andalucía: La repoblación del siglo XIII*. Sevilha: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1980. p.95.

<sup>531</sup> Ibidem. p. 105.

<sup>532</sup> RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995. p.219.



expansionista após uma série de conturbações que se instalaram no reinado de Afonso X. Para Rucquoi, o fim das operações militares da Reconquista, após a ocupação da maior parte da Andaluzia, teve como consequência o esgotamento de grande parte dos lucros que a nobreza obtinha com a guerra, a exemplo da apreensão de gado e cavalos, da captura de cativos ou mesmo da cobrança de tributos para poupar uma região vizinha<sup>533</sup>. Aproveitando que o término das grandes conquistas retirou da nobreza o pretexto fundamental que a transformava na principal defensora da integridade do reino, o poder central apoiou-se no direito romano para consolidar seu projeto centralizador.

Contudo, é bem verdade que a abertura do Vale do Guadalquivir provocou uma crise econômica e social que afetou o reino de Castela após a queda de Sevilha. Segundo as argumentações de Teófilo Ruiz<sup>534</sup>, o ano de 1248 pode ser considerado um dos momentos cruciais da Reconquista e da história castelhana, uma vez que ele representou o processo de aquietamento de uma longa marcha em direção ao mar, marcada pela conquista de Toledo em 1085, o triunfo dos exércitos cristãos em Las Navas de Tolosa, no ano de 1212, e a tomada de Córdoba em 1236. Para o autor, nos próximos cem anos que se seguiram a conquista de Sevilha, Castela esteve meglhada em problemas internos e, excluindo as operações militares levadas a cabo em 1340, não efetuou incursões importantes na terra de mouros até o período dos Reis Católicos<sup>535</sup>. A *Primera Crónica General*, considerada por Juan Bautista Crespo como um das obras mais complexas da tradição textual de toda a literatura medieval espanhola<sup>536</sup>, se mostrou importante para este estudo justamente por estar inserida entre o período de relachamento do ardor fronteiriço no governo de Afonso X e o espetacular alargamento territorial realizado por Fernando III no reinado anterior as custas do avanço cristão sobre cidades autônomas e uma sociedade liderada por chefes locais que devido a debilidade política não foi capaz de oferecer grande resistência às tropas castelhanas. Através da criação de uma versão da história castelhana controlada por ele mesmo, Afonso X, como um monarca interessado em utilizar a imagem do passado para aflorar o presente<sup>537</sup>, procurou destacar no texto seu entendimento sobre a nova configuração

---

<sup>533</sup> Idem.

<sup>534</sup> RUIZ, Teófilo F. *Sociedad y poder real en Castilla*. Barcelona: Editora Ariel, 1981. p.15-16.

<sup>535</sup> Ibidem, p.16.

<sup>536</sup> BAUTISTA CRESPO, Juan. *La Estoria de España y las crónicas generales*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.110.

<sup>537</sup> GÓMEZ REDONDO. *La construcción del modelo de crónica real*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001. p.135.

política do território castelhano. Por esta razão, é possível supor que a PCG tentou demarcar o espaço geográfico imaginado como limite entre o território conquistado pelos cristãos e as terras que permaneceram sobre o domínio de Granada, atribuindo a palavra fronteira um peso maior do que ela havia recebido dos cronistas latinos, que pensavam nela mais como um espaço de separação ideológica do que como um território físico. A zona de fronteira que é possível encher no documento afonsino não é diferente do espaço que os historiadores se acostumaram a chamar de coração da Andaluzia. O termo fronteira, utilizado com maior frequência na *Crónica General*, serviu para descrever principalmente o processo de conquista, ocupação e até mesmo o traslado sobre as cidades de Córdoba, Jaén e Sevilha, sem esquecer a movimentação de tropas no território de Múrcia realizado por Afonso X enquanto ainda era infante de Castela. Ainda sim, o aumento do número de referências a fronteira no texto afonsino e o controle territorial organizada pelo poder monárquico não foram capazes de modificar seu conceito à curto prazo. Pois, ao que tudo indica, elas permaneceram como espaços móveis, permeáveis e de difícil delimitação.

### 3.3 A CRÓNICA DE ALFONSO X E A AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE FRONTEIRA

Para alguns pesquisadores, a *Crónica de Alfonso X* (CAX) foi considerada como uma fonte incompleta, parcial e, até, inadequada para o estudo das transformações que ocorreram durante a segunda metade do século XIII por sua possível data de composição, cerca de setenta anos após da *Primera Crónica General de España*, e a ineficácia de Fernán Sánchez de Valladolid em transformar o rei sábio em um antecedente valioso da política monárquica defendida por Afonso XI<sup>538</sup>. Purificación Martínez<sup>539</sup>, analisando a imagem real construída na CAX, entendeu o pouco interesse do cronista por Afonso X não como um descuido, mas como um plano consciente traçado para a exaltação da figura política de Afonso XI, já que as falhas dos reis antecessores serviam de parâmetros para os leitores compararem a forma como Afonso XI conduzia o reino com as atitudes dos antigos ocupantes do trono castelhano. Para a autora, não restam dúvidas de que a CAX não narrou fielmente o que aconteceu entre os anos de 1252 e 1284 por incapacidade do cronista ou por um descaso com a figura afonsina, mas, sobretudo, para a concepção de uma estratégia política destinada a enaltecer Afonso XI em seu próximo trabalho literário, a *Crónica de D. Alfonso el Onceno*.

Et era muy guerrero á los Moros, et muy guerrero caballero contro los Moros et su mala seta. Et fué el Rey D. Alfonso non muy grande de cuerpo, mas de buen talante, et de buena fuerza, et rubio et blanco, et venturoso en guerras. Et este fué el onceno Rey Don Alfonso que asi ovo nombre<sup>540</sup>.

Apesar de seus muitos equívocos, a CAX pode ser encarada como uma obra de referência para o estudo do período afonsino, uma vez que ela conseguiu posicionar a Andaluzia como a grande protagonista da história castelhana a partir do metade do século XIII, quando se produziu o processo de ocupação das terras do baixo Guadalquivir. Diferente das outras crônicas analisadas aqui, a maior parte de sua narrativa se passa justamente nas terras convertidas em marcas fronteiriças as custas da tomada dos território que compunham o *al-Andalus*.

<sup>538</sup> MARTÍNEZ, Purificación. *La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X*. Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_1\\_027.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf). Acesso em 26/11/2018. p.182.

<sup>539</sup> Idem.

<sup>540</sup> CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.). *Crónica de D. Alfonso el Onceno*. Madrid: Imprenta de Antonio de Sancha, 1787. Cap: CCCXLII. p.627.

Ainda que Fernán Sánchez tenha optado por apresentar o reinado de Afonso X sem abrir mão da parcialidade, seu texto favoreceu indiretamente à figura monárquica exercida pelo rei sábio. Desde o prólogo da obra, o cronista procurou dar legitimidade à posição ocupada pela monarquia castelhana frente a sociedade, atrelando à figura real um perfil divino que lhe garantia as bênçãos de Deus para organizar e proteger os territórios incorporados ao reino<sup>541</sup>.

Conuiene los fechos de los reyes, que tienen lugar de Dios en la tierra, sean fallados en escripto, sennaladamente de los reyes de Castilla e de León, que por la ley de Dios e por acreçentamiento de la santa fee católica tomaron muchos trabajos e se posyeron a grandes peligros en las lides que ouieron con los moros echándolos de Espanna<sup>542</sup>.

É possível especular que a exaltação da imagem real na CAX tenha sido construída cuidadosamente por Fernán Sánchez para atender a um duplo objetivo: Primeiro, pode-se enxergar que o cronista não depositou o aspecto sagrado da monarquia apenas na figura de Afonso X, mas em toda sua linhagem. Logo, ao transformar os descendentes do rei sábio em legítimos portadores de um poder consagrado por Deus, Fernán Sánchez estava beneficiando diretamente seu benfeitor, o rei Afonso XI. Em segundo lugar, a sacralização da linhagem monárquica foi uma das estratégias utilizadas pelo cronista para legitimar o poder real frente às contestações que marcaram o reino de Castela durante a minoridade de Afonso XI (1312-1325). Certamente, a contestação do poder real pela aristocracia não foi uma novidade do século XIV. Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, o processo de afirmação do poder real sobre o solo inevitavelmente colocou em choque os interesses da aristocracia e da realeza durante os governos de Fernando III e Afonso X. Porém, diferente dos governos anteriores, os transtornos políticos provocados pelos grupos aristocráticos interessados na tutoria do rei Afonso XI, durante sua infância, geraram graves consequências para as fronteiras castelhanas. Enquanto o reino esteve dividido entre uma série de tutores que estavam mais interessados em consolidar sua posição pessoal do que assumir uma regência efetiva, as fronteiras permaneceram sem o patrulhamento adequado e a manutenção das estruturas defensivas.

<sup>541</sup> REIS, Jaime Estevão dos & RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. *Crônica de Afonso X: A construção de um perfil real*. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1223.pdf>. Acesso em: 27/11/2018. p.3.

<sup>542</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crônica de Afonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Prólogo. p.3.

Somente em 1338 o reino de Castela voltará a dedicar-se às ações militares ao longo da fronteira, conseguindo obstaculizar o processo de independência que a aristocracia havia conquistado graças à exploração dos desentendimentos entre os tutores. Resolvidos os problemas internos, que até aquele ano impediam o poder real de dedicar-se ao programa político da Reconquista, Afonso XI retomou, com o apoio da aristocracia guerreira, as ações militares contra os benimerines e os granadinos. Embora o nome de Afonso XI esteja sempre ligado aos anos de anarquia que marcaram sua infância, seu reinado teve grandes êxitos políticos e militares como a Batalha do Salado e a conquista de Algeciras. A batalha campal ocorrida às margens do rio Salado, no ano de 1340 (Figura 30), foi considerada como o maior triunfo militar de Afonso XI e provavelmente uma das maiores batalhas da Reconquista, sendo comparada por Fernán Sánchez de Valladolid a vitória cristã de Las Navas de Tolosa<sup>543</sup>. Além de marcar o fim das incursões benimerines na Península Ibérica o sucesso castelhano garantiu a obtenção de um valioso butim em ouro que, segundo González Mínguez<sup>544</sup>, foi capaz de reduzir o valor deste metal na Europa e aliviar ligeiramente a deficitária fazenda real. Com relação à conquista de Algeciras, considerada a chave para o controle do Estreito de Gibraltar, sabe-se que após um longo cerco a cidade foi entregue a Afonso XI, em 1344, após do estabelecimento de um tratado com Yusuf I de Granada que garantia sua vassalagem ao rei castelhano e o pagamento anual de 12.000 dobras de ouro.

**Figura 30:** As principais batalhas da Reconquista<sup>545</sup>.



<sup>543</sup> CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.). *Crónica de D. Alfonso el Onceno*. Madrid: Imprenta de Antonio de Sancha, 1787. p.451.

<sup>544</sup> GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. *Poder real y poder nobiliar en la corona de Castilla (1252 – 1369)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2012. p.152.

<sup>545</sup> Disponível em: <https://es.slideshare.net/ManuE1142/historia-de-espaa-en-mapas-58745871>. Acesso em: 12/06/2017.

Tanto a Batalha do Salado como a conquista de Algeciras podem ser enquadradas dentro do contexto da Guerra do Estreito (Figura 31), período entre 1274 e 1350 quando o controle estratégico do Estreito de Gibraltar tornou-se o principal objetivo político do reino castelhano, que visava adquirir uma vantagem defensiva contra possíveis ataques vindos do norte da África. Embora o domínio do Estreito exercido pelos benimerines ao sul e pelos nasridas ao norte constituísse uma preocupação para Castela e os demais reinos da Península Ibérica, ele colocava em risco também outras monarquias europeias que utilizavam desde o século XII essa região como uma passagem obrigatória para as embarcações que saíam da Inglaterra e da Escandinávia com destino a Terra Santa. Também é possível que os castelhanos estivessem interessados em dominar o Estreito, devido ao fato dele abrigar importantes rotas comerciais que ligavam as repúblicas italianas aos mercados de Flandes, no Oceano Atlântico. Razão pela qual Ríos Saloma afirmou que: “controlar el estrecho de Gibraltar era controlar el acceso a las nuevas rutas atlánticas (...) y a las viejas rutas mediterráneas que llevaban a los codiciados productos de lujo provenientes de Oriente”<sup>546</sup>. Por motivos como estes, a exploração das rotas mercantis na passagem de Gibraltar foi de vital interesse para as potências mercantis da Europa Medieval que exploravam as rotas comerciais entre a Península Itálica e a região de Flandes, principalmente os venezianos e os genoveses que há algum tempo disputavam pela hegemonia comercial no Mar Mediterrâneo e sentiam-se prejudicados pelo aparente domínio exercido pelos benimerines no Estreito de Gibraltar. Ainda que tenha se utilizado um pretexto religioso para avançar sobre os muçulmanos que ocupavam a parte norte do Estreito, o que se viu nesta faixa d’água, como bem insistiu Ríos Saloma, foi à possibilidade de colocar suas naveas na imensidão do *Mare tenebrosum* (Oceano Atlântico) e continuar o renascimento comercial e marítimo iniciado séculos antes pelas cidades italianas<sup>547</sup>.

---

<sup>546</sup> RÍOS SALOMA, Martín F. *La guerra del Estrecho en la historiografía contemporánea*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016. p.437.

<sup>547</sup> *Ibidem*. p.433.

**Figura 31:** Região disputada durante a Guerra do Estreito<sup>548</sup>.



Embora Afonso XI tenha violado a trégua estabelecida com os benimerines ao final da Batalha do Salado, sua morte prematura no ano de 1350, vítima da epidemia da Peste Negra que devastou boa parte da Europa, impediu o prosseguimento das operações militares no Estreito de Gibraltar. O tratado firmado entre Granada e o rei Pedro I, sucessor de Afonso XI, interrompeu o projeto expansionista iniciado desde os tempos de Fernando III que poderia resultar na efetiva conquista do território peninsular ainda sobre o domínio muçulmano. À longo prazo, as consequências do tratado estabelecido após a morte de Afonso XI foram: a sobrevivência do reino islâmico até 1492 e a redução dos conflitos militares ao longo da fronteira com Granada. Seguindo as indagações de Dolores María Pérez Catañera<sup>549</sup>, podemos perceber que o acordo firmado entre Castela e Granada abriu uma fase de transição caracterizada pela ausência de grandes enfrentamentos e pelo alívio da tensão fronteiriça, tendo em vista que o reino de Granada ficou praticamente isolado após o início da desintegração política do Império Benimerine. Sem o apoio do seu principal aliado, o reino de Granada teve que se esforçar para sobreviver durante um período em que o conceito de guerra santa já havia penetrado completamente no projeto político da Reconquista. Naquele momento,

<sup>548</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A., 2007.

<sup>549</sup> PÉREZ CASTAÑERA, Dolores María. *Enemigos seculares: guerra y treguas entre Castilla y Granada (1246-1481)*. Madrid: Sílex, 2013. p.57.

o reino nasrida de Granada, que estava destinado ao desaparecimento, em nada se parecia com aquele reino que durante o século XIII fora capaz de obstaculizar as operações militares castelhanas ao longo da fronteira.

Para Manuel García Fenández, o balanço final do reinado de Afonso XI foi relativo, para não dizer insignificante, uma vez que o tremendo desgaste de recursos sofrido por Castela não foi compensado com a conquista de pequenos e afastados núcleos populacionais instalados em uma paisagem hostil que poderiam ser facilmente assolados pela população inimiga<sup>550</sup>. Embora também não sejamos muito otimistas com o resultado final da Batalha do Estreito, é preciso destacar que em meados do século XIV o reino de Castela também era um tanto diferente daquele que, no século anterior, havia avançado sobre as principais cidades de *al-Andalus*. Quando Afonso XI faleceu, Castela controlava o tráfego marítimo pelo Estreito de Gibraltar e governava importantes praças fronteiriças instaladas no litoral como Algeciras e Tarifa. Contudo, se algo se manteve igual foi o papel da Andaluzia como uma autêntica zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos, sujeita a incursões inimigas em busca de pilhagens ou de cativos, que continuaram a existir mesmo em tempo paz. Como temos insistido neste trabalho, a fronteira entre estes diferentes grupos humanos foi também um local de interação comercial e apesar de existirem poucas investigações sobre isso é possível que as relações comerciais com o reino de Granada tenham sido intensificadas a partir do momento em que Castela passou a controlar o tráfego de embarcações pelo Estreito de Gibraltar.

Apesar da Batalha do Estreito ter garantido a Castela o domínio sobre o tráfego de embarcações em Gibraltar, ela não consolidou de forma alguma qualquer tipo de ocupação militar na costa do Marrocos, como já vislumbrava Fernando III depois da conquista de Sevilha<sup>551</sup>. Nem mesmo o ataque organizado por Afonso X a Salé, em 1260, pode ser levado a sério como uma operação de ocupação militar na parte sul do Estreito de Gibraltar. Pois, a rápida passagem das tropas castelhanas pela costa marroquina e os poucos dias que permaneceram em Salé são provas mais do que suficientes para compreender que o objetivo de Afonso X não era a conquista de uma praça fronteiriça na África, mas, sim, a obtenção de um valioso saque e, talvez, um

---

<sup>550</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.86-87.

<sup>551</sup> O possível projeto de invasão ao norte da África nos tempos de Fernando III foi descrito no capítulo 1131 da *Primera Crónica General de España*.



ensaio para futuras operações militares nesta região. Para Joseph F. O'Callaghan<sup>552</sup>, a intenção de Afonso X nunca foi utilizar Salé como uma base de penetração no Marrocos, o que se pretendia era demonstrar a capacidade castelhana de realizar uma rápida ação naval afastada de seu litoral. Para tal fim, a cidade marroquina de Salé pareceu ideal para atender as expectativas de Afonso X, já que segundo as explicações oferecidas por Ibn Idhari, ela encontrava-se em meio a um momento de transição entre os benimerines e o decadente Império Almohada<sup>553</sup>. Não restam dúvidas de que o ataque a Salé foi mais uma expedição de pilhagem do que uma tentativa de ocupação sólida ou assédio movido por questões relacionadas a embates religiosos ou culturais. Se os relatos contidos na *Crónica de Alfonso X* corresponderem à realidade, os castelhanos tomaram Salé sem grandes dificuldades, encontrando uma população desarmada e que já havia iniciado o abandono da cidade, apesar da maior parte dos habitantes não ter conseguido escapar da morte e da violação realizada pelos castelhanos naquele episódio.

Et vn día en amanesciendo, llegaron a la puerta de [la villa de] Çalé. E como las gentes estauan seguras e tenían las puertas de la villa abiertas de noche [e de día], los christianos tomaron la villa. Et en la entrada mataron y algunos moros, e murrieran más sy non que cataron todos por foyr e non cató ninguno por la defender. (...) Et Pero Martínez el almirante fincó en la guarda dela flota con todos los marineros, e don Johán Garçía e los que estauan con él apoderáronse de la villa e touiéronla quatro días en su poder. Et en estos quatro días tomaron ende lo que quisieron, en que ouo muchas mercadurías e oro e plata et otras cosas de muy grandes preçios, e pusiéronlas en las naues e en las galeas. (...) E trouxieron ende muchos moros e todo lo al que quisieron traer, e viniéronse para Seuilla syn ninguna contienda. Et el rey don Alfonso, desde que lo sopo, ovo ende grant plazer<sup>554</sup>.

Ainda que as fontes não permitam enxergar até que ponto se deu o controle do Estreito por Castela, estamos ante dois processos importantes para nosso estudo, o deslocamento da noção de fronteira com os mouros para o Estreito e o processo de afirmação do poder real sobre o território. A *Crónica de Alfonso X*, redigida provavelmente em 1344, acompanhou os transtornos políticos gerados pela Batalha do Estreito e as transformações espaciais provocadas pela anexação de importantes praças

<sup>552</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999. p.219.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p.217.

<sup>554</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. XIX. p.54.

fronteiriças ao território castelhano<sup>555</sup>. Curiosamente, a crônica foi redigida no mesmo ano em que Afonso XI firmou o tratado de paz (que ele mesmo quebraria em 1350) garantindo o fim das operações militares, o resgate de cativos e comércio com os muçulmanos, sendo excluídos destas transações produtos como cereais, cavalos e armas. Embora estivesse efetivamente no poder desde 1325, quando foi declarada sua maioria, é provável que somente depois de importantes êxitos militares como a vitória no Salado e a conquista de Algeciras Afonso XI tenha vislumbrado um reinado estável e com fronteiras sólidas o suficiente para ilustrar uma crônica. Mesmo no século XIV a análise da fronteira entre cristãos e muçulmanos permanece uma tarefa complicada, visto que suas características pouco foram alteradas e ela permaneceu móvel e imprecisa, debruçando-se sobre rios e acidentes geográficos que continuaram impedindo a formação de uma linha fronteiriça, mas que segundo as hipóteses levantadas por Manuel García Fernandez deveria iniciar nas proximidades da costa do Estreito, em torno da desembocadura do rio Palmones e do rio Guadarranque<sup>556</sup>.

Sem dúvidas, um dos seus principais êxitos da CAX foi a construção de uma narrativa historiográfica que, apesar da desintegração política em que se encontrava o reino de Castela durante o final do reinado de Afonso X, conseguiu apresentar o ambicioso projeto de unificação territorial organizado pelo rei sábio com base na fusão entre o povo e o território. Temos nos empenhado, neste trabalho, em afirmar que a partir da segunda metade do século XIII a integração das terras conquistadas de *al-Andalus* ao espaço castelhano levaram a uma concepção de que o monarca passou a exercer um poder soberano, não apenas sobre um grupo de súditos, mas sobre todo um território de fronteiras, até então, mal delimitadas. De acordo com Walter Ullmann<sup>557</sup>, os reinos e impérios europeus, a partir do século XIII, passaram a se considerar unidades individualizadas e autônomas que viviam segundo suas próprias leis, deixando de se enxergar apenas como parte de uma porção que compunha uma unidade mais ampla, formada por todo o conjunto de cristãos. Para o autor, foi difundida nos anos finais do século XIII a teoria de que o exercício do poder real não deveria encontrar nenhuma restrição dentro de suas fronteiras, dado que, da mesma forma, as leis

---

<sup>555</sup> Segundo Manuel García Fernandez, depois da rendição de Alcalá de la Real, em 20 de agosto de 1341, parte das populações instaladas nas zonas limites em Alcalá ofereceram uma escassa resistência ao domínio Castelhano. De acordo com o autor, no fim do mesmo mês, Afonso XI tomou Locubín, Priego, Rute, Carcabuey e Benamejé (1990, p.75).

<sup>556</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.94.

<sup>557</sup> ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1999. p.19.

estabelecidas pelo monarca não possuíam força fora dos limites do reino, dentro do seu território a autoridade do rei deveria ser soberana<sup>558</sup>.

O historiador José Manuel Nieto Soria levantou alguns questionamentos relevantes para a compreensão das transformações ao qual estava sujeito o poder real durante o século XIII. Em suas análises, o conceito de soberania, muitas vezes entendido como jurisdição real, supõe um elemento essencial para o enraizamento do poder real sobre o solo e contribui para a sua diferenciação com as demais formas de organização política<sup>559</sup>. Em Castela, esta noção de jurisdição real vai exigir da coroa uma ação integradora sobre o conjunto de súditos e, ao mesmo tempo, sobre o espaço controlado pelo poder monárquico. Pois: “La Corona será repetidamente aludida como poseedora de un patrimonio, el realengo, del cual el monarca actua como administrador y, con respecto ao cual, se le piden acciones concretas<sup>560</sup>. Para Nieto Soria, a extraordinária ampliação do território castelhano, em função do processo de avanço da fronteira após as conquistas no Vale do Guadalquivir, exigirá esforços imediatos para apresentar a figura régia como um poder onipresente<sup>561</sup> e produzirá uma nova forma de diálogo entre o rei e os súditos, a medida que o poder real passará a exercer uma ação propagandística politicamente eficaz sobre a população para garantir o consenso em torno de alguns objetivos políticos<sup>562</sup>. Foi certamente por razões como estas que o autor entendeu a monarquia como uma ética, uma teoria e uma prática de poder capaz de manter a lealdade dos súditos, ou de uma parte significativa deles<sup>563</sup>. Se tratando de propaganda política, a obra intitulada de *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla* é, sem dúvidas, uma das mais completas para nos ajudar a entender parte do aparato ideológico utilizado pela monarquia para difundir suas convicções entre os séculos XIII e XIV. Neste texto, José Manuel Nieto Soria defendeu que a propaganda política na Castela medieval atendeu a três principais finalidades: Justificar uma política

---

<sup>558</sup> Ibidem, p.187.

<sup>559</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988. p. 130.

<sup>560</sup> Ibidem. p.142.

<sup>561</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *El poder real como representación en la monarquía castellano-leonesa del siglo XIII*. Res publica, 17, 2007. Disponível em: <http://revistas.um.es/respublica/article/view/6064>. Acesso em: 08/01/2019. p.83.

<sup>562</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Del rey oculto al rey exhibido: un sintoma de las transformaciones políticas en la Castilla bajomedieval*. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50211>. Acesso em: 23/01/2019. p.10.

<sup>563</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988. p. 36.

que não goza de unanimidade; Respalda ou questiona o sistema político vigente; e exaltar o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade política<sup>564</sup>.

Acreditamos que a última destas concepções foi certamente a que teve mais reflexos na maneira como a CAX apresentou e utilizou a palavra fronteira, entendendo-a como uma marca territorial até onde a autoridade real poderia exercer sua soberania. Assim como as crônicas latinas ou a *Primera Crónica General*, o texto de Fernán Sánchez também utilizou o termo fronteira para descrever as bordas limítrofes que tocavam o sul de Castela e o território ocupado pelos muçulmanos, insistindo na sua apresentação como uma terra “muy gerreada e non segura”<sup>565</sup>. Ainda que tenhamos optado por realizar uma leitura qualitativa dos capítulos onde o texto de Fernán Sánchez trata especificamente das lutas contra os muçulmanos ou dos enfrentamentos entre a coroa e a nobreza, visando otimizar o tempo hábil para a pesquisa, foi possível perceber que o documento utilizou o termo fronteira com mais segurança do que as crônicas escritas no século anterior. Quando comparada com as crônicas latinas, que utilizaram bem discretamente a palavra fronteira, é possível perceber que seu emprego na CAX é certamente muito expressivo, já que ela apareceu mais de trinta vezes neste documento. Embora expressões dualistas como “tierra de mouros”<sup>566</sup> e “tierra de los christianos”<sup>567</sup> não tenham desaparecido por completo, observamos que Fernán Sánchez recorreu a estes termos numa frequência bem menor do que os cronistas anteriores, o que sugere, devido a maior utilização do termo fronteira, que tal palavra já havia adquirido no século XIV um significado mais consistente no vocabulário castelhano. Sem querer parecer repetitivos, voltaremos a insistir que provavelmente a maior utilização do termo fronteira está relacionada com a maneira como a monarquia passou a exercer seu poder sobre um espaço e não apenas sobre um grupo humano. Tanto é que enquanto no *Chronicon Mundi* os castelhanos avançam sobre a fronteira para socorrer o grupo de cristãos que se colocava em perigo no combate contra os mouros<sup>568</sup>, Fernán Sánchez,

<sup>564</sup> Ibidem p.42.

<sup>565</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. II. p.9.

<sup>566</sup> “E sallió luego el rey de Seuilla con todas estas conpannas e fue a Córdoua, et dende en otro día a **tierra de moros** e dende llegó a Alcalá de Abençayde” (Grifo nosso ). Ibidem, Cap.XII, p.34.

<sup>567</sup> “E partieron desde e fueron fablar con ellos a Alcalá de Bençayde e falláronlos y odos ayuntados para entrar en **tierra de christianos**” (Grifo nosso ). Ibidem, Cap.LI, p.143.

<sup>568</sup> TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. p.429.

descrevendo a reação cristã frente à invasão marroquina, insistiu que o infante Sancho procurou organizar as tropas castelhanas para “yr defender la **tierra** (Grifo nosso)<sup>569</sup>.

Sem dúvidas, as crônicas cristãs, que ganharam vida ao longo do século XIII e XIV, se esforçaram para construir a imagem dos reis castelhanos como justiceiros que procuravam defender a honra do seu povo. Levando em consideração os questionamentos levantados por José Manuel Nieto Soria<sup>570</sup>, podemos entender que boa parte das imagens reais produzidas neste período tinham por objetivo despojar o monarca dos defeitos próprios da pessoa humana, criando assim uma imagem perfeita e estereotipada capaz de criar um intenso efeito sobre um conjunto de súditos que em sua maioria nunca viram o rei e, portanto, a única imagem que podem ter dele é aquela figura que fora desenhada intencionalmente para propagar um modelo de monarca ideal. Para o autor, o monarca, na condição de protetor de um grupo de súditos, encarnava a função paterna com toda sua ambivalência e assumia a plena capacidade de premiar ou castigar<sup>571</sup>.

Se entendia que si existía alguna función propia del monarca y, como tal, absolutamente intransferible, ésta era la de castigar a los que no servían debidamente a la causa real. El rey, para los súbditos debía presentar una doble faz, una de temor y otra de amor<sup>572</sup>.

Mesmo na CAX, o monarca não deixou de exercer a função de protetor dos seus súditos e responsável pelo castigo daqueles que, dentro de uma concepção cristã, estavam naturalmente inclinados ao mal. Tanto que no documento o rei Afonso X decidiu convocar os infantes, os ricos homens e os conselhos do reino para acompanhá-lo até a fronteira, após saber que o rei de Granada quebrou a trégua estabelecida com Castela<sup>573</sup> e que os mouros de Xerez haviam se rebelado contra seu domínio, invadindo o alcázar e matando o cavaleiro Garcí Gómez Carriello juntamente com os cristãos que lhe serviam como escudeiros<sup>574</sup>. O que temos insistindo neste ponto é que o texto de Fernán Sánchez, ao afirmar a necessidade de defender a terra, apela para o vínculo de

<sup>569</sup> “E don Sancho fabló luego con los ricos omnes et caualleros que eran allí llegados e díxoles que pues él fincaua mayor herdeiro después de días de sua padre, que queria **yr defender la tierra**, e que les rogaua e mandaua que fuesen con él”(Grifo nosso ). GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXV. p.186.

<sup>570</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988. p. 36.

<sup>571</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos de l poder real en Castilla (XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988. p.155.

<sup>572</sup> *Ibidem*. p.152.

<sup>573</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. XI, p.33.

<sup>574</sup> *Ibidem*. Cap X, p.31.

natureza para enaltecer o sentimento de pertencimento a um espaço, depositando sobre o território o mesmo nível de importância e responsabilidade que o monarca precisa ter sobre a comunidade política. Contudo, esta equiparação entre o espaço e o conjunto de súditos que vemos no século XIV tem sua gênese no processo de colonização do território de *al-Andalus* conquistado no século anterior, já que Afonso X precisou desenvolver múltiplas iniciativas culturais para dar unidade política a um território que, graças as anexações de Fernando III, tinha praticamente dobrado seu tamanho e colocado sobre a tutela do monarca uma população culturalmente diferente daquela que povoava o norte da Península. Para Nieto Soria, o século XIII foi um momento especialmente favorável para a tomada de consciência do valor do perímetro territorial como símbolo e expressão do poder real, propiciando a identificação do grupo humano que constituía a comunidade política não somente com um *corpus mysticum*, mas também com uma terra e um espaço físico concreto<sup>575</sup>. O esforço de Afonso X para enquadrar, ou melhor, para equiparar a noção de povo e território sob o poder real pode ser observado nas *Partidas*:

Tenudo es el rey non tan solamiente de amar, et honrar guardar á su Pueblo asi como dice en el título ante deste, mas aun lo debe facer á la tierra misma de que es señor (...). Honra debe el rey facer á su tierra, et señaladamente en mandar cercar las cibdades, et las villas et los castiellos de buenos muros et de buenas torres, estol a face ser mas noble, et mas honrada et mas apuesta; et demas es grante seguridad et grant amparamiento de todos comunalmente para en todo tiempo<sup>576</sup>.

José D'Assunção Barros, em um dos seus trabalhos mais recentes, defende que a capacidade de leitura do espaço, seja através de um exame da materialidade nele consolidada ou da documentação existente, deve ser parte do *metier* dos historiadores que decidiram fazer dele seu objeto de estudo<sup>577</sup>. Para o autor, essa leitura do espaço é particularmente importante para os historiadores, embora a primazia deste estudo pertença aos geógrafos<sup>578</sup>. Conceitos fundamentais para o entendimento do território como um documento histórico podem ser extraídos dos textos de geógrafos importantes como Milton Santos.

---

<sup>575</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *El poder real como representación en la monarquía castellano-leonesa del siglo XIII*. Res publica, 17, 2007. Disponível em: <http://revistas.um.es/respublica/article/view/6064>. Acesso em: 08/01/2018. p.90.

<sup>576</sup> ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807. Tomo II, Título XI, Leis I e II.

<sup>577</sup> BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço;Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017. p.205.

<sup>578</sup> Idem.

O estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. Desse modo, as formas devem ser “lidas” horizontalmente, como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções<sup>579</sup>.

Para o historiador, esta leitura horizontal do espaço nos remete a maneira como uma sociedade é capaz de produzir características diferentes de interação com o espaço de acordo com a sua época. Embora Friedrich Ratzel, em seu tempo, tenha enxergado o solo como algo imóvel e imutável, que se erguia dominador acima do homem e o obrigava a acomodar-se nele<sup>580</sup>, sabemos, porém, que o relacionamento entre o espaço e o grupo humano ao longo da história castelhana foi bem mais dinâmico do que propôs Ratzel. Ainda que a fronteira seja uma entidade política que custa a desaparecer, a ação da sociedade que vive nela é capaz de produzir mudanças significativas no seu traçado ou mesmo na maneira como os homens percebem esse espaço ao longo do tempo. Quando se trata especificamente da perspectiva castelhana é bom ter em mente que Castela possuiu um povo com o espírito de fronteira<sup>581</sup> e que durante os três primeiros séculos da ocupação islâmica de *al-Andalus*, permaneceu como zona de fronteira e manteve-se exposta a contínuos ataques inimigos<sup>582</sup>, uma situação que só será invertida após a vitória cristã em Las Navas de Tolosa e o início da colonização dos territórios conquistados por Fernando III.

De fato, a verdadeira imagem que se produz sobre a fronteira, no fim do século XIII, é fruto de um bem estruturado processo de colonização que acaba convertendo um espaço desarticulado e semivazio, que anteriormente havia integrado o *al-Andalus*, em um território politicamente fundido ao reino<sup>583</sup>. Pois, se dentro do contexto histórico da Reconquista os êxitos militares podem conduzir ao controle do espaço invadido, somente o estabelecimento humano pode garantir seu efetivo domínio<sup>584</sup>.

A crônica de Fernán Sánchez, por ter sido composta após os esforços afonsinos para garantir o povoamento da Andaluzia, conserva uma visão um tanto diferente sobre

<sup>579</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2008. p.74.

<sup>580</sup> MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Atica, 1990. p.81.

<sup>581</sup> RUIZ, Teófilo F. *Sociedad y poder real en Castilla*. Barcelona: Editora Ariel, 1981. p.14.

<sup>582</sup> FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.83.

<sup>583</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Las Ordenes Militares castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.124.

<sup>584</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004. p.21.

a fronteira, visão que contrasta até mesmo com a *Crônica General*. Em uma leitura geral, nota-se que a travessia entre Castela e Granada, na obra de Fernán Sánchez, aconteceu com mais frequência do que nas outras crônicas. Nem sempre esta transposição pela zona de fronteira tinha por finalidade uma ação militar no território inimigo. Em muitas ocasiões, as idas e vindas às terras granadinas foram realizadas por mensageiros e emissários reais cujo objetivo era “*tractar amistades*”<sup>585</sup>. Sem dúvidas, a guerra pelo domínio do Estreito de Gibraltar, iniciada em 1275 quando os benimerines passaram a controlar Ceuta e Algeciras, abriu caminho para a ampliação das relações diplomáticas entre Castela e Granada, uma vez que os benimerines ameaçavam tanto a segurança castelhana quanto as rotas comerciais que cruzavam o Estreito.

A preocupação com a travessia pelo Estreito de Gibraltar esteve presente em boa parte das crônicas do século XIII. Na *Crônica Latina*, por exemplo, Juan de Soria empregou a expressão “passar ao mar” para indicar a transposição pelo Mar Mediterrâneo realizada pelo rei islâmico de Sevilha<sup>586</sup>. Rodrigo de Toledo, em sua *Historia de Rebus Hispanie*, utilizou todo seu talento retórico para criar uma versão amedrontadora do exército almôada que atravessou o Estreito para enfrentar os castelhanos na Batalha de Alarcos (1195):

Pasó el mediterráneo (Al-mansur) por el estrecho de Sevilla y las olas del mar holló con las trirremes. Su ejército, infinito, su muchedumbre, como la arena del mar. Su desembarco, en la metrópolis hispalense, y su avance, hacia las campiñas de Córdoba. Dirigió su propóstio contra Alarcos, y su rostro de irritación, hacia el reino de Toledo. Los llanos de Tolosa repeló e pastos y las veredas de los roquedales ensancho com los cascos<sup>587</sup>.

Assim como as crônicas anteriores, a CAX também esteve atenta transposição do Estreito de Gibraltar pelas tropas islâmicas. No capítulo LXI da obra de Fernán Sanchez, o cronista destacou a maneira como Abu Yúsuf, aproveitando a ausência de Afonso X, que na ocasião se encontrava fora do reino pleiteando o trono germânico, desembarcou em Algeciras para atender a um pedido de ajuda feito pelo rei de Granada.

---

<sup>585</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crônica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LI, p.142.

<sup>586</sup> “Rex autem Yspalensis uidens sibi periculum imminere, finfens causam recesus recesus quod uellet mare transire petiturus auxilium contra eos, qui rebellabant, filo loco sui apud Yspalim dimisso, Ceptam adiiit”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crônica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Sevicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.76. O rei de Sevilha, vendo que o perigo para ele era eminente, fingindo como razão para sua partida o desejo de passar ao mar para pedir ajuda contra os que haviam se rebelado, enviou seu filho em seu lugar a Sevilha e marchou a Ceuta (Livre tradução).

<sup>587</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Livro VII, Cap XXVIII, p.299.



Et luego que el rey de Granada ouo esta resposta, enbío mandar que estregassem [a] Abén Yuçaf las villas de Algeziras e de Tarifa. Et **Abén Yuçaf pasó luego a Algeziras** com pocas con pannas e enbío por otras muchas gentes et pasaron después que él, e asy que los pasaron fueron diez e siete mil caualleros (Grifo nosso)<sup>588</sup>.

Sabendo que uma das grandes intenções de Fernán Sanchez com a CAX foi exaltar a linhagem e, porque não, o próprio governo de Afonso XI, é bem provável que o destaque de Algeciras como uma importante praça fronteiriça que servia de base para o desembarque dos beminerines tenha servido para valorizar a efetiva conquista da cidade que só ocorreu em 1344, quando Yusuf I de Granada entregou Algeciras a Afonso XI; firmou um pacto onde se declarava vassalo de Castela; e se comprometeu a colocar um fim nas hostilidades<sup>589</sup>. Sentimo-nos tentados a acreditar que o destaque dado a Algeciras dentro da política fronteiriça tenha também um apelo popular, já que tanto a conquista da cidade como o início da redação da CAX datam 1344, época em que certamente a chancelaria real teria se preocupado em transformar a tomada de Algeciras em uma continuação dos grandes êxitos militares da Reconquista.

Certamente, mostrar-se atenta a travessia do Estreito não é algo que torna o texto de Fernán Sanchez diferente das Crônicas Latinas ou mesmo da *Crónica General*. Todavia acreditamos que sua novidade está no deslocamento do eixo estratégico da fronteira. Enquanto a documentação anterior torna a fronteira de Córdoba o ponto mais delicado da ofensiva militar castelhana, é possível notar na CAX que a noção de fronteira viva, aquela que abriga os conflitos de maior intensidade e, por isso, acaba recebendo mais atenção por parte do poder real, foi deslocada para a região do Estreito de Gibraltar. Para Ayala Martínez, estamos diante de um fator político de segurança real e psicológica do reino de Castela, que contribuiu para a ampliação das suas expectativas de domínio territorial, ao mesmo tempo em que manteve viva a ideia de cruzada<sup>590</sup>. Dentro de suas análises, o reinado de Afonso X, importante por muitos aspectos, foi decisivo no tratamento político e militar dado a fronteira com os muçulmanos, já que suas campanhas iniciais contra o território meridional de Sevilha, assim como a total

<sup>588</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXI, p.177.

<sup>589</sup> Manuel García Fernandez afirma que na trégua estabelecida em 24 de março de 1344, os granadinos se comprometeram também reafirmaram o pagamento de 12.000 dobras de ouro anuais, como já tinha sido estabelecido desde 1331. GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.83.

<sup>590</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.137.

incorporação de Niebla e Cádiz ao reino em 1262, contribuíram para uma melhor fixação dos limites territoriais entre Granada e Castela<sup>591</sup>. Neste período, a tomada de consciência de limites mais claros, ainda que não nos permita falar de uma fronteira linear, contribuiu para que o conceito de fronteira entre os castelhanos adquirisse uma nova e elástica dimensão, tal como propôs Ayala Martínez<sup>592</sup>. Evidentemente, o traslado da noção de fronteira para o Estreito de Gibraltar na CAX não significa que os contornos fronteiriços desenhados durante o governo de Fernando III foram abandonados. Isto, porque a vila de Ecija, situada entre Córdoba e Sevilha, é mencionada no texto como um local que “estaua entonce muy frontera de los moros”<sup>593</sup>.

Tradicionalmente, a historiografia tem valorizado mais o meio terrestre do que o meio aquático para forjar um conceito sólido de fronteira. Ainda que o curso dos rios e as bacias hidrográficas gozem de grande importância para o estabelecimento da noção de limites entre diferentes civilizações, existem poucas investigações acerca do papel fronteiriço desempenhado pelas orlas marítimas. Antes do apogeu das grandes navegações na Idade Moderna, sabemos que a travessia por uma barreira oceânica de grande porte pode ser comparada, em uma linguagem simbólica, a uma viagem para outro mundo. Naturalmente, as orlas marítimas tenderam a ser encaradas pelos grupos humanos como uma fronteira à medida que seus obstáculos naturais foram capazes de contribuir para a delimitação de um espaço e separar territórios distintos. Na Antiguidade e na Idade Média, o além-mar serviu como ponto de partida para conquistas longínquas e para a exploração das relações comerciais, mas também foi uma porta aberta para piratas, epidemias e conquistadores estrangeiros<sup>594</sup>. O mundo medieval, consciente do potencial estratégico e comercial do mar, lutou com grande afinco pelo controle de vários estreitos marítimos, como o Estreito de Gibraltar, o de Messina e o do Mar Negro. O Estreito de Gibraltar, por fatores geográficos, constituiu desde muito cedo um espaço de separação entre dois continentes. Todavia, com a invasão islâmica que ocorreu na Península Ibérica durante o século VIII e os constantes desembarques de tropas que aconteceriam nos séculos posteriores, ele passou a representar uma importante zona periférica da Cristandade, caracterizando-se como um espaço de incertezas e de receios. Na segunda metade do século XIII, a estabilização da

---

<sup>591</sup> Idem.

<sup>592</sup> Idem.

<sup>593</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXV, p.187.

<sup>594</sup> LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc. 2006. p.214.

fronteira com Granada e o deslocamento do eixo fronteiro para o sul de Algeciras permitiram que os castelhanos pudessem vislumbrar o domínio da fronteira marítima e assim interromper a travessia de grupos hostis pelo Estreito de Gibraltar.

Paralelamente ao interesse castelhano pelo controle do Estreito, aparecerá, na documentação a figura institucional do *almirante de la Mar*, um representante do poder real que tinha como principais atribuições a defesa do litoral, a fiscalização dos estaleiros e a administração do comércio marítimo. Ao que tudo indica, o cargo de almirante foi ocupado preferencialmente por integrantes da classe dos ricos homens, embora o critério de capacitação tenha prevalecido sobre o vínculo de natureza e o status de nobreza. Logo, alguns estrangeiros, especialmente os genoveses, aparecem no século XIV entre os personagens importantes que obtiveram o comando da frota castelhana devido a sua reputação como navegantes experientes<sup>595</sup>. Roy López de Mendoza, chamado por Afonso X nos diplomas reais como “mío almirage”<sup>596</sup>, foi o primeiro comandante naval do período afonsino e esteve à frente da esquadra castelhana de 1254, ano em que foram construídos os estaleiros de Sevilha, até 1260, quando Afonso X concedeu a Dom Juan García o cargo de *adelantado mayor de la mar*, responsabilizando-o pela “*cruzada dallende el mar*” e pelas funções anteriormente exercidas pelo almirante:

Por gran sabor que avemos de lebar adelante el fecho de la cruzada dallende el mar a serbição de Dios e exaltamiento de la cristiandad, e por pro de nuestro e de nuestro señorío, fazemos nuestro adelantado mayor de la mar a don Juan García, nuestro mayordomo, e dámosle con el adelantamiento todos los derechos que debe aver almirante, que los aya ansí como nunca los obo almirante que fuese de rey ni de emperado, e mandamos a todos los conçeijos e a todos los lugares de los nuestros puertos de Castiella e de Leon e de Galizia e del Algarbe e del Andaluzia, e de nuestro señorío e a todos aquellos que binieren por mar de cualesquier partes de nuestras tierras que fagan por él en todo fecho de mar como por nuestro almiraje en todas las cosas quél mandare como farían por nos mismo, e quel den todos los derechos del almiraldía complidamente, e que recudan con ellos a él o a quien él mandare<sup>597</sup>.

A escassez de fontes, ou mesmo de trabalhos historiográficos acerca da atuação dos comandantes navais castelhanos, nos impede de conhecer melhor as atribuições do *adelantado mayor de la mar*. O pouco que sabemos sobre este cargo é que ele

<sup>595</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucia: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.227.

<sup>596</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilha: El Monte. Caja de Huelva e Sevilha, 1991. Diploma n°155. p.168.

<sup>597</sup> Ibidem. Diploma n°231. p.253.

desapareceu com o fim das operações militares em Salé e o abandono das pretensões marítimas de Afonso X. Para José Manuel Corderón Ortega, o ofício de *Adelantado de la mar* deixou de ser empregado pelas fontes castelhanas e nos anos que seguiram o ataque a costa do Marrocos só foi possível identificar na documentação a simplória liderança naval exercida pelos almirantes. Embora o documento citado acima coloque sobre responsabilidade do *adelantado de la mar* o comando da esquadra, sugerindo que tal *adelantamento* substituiu o cargo de almirante, a CAX, desenvolveu uma narrativa confusa em que o Dom Juan García, na condição de *adelantado de la mar*, aparece no comando da ofensiva em Salé junto com Pero Martínez de Fé, que recebeu neste documento o título de almirante.

Et el rey tenía en este tiempo aderesçada su flota e era almirante della Pero Martínez de Fe et otrosy era com el rey vn rico omnes su vassalo e dezíanle don Juan Garçía. E mandó que él et Pero Martínez, su almirante, e otros muchos caualleros e escudeiros que entrasen en la flota et que fuesen tomar la villa de Çalé<sup>598</sup>.

Ainda que as atribuições do *adelantado de la mar* possam facilmente ser confundidas com as funções desempenhadas pelo almirante, os relatos contidos na CAX comprovam que ambos desempenharam papéis diferentes na invasão de Salé. Enquanto o comando de toda a operação militar cabia a Dom Juan García, a condução da esquadra castelhana até o destino esteve sobre responsabilidade do almirante Pero Martínez de Fé, que, possivelmente, era um navegante experiente. Desta forma, durante o ataque a Salé Dom Juan García desembarcou com a tropa e liderou pessoalmente o saque da cidade, enquanto o almirante permaneceu embarcado para garantir a segurança da frota. Provavelmente, o desaparecimento do cargo de *adelantado de la mar* após a morte de Afonso X foi a razão para Fernán Sanchez não mencionar a existência deste título em sua crônica. Não obstante, o fato que permanecerá sem resposta é o motivo pelo qual o cronista atribuiu a Dom Juan García um papel secundário nas grandes empreitadas marítimas que aconteceram naquele período, sem depositar sobre ele o brilhantismo que se esperava de alguém que ocupou um cargo tão destacado. O almirante Pero Martínez de Fé, ao contrário de Dom Juan García, apareceu ainda em outros episódios militares como o deslocamento da frota castelhana para Algeciras.

---

<sup>598</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. XIX, p.54.

Et ordenó (Afonso X) que fuese en esta flota por almirante Pero Martínez de Fe (...). E porue los moros non se pudiesen aperçebir para bastecer la çibdat de viandas et de gente, mandó que mouiesen luego la flota de Seuila e que fuesen luego cercar Algezira por la mar e que non dexasen entrar viandas nin outra cosa ninguna por la mar (...). Et en esto la flota partió de allí de Seuila en este mês de outubro e todas aquellas gentes que mandó yr con ella e fueron al Estrecho e çercaron a Algezira<sup>599</sup>.

Seja como for, os relatos sobre a atuação política do almirante ou mesmo sobre o deslocamento estratégico da frota castelhana para Algeciras demonstram que Fernán Sánchez não ignorou a importância da manutenção da fronteira marítima e o controle da transposição pelo Estreito de Gibraltar, certamente uma das questões que preocupou tanto a realeza castelhana do final do século XIII como os contemporâneos de Fernán Sánchez. Em última análise, ficamos intrigados com o fato do cronista ter ignorado em seu texto a participação da Ordem de Santa Maria nas empreitadas marítimas de Afonso X. Provavelmente, como Fernán Sánchez tinha por objetivo a exaltação da monarquia castelhana, é possível que ele tenha escolhido não dar espaço para a Ordem de Santa Maria em sua crônica pelo fato dela representar um dos insucessos do governo afonsino frente à tentativa de controlar o Estreito. Sabe-se que em 1272, o monarca castelhano criou a Ordem de Santa Maria, conhecida também como Ordem da estrela em alusão a sua insígnia, para dar continuidade ao impulso da Reconquista e estender a guerra contra o Islã para a costa africana. Embora o combate no mar fizesse parte do escopo principal da Ordem de Santa Maria, a defesa da fronteira terrestre não esteve fora de suas preocupações, já que a Ordem foi beneficiada em 1279 com a doação do castelo e da vila de Medina Sidonia, localizada nos limites de Sevilha, para o estabelecimento do seu convento maior<sup>600</sup>. Mesmo obtendo o favorecimento real através da doação de territórios e da concessão de privilégios, a Ordem da Estrela acabou se tornando um dos grandes fracassos do reinado de Afonsino. Em 1279, a derrota da frota castelhana em Algeciras e o retorno definitivo da Ordem Santa Maria para terra firme marcaram o abandono do projeto marítimo orquestrado por Afonso X. No ano seguinte as hostes de Santiago foram dizimadas na batalha de Moclín e para compensar as perdas o rei de Castela decidiu incorporar a Ordem Estrela ao que restou da Ordem de Santiago, completando o processo de desaparecimento desta instituição que já estava condenada a

<sup>599</sup> Ibidem. Cap LXIX, p.196.

<sup>600</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilha: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991. Diploma n° 451. p.475.

extinção desde que o papa se negou a reconhecê-la oficialmente<sup>601</sup>. A última menção da Ordem de Santa Maria nos diplomas afonsinos deu-se em uma carta de 1282 onde o rei concede a Nicolás Pérez, uma série de propriedades que “fueron de la Orden de la Estrella”<sup>602</sup>. A CAX narrou com detalhes o episódio em que don Gonçalo Ruy Girón, mestre de Santiago, conduziu seus cavaleiros para uma armadilha planejada pelos mouros que estavam no castelo de Moclín, cujo desfecho final foi a morte de don Gonçalo e a perda de um grande número de cavaleiros que foram abatidos ou capturados.

Et llegaron a vn castillo de moros que dizen Moclín, que es a dos leguas de Alcalá, e tornáronse los erueros puestos en saluo al real. Et ellos que se tornauan ya, pareçieron çerca del castillo de Moclín çient caualleros de moros. Et desde lo vido este maestre don Gonçalo Ruyz Girón, como era omne de grant coraçón, non atendió ninguno de los otros nin a la su gente mesma e fuélos cometer con muy poca gente. Et los moros, desde los uieron venir, començaron de fuyr e leuáronle a vna çelada en que estauan dos mil caualleros de moros. E desde fue descubierta la çelada, cogieron en pos dellos e diéronle feridas a este Gonçalo Ruyzz de que murió después. Et fueron en pos de la outra gente e legaron çerca de las tendas del real. E mataron y esse día entre caualleros e omnes de pie dos mil et ochoçientos. E muryeron y todos los más de los freyres de la Orden de Santiago. Et catiaron caualleros e otros muchos omnes<sup>603</sup>.

Embora o deslocamento da noção de fronteira para o sul, proporcionado pelos eventos militares que marcaram a guerra pelo controle do Estreito de Gibraltar, tenha sido uma das temáticas que preocuparam Fernán Sanchez durante a composição de seu texto, o cronista mostrou-se atento também às transformações políticas e institucionais na fronteira territorial entre Castela e o reino de Granada. Paralelamente ao aparecimento do cargo de *almirante de la mar*, Fernán Sanchez destacou também a atuação estratégica de dom Nuño González de Lara como *Adelantado Mayor de la frontera*. Segundo os relatos contidos na Crónica de Alfonso X, o rei Sábio aproveitou o relativo estado de paz que gozava o reino de Castela e partiu de Toledo, em março de 1275, para dar continuidade aos seus planos de assumir o trono do império germânico. Nesta ocasião, Afonso X entregou o comando de Castela ao seu primogênito, o infante dom Fernando, e deixou Nuño González na fronteira exercendo a função de *adelantado*

<sup>601</sup> CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. *El almirantazgo de Castilla: Historia de una institución conflictiva (1250-1560)*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2003. p.27.

<sup>602</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilha: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991. Diploma nº 490. p.521.

<sup>603</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXXIII, p.208.

*mayor*<sup>604</sup>. O pouco que sabemos sobre dom Nuño González de Lara é que ele descendia de uma das famílias mais poderosas de Castela e mesmo sendo herdeiro de Gonzalo Nuñez, um dos nobres que havia se rebelado contra Fernando III em 1217, contou com a proteção de Afonso X durante os anos em que ocupou a posição de infante<sup>605</sup>. Na CAX, Nuño González foi mencionado diversas vezes antes de sua nomeação como *adelantado mayor*, e, embora sempre apareça entre os nobres privilegiados do reino, o documento não conferiu a ele qualquer ofício ou atribuição importante na corte castelhana. Como grande parte da alta nobreza castelhana no século XIII, dom Nuño também esteve à frente de movimentos que contestaram a autoridade real e por um curto período de tempo esteve refugiado entre os muçulmanos no reino de Granada. Segundo Braulio Vázquez Campos, embora este processo de desnaturalização de um reino cristão para formalizar uma aliança com os muçulmanos pareça estranho aos nossos olhos, no século XIII isso era algo extremamente comum. Pois:

Em realidade, los monarcas no podían actuar de otro modo. Su gobierno y su poder militar dependían, en gran medida, de los ricoshombres y sus redes de relaciones clientelares; estaban por desarrollarse una burocracia compleja y una estructura militar eficaz e independiente de las veleidades de tal o cual noble. Sin la aristocracia, no había forma de administrar el reino<sup>606</sup>.

Sendo assim, se a Coroa era dependente do efetivo militar e dos recursos que a nobreza era capaz de conjurar, não é de se espantar que Afonso X tenha decidido entregar o cargo de *adelantado* a um dos nobres mais poderosos do reino, ainda que segundo a CAX, o rei sábio tenha considerado a rebelião de dom Nuño como fruto de uma loucura que colocou em risco sua honra:

E si uos fazen entender que ellos son sedudos, parat mientes a don Nunno, que es tenuto por el más seduso de ellos, que non supo agradecer a Dios el bien que fiziera nin a servir en aquel estado e honra que los puse, e sópolo perder por esta locura que entró. E aqui poderes ver el su seso qual es. Et demás viene de linaje que sienpre perdieron quanto auían e por esta razón murieron mal andantes<sup>607</sup>.

Seja como for, se a influência da linhagem dos de Lara pode justificar a necessidade do poder real conceder o título de *adelantado mayor* a dom Nuño

<sup>604</sup> Ibidem. Cap. LIX. p.172.

<sup>605</sup> Ibidem. Cap. XXX. p.99.

<sup>606</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2006. p.130.

<sup>607</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LII, p.148.

González, ela só não pode explicar o real motivo da *Crónica de Alfonso X* ser o único documento que atribui esta função a dom Nuño. Para o editor da crónica, Manuel González Jiménez, a nomeação de dom Nuño como *adelantado* foi um equívoco da obra de Fernán Sánchez, uma vez que o cargo não era ocupado desde 1272<sup>608</sup>. Braulio Vázquez Campos, um dos autores que mais se dedicaram ao estudo dos *adelantamientos* nos últimos anos, acredita que o fato de don Nuño González aparecer no comando do exército castelhano não demonstra indubitavelmente que ele tenha ocupado o ofício de *adelantado mayor de la frontera*<sup>609</sup>. Ao que tudo indica, o autor da CAX entendeu o *adelantado* como um caudilho militar e isso o levou a atribuir essa função a Nuño González pelo simples fato dele dirigir as hostes castelhanas na guerra contra os muçulmanos<sup>610</sup>. Todavia o fato do *adelantamiento* de don Nuño não poder ser confirmado por outras fontes não retira do texto de Fernán Sánchez sua validade como documento histórico para entender o papel dos *adelantados* na política fronteiriça castelhana, uma vez que ela conserva a mentalidade de um personagem que foi testemunha das transformações espaciais em Castela e que provavelmente teve acesso a fontes textuais que hoje estão perdidas.

Jamais saberemos por que Fernán Sánchez atribuiu o ofício de *adelantado* exclusivamente a don Nuño González e ignorou a existência de outros personagens que ocuparam o cargo desde o início do reinado de Afonso X, como Pedro Ruiz de Olea<sup>611</sup>, nobre castelhano considerado pela historiografia como o primeiro *adelantado*, e Sancho Martínez de Jódar, que embora tenha vivido até 1274 foi mencionado na documentação emitida a mando de Afonso X, entre os anos de 1253 e 1257, como “mío adelantado mayor en la frontera”<sup>612</sup>. Particularmente, o silêncio da CAX com relação a Sancho Martínez de Jódar é intrigante, podemos até presumir que Fernán Sánchez desconhecia ou não teve acesso aos diplomas emitidos pela chancelaria afonsina que colocavam Sancho Martínez em uma posição de destaque durante o governo do rei sábio, mas isso não explicaria o fato do cronista ter ignorado um personagem que recebeu destaque até

---

<sup>608</sup> Ibidem. p. 172.

<sup>609</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilha: Diputación de Sevilla, 2006. p.133.

<sup>610</sup> Idem.

<sup>611</sup> Acompanhando as indagações de Braulio Vázquez Campos (2006, p.83), nada sabemos sobre o que Pedro Ruiz de Olea realizou enquanto ocupou o cargo de *adelantado*, o que é possível extrair da documentação é que Pedro Rui inaugurou as funções de *adelantado* na Andaluzia e esteve a frente do ofício de janeiro a junho de 1253, quando foi substituído por Sancho Martínez de Jódar.

<sup>612</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomario andaluz de Alfonso X*. Sevilha: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991. Diploma n° 188. p.208.



mesmo na *Primera Crónica General de España*, documento que serviu de fonte para a composição da CAX:

Et el rey don Fernando (...) gano Pagalhair et Bexixar et Carchena. Et dalli enuio a su Hermano don Alfonso que fuesse adelante derechamente contra la uilla de Granada a les fazer quanto mal podiese, et enbio y con e lestos conceitos: el de Vbeda et el de Baeça et el de Quesada, et **Sancho Martinez de Xodar** et outra conpanna buena de cauallo et de pie, mas non era mucha (Grifo Nosso)<sup>613</sup>

Posto isso, a utilização tardia do termo *adelantado* por Fernán Sánchez não nos impede de compreender sua função prática e estratégica na região da Andaluzia, o que fica difícil de entender somente pela leitura da CAX são os desdobramentos políticos que levaram Afonso X a criar, no ano de 1253, o ofício de *adelantado mayor de la frontera*. Ao que tudo indica, a implantação de um governo experimental na zona de fronteira sob o comando de um *adelantado* coincidiu cronologicamente com a tentativa de consolidação da autoridade régia e com a política de unificação do direito realizada por Afonso X a partir da redação do *Fuero Real*, do *Espéculo* e das *Siete Partidas*<sup>614</sup>. Todavia, o afastamento da corte real e a carência de um tipo de organização prévia que pudesse inserir as terras conquistadas na Andaluzia ao poder real, dentro de uma lógica feudovassálica, são razões mais do que suficientes para explicar a implantação dos *adelantados* na zona de fronteira. Para José Sánchez-Arcilla Bernal, o êxito momentâneo do regime de adelantamentos levou Afonso X a substituir os *merinos mayores* por *adelantados* em outras regiões do reino, a partir do ano de 1258, deixando a coroa castelhana dividida entre cinco grandes *adelantamentos mayores* (Frontera, Castilla, León, Murcia y Galicia)<sup>615</sup>. É bem provável que esta substituição esteja relacionada não somente com a eficácia do modelo de *adelantamento* aplicado por Afonso X na Andaluzia, mas também com a modificação no status das pessoas que passaram a desempenhar os ofícios territoriais a partir de 1258. Quando analisamos o histórico das nomeações de Afonso X para os *adelantamentos* notamos que o monarca evitou a entrega destes cargos para integrantes da baixa nobreza ou membros da cavalaria, preferindo escolher personagens que pertenciam as mais altas linhagens da elite aristocrática como Alfonso García de Villamayor, Pedro Guillén de Guzmán e

<sup>613</sup> Trata-se tomada de Pegalajar, Begíjar e Carchena, que ocorreu após a conquista de Arjona em 1244. AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. Cap. 1063. p. 743.

<sup>614</sup> SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José. *La administración de la justicia en Leon e Castilla durante los siglos X al XIII*. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-3.pdf>. Acesso em: 14/04/2019. p.36.

<sup>615</sup> *Ibidem*, p.35.

Esteban Fernández de Castro, respectivamente adelantados de Murcia, Castela e Galicia. Para Bráulio Vázquez Campos, Afonso X tinha motivos para estar agradecido a maior parte das grandes linhagens castelhanas pela ajuda que elas lhe haviam oferecido durante a rebelião do infante dom Henrique e do clã dos Haro, em 1255. Em sua opinião, a concessão de ofícios públicos, e com eles suas altas remunerações, foi a maneira que Afonso X encontrou para recompensar a alta nobreza e garantir sua fidelidade a coroa castelhana<sup>616</sup>.

Ao longo da passagem do século XIII para o século XIV a alternância entre o cargo de *adelantado* e o cargo de *merino* gerou uma certa confusão entre as atribuições específicas de cada oficial. Estima-se que a principal diferença entre adelantados e merinos não estava nas atribuições militares, como pensavam alguns historiadores, mas sim no tipo de justiça que exerciam. Pois, enquanto o merino era basicamente um executor das ordens e das sentenças reais, o adelantado era um juiz que desafogava o tribunal real das primeiras apelações de sentenças realizadas pelos *alcaldes* na fronteira<sup>617</sup>. Certamente, foi pelo acúmulo desses poderes que Afonso X resolveu substituir os *adelantados* de Leão, Castela e Galícia por merinos apenas alguns anos após a criação do cargo. Afinal, ainda que o ofício de merino também tenha sido ocupado por membros da aristocracia, ele não concentrava tantos poderes políticos como o cargo de *adelantado*. Aparentemente, esta modificação nos *adelantamientos* estabelecidos fora da Andaluzia pode estar relacionada com a revolta da aristocracia contra o poder real. Já que os oficiais que ocuparam este cargo, como membros da alta nobreza, poderiam estar diretamente envolvidos com as querelas entre a monarquia e a nobreza castelhana.

Quando observa-se especificamente o caso do *Adelantado mayor de la frontera*, podemos entender que a Andaluzia foi um campo de experimentação para o espírito renovador de Afonso X, já que na qualidade de terra recém-conquistada ela estava livre de muitos dos interesses e tradições seculares que dificultavam o assentamento das reformas propostas pela monarquia. Sendo assim, a nomeação de *adelantados*, a partir de 1253, estava relacionada a um ambicioso projeto de reforma da organização territorial castelhana que visava incluir na fronteira um oficial auxiliar que atuava não apenas como um executor de ordem e das sentenças reais, mas também como um juiz

---

<sup>616</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Adelantados y la lucha por el poder en el reino de Murcia*. Alcalá la Real: Editorial Zumaque, 2009. p.31.

<sup>617</sup> *Ibidem*, p.28.

real que possuía autonomia na região de fronteira para garantir o respeito às leis e a implantação da autoridade real sobre um espaço multicultural aonde a autoridade real chegava com certa dificuldade.

Portanto, na região da Andaluzia o *adelantado mayor* atuava como uma espécie de *alter ego* do rei na fronteira<sup>618</sup>, desempenhando algumas funções que na América colonial seriam compatíveis ao que chamaríamos de vice-rei. No artigo intitulado *La consolidación de las monarquias peninsulares*, Carlos de Ayala Martínez entendeu o regime de *adelantamientos* como parte de um programa centralizador da monarquia castelhana que, junto com as medidas econômicas, em especial a fixação de pontos de arrecadação de impostos na fronteira para eliminar as abusivas cobranças senhoriais, representavam a tentativa de articulação do território como expressão do poder soberano do rei<sup>619</sup>. Acreditamos que foi em busca de uma melhor administração e também de uma tentativa de homogeneização do espaço conquistado que Afonso X optou pela concessão de amplos poderes jurisdicionais ao *adelantado mayor de la frontera*, delegando a ele autoridade suficiente para garantir respostas rápidas e efetivas afim de assegurar a defesa e a aplicação da justiça nas regiões próximas a fronteira. Por esta razão, Manuel González Jiménez insistiu que o adelantado desempenhava uma tripla função<sup>620</sup>, sendo a primeira delas, justamente, o exercício de uma autoridade de juiz real a quem se recorria das sentenças proferidas pelos *alcaldes*. Em segundo lugar, atuava como representante da autoridade real, recebendo amplos poderes para intervir sempre que necessário no cotidiano das vilas, na cobrança de impostos e no repovoamento do território. Por último, na interpretação de González Jiménez cabia ainda ao *adelantado* amplas competências militares para a mobilização de tropas e o abastecimento de fortificações sempre que a fronteira estivesse vulnerável.

Na *Crónica de Alfonso X*, a principal característica do *adelantamiento* exercido por dom Nuño González foi certamente sua liderança militar desempenhada durante a ausência do rei. Segundo os relatos presentes no capítulo LXII, quando Afonso X saiu de Castela para pleitear sua candidatura ao trono do Império Germânico don Nuño

---

<sup>618</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.227 GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.224.

<sup>619</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *La consolidación de las monarquias peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel historia, 2008. p.501.

<sup>620</sup> GONZALEZ JIMENEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999. p. 281-282.

González se manteve em Córdoba e graças a sua posição estratégica privilegiada soube que os benimerines haviam cruzado o estreito e se dirigiam a fronteira castelhana.

Dicho avemos en cómo el rey don Alfonso, quando fue al Imperio, dexó por adelantado de la Frontera a don Nunno. Et estando en Córdoba, supo de cómo Abén Yuçaf era pasado e todos aquellos caualleros con él. E enbió luego dezir al infante que estaua en Burgos.(...) E don Nunno, pues que ouo enbiado estas cartas a don Ferrando, enbió llamar a todos los de la Frontera que viniesen a él a Eçija, por que sopo que Abén Yuçaf venía a correr la tierra de los christianos por aquella parte. Et llegaronle y algunas [gentes] de la frontera e [otrosí] sus vassalos que eram y con él. Et estando él allí, Abén Yuçaf veno con toda su huesta çerca de Écija e don Nunno e todos los que eram con él sallieron fuera de la villa et susieron sus haes contra los moros<sup>621</sup>.

Embora a CAX tenha narrado uma batalha épica entre os cristãos e muçulmanos em Écija durante a ausência de Afonso X, cujo resultado foi a derrota das tropas castelhanas e a morte de dom Nuño González<sup>622</sup>, muitos historiadores ainda discutem se de fato o afastamento do monarca era um critério para a nomeação dos *adelantados* e se o comando das hostes fazia parte de suas atribuições. Para Braulio Vázquez Campos, a ausência ou a presença do monarca na Andaluzia não foi um fator de peso para a implantação dos *adelantados*, já que 1253, quando o cargo foi criado, Afonso X estava residindo em Sevilha e durante outros longos períodos em que esteve na Andaluzia não abriu mão da existência de um *adelantado* responsável pela zona de fronteira<sup>623</sup>. Quando observamos a documentação emitida pela chancelaria afonsina no século XIII percebemos que as fontes não conferem ao *adelantado mayor de la frontera* um papel ofensivo na guerra de Reconquista. Nos documentos que compõe o *Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, por exemplo, nota-se que era esperado do adelantado basicamente a aplicação da justiça na região de fronteira. Na carta de concessão da vila de Matrera a Ordem de Calatrava Afonso X exige-se que: “Fagan por nos guerra y paz, e que nos den noneda los christianos que y morarem, e que entre hi el mio adelantado asy cuemo entra en todas sus villas que ha en la frontera por fazer justiça”<sup>624</sup>. Quando se trata das competências militares, não nos parece que cabia ao *adelantado* o

<sup>621</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXII, p.178.

<sup>622</sup> Segundo a Crónica de Alfonso X, don Nuño González de Lara foi derrotado em Eçija e teve sua cabeça enviada para Granada. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. LXII, p.179.

<sup>623</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilha: Diputación de Sevilla, 2006. p.51.

<sup>624</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilha: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991. Diploma n° 179. p.199.

enfrentamento direto com o inimigo, mas a manutenção das estruturas fortificadas que garantiam a defesa do território, já que as Partidas reconhecem o adelantado como:

Home metido adelante en algunt fecho señalado por mano del rey (...). Otrosi debe andar por la tierra por três razones; la una por escarmentar los malfechores, la outra por facer alcanzar derecho á los homes, la terceira para apercebir al rey del estado de la tierra<sup>625</sup>.

Como já discutimos anteriormente, a confusão provocada pela invasão benimerine de 1275 e o excesso de atenção dedicado à candidatura imperial de Afonso X provocaram um vazio institucional<sup>626</sup> que nos impede de estabelecer com precisão quem formam os personagens que atuaram como *adelantados* no fim do reinado de Afonso X e quais foram suas principais atitudes com relação à política fronteiriça. Pode ser que o comando das hostes castelhanas exercida por Nuño González na Crónica de Alfonso X não tenha sido uma prerrogativa exclusiva do cargo de *adelantado*, mas, sim, a continuação de uma atividade militar que já estava sendo desempenhada por ele desde a década anterior. Segundo a CAX, antes de sua nomeação como *adelantado mayor* dom Nuño fora enviado, no ano de 1264, a uma incursão na fronteira de Granada para socorrer dom Alimán, frei da Ordem de Calatrava, que estava sitiado na torre de Matrera<sup>627</sup>, localizada no Vale do Guadalete, e no ano seguinte, dom Nuño retornou a fronteira com mil cavaleiros para apoiar a rebelião de Málaga e Guadix contra o rei de Granada<sup>628</sup>. De fato, na obra de Fernán Sánchez, nenhum personagem parece ter cruzado a fronteira com mais frequência do que dom Nuño González, ainda que tenha passado um período a serviço dos mouros em Granada, juntamente com outros nobres revoltosos, ele atravessou a fronteira em inúmeras ocasiões para conduzir as negociações de paz entre a coroa, os ricos homens e o reino de Granada<sup>629</sup>, desempenhando uma função de líder itinerante que se assemelha ao que era esperado de um *adelantado*.

De qualquer maneira, o que nos interessa concluir neste ponto é que a concessão de amplos poderes jurisdicionais a alguns membros da alta nobreza na forma de um *adelantamento* foi certamente uma das inovações que marcaram a administração da

<sup>625</sup> ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807. Tomo II, Título IX, Lei XXII.

<sup>626</sup> VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2006. p.142.

<sup>627</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap. XII, p.34.

<sup>628</sup> *Ibidem*. Cap. XV, p.40.

<sup>629</sup> *Ibidem*. Cap. LV, p.161

Andaluzia nos tempos de Afonso X. Para Manuel García Fernandez, o *adelantado mayor de la frontera* representava a tentativa de unificação administrativa e territorial da Andaluzia a favor do poder real, já que as conquistas do século XIII haviam incorporado ao reino de Castela um vasto espaço de enorme mobilidade cujo domínio não estava hegemonicamente definido entre uma das entidades políticas que disputavam o espaço<sup>630</sup>. Apesar da brevidade, os relatos sobre o *adelantamento* de Dom Nuño González na *Crónica de Alfonso X* serviram para demonstrar que mesmo em meados do século XIV o caráter fronteiriço de *al-Andalus* ainda não havia desaparecido. Assim como foi descrito nas crônicas latinas e na *Crónica General*, a fronteira imaginada por Fernán Sánchez também foi um espaço vivo e permeável onde líderes islâmicos e o poder real castelhano disputavam pela soberania política e pelo controle do espaço. Mais do que imortalizar um capítulo da Reconquista, a CAX é um amplo texto que nos ajuda a entender o projeto de assentamento do poder real sobre o solo. O discurso construído por Fernán Sánchez, marcado pela atuação do *adelantado* e pelo deslocamento da noção de fronteira para o Estreito de Gibraltar, segue como um testemunho vivo do comprometimento dos reis castelhanos com o processo de afirmação da monarquia e demonstra que, mesmo em meados do século XIV, o poder real não hesitou em utilizar a guerra contra o islã como plataforma de legitimação para a consolidação de sua soberania. Pois: “las monarquias eran conscientes del plus de rentabilidad que podían extraer de su ocasional protagonismo histórico frente al islam”<sup>631</sup>. Por mais que a ideia utópica de uma luta desenfreada contra os muçulmanos esteja presente em todas as crônicas analisadas neste trabalho, acreditamos que a grande contribuição da *Crónica de Alfonso X* para o estudo da fronteira castelhana foi a ampliação da própria noção de fronteira. Afinal, enquanto as crônicas fernandinas e a *Primera Crónica General de España* enxergam como fronteira basicamente o território construído graças às anexações de Fernando III no Vale do Guadalquivir, o texto de Fernán Sánchez fala de uma fronteira completamente diferente, um espaço que se projeta para além da franja territorial que temos discutido até aqui. Embora a CAX descreva os eventos políticos que ocorreram no fim do século XIII, os acontecimentos

<sup>630</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Arcos y el surgimiento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016. p.143.

<sup>631</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Guerra santa y secularización: el ideal caballeresco de Alfonso XI de Castilla*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madri: Sílex, 2016. p.23.

posteriores como a Batalha do Salado e a conquista de Algeciras, inegavelmente influenciaram a composição do texto de Fernán Sánchez, que acabou ajudando a forjar em sua crônica uma noção de fronteira marítima com o islã.

## CONCLUSÃO

Ao investigar a relação entre o historiador e os fatos, Edward Hallet Carr concluiu que o pesquisador encontra-se muitas vezes em uma situação aparentemente precária, navegando cuidadosamente entre Cila e Caribde<sup>632</sup>. Na mitologia grega, Cila e Caribde formam dois monstros marinhos que impediam a passagem dos navegantes pelo estreito de Messina, que separa a Península Itálica da Sicília. Nos poemas homéricos, o encontro entre a embarcação de Ulisses e as duas feras é descrito como um episódio de grande medo e incertezas: “Navegávamos, pois, ao longo do estreito, lamentando-nos. De um lado acha-se Cila e, do outro, a famosa Caribdes que com terrível fragor engole a água salgada (...). Meus companheiros, de pavor, se tornaram lívidos”<sup>633</sup>. A metáfora construída por Edward Carr exemplifica muito bem, ainda que esta não tenha sido sua intenção, o desafio que tem pela frente o historiador interessado em investigar o papel da fronteira entre cristãos e muçulmanos no medievo peninsular. Quando realizamos o levantamento bibliográfico para dar início a este trabalho de pesquisa, nos deparamos muitas vezes com uma situação análoga a que Homero descreveu em sua Odisseia. Afinal, o pesquisador que adota uma fronteira como objeto de pesquisa deve acostumar-se a conviver com a pequena quantidade de trabalhos acadêmicos que giram entorno da fronteira castelhana e com o relativo silêncio que as fontes produzem sobre as relações cotidianas neste espaço. De fato, as fontes cronísticas que fizeram parte do nosso corpo documental pareciam mais interessadas em ressaltar as grandes campanhas militares encabeçadas pelos reis castelhanos do que destacar os processos de interação e de convivência no espaço fronteiro. Tais fatores nos levaram a utilizar um conjunto de documentos jurídicos e diplomáticos para preencher possíveis lacunas deixadas em aberto pelas crônicas castelhanas. Sempre que necessário foram citadas as *Siete Partidas* e o *Diplomatario Andaluz de Alfonso X* para solidificar o discurso que contruímos a cerca da fronteira.

Ainda sim, o estudo das fronteiras foi responsável pela elucidação de uma série de conceitos e teorias que levaram geógrafos, como André Roberto Martim, a deduzir que em uma linguagem metafórica a problemática das fronteiras se assemelha a dos vulcões: “aparentemente quietos, inativos, eles podem no entanto nos surpreender com manifestações de súbita atividade, onde ruídos e fumaça crescente anunciam para breve

<sup>632</sup> CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.64.

<sup>633</sup> HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Rapsódia XII, p.115-116.



uma erupção cujas consecuencias são difíceis de prever”<sup>634</sup>. Para além do sentido alegórico, o que o autor quis dizer é que o estudo das fronteiras pode ser compreendido como uma questão de interesse público, já que é impossível ignorar a influência que ela exerce individualmente ou coletivamente sobre um grupo de pessoas que compartilha o espaço. Entretanto, somente aceitar que a fronteira interfere no cotidiano das populações humanas não torna a compreensão dos fenômenos que ela levanta algo mais fácil. Afinal, em princípio todos sabemos o que a palavra fronteira significa, mas quando tentamos refletir com certa profundidade sobre o conceito que há por trás desta palavra a questão se torna mais complexa<sup>635</sup>, até porque os conceitos políticos que estão em vigor na atualidade podem ser inadequados para compreender a noção de fronteira que existiu entre os povos da antiguidade e do medievo.

Tratando especificamente dos recortes temporal e espacial que escolhemos para dar forma a esta investigação, iniciamos procurando o conceito de fronteira que começou a aparecer nas crônicas produzidas durante o reinado de Fernando III. Juntas, a *Chronica Latina Regum Castellae*, o *Chronicon Mundi* e a *Historia de Rebus Hispanie* somaram cerca de dez menções a palavras fronteira. Ainda que a utilização do termo tenha sido escassa, podemos notar que esta documentação possui alguns traços comuns, como o emprego exclusivo da palavra fronteira para designar os limites territoriais entre Castela e os reinos muçulmanos instalados no sul da Península Ibérica. Nenhum dos cronistas contemporâneos a Fernando III utilizou a palavra fronteira para dar significado a uma franja territorial que separava dois reinos cristãos. Nem mesmo Juan de Osma, que construiu um estilo de crônica completamente diferente das demais e se mostrou atento aos acontecimentos políticos que sacudiram a Europa naquele período, aplicou tal palavra a uma realidade que não fosse a Reconquista castelhana. Duas situações narradas na CLRC são particularmente interessantes para clarear nossas conclusões a cerca desta questão. Ao descrever a intervenção armada de Frederico II na Península Itálica, durante as querelas entre o papa Gregório IX e as comunas italianas, o cronista prefere escrever “*inuasit in fines Romanorum*”<sup>636</sup> no lugar da expressão latina *frontarie*. Do mesmo modo, quando Juan de Osma narra a morte de Frederico Barca Ruiva na

<sup>634</sup> MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998. p.86.

<sup>635</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Presencia y protagonismo de las Órdenes Militares castellano-leonesas en la frontera (ss. XIII-XIV)*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p. 162.

<sup>636</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p. 91.

anatolia ele preferiu também empregar a frase “*intra terminos Terre Sancte*”<sup>637</sup> para destacar que parte de sua tropa retornou aos lugares que eram dominados pelos cristãos dentro dos términos da Terra Santa. Logo, o termo em si foi empregado na CLRC, e nas demais crônicas contemporâneas ao rei Fernando III, para designar o espaço limítrofe entre os confins do reino de Castela e o *al-Andalus*, ou melhor, a *terram maurorum*. Apesar da expressão *terram maurorum*, utilizada frequentemente nas crônicas fernandinas e na *Primera Crónica General de España*, parecer algum tipo de sinônimo para a palavra fronteira ela indica, na verdade, a transposição para além da *terram christianorum*. Logo, é possível entender que a documentação tendeu a utilizar a palavra fronteira para descrever, especificamente, o espaço limite entre as bordas territoriais castelhanas e as áreas subordinadas as autoridades islâmicas, dando a entender que “la frontera acaba donde comienza la tierra de moros”<sup>638</sup>.

Por mais que a consolidação do território português tenha criado uma nova fronteira no setor ocidental castelhano, a partir da reorganização monárquica liderada por Afonso Henriques, as crônicas fernandinas também não empregaram o termo fronteira para compreender esta região ou mesmo preocuparam-se em destacar sua importância estratégica. Uma das poucas referências a fronteira portuguesa nas crônicas latinas pode ser extraída da *Historia de Rebus Hispanie*, onde Rodrigo de Toledo narrou que dona Teresa, filha de Afonso VI e mãe do futuro rei Afonso Henriques, “arrojo con sus solos médios a los agarenos de los limites de Portugal, reivindicando como suyo este principado”<sup>639</sup>. Sem dúvidas, a narrativa do toledano estava mais interessada em exaltar um possível débito que os portugueses possuíam com dona Teresa, e consequentemente com os castelhanos, do que destacar os aspectos característicos da fronteira portuguesa. Ainda que as crônicas fernandinas não se preocuparam em descrever a fronteira entre Portugal e Castela, é preciso destacar que durante o século XIII este espaço também foi marcado pela possibilidade de conflitos e desentendimentos políticos que levaram a construção de uma malha defensiva cujos objetivos eram a proteção e a organização do território, além do controle da produção no entorno e a garantia da arrecadação de impostos. É possível que a preocupação dos cronistas em destacar a absorção dos territórios islâmicos empreendida pela monarquia

<sup>637</sup> Ibidem. p.44.

<sup>638</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel . *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.294.

<sup>639</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VII, Cap.V. p.72.

castelhana tenha sido responsável pela pouca atenção que os escritores deram a franja limite entre Castela e Portugal, tendo em vista que, conforme destacou José Mattoso, os conflitos entre os reinos cristãos, durante o século XIII, possuíram um caráter secundário e efêmero<sup>640</sup>. Acreditamos que o historiador português não pretendeu, com esta afirmação, desvalorizar o papel da fronteira Castela e Portugal. Certamente, o que Mattoso pretendeu assinalar era que enquanto na fronteira com os muçulmanos havia a sensação permanente de conflito e a expectativa do fim de *al-Andalus*, nos limites entre castelhanos e portugueses existia a possibilidade do estabelecimento de acordos tácitos ou tratados expressos para evitar o confronto direto entre duas monarquias cristãs e aparentadas.

De maneira geral, a análise das crônicas fernandinas contribuiu para um reconhecimento inicial do território considerado pelo poder real como zona limítrofe entre cristãos e muçulmanos durante a primeira metade do século XIII. A princípio, a área demarcada por esta fronteira englobava as terras de Jaén, Murcia e Córdoba (Figura 32), tendo esta última um papel preponderante para a fixação da palavra fronteira nas crônicas castelhanas. Enquanto Juan de Osma, em sua *crónica latina*, deixa o termo aparecer durante os movimentos políticos que antecedem a conquista de Córdoba, a exemplo da fuga de Alvar Pérez de Castro para a terra dos sarracenos (*terram Sarracenorum*)<sup>641</sup>, Rodrigo de Toledo faz uma utilização segura, ainda que seja a única para o reinado de Fernando III, da expressão fronteira dentro do contexto da invasão do arrabalde de Córdoba realizada pelos almogávares<sup>642</sup>. Consequentemente, a citação isolada da palavra fronteira feita pelo autor da *Crónica Latina*, ou mesmo a descrição fria de Rodrigo de Toledo, que provavelmente reflete seus problemas pessoais com a coroa castelhana, perdem espaço para *Chronicon Mundi* quando procuramos imaginar qual o papel ocupado pela cidade de Córdoba no imaginário de fronteira, já que Lucas de Tuy optou pelo agrupamento do termo fronteira no último capítulo de sua obra, justamente na parte em que o autor descreve os assédios que levaram a conquista da cidade.

---

<sup>640</sup> MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. p.77.

<sup>641</sup> BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.90.

<sup>642</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IX, Cap.XVI. p.350.

**Figura 32:** As conquistas de Fernando III na Andaluzia<sup>643</sup>.



Como já discutimos anteriormente, não foi por acaso que os três cronistas decidiram finalizar suas composições com a conquista de Córdoba. Ainda que exista a possibilidade do Tudense e do Toledano terem conhecido a Crônica Latina e optado por encerrar seus trabalhos no mesmo ponto em que Juan de Osma havia escolhido, também é possível que a preferência possuísse um significado político e simbólico. Sem dúvidas, a tomada de Córdoba deslocou o eixo de interesse político castelhano para o sul, e embora não estejamos completamente de acordo com Ana Rodríguez López, quando a autora propõe que o remodelamento do território ocorrido na Andaluzia provocou o esquecimento quase generalizado das áreas situadas ao norte do reino<sup>644</sup>, a necessidade de ocupar a região de Córdoba, visando o fortalecimento da posição fronteiriça castelhana, contribuiu para sua conversão no principal reduto de interesse da monarquia castelhana durante a composição das crônicas fernandinas. No que tange ao significado simbólico, é possível especular que os cronistas contemporâneos ao rei Fernando III consideraram a tomada de Córdoba como um fato suficientemente extraordinário para encerrar suas narrativas provavelmente devido ao valor histórico que a conquista da antiga capital de *al-Andalus* provocou no ocidente medieval e o impacto político que este episódio provocou na cúria romana. Tanto é que, em setembro de 1236, três meses após a entrada dos castelhanos na cidade, o papa Gregório IX

<sup>643</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Fernando III el santo*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

<sup>644</sup> RODRÍGUEZ LÓPEZ. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. p.123.

concedeu ao rei Fernando III prerrogativas canônicas que garantiam proteção ao monarca, sua família e seu reino, permitindo ainda a concessão da indulgência de cruzada para aqueles que lutavam junto ao rei<sup>645</sup>. Para imortalizar a tomada de Córdoba como um dos grandes feitos da Cristandade Ocidental Rodrigo de Toledo soube explorar muito bem a devolução dos sinos de Compostela que haviam sido roubados pelas tropas de Al-mansur e desde 997 estavam afixadas na mesquita de Córdoba<sup>646</sup>.

Y como las campanas de Santiago que, como dije, había trasladado Almanzor a la mezquita de Córdoba, estaban {allí} colgadas sirviendo de lámparas para verguenza del pueblo cristiano, el rey Fernando hizo que esas campanas fuesen devueltas a la iglesia de Santiago y a la iglesia de Santiago fueron llevadas<sup>647</sup>.

Curiosamente, embora Lucas de Tuy também tenha mencionado a restituição dos sinos da igreja de São Tiago<sup>648</sup>, a CLRC, documento que teve sua data de conclusão bem próxima ao ano em que Córdoba foi tomada dos muçulmanos, nem sequer tocou nesta questão. Aparentemente, o bispo de Osma procurou construir uma narrativa que pudesse conectar a conquista desta cidade a um passado visigótico sem conceder grandes críticas ao relaxamento militar dos godos ou seu afastamento da Igreja, como fizeram o Tudense e o Toledano. Preocupado em destacar o grande êxito militar de Fernando III o autor da Crónica Latina destacou que Córdoba era uma:

Ciudad famosa, dotada de certo peculiar esplendor riqueza especial, y que durante tanto tiempo, a saber, desde el tiempo del rey de los godos don Rodrigo, era retenida cautiva, fue devuelta al culto cristiano gracias al trabajo y el valor de nuestro rey Fernando<sup>649</sup>.

<sup>645</sup> Ibidem. p.127.

<sup>646</sup> A invasão da Galícia comandada por Al-mansur teve como consequência a aniquilação de seu exército através da intervenção milagrosa de São Tiago. Segundo Jiménez de Rada, o líder islâmico após profanar o lugar onde estava o corpo do apóstolo levou como símbolo de sua vitória os sinos da igreja de São Tiago para a mesquita de Córdoba. Como consequência do sacrilégio, o próprio Al-mansur, envergonhado por ter sido vencido, foi contaminado pela disenteria e não ingeriu água ou alimento algum até o fim de seus dias (Livro V, Cap. XII, p.208).

<sup>647</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IX, Cap.XVII. p.351.

<sup>648</sup> Segundo o *chronicon mundi*, após a tomada de Córdoba o rei Fernando III exigiu que os sinos fossem levados para a igreja de São Tiago sobre os ombros dos mouros. TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926. Cap. XCIV. p.430.

<sup>649</sup> “Sic igitur per uirtutem Domini nostri Iesu Christi Corduba, famosa ciuitas, nitore quodam peculiar et ubere solo predita, queque tanto tempore captiua tenebatur, scilicet a tempore Roderici, regis gotorum, redita est cultui christiano per laborem et strenuitatem domini nostro regis Ferrandi”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.99.

Nesse sentido, ainda nos resta lembrar que desde os tempos de Américo Castro<sup>650</sup>, a historiografia tem insistido que a Reconquista tomou territórios que há muito tempo integraram o reino visigótico, mas que preservaram as características genuínas da ocupação islâmica e, portanto, nada se pareciam com as cidades que abrigaram as autoridades monárquicas visigóticas até 711. Para a equipe de intelectuais responsáveis pela elaboração da *Primera Crónica General de España* a cidade de Córdoba também foi a fronteira por excelência. A maior parte das referências a palavra fronteira, neste documento, aparecem no contexto da conquista e do povoamento de Córdoba, onde a simples menção do termo passou a sugerir o frequente deslocamento do rei para esta cidade. Em diversas ocasiões, quando se escrevia que o rei estava a caminho da fronteira, o que os cronistas afonsinos queriam dizer é que ele e sua tropa estavam se dirigindo para Córdoba. Um bom exemplo disso pode ser extraído do capítulo 1067, quando termina o encontro do rei Fernando III com a sua mãe, a rainha Berenguela, em Vila Real (Pozuelo). Nesta ocasião conta-se que: “La reyna donna Beringuella tornose para Toledo, et el noble rey don Fernando con su muger para la frontera (Córdoba)”<sup>651</sup>. Embora a PCG tenha sido escrita depois da tomada de Sevilha, a expressão fronteira permaneceu conectada a cidade de Córdoba e só foi utilizada de maneira geral nos capítulos que abordaram a entrega desta cidade a Fernando III para enfatizar que o rei passou os anos finais de sua vida dedicando-se a estabilização da franja fronteiriça.

Sem dúvidas, a conquista de Córdoba foi o ponto de partida para uma série de avanços estratégicos sobre a fronteira com o reino de Granada. O aumento da pressão militar exercida por Fernando III no *al-Andalus* foi intensificada graças ao desmoronamento do poder político do Império Almôada e ao assassinato de Ibn Hud, no ano de 1238, que juntos favoreceram o estabelecimento de diversos pactos que levaram a incorporação de alguns núcleos populacionais islâmicos a estrutura territorial castelhana. De acordo com Javier García Turza, o fracasso de Ibn Hud foi a última oportunidade da sociedade islâmica alcançar uma integração que superasse as velhas rivalidades étnicas e tribais que estavam cada vez mais sendo asfixiadas pelo

---

<sup>650</sup> CASTRO, Américo. *Espana En Su Historia: Cristianos, Moros y Judios*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001. p.339

<sup>651</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1067. p. 745.

intervencionismo da sociedade feudal castelhana<sup>652</sup>. Provavelmente, a construção de um cinturão defensivo, formado a partir dos avanços que seguiram a conquista de Córdoba, ajudou a aumentar a percepção da fronteira com o reino de Granada e contribuiu para a utilização cada vez mais frequente do termo fronteira associado a tomada de Córdoba. O próprio Jiménez de Rada, testemunha ocular do processo de alargamento da fronteira, destacou que o rei Fernando III submeteu ao seu poder diversos castelos e cidades muçulmanas que ficavam na franja fronteira entre Córdoba e Granada como Luque, Lucena, Estepa e Osuna. Segundo a *História de Rebus Hispanie*, todas estas localidades foram incorporadas a Castela, aproximadamente em 1240, mediante ao estabelecimento de um acordo que previa o pagamento de tributos ao poder real castelhano e a inclusão de guarnições cristãs nos recintos fortificados<sup>653</sup>. Desde o desaparecimento das marcas territoriais criadas pelos Omíadas o *al-Andalus* passou a contar com baluartes fronteiriços, chamados pelos muçulmanos de *tugur*, em uma série de pontos fortificados que foram reforçados durante o governo dos Almorávidas e Almôadas<sup>654</sup>. No século XIII, para dominar um espaço que fora anteriormente controlado pelos muçulmanos era necessário conquistar seus pontos fortes, tendo em vista que cada fortificação possuía uma capacidade nada depreciável para defender a si mesma<sup>655</sup>. Por esta razão, para consolidar a posição castelhana sobre a Andaluzia e garantir o controle do poder real naquele espaço, Fernando III teve que iniciar uma série de incursões na franja fronteira durante os anos que seguiram após a conquista de Córdoba. Do ponto de vista estratégico, as fortalezas e as cidadelas que passaram a compor o cinturão defensivo a partir de Córdoba atuavam como a primeira linha de resistência em caso de agressão e apesar de protegerem constantemente o acesso pela fronteira, também procuravam assegurar o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuaristas dentro de suas comarcas<sup>656</sup>.

De qualquer maneira, mesmo que a *Primera Crónica General de España* tenha empregado com mais frequência o termo fronteira para narrar a traslado pela cidade de

---

<sup>652</sup> GARCÍA TURZA, Javier. *El final de la Reconquista*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008. p.481.

<sup>653</sup> JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IX, Cap.XVIII. p.352.

<sup>654</sup> VIGUERA MOLINS, María Jesus. *Las fronteras de al-Andalus*. In: TORO CEBALLOS, Francisco & RODRÍGUEZ MOLINA, José. *IV Estudios de frontera: historia, tradiciones y leyendas en la frontera*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2002. p.600.

<sup>655</sup> Garcia fitz.. in Jesus Viquera 600

<sup>656</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990. p.99.

Córdoba, acreditamos que a principal contribuição deste documento para o estudo das fronteiras castelhanas foi sua capacidade de demarcar, sem que isto represente a adoção de um conceito de fronteira linear, o contorno da franja fronteiriça durante o meado do século XIII. Por se tratar de um documento composto após o término do reinado de Fernando III, a Primeira *Crónica General de España* pode apresentar de maneira mais clara a região de fronteira como uma mancha territorial que passava pelo extremo sul de Castela e se estabelecia como limite entre as terras tomadas de *al-Andalus*, que sofriam um processo de senhoriação do espaço, e o recém formado reino de Granada, construído como entidade política a partir de 1246 com o Pacto de Jaén. No capítulo 1070, a chancelaria afonsina descreveu como o soberano de Granada entregou Jaén ao rei Fernando III e se submeteu ao pagamento de tributos na condição de vassalo, destacando, assim, a maneira como esta cidade passou a incorporar uma região estratégica fundamental para a segurança da fronteira:

Auiendo acordado esse rey de Granada con sus moros en esto que dicho auemos, et ueyendo que outra carrera y non auie tan buena para poder fincar en su onrra et en su sennorio et para librar sus moros et su tierra de destroymiento, vinose meter derechamente en su poder del rey don Fernando et en la su merçed, et besol ta mano et tornose su uasallo en esta guisa, que fiziese del et de su tierra lo que fazer quisiese; et entregol luego Jahen. Et el rey don Fernando (...) non quiso del utra cosa saluo que fincase por su uasallo con toda su tierra, et se la touiese commo se la ante tenie con todo su sennorio, et quel diese della tributo çierto: cada anno çient et çinquenta mil morauedis et le fiziesse della gerra et paz, le veniese cada anno a cortes(...). Jahen, segunt que la estoria cuenta, es villa real et de grant pueblo et bien enfortalesçida et bien encastellada de muy fuerte et de muy tenduda çerca et bien asentada et de muchas et muy fuertes torres (...). Et fue sienpre villa de muy grant gerra et muy reçelada et donde viene sienpre mucho danno a cristianos et quantos enpeesçimientos auien a ser; (...) fue sienpre despues la **frontera** bien parada et segura, et los cristianos que y eran, sennores de lo que auien (Grifo nosso)<sup>657</sup>.

Seguindo as análises de Manuel González Jiménez, a captura de Jaén constituiu parte de um amplo acordo no qual o Muhammad I converteu-se em vassalo do rei Fernando III e, cumprindo um gesto de submissão, entregou toda sua terra ao rei castelhano, que na condição de suserano retém o reino de Jaén e devolve Granada ao monarca muçulmano como uma espécie de feudo outorgado<sup>658</sup>, estabelecendo seu senhor a prestar um juramento de fidelidade que garantia a prestação de serviços

<sup>657</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1070. p. 746.

<sup>658</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Fernando III el santo*. Sevilha: Fundación José Manuel Lara, 2006. p.197.



militares e o pagamento de tributos ao monarca castelhano. Apesar do tratado ter sido elaborado em conjunto por ambas as partes envolvidas ele beneficiava o reino de Castela de maneira política e econômica a medida em que colocava o rei Fernando III na posição de suserano de Granada e injetava nos cofres castelhanos uma porção considerável de sua receita. Sem dúvidas, o estabelecimento do Pacto de Jaén, considerado por muitos historiadores como a ata do nascimento do reino nasrída de Granada, é uma evidência do assentamento do Estado feudal castelhano, e com ele o desenvolvimento do conceito de soberania, que contribui para entender que o poder real não se manifesta apenas sobre um grupo de súditos, mas sim sobre um espaço político, articulado ao redor do soberano e que, portanto, passará a exigir cada vez mais uma melhor noção de suas fronteiras. Certamente, esta maior necessidade de estabelecer o espaço político onde se manifesta a autoridade real produziu uma maior utilização do termo fronteira nos documentos redigidos a partir do governo de Afonso X. Quando comparadas as crônicas posteriores ao reinado de Fernando III empregaram a palavra fronteira uma quantidade de vezes bem maior do que a documentação produzida pelos cronistas latinos, o que demonstra, obviamente, uma tentativa de estabelecer limites claros para os territórios sujeitos a autoridade castelhana. Ainda que o feudalismo tenha sido um dos mais importantes mecanismos para a preservação do poder político, social e econômico da classe senhorial<sup>659</sup>, alguns historiadores encontraram uma certa dificuldade para entender o Pacto de Jaén como um contrato feudo vassálico pelo menos para o mundo islâmico. Para García Sanjuan, o acordo não parecia um contrato feudal para o reino de Granada, mas sim um exemplo de oportunismo do primeiro emir nasrída, que procurou desde o início do seu reinado o aparato ideológico de uma instancia política superior para legitimar seu próprio poder frente ao Magreb.

Seja como for, o Pacto de Jaén foi um passo a mais na consolidação do poder territorial castelhano sobre as fronteiras e colocou sobre o controle do rei Fernando III grande parte da franja norte da Andaluzia. Estrategicamente, a anexação de Jaén garantia aos cristãos um acesso relativamente mais fácil ao interior do território granadino e colocava nas mãos de Fernando III o domínio sobre um dos principais baluartes fronteiriços instalados no Alto Guadalquivir. Além disso, é bem possível que, com a ocupação castelhana, Jaén tenha passado a reforçar o cordão fronteiriço formado a partir de Córdoba e, indiretamente, contribuiu para aumentar a percepção da fronteira

---

<sup>659</sup> MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Estampa, 1988. p. 51.

entre Castela e Granada. Ainda que de maneira um tanto discreta, uma vez que a *Primera Crónica General de España* teve sua composição iniciada a menos de uma década do Pacto de Jaén, a palavra fronteira apareceu no contexto do deslocamento do infante Afonso para Granada após o rei Fernando III adoecer em Burgos. De acordo com a documentação, “por razon que la tregua que auie el rey de Granada con el (Fernando III) era ya salida, et don Aluar Perez que se solie parar a fecho dessa **frontera** era ya muerto mando el rey a don Alfonsso su fijo que se fueses para alla (Grifo nosso)”<sup>660</sup>. Por se tratar de um obra composta após a conclusão do período Afonsino, a *Crónica de Alfonso X* concedeu mais atenção a influência política que o reino de Granada teve durante as últimas décadas do século XIII. Diferente da pouca atenção que o traslado sobre Granada teve na *Primera Crónica General de España*, a *Crónica de Alfonso X* apresentou uma série de transposições pela fronteira de Granada realizada por mensageiros, ricos homens e pelas Ordens Militares para o estabelecimento de acordos políticos com o soberano de Granada.

O aparecimento cada vez mais frequente da fronteira e das relações políticas com o reino de Granada na documentação foi, sem dúvidas, um reflexo da tentativa de consolidação territorial do poder real castelhano, empreendida por Afonso X durante os primeiros anos do seu reinado. Para Carlos de Ayala Martínez, os anos que transcorreram entre 1256 e 1263 foram particularmente importantes para o lançamento das bases do projeto político afonsino e para “la definición de un territorio unitario cuya comunidad humana se sintiera conscientemente solidaria de su común origen y que, de este modo, fuera capaz de traducir su cohesión en una flerte lealtad al régimen que ostenta el poder”<sup>661</sup>. Dentro das análises do autor, Afonso X foi o responsável por um original conceito de monarquia que não aspirava necessariamente a unificação territorial da Península, algo impensável para aquele momento, mas sim uma primazia de Castela sobre o conjunto peninsular baseada em pressupostos de legitimidade histórica e de seu incontestável poder político e militar<sup>662</sup>. Por esta razão, Ayala Martínez defendeu que a concepção monárquica de Afonso X possuía duas vertentes distintas, mas inseparavelmente conectadas. Primeiro, a construção de um poder cada vez mais concentrado mediante a utilização de mecanismos de governo como a imposição

<sup>660</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1060. p. 741.

<sup>661</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Directrices fundamentales de la politica peninsular de Alfonso X*. Madri: Antiqua et mediaevalia, 1986. p.150.

<sup>662</sup> Ibidem. p.155.

generalizada da linguagem castelhana e de leis de caráter territorial. Em segundo lugar, o mantimento de uma posição privilegiada dentro da Península Ibérica viabilizada através de três pressupostos básicos: o desenvolvimento de uma atividade diplomática dentro e fora da Península; a continuação do projeto político da Reconquista que contribuía para reforçar a autoridade real sobre o espaço; e, por fim, a caracterização de um território progressivamente por suas fronteiras<sup>663</sup>.

Embora a *Crónica de Alfonso X* também nos permita entender que havia uma intensa relação diplomática entre Castela e Granada, a leitura das fontes não responde com precisão como o poder nasrída de Granada, surgido após a fragmentação política que seguiu a morte de Ibn Hud, conseguiu sobreviver frente ao projeto expansionista do rei Sábio e a falta de apoio da enfraquecida estrutura de governo almôada. Pierre Guichard, procurando compreender a fragilidade do *al-Andalus* frente ao projeto de Reconquista castelhano, afirmou que o ideal de um Estado islâmico suficientemente forte para opor-se aos castelhanos não poderia emergir de uma cultura hispano-muçulmana que só conhecia a noção de *Umma* e que a única ideia clara de restauração política que poderiam propor os intelectuais era o mito de restauração da unidade abássida<sup>664</sup>. Ao contrário do que acontecia com a sociedade feudal castelhana, a sociedade hispano-muçulmana que compôs o reino de Granada não empregou parte considerável de seus recursos no setor militar, dando a entender que os equipamentos e o treinamento das tropas muçulmanas eram inferiores aos contingentes castelhanos<sup>665</sup>. Sendo assim, é bem provável que a sobrevivência de Granada até o fim do século XV estivesse ligada ao acréscimo populacional que o reino nasrída recebeu após a anexação de diversas cidades ao controle castelhano, ou graças a um jogo diplomático que previa o estabelecimento de alianças temporárias com os reinos cristãos da Península Ibérica e com os muçulmanos do Magreb. O fator topográfico também foi muito importante para a preservação do reino de Granada frente a expansão castelhana já que, apesar da desigualdade militar, o terreno acidentado e montanhoso constituía uma verdadeira barreira que dificultava o acesso direto das tropas castelhanas ao interior do reino. Para Pierre Guichard, o emirado nasrída de Granada foi uma espécie de reduto que ocupou um espaço com uma maior possibilidade de organizar um poder e uma estrutura estatal que pudesse receber um bom número de habitantes dos territórios perdidos pelo islã e

---

<sup>663</sup> *Ibidem* p.162.

<sup>664</sup> GUICHARD, Pierre. *Esplendor y fragilidad de al-Andalus*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2015. p.270.

<sup>665</sup> *Ibidem*. p.282.

resistir as incursões das tropas castelhanas, acostumadas aos deslocamentos por planícies, vales levantinos e pelo recém-conquistado Vale do Guadalquivir<sup>666</sup>.

É bem verdade que foram as características do território Granadino que favoreceram sua defesa frente a Castela durante os primeiros anos de sua existência. Pois a vassalagem estabelecida pelo Pacto de Jaén, confirmada anos depois pelo Acordo de Alcalá, assegurava apenas uma frágil garantia jurídica dos soberanos nasrídas sobre o que restou de *al-Andalus*. Mesmo assim, como bem destacou Joseph O'Callaghan<sup>667</sup>, os muçulmanos de *al-Andalus* não compunham, pelo menos em meados do século XIII, uma séria ameaça militar para os reinos cristãos. Tal afirmação não significa dizer que o reino nasrída assistiu satisfeito todo o processo de alargamento territorial e fortalecimento da autoridade régia vivido nos primeiros anos de reinado de Afonso X. Logo, se uma ofensiva militar direta não era possível naquele momento, o reino de Granada contentou-se em estremecer a estabilidade do poder real castelhano incentivando o levante mudéjar e aproximando-se dos benimerines como resposta a permanente ameaça que Castela constituía sobre sua frágil autonomia. Em 1273, após a morte de Muhammad I, uma aliança estabelecida entre granadinos e benimerines tendeu a equilibrar a balança de poder na Península Ibérica. Dois anos depois, os benimerines atravessaram o Estreito de Gibraltar para reforçar o apoio aos seus aliados e, a partir dali, produziram uma séria invasão ao território controlado pelos castelhanos na Andaluzia. A ofensiva benimerine exigiu a imediata mobilização das tropas castelhanas e chamou a atenção do poder real para a necessidade de controlar o acesso de embarcações pelo Estreito de Gibraltar. Sem dúvidas, a disputa pelo controle do Estreito de Gibraltar não esteve desvinculada de interesses econômicos. Pois, o domínio castelhano sobre esta região garantiria seu predomínio sobre as rotas comerciais que começaram a se desenvolver ao longo da costa do Atlântico e poderia abrir possíveis acordos comerciais entre Castela e Gênova (Figura 33), contribuindo para sufocar as relações mercantis de Aragão com a Sicília e Tunez<sup>668</sup>.

---

<sup>666</sup> Ibidem. p. 287.

<sup>667</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999. p.207.

<sup>668</sup> AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X*. Madri: Antiqua et mediaevalia, 1986. p.268.



castelhana sobre o extremo meridional da Península Ibérica, que acabou contribuindo para a ampliação da noção de fronteira<sup>671</sup>. Segundo Martín F. Ríos Saloma:

Si hasta los últimos decênios del siglo XIII la frontera era por definición un espacio de contacto entre dos culturas y dos religiones, a partir de la primera mitad del siglo XIV los litorales mediterráneos y atlánticos se convirtieron en la nueva frontera marítima de la monarquía castellana, una frontera sobre la cual proyectar las experiencias y las construcciones ideológicas forjadas a lo largo de, al menos dos siglos y medio<sup>672</sup>.

Embora o deslocamento da concepção de fronteira entre Castela e o islã para o Estreito de Gibraltar tenha se enraizado por volta da primeira metade do século XIV, é certo que o universo ultramarino alimentou o antagonismo entre cristãos e muçulmanos desde o século anterior. Como já destacamos neste trabalho, o Magreb serviu de exílio para alguns nobres que confrontaram o poder real castelhano durante seu processo de afirmação, a exemplo do conde Fernando que morreu exilado em Elvira<sup>673</sup> após ver fracassada a rebelião liderada por seu irmão, o conde Álvaro. Nas crônicas fernandinas, é possível extrair termos como “passar ao mar”<sup>674</sup> ou “passar pelo estreito”<sup>675</sup> quando os escritores mencionaram travessias feitas pelos reis islâmicos de *al-Andalus* até o Magreb ou então quando narram sobre as incursões almôadas realizadas na Península Ibérica. Na PCG, houve também um dualismo entre as expressões “allem mar”<sup>676</sup>, utilizada no contexto da travessia do Estreito, e “daquen mar”<sup>677</sup>, empregada exclusivamente no enredo envolvendo os mouros de *al-Andalus*. Como já era esperado, a utilização das crônicas latinas como base para o texto afonsino deve ter facilitado o emprego comum de algumas expressões, principalmente aquelas que sugeriam a transposição para o território dominado pelos muçulmanos como “passar ao mar”<sup>678</sup>

<sup>671</sup> RÍOS SALOMA, Martín F. *La guerra del Estrecho en la historiografía contemporánea*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016. p.434-435.

<sup>672</sup> Idem.

<sup>673</sup> De acordo com Rodrigo de Toledo, Elvira foi um bairro localizado próximo a Marrakesh e fora habitado somente por cristãos. JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro IX, Cap.IX. p.341.

<sup>674</sup> “Mare transire”. BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984. p.76.

<sup>675</sup> “Pasó el Mediterráneo por el estrecho de Sevilla”. JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Edição de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Universidad, 1989. Livro VII, Cap.XXIX. p.341.

<sup>676</sup> AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977. cap. 1044. p. 727.

<sup>677</sup> Ibidem. Cap. 1046, p.733

<sup>678</sup> Ibidem. Cap. 1033, p.717.

Quando confrontamos as crônicas utilizadas para construir este trabalho, fica evidente que a *Crónica de Alfonso X* foi o documento que mais incluiu o Estreito de Gibraltar em sua narrativa. Enquanto a PCG concluiu seu discurso indicando que uma ofensiva pelo Estreito fazia parte das aspirações políticas de Fernando III<sup>679</sup>, a *Crónica de Afonso X* relata justamente a concretização deste projeto expansionista. Embora Fernán Sanchez também tenha empregado a expressão comum “passar ao mar”<sup>680</sup>, sua crônica abre diversas possibilidades para enxergar o impacto político gerado pelo contato com os muçulmanos do Magreb. Diferente das crônicas do século XIII, que fizeram o cordão fronteiro formado a partir de Córdoba sobressair sobre as demais cidades da Andaluzia na guerra de Reconquista, a *Crónica de Alfonso X*, valendo-se de um conceito mais sólido de fronteira, colocou em destaque as operações militares realizadas pela franja fronteira de Ecija e Algeciras, apresentando ambas cidades como ponta de lança na guerra tanto contra os nasridas como contra os benimerines. Em sua narrativa, Fernán Sánchez explorou o deslocamento da noção de fronteira para a costa mediterrânea que teve lugar entre as últimas décadas do século XIII e a metade do século XIV, incluindo não apenas os conflitos bélicos entre cristãos e muçulmanos, mas parte dos procedimentos que levaram o rei de Granada a solicitar o apoio militar dos Benimerines:

El rey de Granada, veyendo el gran afincamiento de la guerra en que estaua, enbió rogar Abén Yuçaf que le enbiase alguna gente en su ayuda, et enbióle mil caualleros et vino por cabdillo dellos vn moro que era tuerto del vn ojo e dezían que era de los más poderoso que avía y allén mar. Et segund lo que se falló em escripto, dien que éstos fueron los primeros caualleros ginetes que pasaron aquén la mar después quel rey Miramolín fue vencido<sup>681</sup>.

Tanto a *Crónica de Alfonso X* como a *Primera Crónica General de España* foram inseridas em um período importantíssimo para a afirmação do poder real sobre o solo. A partir do século XIII, os textos jurídicos afonsinos tentaram criar um laço entre o rei e o povo que era superior e mais forte do que qualquer vínculo feudal<sup>682</sup>, apresentando-o como senhor natural daqueles que habitavam um território que necessitava de uma melhor definição de suas fronteiras. Partindo das análises de Nieto Soria, é certo que após o final do século XII uma valorização cada vez mais frequente

<sup>679</sup> Ibidem. Cap. 1131, p.770.

<sup>680</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998. Cap.LXI, p.175.

<sup>681</sup> Ibidem. Cap XIII, p.37.

<sup>682</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 1999. p.40.

do documento escrito sobre a declaração oral proporcionou a transformação do texto em um instrumento básico de poder, à medida que conseguia sistematizar e generalizar o uso de imagens essenciais para o enraizamento do poder real<sup>683</sup>. Ao longo do século XIII, a tomada de consciência de que a autoridade real deveria manifestar-se através de um espaço, e não somente sobre o conjunto de súditos, favoreceu também a identificação do reino com uma língua comum, fator que, certamente, explica o predomínio do castelhano sobre a linguagem latina na documentação afonsina. Embora estivesse desprovida do caráter sagrado que o latim possuía na sociedade medieval, a língua comum, somada a outros fatores como as leis, a religião e, principalmente, a história, contribuía para a tentativa de unificação de uma comunidade política sob o controle do poder real. Por esta razão, a composição da *Primera Crónica General de España* estava ligada as ambições de Afonso X em construir um texto pudesse garantir a unidade do reino e comportar todo o passado desta comunidade política que estava sendo erguida no século XIII. Afinal, os reis deste período não hesitaram em apoiar uma visão histórica do passado que estimulasse o desenvolvimento de sentimentos coletivos de identidade em torno do núcleo da instituição régia, tendo em vista que a consciência de identidade não era algo fixo<sup>684</sup>.

Historiadores como Joseph F. O'Callaghan e Miguel Ángel Ladero Quesada, têm contribuído positivamente para a compreensão dos conceitos de autoridade régia e corpo político na Castela de Afonso X. Para O'Callaghan, o pensamento político do século XIII, sob influência de Aristóteles e do direito romano, evoluiu desde uma concepção de sociedade baseada em vínculos feudais entre senhores e vassalos para uma nova concepção de unidade corporativa que aglutinava os homens que viviam em um território governado pelo monarca<sup>685</sup>. Segundo Ladero Quesada, ainda que a palavra Estado não tenha sido utilizada com o significado atual até o século XVI, o corpo político que vigorou a partir do meado do século XIII possuiu características comuns como: o monopólio de uso legítimo da coesão física; a legitimidade derivada do interior de uma comunidade política; o exercício de algumas funções morais; e a

---

<sup>683</sup> NIETO SORIA, José Manuel. *Del rey oculto al rey exhibido: un sintoma de las transformaciones políticas en la Castilla bajomedieval*. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50211>. Acesso em: 23/01/2019. p.11.

<sup>684</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014 p.74.

<sup>685</sup> O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 1999. p.49.



autoridade exercida sobre um território definido e todos os seus habitantes<sup>686</sup>. Ainda sim, foi durante esse reajuste das forças sociais e políticas que o autor enxergou o encerramento de um tempo histórico em que os reinos cristãos da Península Ibérica haviam tido como objetivo político principal a guerra e as conquistas territoriais frente a *al-Andalus*<sup>687</sup>. Contudo, mesmo que as monarquias ibéricas não tenham realizado até o fim da Idade Média operações militares semelhantes as do século XIII e o poderio bélico nasrída estivesse claramente inferior a organização militar castelhana, não estamos convencidos de que isso tenha provocado o encerramento da época da fronteira por excelência<sup>688</sup>, até porque, foi justamente no período em que Ladero Quesada encherrou o fechamento da fronteira (*cierre de la frontera*<sup>689</sup>) que ela passou a aparecer com mais força na documentação, deixando claro que: “la frontera política se dobla por la existencia de una frontera mental y religiosa mucho más infranqueable que la frontera física”<sup>690</sup>.

Por último, *al-Andalus* permaneceu como uma fronteira até século XV e continuou contribuindo para o fortalecimento de uma noção original de identidade e de soberania, uma vez que a simples existência de um reduto muçulmano na Península Ibérica era uma ameaça a dilatação geográfica dos reinos cristãos. Certamente, a redução do ardor da Reconquista não diminuiu a importância da fronteira, mas acabou colaborando para sua transformação de um espaço temporário para uma área permanente e com poucas alterações até o completo desaparecimento de Granada. Isso não quer dizer que a fronteira nos séculos que seguiram tornou-se um espaço fixo ou mesmo imutável. Pois, mesmo século XIV, a inexistência de uma linha geográfica, apoiada com precisão sobre acidentes naturais, e a crescente mobilidade tornam complexas qualquer análise a cerca da fronteira<sup>691</sup>. Seja no século XIII ou no XIV, a sobrevivência do reino nasrída de Granada era uma ameaça ao projeto político castelhano e sua fronteira, ainda que exista uma tendência de imaginá-la como uma

---

<sup>686</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014 p.65.

<sup>687</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Reconquista y definiciones de frontera*. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4028.pdf>. Acesso em: 27/06/2019. p.655.

<sup>688</sup> Idem.

<sup>689</sup> LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014 p.124.

<sup>690</sup> GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001. p.297.

<sup>691</sup> GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990.

simples marca que estabelecia o espaço onde terminava a autoridade dos reis cristãos, foi muito mais do que um espaço alojado nos confins da Península Ibérica. Por sua posição política e geográfica, além de seu caráter religioso, cultural e linguístico que o afastava da Cristandade, *al-Andalus* foi uma periferia também da Europa Ocidental.

## ANEXO: O deslocamento da fronteira entre 756 e 1265<sup>692</sup>:



<sup>692</sup> Disponível em: <http://elmiradorespagnol.free.fr/cosas/HistoriaEspanaMapas.pdf>. Acesso em: 29/06/2019.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### Fontes impressas:

ALFONSO X. *Las Siete Partidas*. Madrid: Imprenta Real, 1807.

BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984.

CERDÁ Y RICO, Francisco (ed.). *Crónica de D. Alfonso el Onceno*. Madrid: Imprenta de Antonio de Sancha, 1787.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el sabio, 1998.

\_\_\_\_\_. *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilla: El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991.

GONZÁLEZ, Júlio. *Repartimiento de Sevilla*. Vol II. Madrid, 1951.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (Ed.). *Primera Crónica General de España*. Madrid: 1977.

TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1926.

### Bibliografia:

ABELLÁN PÉREZ, Juan. *La pérdida de hispania y la formación de al-Andalus*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1992.

ANTONETTI, Guy. *A economia medieval*. São Paulo: Editora Atlas, 1977.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARIZA ARMADA, Almudena. *Los dinares bilíngues de al-Andalus e el Magreb*. Revista Numismática Hécate, N° 3, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/30621186/LOS\\_DINARES\\_BILING%20C3%9CES\\_DE\\_AL-ANDALUS\\_Y\\_EL\\_MAGREB](https://www.academia.edu/30621186/LOS_DINARES_BILING%20C3%9CES_DE_AL-ANDALUS_Y_EL_MAGREB). Acesso em: 09/04/2018.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X*. Madri: Antiqua et mediaevalia, 1986.

\_\_\_\_\_. *Fernando III: Figura, significado y contexto en tiempo de cruzada*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012.

\_\_\_\_\_. *Guerra santa y secularización: el ideal caballeresco de Alfonso XI de Castilla*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madri: Sílex, 2016.

\_\_\_\_\_. *La consolidación de las monarquías peninsulares*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

\_\_\_\_\_. *La realeza en la crónica castellano-leonesa del siglo XIII: la imagen de Fernando III*. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/34/08/08deayala.pdf>. Acesso em: 01/11/2017.

\_\_\_\_\_. *Las Ordenes Militares castellano-Leonesas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.

\_\_\_\_\_. *Las Ordenes Militares hispánicas en la Edad Media (Siglos XII – XV)*. Madrid: Marcial Pons Historia & Latorre Literaria. 2007.

\_\_\_\_\_. (Ed). *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y Leon siglos (XII-XV)*, Madrid, 1995.

\_\_\_\_\_. *Presencia y protagonismo de las Órdenes Militares castellano-leonesas en la frontera (ss. XIII-XIV)*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p. 162.

BARKAI, Ron. *El enemigo en el espejo: cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madri: Ediciones Rialp, S.A, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço; Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra capa editora, 2000.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- BATANY, Jean. *Escrito/oral*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.
- BAUTISTA CRESPO, Juan. *La Estoria de España y las crónicas generales*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001.
- BAZZANA, André. *El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/993825.pdf>. Acesso em: 16/04/2018.
- BLACK, Jeremy. *Frontiers and military history*. SMH Conference, Utah: Keynote Address, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONNASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- BRONISCH, Alexander Pierre. *La ideología asturiana y la historiografía en época de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012.
- BROWN, Peter. *The cult of the Saints*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- BURKE, Peter. *História como memória social*. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- CALDERÓN ORTEGA, José Manuel. *El almirantazgo de Castilla: Historia de una institución conflictiva (1250-1560)*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2003.
- CANTERA MONTENEGRO, Margarida. *Los tratados de paz y la delimitación de las fronteras en la corona de Castilla (siglos XII-XIII)*. In: ARRANS GUSMÁN, Ana. & RÁBADE OBRADÓ, María del. & Pilar VILLARROEL GONZÁLEZ, Oscar. *Guerra y paz en la Edad Media*. Madrid: Sílex, 2013. p.403.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARRIAZO RUBIO, Juan Luis. *La frontera en la historiografía de Arcos*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.

CASTRO, Américo. *Espana En Su Historia: Cristianos, Moros y Judios*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

COCA CASTAÑER, José Enrique López de. *La frontera de Granada (Siglos XIII-XV): El comercio com los infieles*. In: *Cristianos y musulmanes en la península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivencia*. XI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 2009.

COSTAS RODRÍGUEZ, Jenaro. *Fernando III a través de las crónicas medievales*. Zamora: Centro de la UNED de Zamora, 2001.

CRUXEN, Edison Bisso. *Castelos e fortificações como documentos históricos-arquitetônicos: Símbolos para o estudo das estruturas de poder na Península Ibérica Medieval*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *História, arqueologia, arquitetura militar e fronteiras: Uma pesquisa sobre Portugal medieval – Séculos XIII e XIV*. In: *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Vol 2, Nº2. 2009.

DA COSTA, Ricardo. *A guerra na Idade Média, um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições para todos, 1998.

DAWSON, Doyne. *As Origens da Guerra no Ocidente*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 1999.

DERMURGER, Alain. *Os cavaleiros de Cristo*. Rio Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Estampa 1979.

ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto*. São Paulo: Editora Record, 2013.

ESTEPA DÍEZ, Carlos. *Frontera, nobleza y señoríos en castilla: El señorío de molina (siglos xii-xiii)*. Disponível em: [http://revistas.usal.es/index.php/Studia\\_H\\_Historia\\_Medieval/article/view/4520/4536](http://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/4520/4536). Acesso em: 27/11/2018.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FALQUE REY, Emma. Lucas de Tuy, falsificador. In: *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, ISSN 0214-7165, Nº 29, 2012, págs. 189-198. Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/38897>. Acesso em: 09/10/2017.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, Alcanate, 3 (2002-2003), pp. 93-133. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/134720.pdf>. Acesso em: 09/10/2017.

\_\_\_\_\_. *La composición por etapas de la Chronica latina regum Castellae (1223-1237) de Juan de Soria*. e-Spania, 2 (2006). Disponível em: <http://e-spania.revues.org/document283.html>. Acesso em: 09/10/2017.

\_\_\_\_\_. *La transmisión textual de la “Estroria de España y de las principales “Cronicas” de ella derivadas*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001.

FERRARI, Maristela. *As noções de fronteira em Geografia*. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em 17/07/2018.

FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002.

\_\_\_\_\_. *La España Mora*. Editorial Nerea, 2000.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Edipro, 2001.

GAJANO, Sofia. *Santidade*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2007.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

\_\_\_\_\_. *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

\_\_\_\_\_. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004.

GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Andalucía: guerra y frontera (1312 - 1250)*. Andalucía: Fondo de Cultura Andaluza. 1990.

\_\_\_\_\_. *Arcos y el surgimento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.

GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al islam: Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.

\_\_\_\_\_. *Las minorías religiosas y la tolerancia en la Edad Media Hispánica*. In: GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica. Universidad de Huelva, 2003. p.23.



- \_\_\_\_\_. *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2005
- \_\_\_\_\_. *Relaciones políticas y guerra: La experiencia castellano-leonesa frente al islam (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Una Frontera Caliente*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.
- GARCÍA FLORES, Antonio. *Fazer Batallas a los Moros por las Vecindades del Reyno*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Consideraciones sobre el pacto de Jaén de 1246*. In: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.). Sevilla 1248. Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Madrid, 2000.
- \_\_\_\_\_. *El significado geográfico del topónimo al-Andalus en las fuentes árabes*. Disponible em: [http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/5554/Significado\\_geografico\\_del\\_toponimo\\_Al-Andalus.pdf?sequence=2](http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/5554/Significado_geografico_del_toponimo_Al-Andalus.pdf?sequence=2). Acceso em: 13/02/2019.
- \_\_\_\_\_. *Frontera, yihad y legados piadosos en Al-Andalus (Siglos X-XV)*. III Estudios de Frontera. Disponible em: [https://www.academia.edu/462422/Frontera\\_yihad\\_y\\_legados\\_piadosos\\_en\\_al-Andalus\\_siglos\\_X-XV](https://www.academia.edu/462422/Frontera_yihad_y_legados_piadosos_en_al-Andalus_siglos_X-XV). Acceso em: 09/02/2018.
- \_\_\_\_\_. *La noción de yihad en época nazarí: el tratado de Ibn Hudayl*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Mística y jihad en al-Andalus en el siglo XII: Ibn Qasi y la revuelta de los Muridin*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (Eds.). *Hombres de religión y guerra: Cruzada y guerra santa en la Edad Media peninsular (siglos x-xv)*. Madrid: Sílex, 2018.
- GARCÍA-SERRANO, Francisco. *La creación de identidad en la frontera medieval hispana y la visión del outro: mudéjars y judíos*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009.
- GARCÍA TURZA, Javier. *El final de la Reconquista*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras 2005.

GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993.

\_\_\_\_\_. *Paisajes de conquista: cambio cultural y geográfico en la España Medieval*. Valencia: Universidad de Valencia, 2007.

GÓMEZ REDONDO. *La construcción del modelo de crónica real*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X (1252 – 1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999.

\_\_\_\_\_. *En torno a los orígenes de Andalucía: La repoblación del siglo XIII*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1980.

\_\_\_\_\_. *Fernando III el santo*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

\_\_\_\_\_. *La frontera de Granada: Três siglos de paz y de guerra*. MVRGETANA. ISSN:0213-0939. Nº130, 2014.

\_\_\_\_\_. *Las cruzadas de Alfonso X contra el islam occidental, Estudios alfonsés*. Granada: Universidad de Granada, 2009.

\_\_\_\_\_. *¿Qué és Andalucía? Una revisión histórica desde el medievalismo*. Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae baeticae, ISSN 0214-4395, Nº 38, 2010.

\_\_\_\_\_. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.

\_\_\_\_\_. *Relación general. La frontera Nazarí*. In: SEGURA ARTERO, Pedro (Coord.). *La frontera orienta nazarí como sujeto histórico (ss.XIII-XVI)*. Actas del Congreso. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1997.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. *La reacción oligárquica frente al poder de las monarquías (1284 – 1325)*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Poder real y poder nobiliar en la corona de Castilla (1252 – 1369)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2012.

GUENÉE, Bernard. *História*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

GUICHARD, Pierre. *Al-Andalus frente a conquista Cristiana*. Valencia: Biblioteca Nueva y Universitat de València, 2001.

\_\_\_\_\_. *El problema de la existencia de estructuras de tipo feudal en la sociedad de Al-Andalus (El ejemplo de la región valenciana)*. In: PASTOR, Reyna. *Estructura feudal y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona: Editorial Crítica. 1984.

\_\_\_\_\_. *Esplendor y fragilidade de al-Andalus*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2015.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Crônica de um gênero histórico*. Revista Diálogos Mediterrânicos. Número 2 – Maio/2012. Disponível em: <http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/viewFile/23/65>. Acesso em: 08/02/2018.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio. *Una frágil frontera de piedra : las tenencias de fortalezas y su papel en la defensa del Reino de Granada (siglo XVI)*. Manuscris, 25, 2006. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/manuscris/02132397n24/02132397n24p45.pdf>. Acesso em: 31/01/2018.

JEREZ CABRERO, Enrique. *El Chronicon Mundi de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas* (Tese de Doutorado). Madri: Universidad Autónoma de Madrid, 2006.

\_\_\_\_\_. *El tudense en su siglo: transmisión y recepción del Chronicon Mundi en el Doscientos*. In: Francisco BAUTISTA, ed., *El relato historiográfico: textos y tradiciones en la España medieval*, London: Department of Hispanic Studies, Queen Mary, University of London, 2006, p. 19-57.

KEEGAN, Jonh. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia da Lestras. 1995.p.160.

KNAUSS, Paulo (Ed.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed Uff, 2004.

KULIKOWSKI, Michael. *Etnicidade, governo e fronteiras medievais primitivas*. Disponível em: <http://omarenostrum.blogspot.com.br/2017/02/etnia-governo-e-fronteiras-medievais.html>. Acesso em: 22/05/2017.

- \_\_\_\_\_. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras 2008.
- LA CAMPA, Mariano de. *La versión primitiva de la Estoria de España de Alfonso X: Edición crítica*. Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_1\\_012.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_012.pdf). Acesso em: 04/01/2019.
- \_\_\_\_\_. *Las versiones alfonsíes de la Estoria de España*. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (Coord). *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2001.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Reconquista y definiciones de frontera*. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4028.pdf>. Acesso em: 27/06/2019.
- \_\_\_\_\_. *Poder político y sociedad en Castilla siglos XIII al XV*. Madrid: Dykinson, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.
- LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (Coord.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p.173-175.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc. 2005.
- \_\_\_\_\_. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc. 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Rei*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: Edusc. 2006.
- LINEHAN, Peter. *Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy*. Anuario de estudios medievales, ISSN 0066-5061, N° 32, 1, 2002, págs. 19-38. Disponível em: <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/230/235>. Acesso em: 04/10/2017.
- LOMAX, Derek W. *Rodrigo Jiménez de Rada como historiador*. In: Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas / coord. por François Lopez (*et.al*), Vol. 2, 1977, págs. 587-592 Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/05/aih\\_05\\_2\\_017.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/05/aih_05_2_017.pdf). Acesso em: 05/10/2017.

LOYN, H.R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LUIS MARTÍN, José. *História de Espanha 3. Alta Edad Media: La España visigoda y musulmana (Siglos V-XIII)*. Madri: Espasa, 1999.

LUTTWAK, Edward. *Estratégia: A lógica da Guerra e da Paz*. Rio de Janeiro: Editora Bibliex, 2009.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACKAY, Angus. *Castilla feudal: La guerra como oficio*. Disponível em: <http://www.bibliotecagonzalodeberceo.com/berceo/mackay/laguerracomoficio.htm>. Acesso em: 14/04/2018.

\_\_\_\_\_. *Sociedades fronterizas. Almería entre culturas: (siglos XIII-XVI)*, Vol. 1, 1990, ISBN 84-86862-43-4.

MAÍLO SALGADO, Felipe. *Al-Andalus en la primera mitad del siglo XIII (desde las Navas de Tolosa a la conquista de Sevilla)*. In: *Fernando III y su tempo (1201-1252)*, VIII Congreso de Estudios Medievales. Ávila: Fundación Sánchez Albornoz, 2003.

\_\_\_\_\_. *De la desaparición de al-Andalus*. Madrid: Abada, 2011.

MARAVALL CASESNOVES, J.A. *Estado moderno y mentalidad social: Siglos XVI a XVII*. Madrid: Revista de Occidente. 1972.

MARCHUETA, Maria Regina. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edição cosmos, 2002.

MARTIM, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. *Los paisajes de la frontera de arcos a fines del siglo XIII*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.

MARTÍNEZ, Purificación. *La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X*. Disponível em: [https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih\\_13\\_1\\_027.pdf](https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf). Acesso em 26/11/2018.

MASSAUD, Moisés. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1984.

MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

\_\_\_\_\_. *Identificação de um país: ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Estampa, 1988.

MCEVEDY, Colin. *Atlas de história medieval*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007.

MENDES, Norma Musco. *Sistema político romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MENENDEZ PIDAL, Ramon. Alfonso X y las leyendas heroicas. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcio.Marcio-PC/Downloads/alfonso-x-y-las-leyendas-heroicas.pdf>. Acesso em: 13/06/2018.

MIRANDA GARCÍA, Fermín. *Legitimar al enemigo (musulmán) en las crónicas hispanocristianas (Ss. XI-XII)*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

MITRE FERNANDÉZ, Emilio. *La España medieval: sociedades, Estados e culturas*. Madrid: Ediciones Istmo. 1979.

\_\_\_\_\_. *Los limites entre estados: la ideia de fronteira en y el caso de los reinos hispano-cristianos*. Disponível em: [http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mundo/663\\_04\\_06\\_Emilio\\_Mitre.pdf](http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mundo/663_04_06_Emilio_Mitre.pdf). Acesso em: 24/06/2019. p. 100.

MONSALVO ANTÓN, José Maria. *Atlas histórico de la España medieval*. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Atica, 1990.

O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999.

NIETO SORIA, José Manuel. *Del rey oculto al rey exhibido: um sintoma de las transformaciones políticas en la Castilla bajomedieval*. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50211>. Acesso em: 23/01/2019.

\_\_\_\_\_. *El poder real como representación en la monarquía castellano-leonesa del siglo XIII*. Res publica, 17, 2007. Disponível em: <http://revistas.um.es/respublica/article/view/6064>. Acesso em: 08/01/2019.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988.

PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. *La guerra de asedio en el contexto de la batalla del Estrecho. Claves tácticas y arquitetura militar*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Sílex, 2016.

PANIAGUA LOURTAL, Ana Belén. *Transformaciones geopolíticas en la frontera de Granada a través de su proyección cartográfica (1246-1481)*. In: RODRÍGUES MOLINA, José & TORO CEBALLOS, Francisco (coord.). *V Estudios de frontera: Funciones de la red castral fronteriza*. Jaen: Diputación Provincial de Jaén, 2004.

PÉREZ CASTAÑERA, Dolores María. *Enemigos seculares: guerra y treguas entre Castilla y Granada (1246-1481)*. Madri: Sílex, 2013.

PESEZ, Jean-Marie. *Castelo*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

PORRINAS, David. *Caballeros y caballería en tiempos de Fernando III*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & RÍOS SALOMA, Martín (Coord). *Fernando III, tiempo de cruzada*. México: Sílex ediciones, 2012.

PUYOL Y ALONSO, Júlio. *Antecedentes para una nueva edición de la crónica de Don Lucas de Tuy*. Madri: Boletín de la real academia de la historia, 1916. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=6295>. Acesso em: 05/03/2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

REIS, Jaime Estevão dos & RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. *As crônicas medievais como fonte de pesquisa: uma análise comparada de duas edições da crônica de Alfonso X*. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 226-245, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/11001/pdf>. Acesso em: 19/10/2017.

\_\_\_\_\_. *Crônica de Alfonso X: A construção de um perfil real*. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1223.pdf>. Acesso em: 27/11/2018.

RÍOS SALOMA, Martín F. *La guerra del Estrecho en la historiografía contemporánea*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & PALACIOS ONTALVA, J. Santiago & RÍOS SALOMA, Martín F. (eds.). *Guerra santa y cruzada en el Estrecho: el occidente peninsular en la primera mitad del siglo XIV*. Madri: Sílex, 2016.

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. *Añadiendo muertos a los muertos: el destino de los vencidos en la frontera de Al Andalus en cronística latina plenomedieval*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009.

RODRÍGUEZ LÓPEZ. *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Madri: Concejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.

RODRÍGUEZ MOLINA, José. *Convivencia de cristianos y musulmanes en la frontera de Granada*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/17206321/Convivencia-Entre-Cristianos-y-Musulmanes-en-La-Frontera-de-Granada>. Acesso em: 20/02/2019.

\_\_\_\_\_. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007.

RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique. *La ganadería en la economía de frontera*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.

ROJAS GABRIEL, Manuel. *El triunfo de las monarquías*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia, 2008.

RUBINSTEIN, Juan Carlos. *Viva el común: la construcción de la protosociedad civil y la estructura política castellana en el bajo medievo*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

RUIZ, Teófilo F. *Sociedad y poder real en Castilla*. Barcelona: Editora Ariel, 1981.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José. *La administración de la justicia en Leon e Castilla durante los siglos X al XIII*. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-3.pdf>. Acesso em: 14/04/2019.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael. *Nobleza y frontera en la Andalucía medieval*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2008.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. *La tala como arma de guerra en la Frontera*. In: VI *Estudios de Frontera. Población y poblamiento*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2007.

SÉNAC, Philippe. <<Ad castros de fronteras de mauros qui sunt pro facere>>: note sur le premier testament de Ramire I d'Aragon. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.

SIRANTOINE, Hélène. *Sobre las primeras fuentes de los términos "andaluz" y "Andalucía": cum aliis multisindeluciis y Alandaluf, unas ocurrencias documentales y cronísticas a mediados del siglo XII*. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ANQE/article/viewFile/ANQE0404110185A/3705>. Acesso em: 05/01/2018.

SUETÔNIO. *A vida dos doze césares*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.



TORRES FONTES, Juan. *La Orden de Santa Maria de España*. Murcia, 1977. Disponível em: <<http://revistas.um.es/mimemur/article/view/4281/4151>>. Acesso em: 08/01/2019.

TURNER, Frederick Jackson. *The significance of the frontier in american History*. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>. Acesso em: 14/11/2016.

TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1999.

VALDEÓN BARUQUE, Júlio. *Alfonso X, el sabio: La Forja de la España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003.

\_\_\_\_\_ & SALRACH, José M<sup>a</sup> & ZABALO, Javier. *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*. Barcelona: Editorial Labor, 1994.

VALOR PIECHOTTA, Magdalena. *Las fortificaciones de la Baja Edad Media en la provincia de Sevilla*. In: *Historia, instituciones, documentos*, ISSN 0210-7716, Nº 31. 2004.

VÁZQUEZ CAMPOS, Braulio. *Adelantados y la lucha por el poder en el reino de Murcia*. Alcalá la Real: Editorial Zumaque, 2009.

\_\_\_\_\_. *El adelantamiento murciano en el contexto de las reformas alfonsinas (1258-1283)*. Disponível em: <https://revistas.um.es/mimemur/article/view/j8171/7941>. Acesso em: 14/01/2019.

\_\_\_\_\_. *Los adelantados mayores de la frontera o Andalucía (siglos XIII-XIV)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2006.

VEAS ARTESEROS, Francisco de Asís. *El agua en la frontera Murcio-Granadina*. In: RODRÍGUES MOLINA, José & TORO CEBALLOS, Francisco (coord). *V Estudios de frontera: Funciones de la red castral fronteriza*. Jaen: Diputación Provincial de Jaén, 2004.

VEREZA, Renata. *Na fronteira com Santa Maria: aproximação dos conflitos na fronteira andaluza a partir das Cantigas de Santa Maria (Século XIII)*. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18\\_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf). Acesso em: 17/07/2018

\_\_\_\_\_. *Reconquista: Conceito polissêmico*. In: PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes & CODEÇO, Vanessa F. de Sá & SILVA, Marcio Felipe Almeida da (Org.). *Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*. Rio de Janeiro: CEPHIMEx, 2011.

VIGUERA MOLINS, María Jesus. *Las fronteras de al-Andalus*. In: TORO CEBALLOS, Francisco & RODRÍGUE MOLINA, José. *IV Estudios de frontera: historia, tradiciones y leyendas en la frontera*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2002.

VEYNE, Paul. *Os gregos acreditavam em seus mitos?* São Paulo: Unesp, 2014.

WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis: O conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire: a social and economic study*. London: The Johns Hopkins Press Ltd, 1997.